República Democrática de Timor-Leste

Orçamento Rectificativo 2008

Augosto 2008

DOCUMENTO ORÇAMENTAL

Preparado pelo Ministério das Finanças

Direcção Nacional do Orçamento

Indice

Indice **2**
Sumário Executivo **4**
Parte 1 Discurso do Primeiro Ministro **5**
Parte 2 Panorama Fiscal **14**
Financiamento do Fundo Petrolífero *14*
Parte 3 – Panorama Económico **18**
Panorama Económico Internacional e Regional *18*
Economia Interna *19*
Sector Petrolífero *21*
Fundo Petrolífero *22*
Receitas, Riqueza e Rendimentos Sustentáveis do Petróleo *24*
Avaliação da Metodologia *25*
Sensibilidade *29*
Parte 4 – Receitas **30**
Parte 5 – Despesas **33**
Execução orçamental *33*
Execução do orçamento para o período transitório de Julho a Dezembro de 2007 ..... *34*
Execução do orçamento para 2008 ..... *34*
Revisão do Orçamento para 2008 - As Prioridades do Governo *35*
01 - Presidência da República *47*
02 - Parlamento Nacional *49*
0301 - Gabinete do Primeiro Ministro e Presidência do Conselho de Ministros *51*
0401 - Secretaria do Estado para o Conselho de Ministros *54*
2901 - Secretaria de Estado dos Assuntos Parlamentares *56*
0501 - Secretaria de Estado de Juventude e Desporto *57*
0601 - Secretaria do Estado para Recursos Naturais *60*
0701 - Secretaria do Estado para Política Energética *62*
0801 - Secretaria do Estado para Formação Profissional e Emprego *65*
0901 - Secretaria do Estado para a Promoção de Igualdade *68*
10 - Ministério da Defesa e Segurança *70*
1001 - Secretaria do Estado de Defesa *72*
100301 - FALINTIL-FDTL *72*
1004 - Secretaria do Estado de Segurança *75*
1005 - PNTL *75*
11 - Ministério dos Negócios Estrangeiros *79*
12 - Ministério das Finanças *82*
13 - Ministério das Finanças – Todo o Governo *85*
14 - Ministério das Justiça *89*
15 - Ministério da Saúde *91*
16 - Ministério da Educação *95*
17 - Ministério de Administração Estatal e Ordenamento Território *98*
18 - Ministério da Economia e Desenvolvimento *101*
19 - Ministério da Solidaridade Social *103*
20 - Ministério das Infra-Estrutura (Excl Agências Autónomas) *105*
21 - Ministério do Turismo, Comércio e Indústria *108*
22 - Ministério da Agricultura e Pescas *110*
23 - Tribunais *113*

24 - Procurador Geral ... *115*
25 - Provedor dos Direitos Humanos e Justiça ... *117*
26 - Serviço de Radiodifusão de Timor Timor-Leste ... *119*
27 - Comissão Nacional de Eleições ... *121*
200307 - Electridade de Timor – Leste (EDTL) ... *123*
200212 - Autoridade Portuaria de Timor-Leste ... *126*
200210 - Administração de Aeroportos e Navegação Aérea de Timor Leste ... *128*
200213 - Instituto de Gestão de Equipamentos e Materiais ... *130*
Anexo 1 - Despesas (Incl Agências Autónomas $000) ... **132**
Anexo 2 - Despesas (EXcl Agências Autónomas $000) ... **133**
Anexo 3 Dotações ... **134**
Anexo 4 Plano de Capital 2008-2011 ... **150**
Anexo 5 Perfil de Funcionários ... **172**
Perfil de Funcionários – Função Pública ... *172*
Perfil de Funcionários – Fora da Função Pública ... *195*
Perfil de Funcionários – Agências Autónomas ... *198*
Anexo 6 Lei Orçamental 12/2008 Públicado na Jornal da República 5 de Agosto Serie I, N.º 33 ... **199**
Anexo 7 Subsídio aos Agências Autónomas 2006-07 to 2011 ... **205**
Anexo 8 – Relátorio do Deloitte Touche Tohmatsu ... **206**
Anexo 9 – Carta do Primeiro Ministro ao Parlamento em Referência ao Levantamento Extraórdinário do Fundo Petrolífero ... **212**
Anexo 10 – Guia de Utilizador ... **219**

Sumário Executivo

O Governo atingiu progressos consideráveis, no cumprimento das suas metas, desde Janeiro. A revisão semestral do orçamento permite manter e ampliar as realizações do Governo até à data, colocando a economia numa base sólida rumo ao crescimento e desenvolvimento futuros.

A execução orçamental no Orçamento de Transição de 2007 foi muito elevada (90.1 por cento) e a execução em termos de caixa actual ($80.2 milhões) do orçamento para 2008 é superior à registada nos orçamentos anteriores, considerando para análise o mesmo período do ano financeiro.

Os preços globais dos produtos aumentaram de forma acentuada em 2008. Isto escapa ao controlo de Timor-Leste mas ainda assim o Governo interveio para mitigar o impacto sobre a economia e sobre o povo. A recente cimeira de Urgência da Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO), que teve lugar em Roma, sobre a situação alimentar mundial, concordou que os preços dos alimentos deverão permanecer aproximadamente nos seus níveis actuais a médio prazo. De modo semelhante, é esperado que o custo do combustível permaneça elevado, com aumentos para lá dos máximos históricos.

Os desenvolvimentos na economia global terão impacto em Timor-Leste por via do abrandamento nos Estados Unidos, da depreciação do dólar americano e do aumento do preço dos produtos. Embora o dólar esteja agora próximo dos seus valores mais baixos em termos reais, há estudos que concluem que continua a estar relativamente sobrevalorizado, pelo que se pode esperar uma maior depreciação, resultando em maiores preços das importações para Timor-Leste.

Este tem um benefício líquido com os preços elevados do petróleo, porém estes preços elevados para o petróleo e alimentos vão por sua vez afectar os preços internos de muitos outros bens e serviços, o que traz repercussões para toda a economia, que podem impedir ou dificultar a implementação do programa do Governo para o desenvolvimento nacional. Assim, com vista a reduzir o potencial impacto esperado destes choques de preços, para o povo e para a economia de Timor-Leste, o Governo está a solicitar fundos adicionais, para além dos fundos destinados aos serviços gerais do Estado, no sentido de estabelecer um Fundo de Estabilização Económica (FEE) que irá procurar garantir o fornecimento de produtos essenciais a preços acessíveis, assegurando assim a continuação do processo de desenvolvimento.

É esperado que o ambiente económico internacional durante 2008, seja caracterizado por uma subida da inflação assim como por um afrouxamento do crescimento, resultante do declínio dos Estados Unidos. Contudo, as receitas petrolíferas de Timor-Leste estão a aumentar, como consequência dos preços continuamente elevados do petróleo. Isto levou a rever em alta a estimativa dos rendimentos sustentáveis, permitindo ainda assim uma margem prudente no que toca a oscilações nos preços e na produção.

O Governo propõe uma dotação suplementar de $200.6 milhões para os serviços gerais do Estado e $240 milhões para o Fundo de Estabilização Económica, nesta revisão semestral do orçamento, totalizando $788.3 milhões para o ano orçamental de 2008.

Parte 1 Discurso do Primeiro Ministro

Sua Excelência Senhor Presidente do Parlamento Nacional

Distintos Deputados

Distintos Membros do Governo

Senhoras e Senhores,

O Orçamento Geral do Estado Rectificativo para 2008 simboliza o compromisso do Governo da AMP em avançar com o processo de desenvolvimento do País.

Com o Orçamento Rectificativo, hoje em debate, estamos a preparar o futuro da Nação. E o futuro, Distintos Deputados, passa obrigatoriamente pela estabilidade e pelo desenvolvimento nacional.

Foi este o mandato que o Povo nos concedeu: redefinir o caminho do País, como uma oportunidade única de transformar Timor-Leste numa comunidade estável, solidária e desenvolvida. Foi a vontade de mudança e de um projecto político reformador que nos deu posse - é a vontade dos timorenses que nos dá alento.

É por isso que este Orçamento Rectificativo, apesar de todas as críticas, é um Orçamento que repõe a precisão das contas públicas. Rectificar significa alinhar. As circunstâncias mudaram, a própria conjuntura internacional mudou, e, por isso, é necessário ter a coragem de adaptar, sem receios, o orçamento à nova realidade que Timor-Leste enfrenta, que é deveras exigente, e por isso esta adaptação não pode ser concebida sem um orçamento arrojado.

Este Governo tem a vantagem de ter aprendido a lição com os erros dos Governos anteriores e isto significa que não podemos cruzar os braços quando são a Paz e a Estabilidade Nacional que estão em jogo. Isto significa que o Governo tem que estar sempre atento para detectar todos os problemas que ameaçam o desenvolvimento nacional e actuar imediatamente e, significa também, que o Governo não pode descurar qualquer oportunidade de crescimento que surja, mesmo que seja no meio do ano financeiro em curso.

- Foram alcançados progressos nas prioridades definidas para 2008? Vamos redefinir novas prioridades, para melhorar as condições de vida de mais timorenses, já durante este ano;
- Foram apurados novos dados para o pagamento de pensões para idosos e combatentes e mártires? Vamos corrigi-los e contemplar todos os idosos e combatentes já, não ficaremos à espera do Orçamento para 2009;
- Fomos surpreendidos com os acontecimentos dramáticos no princípio de Fevereiro, que obrigaram à recolocação de verbas em organismos do Estado para responder a essas necessidades? Não vamos esperar pelo próximo ano para repor essas verbas, vamos permitir que estes órgãos governamentais cumpram os programas que estavam previstos, ainda em 2008;
- Os preços dos alimentos e de outros produtos essenciais aumentaram significativamente a nível mundial, pondo em causa a estabilidade nacional? Vamos responder imediatamente para não possibilitar que esses impactos tenham consequências desastrosas no nosso País;
- Temos um aumento extraordinário nas receitas do petróleo em resultado dos preços do petróleo cada vez mais elevados? Vamos utilizar essas receitas para aliviar a pobreza e os problemas sociais no imediato, enquanto implementamos, já em 2008, novas medidas para o crescimento económico.

Distintos Deputados

Senhoras e senhores,

O Orçamento de Estado rectificativo não é apenas um documento de aritmética e não pode ser concebido apenas com base em retornos económicos. Os retornos económicos e sociais resultantes da Paz e da Estabilidade Nacional são o melhor investimento que podemos continuar a fazer por agora.

Sim! Porque este foi o primeiro investimento que o nosso Governo se propôs a fazer. Passo pois a apresentar as "mais valias" deste primeiro investimento, já que alguns deputados têm tido alguma dificuldade em acompanhar os progressos alcançados, necessitando assim de "garantias" em como este Governo tem capacidade para efectivamente colocar o País no rumo do desenvolvimento.

O exercício é simples: qual era a situação do País, exactamente há um ano atrás, ou seja, a 18 de Julho de 2007, comparando com a situação actual?

Tínhamos centenas de milhares de pessoas internamente deslocadas em campos, no centro de Díli, a viver em condições humanitárias graves. Este ano, encerrámos 18 campos e 3.206 famílias regressaram a casa.

Tínhamos um grupo de ex-F-FDTL (um terço das Forças Armadas), frustrados com as tomadas de decisão do Estado, que se colocaram à margem da sociedade por não terem tido resposta para as suas petições. Este ano, e até ao final desta semana, pagaremos compensações económicas a todos estes peticionários que optaram – todos - por ingressar na vida civil, encerrando definitivamente este processo.

Tínhamos uma situação inadmissível de não-alinhamento e desconfiança entre duas Instituições fundamentais para a segurança e estabilidades nacional, refiro-me à PNTL e F-FDTL. Este ano, estas duas instituições trabalharam em conjunto para o bem da Nação, como verificado na actuação do Comando-Conjunto, iniciando uma nova etapa na história da relação entre estas Forças, que inclui o desenvolvimento de novas acções de coordenação e cooperação, para a segurança e defesa nacional, como é o caso da Campanha de Recolha de Armas;

Tínhamos, inclusivamente, um grupo rebelde armado com bastante influência junto da população, que poderia vir a qualquer momento, acabando mesmo por fazê-lo, a ameaçar a soberania nacional. Este ano, este grupo entregou-se, voluntariamente, às Forças do Comando-Conjunto e por consequência à Justiça.

Os partidos que agora compõem o Governo da AMP percorreram o País "da ponta leste ao enclave" e a palavra de ordem que ouviram da população foi sempre a mesma: descontentamento! Falta de confiança nas Instituições do Estado.

E o sector privado? Completamente negligenciado e sem incentivos para colaborar com o Governo no processo de construção do País. E os investidores estrangeiros? Receosos de investir num País que não apresentava as mínimas condições de segurança, quer em termos físicos, quer em termos de legislação. E a produção interna para equilibrar a balança das importações? As receitas de exportação de bens não-petrolíferos são essenciais para o pagamento dos bens importados - o País dependente em grande parte da importação de bens essenciais – até esta data o nosso sector privado só tinha pessimismo para exportar.

Mas o mais chocante foi encontrar os nossos heróis nacionais, Combatentes da Libertação da Pátria, oito anos após o fim da guerra, sem o merecido reconhecimento e a viver em condições de extrema pobreza. Mas não só, até ao ano passado, antes de este Governo tomar posse, nunca se considerou seriamente o pagamento de pensões para os idosos.

Sem estes catuas, sem os combatentes, sem as viúvas e órfãos que se sacrificaram para a conquista da nossa Independência, não estaríamos aqui hoje a defender este Orçamento de Estado.

Acreditamos em medidas de justiça social, essenciais à estabilidade nacional, da mesma forma que acreditamos no investimento nas futuras gerações e por isso as nossas políticas são integradas: aliviar os mais carenciados no presente, mas com os olhos postos no crescimento económico para o futuro.

Distintos Deputados

Senhoras e senhores,

Todos estes problemas que acabámos de elencar têm vindo a ser objecto de transformação por este Governo. Em onze meses os progressos alcançados são notáveis e estão à vista de todos. Cumprimos praticamente 100% das medidas aprovadas por este Parlamento Nacional para 2007 e estamos a acelerar o programado para 2008, pois nem os constrangimentos que surgiram no princípio deste ano nos demoveram do caminho traçado.

Não vos quero maçar com a descrição de todas as realizações deste Governo e por isso sugiro uma consulta aos relatórios que este Governo apresentou, relativamente às actividades realizadas.

Mas, podemos ilustrar ainda melhor o trabalho deste Governo. Vamos falar de números:

Relembro que o Orçamento para o período de transição só foi aprovado em 10 de Outubro de 2007, mas ainda assim, no tempo reduzido de dois meses e meio para implementação do orçamento, a execução orçamental foi de 90,1%. Este valor de execução é bastante elevado quando comparado com valores conseguidos em orçamentos anteriores.

Relativamente às elevadas obrigações no valor de $119 milhões que o meu Governo herdou, contraídas pelos Governos anteriores e assumidas por este Governo, foram transportadas para o Orçamento de Transição, incluindo $104 milhões de 2006-07 e $15 milhões de anos anteriores.

Esse transporte foi quase três vezes superior ao transporte anterior, tendo chegado a representar quase um terço do rendimento sustentável. O IV Governo Constitucional considerou esta prática insustentável e tomou acções com vista a reduzir o transporte de dinheiros obrigados, de forma a serem mais facilmente geridos.

Este Governo conseguiu, com a aplicação de uma nova metodologia de gestão financeira e no âmbito da reforma do Ministério das Finanças de melhor gestão e transparência dos fundos públicos, reduzir o total inicial de 119 milhões para um total de 55.19 milhões. Concluindo, em menos de três meses foram resolvidas 53% das obrigações transitadas.

Relativamente ao ano de 2008, executámos $153 milhões dos $348 milhões aprovados. A execução orçamental é analisada a nível trimestral, por exemplo, a taxa padrão de execução orçamental para o primeiro trimestre é 25% e não 100%, os 100% servem de referência no final de 2008 e não para a análise do primeiro trimestre.

Assim, a taxa de execução orçamental até 16 de Julho de 2008 é de 81%. Se analisarmos apenas em termos de caixa, executámos $111 milhões, ou 59 % em termos de taxa padrão.

Por favor não distorçam os números para deformar a opinião pública contra o desempenho do Governo, até porque o desempenho não se pode avaliar só em termos quantitativos.

Nos primeiros meses deste ano estivemos a preparar a implementação das medidas previstas para 2008 e claro, a implementar as reformas que caracterizam este Governo. Reformas nos Ministérios, reformas nos procedimentos, reformas legislativas, reformas de mentalidades.

E as reformas não se fazem de um dia para o outro. No entanto, a experiência de outros países sugerem que fortes reformas, um Governo empenhado, capaz e credível e novos sistemas e mecanismos – que levam algum tempo a

evidenciar resultados – são a chave para o sucesso do crescimento sustentável. Estas reformas não são o objectivo último, são apenas um meio para atingir um fim, que é a melhoria das condições de vida de todos os timorenses.

Herdámos um aparelho governamental praticamente estagnado, analisámos os problemas e identificámos as lacunas mas, ao mesmo tempo, actuámos. A nossa máquina não pára! Um exemplo concreto são as avaliações efectuadas ao processo de aprovisionamento, às alfândegas e aos serviços fiscais - por entidades internacionais independentes - que identificaram os principais problemas no sistema, com implicações no desenvolvimento económico e social do País. As recomendações já estão a ser implementadas.

Estas reformas fundamentais são difíceis de quantificar em termos de execução orçamental. A melhoria dos processos para um investimento público mais eficiente, o reforço da capacitação do sector privado, o encerramento de projectos em carry-over, o encerramento de dívidas de Governos anteriores, as reformas no sector de defesa e de segurança que temos vindo a implementar, a produção de legislação fundamental que aprovámos, o desenvolvimento de mecanismos atractivos ao investimento estrangeiro – não são quantificáveis, mas vão estar na base do sucesso da execução do orçamento rectificativo no final deste ano.

Um exemplo concreto destas reformas é a taxa de percentagem da execução orçamental relativa às obrigações transportadas, que foi de 57%. Se considerarmos só as obrigações transportadas pelo IV Governo Constitucional, dos 40.560 milhões, desembolsámos 29.317 milhões, ou seja, 72% em seis meses!

Sua Excelência Senhor Presidente do Parlamento Nacional

Distintos Deputados,

Estes resultados demonstram a forma rígida como temos orientado o nosso trabalho e a forma decidida com que pretendemos criar as condições necessárias ao desenvolvimento económico. Não temos poderes sobrenaturais, não fazemos milagres, mas apenas em meses alcançamos resultados que não foram alcançados em anos.

Esta é a garantia que vos damos de que sabemos o que estamos a fazer e é por isso que vos peço a maior atenção para as medidas que vou apresentar de seguida.

Contudo, antes gostaria de fazer um pequeno aparte: este Governo tem vindo a ser criticado por não apresentar planos de acção detalhados e por ainda não ter concluído o 2º Plano de Desenvolvimento Nacional, que deveria orientar todos os passos deste Executivo.

Pois bem, os planos de acção são parte integrante dos documentos do Orçamento, o Plano de Desenvolvimento Nacional está a ser desenvolvido, o esboço do Relatório do estado da Nação já foi concluído. Mas, mais importante que os planos são as obras feitas e por isso é com orgulho que afirmamos que em menos de um ano, dos cinco que temos para levar a cabo a concretização das nossas linhas programáticas, já temos obra feita, cumprindo o Programa do Governo, o documento que guia a nossa actuação.

E já agora, dos vários planos produzidos anteriormente, incluindo o 1º Plano de Desenvolvimento Nacional, onde estão os resultados conseguidos? Onde estão os grandes projectos de capital de desenvolvimento executados, que agora nos acusam de não implementar? Onde estão as importantes obras de infra-estruturas já efectuadas, investimento público de Timor-Leste, resultantes desses magníficos planos?

Se observarmos com cuidado as medidas contempladas neste Orçamento Rectificativo, podemos concluir que não só estamos a desenvolver já algumas infra-estruturas, como estamos a preparar o ano de 2009, que será o Ano das Infra-Estruturas – infelizmente num País com tantos desafios e necessidades, não podemos fazer tudo ao mesmo tempo – e é por isso que as prioridades foram objecto de reflexão cuidada. Primeiro a consolidação da estabilidade

nacional, pois sem esta não há espaço para o investimento. Segundo, o investimento público, pois sem este não há espaço para o crescimento económico e desenvolvimento sustentável.

Gostaria, agora, de chamar a atenção para alguns números deste Orçamento Rectificativo, que redireccionam o Governo para gastos em áreas-chave para o crescimento da economia, ao mesmo tempo que redistribui os benefícios deste crescimento a toda a população, incluindo os mais pobres e os das áreas rurais.

$31.9 milhões para o fornecimento de electricidade

$27.2 milhões para a agricultura e segurança alimentar

$20.5 milhões para investimento em infra-estruturas

$15.9 milhões para gastos com segurança

$10.3 milhões para saúde e educação

$5.7 milhões para formação e desenvolvimento de oportunidades

Este acréscimo de despesa vai:

- Pagar a manutenção e o combustível dos geradores para garantir o fornecimento de electricidade em todos os distritos, ao mesmo tempo que financia a primeira fase da construção de uma infra-estrutura para a produção e distribuição de electricidade a nível nacional, que irá resolver o problema da electricidade de forma definitiva. Por outro lado, o Governo irá conduzir um estudo para avaliar a disponibilidade de fontes de energias renováveis e alternativas, a longo-prazo, na Nação.
- Aumentar a produção agrícola, conducente a uma maior segurança alimentar, através da construção de Instalações Agrícolas e Centros de Manutenção Regionais, da melhoria dos sistemas de irrigação para aumentar a quantidade de terra arável e medidas de apoio aos agricultores para melhoria dos métodos e aumento da produtividade, ao mesmo tempo que prevê o aumento da capacidade de armazenamento de bens alimentares, através da construção de silos de armazenamento.
- Este acréscimo de despesa vai ainda:
- Melhorar as infra-estruturas, nomeadamente a reabilitação de mais 200 km de estradas rurais, a concepção de projectos e obras de normalização das ribeiras e controlo de cheias, a construção de pontes, a reabilitação rodoviária em Díli e de acessos para peões, a manutenção do Aeroporto Internacional e do Ferry Berlim-Nakroma e a primeira fase da elaboração de um plano estratégico de infra-estruturas, já orientado para o ano de 2009.
- Permitir o reforço da defesa e segurança do País, através de uma série de iniciativas desde a instalação das F-FDTL no sector oeste do País, à criação de um Centro Integrado de Gestão de Crises, ao aumento da protecção civil e, ainda, equipar melhor as Forças. Vamos também proceder ao pagamento da primeira fase de construção de dois navios de patrulha costeira, incluindo a formação de timorenses. Sublinho a importância desta medida porque nunca, no passado, foram tomadas providências adequadas contra a “destruição” da nossa riqueza marítima que tem provocado prejuízos na ordem dos 36 milhões por ano. A pesca ilegal e a forma como o solo marítimo têm sido atacados nos últimos anos, põe em risco o stock de fauna marítima e destroem os nossos preciosos corais – é urgente combater eficazmente a pesca ilegal no

nosso País, sob pena das futuras gerações não virem a poder usufruir destes recursos marítimos, fonte de riqueza e beleza para Timor-Leste.

- Reabilitar e finalizar a construção de Escolas e Postos de Saúde e outras instalações médicas, fornecimento de medicamentos e serviços para os hospitais, execução de políticas de melhoria da saúde materna e infantil, e a continuação do serviço de apoio nutricional a mães e bebés, anteriormente assegurado pelos parceiros de desenvolvimento. Na educação, para além da condução de um programa piloto de formação intensiva de professores, irá reforçar-se o programa de refeições escolares e melhorar o sistema de ensino através de descentralização de serviços e melhoria da inspecção escolar.

Finalmente, este acréscimo de despesa,

Financiará uma série de actividades de formação profissional e desenvolvimento de competências e investimento no capital humano, de forma transversal, incluindo bolsas de estudo, formação linguística, reabilitação de centros de formação e a formação no estrangeiro que constituem oportunidades de ensino em áreas inexistentes em Timor-Leste – este é instrumento fundamental para o crescimento económico nacional.

Estas despesas que acabei de enumerar, sobretudo em capital de desenvolvimento e bens e serviços, são ainda um tímido mas, ao mesmo tempo, forte indício do que o Governo pretende apostar de futuro, ou seja o aumento do investimento publico em infra-estruturas, educação e saúde, o que irá estimular também o aumento do sector privado, pois está a criar condições para a emergência de novos negócios e indústrias, partindo do principio que é mais fácil aceitar o risco de investimento numa sociedade em que se pode contar com os benefícios relacionados com trabalhadores mais capazes e educados, um sistema de saúde mais eficiente, melhores estradas, comunicações e acesso aos mercados e electricidade em que se pode confiar.

A despesa para capital menor vai aumentar em $14 milhões, sobretudo para a compra de tractores e outras máquinas para apoiar os agricultores timorenses e para a compra de veículos multifuncionais para os centros de saúde.

Além disso, este rectificativo paga, ainda, com um aumento de $10.4 milhões, na categoria de salários e vencimentos, um pagamento extraordinário equivalente a um mês de salário a todos os funcionários do Estado, suporta os profissionais no sector público, incluindo os magistrados, oficiais de saúde, docentes e outros técnicos superiores e continua a pagar os subsídios para os membros da PNTL e das F-FDTL.

Esta medida pretende reconhecer e melhorar o desempenho do sector público, sobretudo se tivermos em consideração que, desde o tempo da UNTAET, as posições não são revistas, ficando os funcionários da administração pública numa situação desprestigiante relativamente aos outros funcionários do sector privado e de agências internacionais que oferecem condições muito mais competitivas. No entanto, esta é considerada uma medida temporária, pois a reforma da administração pública em curso e a implementação de diplomas já aprovados, irá regularizar esta situação de forma permanente.

Por outro lado, o reconhecimento do trabalho prestado pelas nossas Forças de Segurança e Defesa, que desenvolvem actividades de grande risco e responsabilidade, são essenciais para a melhoria do seu desempenho, aumentando o profissionalismo destes elementos e minimizando os riscos de corrupção. Também esta é uma medida transitória, pois no âmbito da reforma do sector da defesa e segurança, estão previstas políticas reformadoras, incluindo já durante este ano o ajuste dos postos dos agentes da PNTL.

A despesa em transferências públicas vai aumentar em $48.1 milhões para um total de $112 milhões, tendo em conta o aumento do número de beneficiários da pensão para Idosos, do valor de pagamentos de pensões para os

Combatentes da Libertação Nacional, da assistência a deslocados internos, da assistência adicional aos Peticionários, um maior apoio à organização de competições desportivas em todo o País e o reforço do trabalho prioritário e do programa de “cash for work”.

Este Orçamento Rectificativo inclui, pela primeira vez, programas plurianuais. O desenvolvimento nacional requer paciência e planos horizontais de implementação a médio-longo prazo. A não compreensão desta necessidade, põe em causa o desenvolvimento do País. Nós não vamos hipotecar a qualidade dos projectos, porque não há flexibilidade para aprovar projectos que não são viáveis de serem implementados apenas no ano em discussão para o Orçamento. Este mecanismo está de acordo com a Lei e garante a transparência do processo.

Distintos Deputados

Senhoras e Senhores,

A alteração do Orçamento de 2008 para $773.8 milhões, representa um valor adicional de $185.6 milhões que se destinam ao investimento no desenvolvimento económico e aos serviços gerais do Estado, os restantes $240 milhões para o Fundo de Estabilização Económica, são uma medida preventiva temporária, para garantir a estabilidade nacional.

Esta medida tem a ver com o aumento dos preços a nível mundial de bens essenciais, o que não só torna os produtos mais caros, como aumenta também a dificuldade de abastecimento a nível do mercado internacional. Ao mesmo tempo que estamos a aumentar o investimento público em projectos de capital de desenvolvimento, deparamo-nos com dificuldade no abastecimento de materiais de construção, sobretudo quando procurados individualmente pelo sector privado, precisando estes do apoio do Governo.

O aumento de despesa só é possível porque o Fundo do Petróleo continua a beneficiar dos recentes aumentos do preço do petróleo, o que significa que os rendimentos sustentáveis acresceram de forma correspondente, em poucos meses, para mais de $100 milhões por ano.

A leitura internacional diz-nos que os aumentos do preço do petróleo vão continuar a subir de forma exponencial mas, mesmo assim, temos vindo a projectar os rendimentos sustentáveis estimados de forma prudente e ao mesmo tempo a desenvolver uma estratégia de investimento e gestão do Fundo, que irá maximizar o valor total das receitas provenientes do sector petrolífero, através de uma nova carteira de opções de gastos e poupanças.

Não temos dúvidas que estamos a investir estes recursos de forma sensata e responsável garantindo, no presente, as necessidades de estabilidade social e investimento no desenvolvimento de infra-estruturas essenciais, mantendo intocáveis recursos suficientes para as futuras gerações. Não temos dúvidas que estamos a agir nos termos da Lei. Não temos dúvidas de que o Povo não espera menos do que isto do Governo.

Estamos a defender o interesse nacional e, à semelhança de países com casos de crescimento económico considerados “milagres”, estamos a transformar as receitas do petróleo em aumentos sustentáveis de rendimentos nacionais e a redistribuí-los por toda a população – pior do que ter pobres num País rico é ter ricos num País rico de maioria pobre.

Não queremos deixar ninguém para trás! Reconheço que é um desafio gigantesco mas pelo menos não seremos acusados de não ter tentado. Este não é um Governo para alguns, é um Governo para todos e, por isso, não é nossa intenção que alguns melhorem as suas vidas, enquanto outros continuam com dificuldade em aceder ao emprego formal, ao acesso a bens essenciais e aos serviços públicos – por isso uma grande fatia deste dinheiro é para o

desenvolvimento rural, para os idosos, para os veteranos e para os mais pobres e não apenas para investir em projectos infraestruturais de desenvolvimento, que calariam de imediato a oposição e os teóricos internacionais.

A verdadeira riqueza de Timor-Leste não é o petróleo mas a Dignidade! A verdadeira riqueza do País não são os recursos naturais, mas sim os seus filhos: homens, mulheres e crianças, que não lutaram por uma conta "choruda" no "banco central" mas pela Dignidade Timorense.

Distintos Deputados

Senhoras e Senhores,

A taxa de inflação ao consumidor que foi de 9% em 2007, está a aumentar em 2008, estimando-se que esteja na ordem dos 10-12% durante este ano. Os preços dos alimentos a nível global, têm vindo a aumentar rapidamente, tendo o preço do arroz triplicado apenas nos primeiros quatro meses deste ano.

A esta crise alimentar mundial, a que alguns chamam de "tsunami silencioso", soma-se o aumento elevado dos preços dos combustíveis e dos materiais de construção. Timor-Leste depende da importação destes produtos para alimentar a população e para impulsionar o crescimento económico, mas os países produtores têm vindo a retrair a exportação dos produtos, inflacionando assim, ainda mais os seus preços.

Senhoras e senhores,

Estou convicto que não há a menor dúvida entre os presentes nesta "Casa Magna" do que isto poderá significar para uma Nação ainda tão frágil como é a nossa. Os distúrbios e manifestações que têm acontecido noutros países, onde a pobreza não é tão iminente como aqui, são um aviso que não podemos ignorar.

Os prejuízos que a insegurança alimentar poderão trazer ao nosso povo, não têm preço. E, reparem, não é só a estabilidade social que está em causa, qualquer tentativa de desenvolvimento nacional está, também, neste momento comprometida.

A fome representa maior vulnerabilidade a doenças como a malária e a tuberculose, endémicas no nosso País. A fome representa maior dificuldade de aprendizagem para as nossas crianças e hipoteca o desenvolvimento do capital humano. A fome indicia à violência e à instabilidade nacional.

Por outro lado, a escassez de combustível associado à falta de matérias de construção, impossibilitam o desenvolvimento de infra-estruturas que o Governo começou este ano e irá reforçar no próximo. Para um País que está a tentar sair da pobreza extrema, uma situação complexa como esta obriga a medidas extremas – e é por isso que incluímos o Fundo de Estabilização Económica nesta rectificação do Orçamento.

Temos os recursos para o financiar. Somos um Estado Soberano. Não faz sentido estar de "mão estendida" à espera da ajuda internacional, que demora a chegar, que poderá até nem chegar e, mais, esta ajuda poderá ser canalizada para os países onde a situação ainda é mais dramática do que a nossa. Existem países em África onde já estão crianças a morrer à fome e estes países não foram abençoados com os mesmos recursos que Timor-Leste. Esta opção é também uma questão de solidariedade internacional.

O Fundo de Estabilização Económica, que tanto ruído tem provocado, é um instrumento para o Governo monitorizar a pressão dos preços, mas não é o único. Para reduzir o aumento da inflação, iremos reduzir os direitos de importação e de imposto de vendas para os 2,5 % e do imposto sobre serviços para os 5%, como resultado da lei fiscal recentemente aprovada. Outras medidas, como o estabelecimento de uma unidade de fiscalização de preços no Ministério do Turismo, Comércio e Indústria e o aumento do diálogo com o sector privado e com outras associações,

como cooperativas e associações de veteranos, servirão para garantir a adequada competição relativamente aos preços dos bens e serviços na economia.

Os estudos que temos vindo a realizar para aumentar a produtividade da agricultura e expandir a produção de bens essenciais, já demonstraram resultados e estamos na fase de lançar as sementes à terra para produzir a nossa própria segurança alimentar – mas claro, leva tempo, não esperem colher arroz suficiente, ainda durante este ano, para colmatar esta crise.

O Governo definiu os princípios orientadores para este Fundo, todavia os mecanismos usados para prevenir os futuros desafios, dependerão das situações específicas. Não é nossa intenção amarrarmo-nos a uma solução fixa mas, sim, com alguma flexibilidade, responder às necessidades prementes desta crise, à medida que estas forem surgindo.

Estes 240 milhões que vão retornar na sua maioria aos cofres do Estado, servem para combater factores incontornáveis ditados pela conjuntura internacional. São uma medida excepcional, que implica alguma flexibilidade legislativa e burocrática, mas que pode salvar o País, que se encontra no labirinto do pós-conflito, de uma derrapagem irreversível.

O Governo deixa, por isso, à consciência de cada um dos Distintos Deputados a decisão de aprovação ou não deste Fundo. Quando a situação apertar e as manifestações surgirem, será ao Governo que irá competir a tarefa de repor a ordem, esperemos que sem violência. No entanto, virei a este Parlamento Nacional reiterar: compramos a Paz e estabilizamos o País, ou destruímos a esperança da nossa jovem Nação?

Senhor Presidente do Parlamento Nacional,

Distintos Deputados

Senhoras e Senhores,

As políticas subjacentes a este Orçamento Rectificativo promovem um crescimento económico sustentável, criando o ambiente propício a maiores níveis de investimento, de criação de emprego, de mobilidade de recursos, de protecção social, de equidade e de inclusão.

A capacidade de um Governo não se mede só pela capacidade deste seguir do princípio ao fim a linha traçada no início do ano, mas sobretudo pela sua capacidade de adaptação às novas circunstâncias e pela sua capacidade de transformar os desafios em oportunidades, com resultados práticos conducentes ao reforço da estabilidade e para viabilizar o desenvolvimento nacional.

Este Orçamento, mais do que rectificar o anteriormente aprovado, vem colocar Timor-Leste numa posição mais estável e salvaguardar os direitos dos mais pobres e vulneráveis.

Muito obrigado.

Parte 2 Panorama Fiscal

A rectificação do Orçamento Geral do Estado de 2008 serve principalmente para ultrapassar as dificuldades actuais e os choques de abastecimento externo que resultam das condições económicas globais. O Governo continua fortemente empenhado em colocar Timor-Leste numa base sólida para uma fase prolongada de crescimento económico e desenvolvimento.

O Governo propõe aumentos na despesa pública para permitir mais investimentos no desenvolvimento económico, conseguindo ganhos de produtividade em sectores fundamentais, como a agricultura e as infra-estruturas de produção, de modo a mais cedo ser capaz de tirar proveito dos benefícios do crescimento económico e a reduzir a dependência relativamente ao petróleo, no médio a longo prazo.

A rectificação inclui também um Fundo de Estabilização Económica para mitigar potenciais choques domésticos, resultantes do aumento global dos preços, os quais escapam ao controlo de Timor-Leste.

A rectificação orçamental foi formulada da seguinte forma:

- avaliando o progresso até aqui alcançado, comparativamente com o programa do Governo aprovado;
- procurando oportunidades para avançar com o programa do Governo, de forma mais agressiva,à luz dos progressos obtidos até à data;
- reduzindo o impacto dos choques económicos externos; e
- respondendo aos acontecimentos internos imprevistos.

As Quadros 2.1, 2.2 e 2.3 mostram a Declaração Orçamental Geral para todo o Governo e indicam as despesas monetárias concretas para 2006-07 e para o período de transição em 2007, assim como estimativas para as despesas monetárias em 2008 e projecções para 2009 até 2011. É esperado que as despesas nos próximos anos, de 2009 em diante, continuem elevadas, devido aos aumentos significativos no investimento público em infra-estruturas. Prevê-se que esse investimento conduza a um aumento da capacidade produtiva da economia de Timor-Leste.

Financiamento do Fundo Petrolífero

O Fundo do Petróleo continua a beneficiar dos recentes aumentos no preço do petróleo. O saldo do Fundo Petrolífero era de $2,086 milhões em 31 de Dezembro de 2007. Em 31 de Março de 2008 havia aumentado para $2,630 milhões. Até finais de 2008 é esperado que o saldo seja de $3,339 milhões, em vez do saldo de $3,116 milhões originalmente previsto no Orcamento do Estado 2008. Prevê-se que o Fundo aumente de forma gradual a médio prazo. A previsão actual coloca o valor total do Fundo em $4,501 milhões no final de 2009 e em $6,968 milhões no final de 2011. O total da riqueza petrolífera, com base no Valor Actual Líquido, está estimado em $13,203 milhões no dia 1 de Janeiro de 2008, com base nas actuais reservas de dinheiro e em estimativas prudentes sobre futuras quantidades de petróleo e preços do petróleo.

Os recentes aumentos e os aumentos previstos no futuro do preço do petróleo conduziram a um aumento no valor líquido estimado do Fundo Petrolífero. Os rendimentos sustentáveis aumentaram de forma correspondente, passando de $294 milhões *per annum* aquando da formulação do Orçamento Geral do Estado de 2008, para $396 milhões *per annum* em princípios de 2008.

A Quadro 2.1 apresenta um retrato consolidado do estado do Orçamento de 2006-07 até 2011. Em 2008 o Governo terá um défice fiscal não petrolífero de $701.8 milhões, pressupondo a aprovação do orçamento rectificativo. Este défice será financiado através do Fundo Petrolífero. O Governo solicitara a levantar $686.6 milhões. O restante do defíce não petrolífera será financiado atraves das reservas da Conta do Tesouro. As previsões de défices futuros, entre 2009 e 2011, são apenas indicativas e não implicam que o Governo venha a retirar montantes do Fundo Petrolífero que excedam os rendimentos sustentáveis nos anos que se seguem a 2008. Os detalhes sobre o financiamento de quaisquer défices futuros serão fornecidos no Orçamento Geral do Estado para o ano concreto em questão.

Em relação aos rendimentos sustentáveis estimados, o Ministério das Finanças usou pressupostos que são prudentes. Para 2008 pressupõe-se que o preço do petróleo seja, em média, de $86.5 por barril. Sublinha-se que este não é o preço que se espera para o petróleo em 2008, mas sim o preço do petróleo usado no cálculo dos Rendimentos Sustentáveis, pois à data da elaboração deste documento o actual preço médio do petróleo em 2008 era de $107 por barril.

Quadro 2.1

Orçamento Geral do Estado para Todo o Governo de 2006-7 a 2011

	2006-07 Actual ($m)	2007 Actual ($m)	2008 Estimativa ($m)	2009 Estimativa ($m)	2010 Estimativa ($m)	2011 Estimativa ($m)	Total 4 Anos ($m)
Subsector Estado							
Receitas	**1,046.0**	**695.9**	**2,018.6**	**1,628.8**	**1,723.9**	**1,683.0**	**7,054.3**
Receitas Petrolíferas	993.7	672.9	1,939.1	1,551.6	1,646.1	1,603.8	6,740.6
Impostos e Direitos	933.9	629.0	1,827.9	1,397.6	1,452.3	1,367.5	6,045.4
Juros do Fundo Petrolífero	37.5	32.8	93.3	134.8	176.4	218.8	623.4
Outras Receitas Petrolíferas	22.3	11.1	17.9	19.1	17.3	17.5	71.8
Receitas Domesticas	40.9	23.1	79.5	77.2	77.9	79.1	313.7
Impostos Directos	11.8	5.2	12.8	7.4	7.8	8.1	36.1
Impostos Indirectos	19.3	9.3	17.5	10.1	10.6	11.1	49.3
Taxas de Utilizacao e Outras Receitas	4.7	4.6	45.9	56.2	56.5	56.9	215.4
Juros	5.1	4.0	3.4	3.5	3.0	3.0	12.9
Apoio Orçamental	11.4	-	-	-	-	-	-
Despesas Operacionais	**113.9**	**47.3**	**506.1**	**217.6**	**218.3**	**225.0**	**1,167.1**
Salários e Vencimentos	33.1	17.1	57.5	58.9	60.4	61.9	238.6
Bens e Serviços	71.7	29.5	411.3	158.7	158.0	163.1	891.1
Capital Menor	9.1	0.7	37.3	-	-	-	37.3
Juros das Dividas Públicas	-	-	-	-	-	-	-
Transferências Públicas	**11.8**	**8.4**	**132.2**	**91.0**	**91.3**	**91.3**	**405.7**
Concessões Públicas aos Organizações e Individuais	11.8	8.4	80.5	39.3	39.6	39.6	198.9
Segurança Social e Pensões	-	-	51.7	51.7	51.7	51.7	206.8
Capital e Desenvolvimento	**11.6**	**0.7**	**99.3**	**24.1**	**-**	**-**	**123.3**
Infra-estraturas e Desenvolvimento Físico	11.6	0.7	97.0	24.1	-	-	121.1
Acçoes ou Compra de Instrumentos Financieiros	-	-	2.2	-	-	-	2.2
Subsídios para Agências Autônomas	**16.3**	**4.9**	**43.7**	**29.3**	**25.7**	**24.3**	**123.1**
Subsídios Operacionais	16.2	4.9	32.4	29.2	25.7	24.3	111.7
Investimento de Capital e Desenvolvimento	0.1	-	11.3	0.1	-	-	11.4
Saldo Orçamental Subsector Estado	**915.8**	**643.7**	**1,237.3**	**1,266.8**	**1,388.6**	**1,342.4**	**5,235.1**
Subsector - Agências Autônomas	-	-	-	-	-	-	-
Receitas	**23.1**	**7.9**	**50.7**	**40.0**	**37.0**	**36.1**	**163.8**
Transferências do Subsector Estado	16.3	4.9	43.7	29.3	25.7	24.3	123.1
Receitas das Agências Autônomas	6.8	3.0	7.0	10.7	11.2	11.8	40.7
Despesas Operacionais	**23.1**	**7.9**	**39.4**	**39.9**	**38.0**	**38.1**	**155.4**
Salários e Vencimentos	0.7	0.3	1.4	1.5	1.3	1.4	5.6
Bens e Serviços	22.1	7.6	36.1	38.4	36.6	36.7	147.9
Capital Menor	0.2	-	1.9	-	-	-	1.9
Juros de Dividas Públicas	-	-	-	-	-	-	-
Capital e Desenvolvimento	**0.1**	**-**	**11.3**	**0.1**	**-**	**-**	**11.4**
Saldo Orçamental Subsector Agências Autônomas	**0.0**	**0.0**	**(0.0)**	**(0.0)**	**(1.0)**	**(2.0)**	**(3.0)**

Quadro 2.2

Posição Fiscal do Orçamento Geral do Estado para Todo o Governo de 2006-07 a 2011

	2006-07 Actual ($m)	2007 Actual ($m)	2008 Estimativa ($m)	2009 Estimativa ($m)	2010 Estimativa ($m)	2011 Estimativa ($m)	Total 4 Anos ($m)
Receitas Petrolíferas	**1,046.0**	**695.9**	**2,018.6**	**1,628.8**	**1,723.9**	**1,683.0**	**7,095.0**
Receitas Não Petrolíferas	**47.7**	**26.1**	**86.5**	**87.9**	**89.1**	**90.9**	**354.4**
Despesas	**160.5**	**64.3**	**788.3**	**372.6**	**347.6**	**354.4**	**1,322.5**
Saldo Fiscal	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
Saldo Fiscal Todo o Estado	885.5	631.6	1,230.3	1,256.2	1,376.4	1,328.6	5,191.4
Saldo Fiscal Todo o Estado - Não petrolífero	(112.8)	(38.2)	(701.8)	(284.7)	(258.5)	(263.5)	(1,508.5)
Financiamento Necessario	112.8	38.2	701.8	284.7	258.5	263.5	1,508.5
Financiamento atraves do Fundo Petrolífero	112.8	40.0	686.8	-	-	-	
Financiamento atraves de emprestimos	-	-	-	-	-	-	
Financiamento atraves do saldo de caixa	-	(1.8)	15.0	-	-	-	
Posição Financieira do Estado	-	-	-	-	-	-	
Obrigações de Anos Anteriores (Jan)	46.3	118.8	95.7	-	-	-	
Saldo de Caixa no fim do Ano	253.7	210.9	98.4	98.4	98.4	98.4	

Quadro 2.3

Estimativas em termos de Fluxos Financeiros e Financiamento do Orçamento Geral do Estado para Todo o Governo de 2006-07 a 2011

	2006-07 Actual ($m)	2007 Actual ($m)	2008 Estimativa ($m)	2009 Estimativa ($m)	2010 Estimativa ($m)	2011 Estimativa ($m)
Saldo de Caixa no Inicio do Ano						
Saldo da Conta do Tesouro	94.6	228.2	180.9	64.4	53.7	42.5
Saldo das Agências Autónomos	20.2	25.5	27.0	34.0	44.7	55.9
Total Saldo de Caixa no Inicio do Ano	**114.8**	**253.7**	**207.9**	**98.4**	**98.4**	**98.4**
Entradas de Caixa durante do Ano						
Receitas Não Petrolíferas (Excluindo Agencias Autonc	52.3	23.1	79.5	77.2	77.9	79.1
Receitas Excluindo Agencias Autonomas	6.8	3.0	7.0	10.7	11.2	11.8
Levantamentos Sustentaveis do Fundo Petrolífero	260.1	40.0	396.1	389.0	390.8	392.5
Levantamentos Extraordinários do Fundo Petrolífero	-	-	290.7	-	-	-
Emprestimos	-	-	-	-	-	-
Fontes não confirmados	-	-	-	(104.3)	(132.3)	(129.0)
Total de Entradas de Caixa durante do Ano	**319.2**	**66.1**	**773.3**	**372.6**	**347.6**	**354.4**
Saídas de Caixa durante do Ano	0	0	**-**	0	0	0
Depesas de Anos Anteriores	(94.9)	(209.1)	94.4	-	-	-
Despesas relatives do Ano Corrente	160.4	64.3	788.3	372.6	347.6	354.4
Total de Saídas de Caixa durante do Ano	**65.5**	**(144.7)**	**882.8**	**372.6**	**347.6**	**354.4**
Balanço de Caixa no Fim do Ano						
Saldo da Conta do Tesouro	228.2	180.9	64.4	53.7	42.5	30.7
Saldo das Agências Autónomos	25.5	27.0	34.0	44.7	55.9	67.7
Saldo Total no Fim do Ano	**253.7**	**210.9**	**98.4**	**98.4**	**98.4**	**98.4**

Parte 3 – Panorama Económico

Panorama Económico Internacional e Regional

O Panorama Económico Mundial do FMI, em Abril de 2008, especificou que a economia global nos últimos seis meses de 2007 estava configurada por duas forças em oposição: uma expansão económica robusta em mercados emergentes, em particular a China e a Índia; e um abrandamento em economias avançadas, especialmente os Estados Unidos, cujo abrandamento tem vindo a ser exacerbado pela correcção no mercado imobiliário. Está agora previsto que o crescimento económico mundial abrande em mais de um ponto percentual, passando de 4.9 por cento em 2007 para 3.7 por cento em 2008, e 3.8 por cento em 2009.

Nos últimos meses o aumento dos preços dos alimentos e do combustível levou a maiores níveis de inflação em muitos países. O aumento dos preços dos alimentos representou quase 45 por cento da inflação global em 2007, nas principais economias industriais e emergentes.

O surto actual dos produtos cotados em mercado internacional, do qual Timor-Leste tem sido um beneficiário líquido, tem tido uma base ampla e inclui petróleo, metais, importantes colheitas alimentares e algumas bebidas.

No cômputo geral o surto actual está em grande medida associado com o aumento da procura de mercadorias na China e noutras economias em rápido crescimento na Ásia, procura esta que está a superar os actuais níveis de oferta. Por outro lado, o desvio das colheitas agrícolas para a produção de biocombustíveis poderá ter tido algum impacto.

É esperado que os preços dos alimentos atinjam o seu pico em 2008 e que daí em diante, no médio prazo, permaneçam no mesmo nível.

A região no seu todo cresceu 7.4 por cento, liderada pela China e pela Índia que cresceram mais de 9 por cento. Todavia surgiram sinais que apontam para uma moderação da actividade, em linha com o abrandamento global nos Estados Unidos. Em face das suas vastas ligações comerciais e financeiras com o resto do mundo, dificilmente a Ásia poderá escapar a todos os efeitos deste declínio. Em 2008 prevê-se que o crescimento na região desça de 1.25 por cento para os 6.2 por cento, que é igualmente o crescimento esperado na Indonésia. O crescimento na Austrália, um dos principais exportadores de produtos para a Ásia, deverá ser de 4.4 por cento em 2008, enquanto na Indonésia se espera um crescimento de 6.2 por cento.

As pressões inflacionistas estão actualmente fortes ou a crescer na maior parte da Ásia. Embora a subida inicial da inflação, em grande parte da região, tenha reflectido os choques nos preços dos alimentos relacionados com a oferta e com os preços mais elevados das mercadorias a nível global, os aumentos dos preços estão agora a começar a ter uma base mais alargada. A inflação base começou a subir mais rapidamente nos últimos meses. A inflação dos preços ao consumidor também aumentou de forma acentuada através da Ásia, isto reflecte os custos mais elevados com energia, bem como com outras matérias-primas.

Os desenvolvimentos na economia global terão impacto em Timor-Leste por via do abrandamento nos Estados Unidos, da quebra do dólar americano e do aumento do preço das mercadorias. Embora o dólar esteja agora próximo dos seus valores mais baixos em termos reais, há estudos que concluem que continua a estar relativamente sobrevalorizado, pelo que se pode esperar uma maior depreciação, resultando em maiores preços das importações para Timor-Leste.

Em termos de preços de mercadorias, Timor-Leste está actualmente a beneficiar de preços petrolíferos mais altos e de maiores rendimentos provenientes das receitas petrolíferas, sendo que isto continuará no futuro. Os aumentos no preço do café, a principal exportação agrícola de Timor-Leste, têm sido moderados, subindo de 123 cêntimos para 149 cêntimos per libra entre 2007 e Janeiro de 2008.

Qualquer subida associada aos rendimentos das exportações será assim moderada. Em contraste, os aumentos nos preços do arroz, passando de $323 por tonelada métrica em 2007, para cerca de $1,200 por tonelada métrica, em Maio de 2008, tem e continuará a ter um forte impacto no custo de vida em Timor-Leste.

Economia Interna

A economia interna em Timor-Leste, do curto para o médio prazo, continuará a ser impulsionada pelo sector público, com a despesa a ser financiada essencialmente por transferências a partir do Fundo Petrolífero. Em 2007 estima-se que o PIB, não petrolífero, tenha crescido 8% em termos reais.

Estima-se que a produção do sector agrícola em 2007 tenha descido significativamente, como consequência do mau tempo e de pragas de gafanhotos, com um declínio global de cerca de 10% para colheitas como o café e o milho. Todavia isto foi mais do que compensado por uma retoma na indústria, após os distúrbios civis em 2006 e por aumentos nas despesas do Governo. As despesas gerais do Governo, segundo o método de caixa, representaram mais de metade do PIB. O total das despesas do Governo em 2007, segundo o método de caixa, foi de $156.5 milhões.

O panorama para a economia doméstica em 2008 reflecte o empenho do Governo no que toca a maiores taxas de crescimento económico, que conduzirão a maiores níveis de emprego e à redução da pobreza.

O Governo está ciente do facto de que são necessárias taxas de crescimento económico superiores para concretizar estes objectivos, pretendendo para tal utilizar os substancialmente mais elevados recursos financeiros, que resultam do petróleo e do gás.

Foram feitas provisões na rectificação do orçamento para 2008 a fim de providenciar subsídios para arroz, aumentos em pagamentos de transferências para deslocados e pensionistas e mais programas de trabalho para os desempregados, de forma a aliviar a incidência da pobreza.

Nas áreas da saúde e da educação haverá aumentos importantes na saúde materna e nos cuidados hospitalares, bem como no que se refere ao alargamento do programa de refeições nas escolas, à formação de professores e à construção de instalações escolares.

Um maior investimento público nas infra-estruturas e no capital humano, bem como uma reforma intensificada do ambiente empresarial, deverão igualmente aumentar o crescimento sustentado a médio prazo.

Serão implementados projectos de infra-estruturas a partir de 2008, como sejam melhorias no fornecimento de electricidade, reabilitação rodoviária e melhorias a portos e aeroportos. O investimento na agricultura será também aumentado substancialmente, em especial com a compra de tractores e de máquinas, assim como com projectos de irrigação e construção de instalações agrícolas. O Governo está a investir fortemente numa maior produtividade agrícola, com o intuito de conseguir uma maior segurança alimentar e para reduzir a dependência das importações.

O total dos gastos em 2008 estará na ordem dos $788.3 milhões, englobando a dotação orçamental inicial de $347.8 milhões e uma rectificação semestral de $440.6 milhões, incluindo $240 milhões para o estabelecimento do Fundo de Estabilização Económica. Os gastos a estes níveis, que incluirão a construção de novas centrais eléctricas e outros

investimentos na geração de electricidade, deverão aumentar significativamente o nível de vida dos timorenses. Adicionalmente, irão proporcionar um impulso positivo na expansão empresarial - e mais investimento e desenvolvimento, sobretudo com o aumento do investimento público previsto em projectos de infra-estruturas, que deverão levar a uma taxa real de crescimento económico de, aproximadamente, 9 a 10 por cento.

Em 2007 registou-se uma taxa de inflação ao consumidor de quase nove por cento. Em 2008 é esperado que a inflação esteja na ordem dos 10 a 12 por cento. No seguimento dos desenvolvimentos a nível global, os preços dos alimentos têm vindo a aumentar rapidamente, tendo os preços do arroz em mercados internacionais subido cerca de 200 por cento durante os últimos seis meses. Para além disto, os custos dos materiais de construção também subiram de forma considerável.

O Governo irá estar vigilante no que toca à monitorização das pressões dos preços e o Fundo de Estabilização Económica irá ser usado como uma ferramenta essencial para este fim. Outro factor que poderá mitigar o aumento da inflação, deriva da redução de direitos de importação e de imposto de vendas para os 2.5 por cento e do imposto sobre serviços para os 5 por cento, como resultado da lei fiscal recentemente aprovada. Aqui é importante assinalar que as reduções fiscais têm um impacto positivo, dada a sua implicação directa nos preços praticados pelos produtores e retalhistas. O Governo está a avançar com algumas medidas, como o estabelecimento de uma unidade de fiscalização de preços no Ministério do Turismo, Comércio e Indústria e o aumento do diálogo com o sector privado e com outras associações, como cooperativas e associações de veteranos, para garantir a adequada competição relativamente aos preços dos bens e serviços na economia.

O Governo está empenhado em aumentar as taxas de crescimento económico, ao mesmo tempo que canaliza assistência para as pessoas mais vulneráveis e desfavorecidas, como passos essenciais para o aumento do emprego e da redução da pobreza. O Governo pretende utilizar os recursos financeiros em rápido crescimento, provenientes do petróleo e do gás, para atingir estas metas.

Sector Petrolífero

Presentemente existe apenas um campo em operação na Área Conjunta de Desenvolvimento Petrolífero (ACDP). O campo Bayu-Undan está ainda na sua fase inicial e é esperado que continue a gerar receitas para o Estado de Timor-Leste até 2023.

A produção real em 2007 foi equivalente a 58.8 milhões de barris de petróleo, comparada com a estimativa equivalente a 59.3 milhões de barris de petróleo no Orçamento para 2008. A menor produção real em 2007, comparativamente ao esperado no Orçamento para 2008, deveu-se a uma redução na produção de Gás de Petróleo Liquefeito (GPL).

Até à data os aumentos nas receitas do petróleo têm resultado de preços do petróleo cada vez mais elevados. As estimativas das receitas petrolíferas são baseadas apenas nos níveis de produção que são certos. A médio prazo, porém, esperam-se aumentos significativos na produção. Por exemplo, outro campo na ACDP, conhecido como Kitan, foi declarado comercialmente viável. Este campo será incluído nas estimativas das receitas petrolíferas num futuro próximo, quando for claro que tipo de fluxos se pode esperar. A produção irá eventualmente aumentar como resultado de dez expedições de perfuração no Mar de Timor, entre 2009 e 2012.

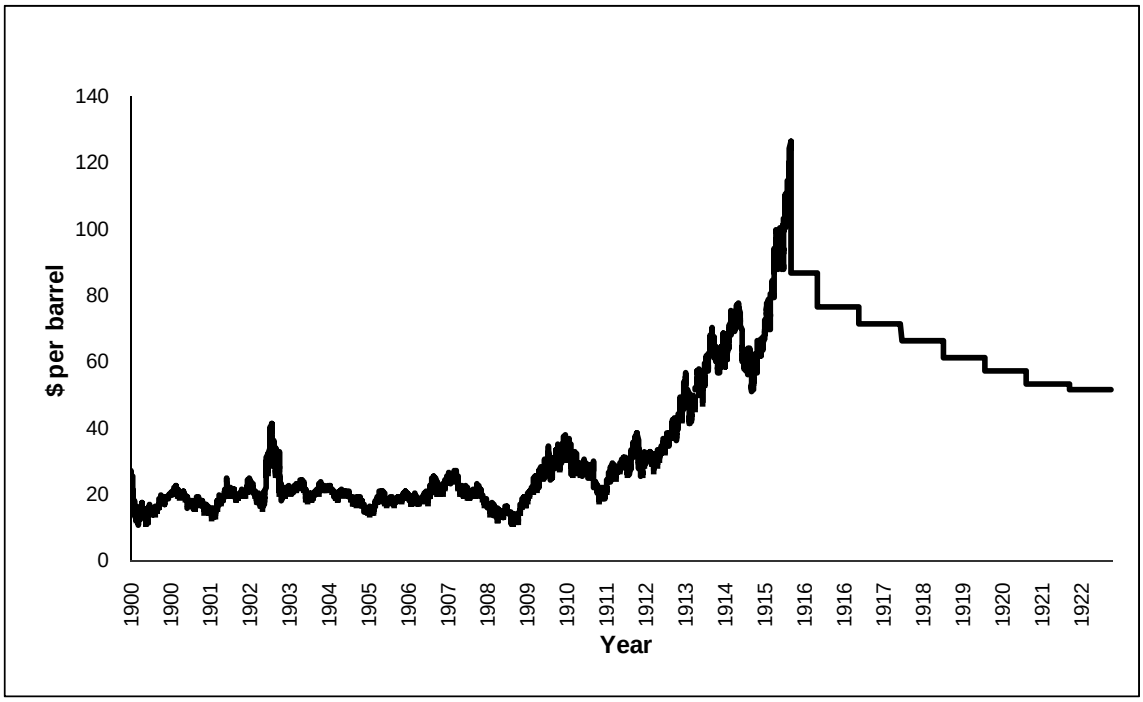
Conforme delineado no Orçamento para 2008, o pico da produção do campo Bayu-Undan deverá ocorrer em 2008. Os calendários previstos para a produção, constantes da Quadro 3.4, não foram alterados desde o Orçamento para 2008. Todavia, os dados de produção real são actualizados numa base anual após a realização dos dados reais. As estimativas projectadas assentam no cenário de baixa produção do operador, de modo a levar em conta os riscos consideráveis associados ao sector petrolífero.

O preço médio do petróleo do o West Texas Intermediate (WTI) foi em 2007 de $72 por barril, em comparação com a estimativa de $73 por barril no Orçamento para 2008. Todavia os preços obtidos a partir da produção de condensado e GPL do campo Bayu-Undan, foram superiores ao pressuposto no Orçamento para 2008, dado que o diferencial entre o preço do WTI e os preços do produto real obtidos foi menor do que o inicialmente previsto.

À altura da elaboração deste documento o preço médio do petróleo em 2008 era de $107 por barril, em comparação com a estimativa de $62 por barril feita no Orçamento para 2008. Devido ao aumento substancial no preço concreto do petróleo e à previsão para o resto do ano, o Ministério das Finanças aumentou o pressuposto do preço do petróleo em 2008 para $86 por barril em média. Este não é o preço esperado para o petróleo em 2008 mas sim o preço do petróleo usado para o cálculo dos Rendimentos Sustentáveis, reflectindo a recomendação da Lei do Fundo Petrolífero no sentido de todos os pressupostos deverem ser prudentes. Ainda que o pressuposto do preço do petróleo em 2008 seja inferior aos preços concretos até aqui em 2008, deve ser notado que é consideravelmente superior ao preço real do petróleo há apenas um ano atrás. O Gráfico 3.1 ilustra as alterações nominais históricas no preço do petróleo e os pressupostos usados no cálculo das receitas petrolíferas futuras.

Gráfico 3.1

Alterações no Preço Mundial do Petróleo com Base no WTI ($ Por Barril)



Fundo Petrolífero

As receitas petrolíferas reais em 2007, excluindo os retornos dos investimentos do fundo petrolífero, foram de $1,258.5 milhões. Correspondentemente, estima-se que as receitas petrolíferas em 2008 sejam de $1,845.8 milhões, o que representa um aumento de $487.2 milhões em relação à estimativa feita no Orçamento para 2008, devido à actualização da estimativa do preço do petróleo em 2008.

Quadro 3.1

Estimativas das Poupanças do Fundo Petrolífero entre 2006-07 e 2011 ($m)

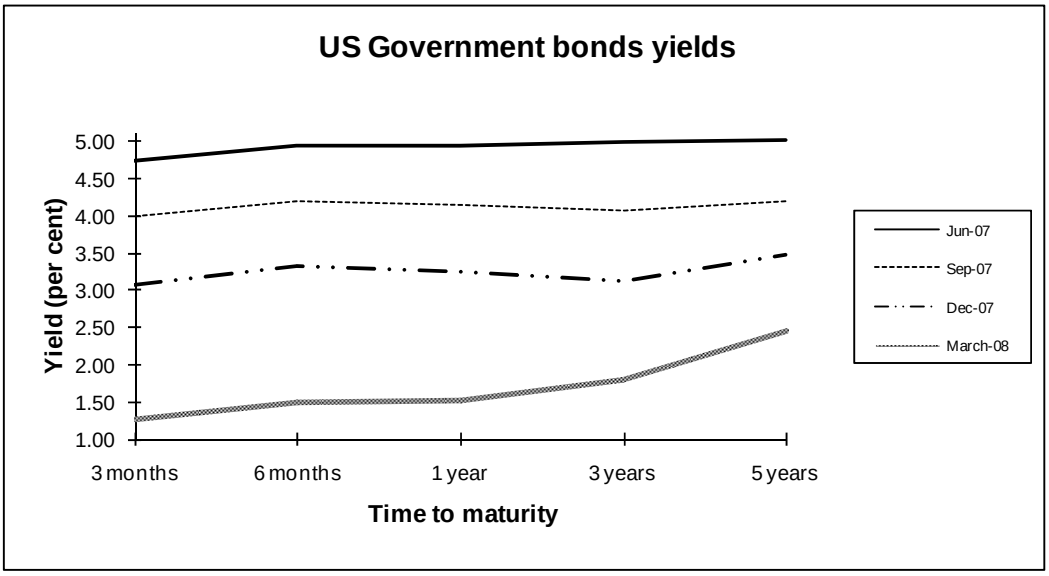
	06-07 Actual	2007 Actual	2008 Est	2009 Proj	2010 Proj	2011 Proj
Saldo de Abertura	**650**	**1,394**	**2,086**	**3,339**	**4,501**	**5,757**
Receitas Petrolíferas	956	640	1,846	1,417	1,470	1,385
Juros	38	33	93	135	176	219
Alteracao no Valor do Fundo	11	59	-	-	-	-
Levantamentos	260	40	687	389	391	393
Saldo ao Fim do Ano Fiscal	**1,394**	**2,086**	**3,339**	**4,501**	**5,757**	**6,968**

O retorno real dos investimentos do fundo petrolífero em 2007 foi de $117.0 milhões. Quase 80% do retorno real foi recebido no 3.º e 4.º trimestre de 2007, devido a uma queda significativa no rendimento dos títulos do Governo dos EUA durante esse período, que causou um ganho inesperado no retorno dos investimentos mantidos nesse período. Com base na actual estratégia de investimento e num rendimento dos títulos do Governo dos EUA de 3.5%, o retorno dos investimentos para 2008 está estimado em $93 milhões.

O Gráfico 3.2 mostra as recentes alterações na curva de rendimento de 0 a 5 anos do Governo dos EUA.

Gráfico 3.2

Curva de rendimento de 0 a 5 anos do Governo dos EUA[1]



Quadro 3.2

Estimativas das Receitas Petrolíferas entre 2006-07 e 2011 ($m)

	06-07 Actual	2007 Actual	2008 Est	2009 Proj	2010 Proj	2011 Proj	Total 4 Anos
Total das Receitas Petrolíferas	**993.7**	**672.9**	**1,939.1**	**1,551.6**	**1,646.1**	**1,603.8**	**6,740.6**
Direitos	114.0	58.8	143.2	109.7	109.0	99.6	461.5
Impostos sobre Lucros	343.6	396.8	976.7	793.3	808.3	772.7	3,351.0
Impostos Sobre o Rendimento	437.9	86.1	266.5	195.9	258.9	226.5	947.8
Impostos Sobre Lucros Adicionais	38.3	87.2	441.6	298.7	276.2	268.7	1,285.2
Impostos Sobre Valor Acrescentado	6.4	3.0	5.5	6.7	4.8	4.8	21.8
Impostos sobre Vencimentos	7.5	4.2	5.0	5.0	5.1	5.3	20.4
Pagamentos do Oleoduto	6.3	-	7.2	7.2	7.2	7.2	28.8
Outros Pagamentos	-	0.1	0.2	0.2	0.2	0.2	0.8
Retenções na Fonte de Impostos	2.1	3.8	-	-	-	-	-
Juros do Fundo Petrolífero	37.5	32.8	93.3	134.8	176.4	218.8	623.4

Fonte: Reserva Federal (http://www.federalreserve.gov)

O saldo do Fundo Petrolífero em 31 de Dezembro de 2007 era de $2,086 milhões. Este valor aumentou para $2,630 milhões em 31 de Março de 2008. Até final de 2008 é esperado que o saldo seja de $3,339 milhões. Prevê-se que o fundo aumente de forma gradual a médio prazo. A estimativa actual coloca o valor total do Fundo em finais de 2009 nos $4,501 milhões, e em finais de 2011 nos $6,968 milhões.

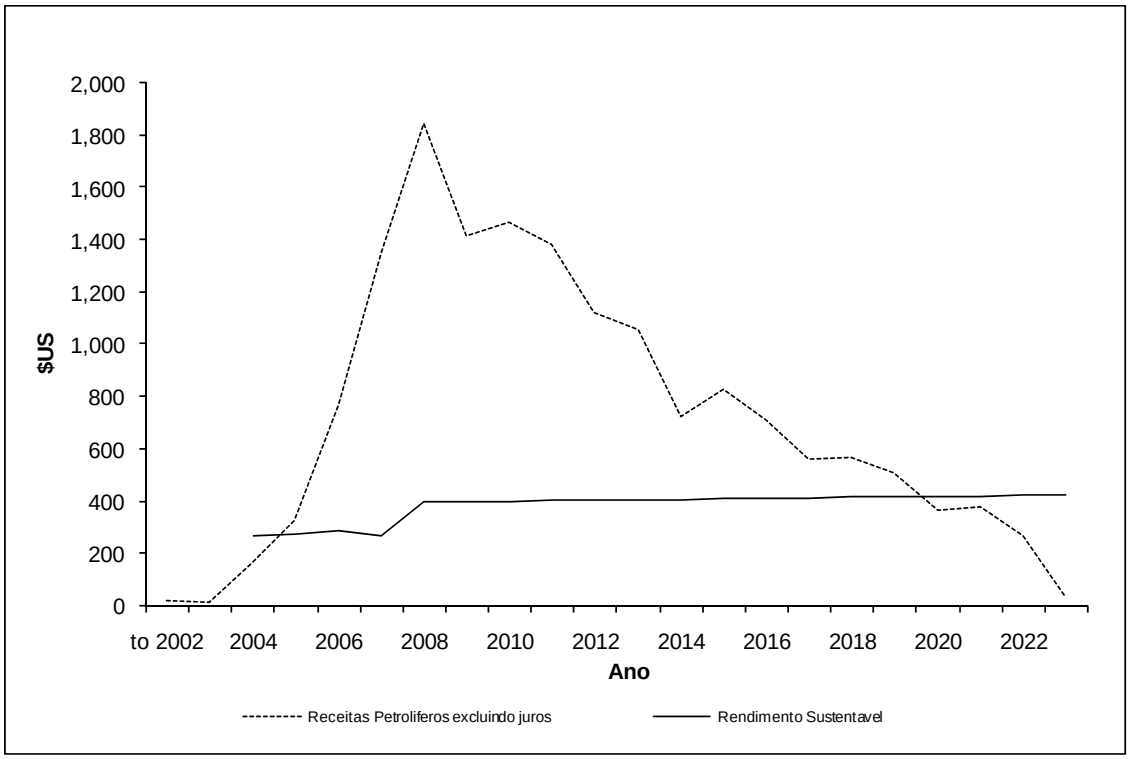
Receitas, Riqueza e Rendimentos Sustentáveis do Petróleo

No dia 1 de Janeiro de 2008 o total da Riqueza Petrolífera estava estimado em $13,203 milhões, com base no Valor Actual Liquido. Para além do valor total do Fundo Petrolífero em 1 de Janeiro de 2008, a Riqueza Petrolífera também consiste num Valor Actual Líquido (VAL) de futuras receitas petrolíferas na ordem de $11,117 milhões. As Receitas Petrolíferas estimadas aumentaram $3,392 milhões comparativamente com os cálculos fornecidos no Orçamento para 2008. O aumento significativo na Riqueza Petrolífera deve-se à revisão da estimativa dos preços petrolíferos e à diminuição na taxa de desconto de 4.3 % para 3.5 %.

De acordo com a Lei do Fundo Petrolífero, os Rendimentos Sustentáveis Estimados (RSE) deverão ser 3% da Riqueza Petrolífera. Correspondentemente, os Rendimentos Sustentáveis Estimados para o ano orçamental de 2008 estão calculados em $396 milhões. Isto representa um aumento de $102 milhões quando comparado com o cálculo para o mesmo período no Orçamento para 2008, onde os Rendimentos Sustentáveis Estimados para esse ano, foram determinados em $294 milhões.

Gráfico 3.3

Receitas e Rendimentos Sustentáveis do Petróleo de Timor-Leste de 2002 a 2023 (preços nominais)



O Gráfico 3.3 ilustra o nível, a longo prazo, dos RSE e das receitas petrolíferas a receber até 2023.

Quadro 3.3

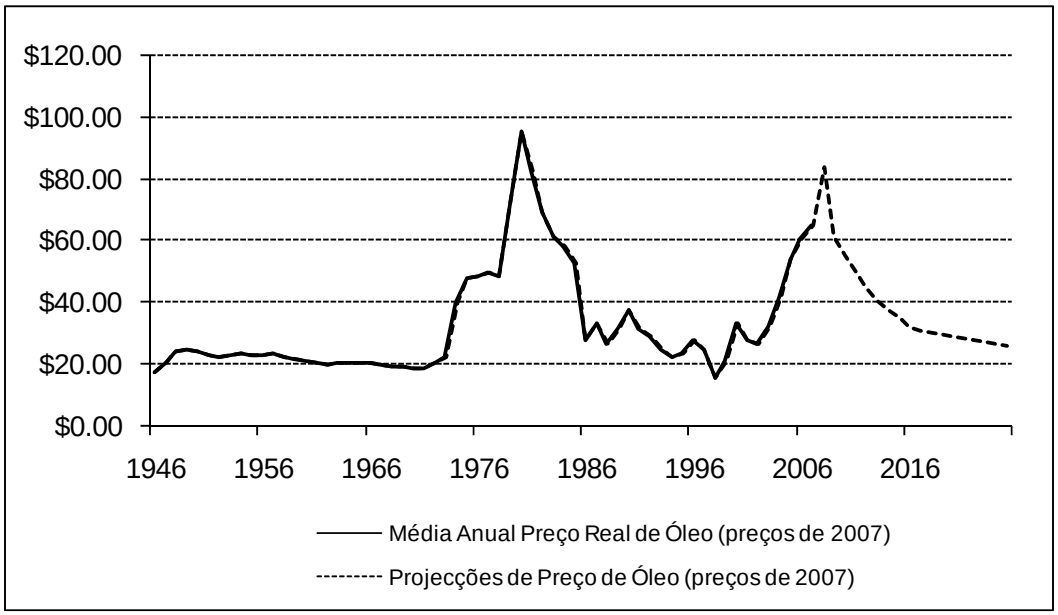
Rendimento Sustentavel do Fundo Petrolífero 2006-07 to 2011 ($m)

	06-07 Actual	2007 Actual	2008 Est	2009 Proj	2010 Proj	2011 Proj
Rendimento Sustentavel	283.3	133.0	396.1	389.0	390.8	392.5
Levantamentos Actuais do Fundo Petrolifero	260.1	40.0	686.8	389.0	390.8	392.5

Os preços do petróleo utilizados neste cálculo são inferiores aos preços actuais do mercado. Deve ser observado que os cálculos se baseiam em preços que são significativamente mais altos, do que eram há poucos anos, e que os preços do petróleo têm demonstrado ser voláteis ao longo do tempo.

Gráfico 3.4

Preços Históricos e Projectados do Petróleo em Termos Reais (Preços de 2007)



Avaliação da Metodologia

A Lei do Fundo Petrolífero pressupõe que o rendimento nominal estimado que um título do tesouro do Governo dos EUA obtenha em média ao longo dos anos, em que são esperadas receitas do Fundo Petrolífero, deva ser usado como taxa de desconto aquando do cálculo do valor actual do futuro fluxo financeiro do sector petrolífero. Na altura em que o cálculo dos Rendimentos Sustentáveis foi revisto antes da revisão semestral do Orçamento para 2008, a média ponderada dos títulos de tesouro do Governo dos EUA foi estimada em 3.5%, tendo este valor sido escolhido como a taxa de desconto para o cálculo. Para além disto, as receitas petrolíferas previstas são descontadas no início do ano civil (1 de Janeiro de 2008), partindo do princípio que as receitas são recebidas em média a meio do ano.

O uso de uma taxa de juro isenta de riscos aquando do cálculo do valor actual das receitas futuras tem implicações para os pressupostos utilizados, no que diz respeito à estimativa do fluxo financeiro. Deve haver uma probabilidade substancial de o fluxo financeiro se materializar. O Orçamento do Estado estima a produção com base na estimativa "Baixa" do operador. A estimativa Baixa significa que haverá uma probabilidade de 90% de os níveis de produção previstos serem atingidos.

Tal como foi referido anteriormente, o campo de Kitan foi declarado comercialmente viável, estando o Governo a procurar muito activamente avançar com o Greater Sunrise. Para além disto, haverá dez explorações de perfuração

entre 2009 e 2012, sendo que é esperado que todas elas tenham impactos positivos em termos de receitas para o Estado.

O Orçamento do Estado usa a previsão de "Cenário de Preço Baixo" em relação aos preços do óleo de crude importados da Administração de Informações de Energia (AIE) do Governo dos EUA, como preço de referência para a determinação dos pressupostos de preços. A fim de antecipar a previsão de preços do West Texas Intermediate (WTI), que é a previsão de preços usada como base para os cálculos, os preços do óleo de crude importado são ajustados com o diferencial esperado entre o preço do WTI e os preços do óleo de crude importado.

As previsões anuais dos preços de óleo de crude importados são por norma publicados pela AIE em Fevereiro de cada ano, porém em 2008 as previsões sofreram um atraso e ainda não foram disponibilizadas ao público. Todavia a AIE já emitiu o seu "comunicado inicial revisto para 2008" relativamente ao "Cenário de Preço de Petróleo de Referência", sendo assim que o Ministério das Finanças prevê um "Cenário de Preço Baixo" com base no mesmo diferencial entre o "Cenário de Preço de Referência" e o "Cenário de Preço Baixo" como em 2007. Este "Cenário de Preço Baixo" estimado está a ser usado como base para antecipar o preço do WTI no cálculo dos actuais Rendimentos Sustentáveis.

Uma vez que existem vários produtos petrolíferos (condensado, Gás de Petróleo Liquefeito (GPL) e Gás Natural Liquefeito (GNL) provenientes do Bayu-Undan com preços distintos, tem-se usado o diferencial histórico entre o preço de referência do WTI e os vários preços de produtos para prever os preços dos produtos. Estes diferenciais permanecem inalterados desde o Orçamento para 2008.

Timor-Leste não dispõe de uma gama alargada de campos petrolíferos a partir dos quais obtém receitas petrolíferas, e como tal existem riscos associados com as receitas petrolíferas. O risco, ainda que reduzido, é que um acontecimento que afecte o campo de Bayu Undan, cause uma interrupção no fluxo de receitas para o Estado de Timor-Leste. Esta interrupção pode durar meses, anos, ou mesmo tempo indefinido, dependendo do evento. Para além disto, os preços do petróleo são altamente voláteis, e não deve ser posta de lado a hipótese de os preços petrolíferos caírem para valores inferiores aos dos pressupostos de preços usados nos cálculos do Fundo Petrolífero.

No cálculo da Riqueza Petrolífera só são incluídos os campos actualmente a produzir. Dado que não existe ainda um plano de desenvolvimento para o campo Greater Sunrise, as receitas potenciais para Timor-Leste provenientes deste campo não são incluídas na Riqueza Petrolífera, da mesma forma que não o são as potenciais receitas dos hectares abertos para exploração.

No cálculo da Riqueza Petrolífera só são incluídos os campos actualmente em produção. Tendo em conta que não existe ainda um plano de desenvolvimento para o campo Greater Sunrise, as receitas potenciais para Timor-Leste provenientes deste campo não são incluídos no cálculo da riqueza petrolífera, da mesma forma que não são as potencias receitas das áreas abertas para exploração.

O Quadro 3.4 sumariza as previsões das receitas petrolíferas das operações em Bayu Undan:

- a primeira coluna refere-se ao ano civil;
- a segunda coluna reflecte o preço do petróleo previsto, o qual foi usado para estimar as futuras receitas petrolíferas, com base no "Caso do Preço Baixo", publicado pela Administração da Informação Energética dos E.U.A;
- a terceira coluna reflecte a produção petrolífera estimada, com base no "Caso de Produção Baixa", fornecido pelo operador, ConocoPhillips; e

- a quarta coluna reflecte o total estimado das receitas petrolíferas, com base na informação anterior.

As receitas petrolíferas da 4ª coluna não são descontadas, e são apresentados em termos de preços actuais (as receitas recebidas em 2010 são medidas em dólares de 2010, as receitas recebidas em 2015 são medidas em dólares de 2015 etc.).

O cálculo da riqueza petrolífero é baseado no valor neto actualizado (NPV) das futuras receitas. Todas as futuras receitas são descontadas à data de 1 de Janeiro de 2008, porque foi este o ponto de partida para estimar a riqueza petrolífera para 2008.

No momento da elaboração do Orçamento Rectificativo de 2008 os fundos do Fundo Petrolífero foram reflectidos em preços de 2008, para o cálculo da riqueza petrolífera, dado que é necessário consistência, assim como todas as futuras receitas são reflectidas igualmente nos preços de 2008. O NPV mostra todos as futuras receitas com base neste ano do orçamento (dólares em 2008).

No orçamento para 2009, a riqueza petrolífera será calculada com base nos preços de 2009.

Como a produção petrolífera consiste em diversos produtos (condensado, LPG, GNL) com diferentes fórmulas de preços e contratos, não é possível calcular o total de receitas não descontadas através do preço do petróleo de WTI e nos números de produção constantes no Quadro 3.5.

A estimativa total de receitas petrolíferas de 1 de Janeiro de 2008 até 2023, em termos não descontados, é de $13,235 milhões, enquanto o valor actualizado neto em termos descontados é estimado em $11,117 milhões. O factor de desconto utilizado no cálculo é 3.5%, de acordo com as provisões na Lei do Fundo Petrolífero.

A riqueza petrolífera está estimada em $13,203 milhões, como apresentado na Quadro 3.6, este é composto pelo saldo no fundo petrolífero no dia 1 de Janeiro de 2008 de $2,086 milhões, e futuras receitas petrolíferas descontadas de $11,117 milhões.

Quadro 3.4

Cálculos dos Rendimentos Sustentáveis – Estimativas do Preço do Petróleo ($ por Barril), Previsão de Produção e Receitas de 2002 a 2023

	Preço médio de Óleo WTI	Produção de Óleo	Total de Recitas Petrolíferas Discontados	Total de Recitas Petrolíferas Não Discontados
	$/Barril	Equivale milhões de Barris	$ milhões	$ milhões
Total		**914**		**15,872**
Total desde 1 Jan 08		**751**	**11,117**	**13,235**
to 2002	0	0		16
2003	0	0		13
2004	44	17		163
2005	54	29		326
2006	65	57		767
2007	72	59		1,352
2008	86	64	1,814	1,846
2009	76	57	1,345	1,417
2010	71	59	1,348	1,469
2011	66	59	1,228	1,385
2012	61	56	961	1,122
2013	57	56	872	1,054
2014	53	52	579	724
2015	51	52	639	827
2016	48	50	528	708
2017	49	47	406	564
2018	50	45	396	569
2019	51	43	343	510
2020	52	40	236	363
2021	53	38	238	379
2022	54	35	162	267
2023	55	0	20	33

Sensibilidade

Existem diversos riscos e incertezas em qualquer previsão sobre receitas petrolíferas. O pressuposto mais sensível é o do preço do petróleo, dado que a previsão das receitas petrolíferas muda de forma substancial até mesmo com uma alteração relativamente pequena nos preços esperados para o petróleo.

Outras incertezas incluem o volume de contrato do GNL e os termos de preço, preços de venda à vista de condensado e GPL relativamente a preços do petróleo, custos operacionais e inflação. O Ministério das Finanças procurou adoptar pressupostos prudentes em todos os casos.

A Quadro 3.5 mostra a sensibilidade das Receitas Petrolíferas, Riqueza Petrolífera e Rendimentos Sustentáveis Estimados em relação a alterações na produção e nos preços.

Quadro 3.5[2]

Cálculos dos Rendimentos Sustentáveis – Análise de Sensibilidade ($m)

	Preço Óleo - $10	O Rect 2008	Preço Óleo + $10	Produção Esperada
Receitas Petrolíferas 1 Jan 2008 até 31 Dec 2024	10,479	13,235	15,991	15,128
Riqueza Petrolífera em 31 Dec 2007	10,970	13,203	15,436	14,487
Estimativa de Rendimento Sustentavel 2008	329	396	463	435

[2] O Orçamento de Estado para 2008 assenta no cenário do Ministério das Finanças (Cenário do MF). O preço baixo é baseado em preços do petróleo inferiores em $10 por barril aos assumidos pelos agentes do MF; O preço alto é baseado em preços do petróleo superiores em $10 por barril aos assumidos pelos agentes do MF. A produção esperada é baseada na produção esperada pelos operadores em vez de na estimativa de produção baixa (P90).

Parte 4 – Receitas

O total das receitas do Estado para 2008 foi revisto conforme detalhado na Quadro 4.1. As receitas consistem em:

- Receitas petrolíferas (incluindo juros a partir do Fundo Petrolífero);
- Impostos domésticos;
- Taxas e pagamentos de utilização;
- Juros obtidos a partir dos saldos monetários do Estado; e
- Pagamentos de Instituições Autónomas.

Quadro 4.1

Total das Receitas 2007 – 2011 ($m)

	06-07 Actual	2007 Actual	2008 Est	2009 Proj	2010 Proj	2011 Proj	Total 4 Anos
Receitas Total	**1,052.8**	**699.0**	**2,025.6**	**1,639.5**	**1,735.2**	**1,694.8**	**7,095.0**
Receitas Petrolíferas	993.7	672.9	1,939.1	1,551.6	1,646.1	1,603.8	**6,740.6**
Receitas Domésticas	31.1	14.5	30.3	17.5	18.4	19.3	**85.4**
Taxas de Utilização	4.7	4.6	45.9	56.2	56.5	56.9	**215.4**
Juros	5.1	4.0	3.4	3.5	3.0	3.0	**12.9**
Agências Autónomas	6.8	3.0	7.0	10.7	11.2	11.8	**40.7**
Apoio Directo ao Orçamento	11.4	-	-	-	-	-	**-**

Quadro 4.2

Receitas Domésticas 2007 – 2011 ($m)

	06-07 Actual	2007 Actual	2008 Est	2009 Proj	2010 Proj	2011 Proj	Total 4 Anos
Receitas Domésticas	**59.2**	**26.1**	**86.5**	**87.9**	**89.1**	**90.9**	**354.4**
Impostos Domésticas	31.1	14.5	30.3	17.5	18.4	19.3	**85.4**
Taxas de Utilização	4.7	4.6	45.9	56.2	56.5	56.9	**215.4**
Juros	5.1	4.0	3.4	3.5	3.0	3.0	**12.9**
Agências Autónomas	6.8	3.0	7.0	10.7	11.2	11.8	**40.7**
Apoio Directo ao Orçamento	11.4	-	-	-	-	-	**-**

Quadro 4.3

Impostos Domésticos 2007 – 2011 ($m)

	06-07 Actual	2007 Actual	2008 Est	2009 Proj	2010 Proj	2011 Proj	Total 4 Anos
Impostos	**31.1**	**14.5**	**30.3**	**17.5**	**18.4**	**19.3**	**85.4**
Impostos Directos	**11.8**	**5.2**	**12.8**	**7.4**	**7.8**	**8.1**	**36.1**
Imposto sobre Rendimento e Lucros	8.7	3.0	9.5	5.7	5.9	6.2	27.3
Impostos sobre Rendimento de Individuais	3.1	2.2	3.3	1.7	1.8	1.9	8.8
Impostos Indirectos	**19.3**	**9.3**	**17.5**	**10.1**	**10.6**	**11.1**	**49.3**
Impostos sobre Vendas	4.0	1.7	3.1	1.6	1.7	1.8	8.2
Impostos Especiais de Consumo	7.3	3.5	4.1	2.2	2.3	2.4	10.9
Direitos de Importação	4.3	1.5	6.5	4.3	4.5	4.8	20.2
Imposto sobre Serviços	3.6	2.5	3.8	2.0	2.1	2.2	10.1

As receitas petrolíferas foram discutidas na Parte 2 – Panorama Económico.

As estimativas dos impostos internos previstos foram revistas de modo a levar em conta o aumento nos produtos e actividades internas, que têm continuado a crescer desde 2006. O aumento dos gastos do Governo e uma presença internacional, consideravelmente maior, contribuíram para esta subida.

Na sequência das reformas do sistema fiscal interno, em Junho de 2008, (Lei Tributária, que se espera vir a ser publicada no Jornal da República até Julho deste ano) foram feitas revisões relativamente às receitas. As receitas estimadas no Orçamento de 2008 foram preparadas partindo do princípio que a nova lei fiscal iria valer a partir de 1 de Janeiro de 2008, estas estimativas foram agora actualizadas para reflectir a data da sua implementação, a 1 de Julho de 2008, conforme aprovado pelo Parlamento Nacional.

As novas reformas visam melhorar a competitividade de Timor-Leste na região e apoiar a futura expansão do sector privado. Apresenta-se, em seguida, um breve resumo dos principais impactos nas receitas internas do país.

Imposto sobre Rendimentos de Vencimentos

Para contribuintes residentes os primeiros $500 de vencimentos mensais tributáveis não serão sujeitos a impostos, enquanto os montantes acima de $500 ficarão sujeitos a um imposto de 10%. Os não residentes terão de pagar 10% sobre todos os montantes de vencimentos tributáveis recebidos.

Imposto de Retenção

Os dividendos e juros deixarão de estar sujeitos a imposto de retenção, todavia os juros terão de ser incluídos nos rendimentos brutos para o cálculo dos rendimentos tributáveis.

Os recipientes de determinados rendimentos de serviços actualmente sujeitos a imposto de retenção final poderão escolher (irrevogavelmente) que o imposto de retenção não seja uma obrigação final. Estes contribuintes apresentarão declarações fiscais, ficarão sujeitos a imposto normal sobre os rendimentos e receberão créditos por quaisquer impostos retidos.

Imposto sobre Serviços

A taxa do imposto sobre serviços descerá de 12% para 5%, sendo que a provisão de serviços de aluguer de veículos motores deixará de estar sujeita a imposto sobre serviços.

Imposto sobre Rendimentos

Os rendimentos tributáveis para pessoas singulares em Timor-Leste (indivíduos) terão uma taxa de imposto de 10% para os que ultrapassem a verba de $6,000. A taxa de imposto sobre rendimentos para pessoas singulares não residentes será de 10% sobre os rendimentos tributáveis. Para todos os outros contribuintes (não indivíduos) a taxa será de 10% sobre todos os rendimentos tributáveis. Deixará de ser pago o imposto mínimo sobre rendimentos de 1%.

Depreciação

A taxa de depreciação para todos os edifícios empresariais e activos depreciáveis será de 100% no ano de aquisição, a partir do ano fiscal de 2008. Sendo este um arranjo transitório, os contribuintes terão também direito a solicitarem uma dedução da depreciação para o valor nominal de quaisquer edifícios empresariais e activos depreciáveis em 31 de Dezembro de 2007. É esperado que isto constitua uma poupança fiscal significativa para muitas empresas em Timor-Leste.

Amortização

A taxa de amortização para todos os bens imóveis será também de 100% a partir do ano fiscal de 2008. O mesmo valor nominal aplicado à depreciação aplica-se também à amortização.

Juros

Só serão permitidas deduções para despesas de juros a instituições financeiras (por exemplo bancos).

Quadro 4.4

Pagamentos de Utilização e Outras Receitas 2007 – 2011 ($m)

	06-07 Actual	2007 Actual	2008 Est	2009 Proj	2010 Proj	2011 Proj	Total 4 Anos
Total	**4.7**	**4.6**	**45.9**	**56.2**	**56.5**	**56.9**	**215.4**
Registo de Empresas	0.2	0.1	0.3	0.3	0.4	0.4	1.4
Correios	0.1	0.0	0.1	0.1	0.1	0.1	0.4
Taxas de Terrenos e Propriedades	1.4	0.1	2.0	2.0	2.1	2.3	8.4
Taxas de Água e Saneamento	0.0	-	0.1	0.1	0.1	0.1	0.3
Propinas da Universidade Nacional	0.0	-	0.5	0.5	0.5	0.5	2.0
Taxas Sobre Registo de Veiculos	0.2	0.1	0.2	0.2	0.2	0.2	0.8
Taxas Sobre Inspecção de Veiculos	0.0	0.1	0.2	0.2	0.2	0.2	0.8
Taxas de Carta ce Conduçao	0.0	0.1	0.2	0.2	0.2	0.3	1.0
Outras Taxas Transportais	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.1
Passaportes e Identidade	0.2	0.1	0.5	0.5	0.5	0.6	2.1
Vistos	0.6	0.4	1.0	1.1	1.1	1.2	4.5
Receitas Hospitalares	0.1	0.0	0.1	0.1	0.1	0.1	0.3
Dividendos, Lucros e Ganhos	1.6	-	1.1	1.2	1.2	1.3	4.7
Taxas Extracção de Minerais	0.0	0.1	0.0	0.0	0.0	0.0	0.1
Rádio e Televisão	-	-	0.1	0.1	0.1	0.1	0.2
Tribunais	-	-	0.0	0.0	0.0	0.0	0.1
Receitas de Documentos sobre Concursos	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.1
Vendas de Arroz	-	3.5	39.4	49.4	49.4	49.4	187.5
Outros	0.2	0.0	0.2	0.2	0.2	0.2	0.7

Quadro 4.5

Receitas de Instituições Autónomas 2007 – 2011 ($m)

	06-07	2007	2008	2009	2010	2011	Total 4 Anos
Total	**6.8**	**3.0**	**7.0**	**10.7**	**11.2**	**11.8**	**40.7**
Administração de Aeroportos e Navegação Aérea de TL	0.6	0.4	0.9	1.0	1.0	**1.1**	**3.9**
Autoridade Portuária de Timor-Leste	0.9	0.5	1.8	2.1	2.2	**2.3**	**8.4**
Electricidade de Timor-Leste	5.4	2.2	4.2	7.6	7.9	**8.3**	**28.0**
Instituto de Gestão de Equipamentos	0.0	0.0	0.1	0.1	0.1	**0.1**	**0.3**

Parte 5 – Despesas

Execução orçamental

O impacto do orçamento depende da medida em que os fundos dotados são usados para fazer avançar o programa do Governo. A execução orçamental dá-se em quatro fases:

- **dotação**, que é o montante máximo que o Parlamento Nacional permitiu ao Governo gastar na dotação orçamental;
- **compromisso**, que ocorre quando um Ministério elabora um formulário de compromisso e pagamento;
- **obrigação**, que sucede quando um Ministério fica legalmente vinculado a fazer um pagamento numa fase posterior, por via de um contrato assinado com um fornecedor e mediante entrega; e
- **pagamentos de dinheiro**

Durante o ano, a execução orçamental é estimada como o total de compromissos, obrigações e pagamentos de dinheiro enquanto percentagem da dotação total.

No final do ano orçamental as dotações expiram; não é possível gastar dinheiro contra elas após o fim do ano orçamental. De modo semelhante, compromissos que não tenham sido obrigados ou pagos expiram. Deste modo a execução orçamental consiste nas obrigações mais os gastos de dinheiro enquanto percentagem da dotação total. As obrigações, porém, continuam já que o Governo está obrigado por lei a pagar o dinheiro aquando da entrega. As obrigações são assim verbas a pagar no futuro, sendo classificadas como despesas.

O Governo decidiu passar para uma orçamentação seguindo o método de caixa total, isto é, com o custeamento pleno de projectos plurianuais custeado ao longo dos anos em que as verbas são gastas. Isto irá permitir ao Governo estimar as suas despesas de modo mais preciso, em particular à medida que o investimento em infra-estruturas básicas aumenta. Irá igualmente eliminar transportes orçamentais volumosos e persistentes. Para conseguir isto será necessário um planeamento mais cuidadoso por parte do Governo e um compromisso do Parlamento Nacional em acordar financiamento ao longo de mais de um ano. O Governo reconhece que nesta fase da reforma orçamental levará algum tempo a implementar-se o processo de planeamento e a orçamentação plurianual requeridos.

Esta revisão semestral abrange três etapas de execução orçamental:

- orçamento transitório, cobrindo o período de 1 de Julho de 2007 a 31 de Dezembro de 2007;
- a execução dos primeiros dois trimestres do orçamento para 2008, até 10 de Junho de 2008; e
- transporte de fundos por gastar de anos anteriores

Execução do orçamento para o período transitório de Julho a Dezembro de 2007

Os fundos dotados no orçamento transitório de 2007 tiveram de ser gastos ou obrigados em pouco mais de dois meses e meio, entre a aprovação a 10 de Outubro e o fim do período de transição a 31 de Dezembro de 2008.

De forma a acelerar a execução do orçamento transitório de 2007 foi estabelecida uma equipa dedicada para permitir maior velocidade na especificação, abertura de concursos e atribuição de contratos, ao mesmo tempo que se assegura honradez, qualidade e valor pelo dinheiro. Em resultado disto, apesar do montante de dinheiro substancial dotado num espaço de tempo muito reduzido, a execução do orçamento transitório de 2007 foi de 90.1%. Este é um valor muito elevado quando comparado com os valores conseguidos em orçamentos anteriores.

Quadro 5.1

Execução do Orçamento Transitório de 2007 Todo o Estado ($m)[3]

	Dotação		Despesas Actuais			
	Original	Revisto	Pagamentos Actuais		Despesas Totais	
Salários e Vencimentos	19,485	19,603	17,442	89%	17,442	89%
Bens e Serviços	73,107	68,403	37,116	54%	59,837	87%
Capital Menor	2,964	5,624	688	12%	5,286	94%
Capital & Desenvolvimento	8,739	10,665	727	7%	10,575	99%
Transfarências	12,114	12,114	8,363	69%	11,731	97%
Total	**116,409**	**116,409**	**64,336**	**55%**	**104,871**	**90%**

A execução orçamental foi forte em todas as categorias de despesa, indo desde 89% para salários e vencimentos e bens e serviços, a 94% para capital menor, e 99% para capital e desenvolvimento. Grande parte da execução no final do ano para as últimas duas categorias foi na forma de obrigações, aguardando a entrega final dos bens e a conclusão de obras públicas. É provável que a execução de salários e vencimentos tenha sido reduzida por atrasos no recrutamento. A execução orçamental melhorou no Governo, com mais de metade de todos os ministérios e instituições autónomas a executar 89% ou mais do seu orçamento total.

Os capítulos relativos aos Ministérios apresentam detalhes da execução do orçamento transitório para cada Ministério por categoria de despesa. O relatório auditado sobre a execução do orçamento transitório, disponível no portal electrónico do Ministério das Finanças em www.mof.gov.tl, contém detalhes mais completos.

Execução do orçamento para 2008

A execução do orçamento para 2008 tem até aqui avançado em todas as categorias de despesa e para a maior parte dos Ministérios. Os salários e vencimentos e bens e serviços são superiores ao que eram em anos anteriores, e estão essencialmente dentro das previsões. A execução de capital menor e capital e desenvolvimento demora mais tempo,

[3] Inclui instituições autónomas Dotação transitória para 2007 (a) inclui transferências desde a aprovação do orçamento pelo Parlamento Nacional.

sendo esperado que registe mais movimento em trimestres subsequentes. Os capítulos relativos aos Ministérios apresentam detalhes da execução do primeiro trimestre do orçamento de 2008 para todos os Ministérios e Instituições Autónomas.

Revisão do Orçamento para 2008 - As Prioridades do Governo

O Governo apresentou o seu programa ao Parlamento Nacional em 2007, assente no restabelecimento da segurança interna e incidindo nos seguintes princípios de desenvolvimento central:

- Crescimento economic;
- Reforma da gestão do Estado;
- Desenvolvimento da juventude e dos recursos humanos nacionais;
- Provisão de solidariedade, saúde e protecção social;
- Melhoria das infra-estruturas e das condições de vida;
- Promoção da igualdade, tolerância e segurança interna e fortalecimento da democracia; e
- Defesa nacional e política externa.

Estes foram abordados no Orçamento para 2008. Já se avançou significativamente em muitas das áreas tidas como cruciais para o país, com progressos mais céleres do que o inicialmente antecipado. Houve áreas onde foram conseguidos resultados notáveis, como sejam:

- Os deslocados internos estão progressivamente a retornar aos seus lares, de forma sistematicamente assistida pelo Governo. Campos de deslocados internos, como o do Hospital Nacional e o do Jardim do Hotel Timor, estão agora encerrados.
- Foi restaurada a segurança e alcançada a protecção das comunidades, através da implementação de processos legais e da recolha de armas ilegais.
- Houve progressos significativos no que toca à resolução das preocupações dos peticionários. Este grupo regressou a Díli e está a discutir as opções de iniciar uma carreira civil, com assistência financeira substancial do Governo, ou reingressar na vida militar.
- Em face das dificuldades inerentes ao fornecimento de alimentos e ao elevado preço destes, o Governo reduziu os riscos para o povo, garantindo a disponibilidade de arroz a preços de retalho subsidiados.

O Governo continuará a colocar Timor-Leste numa base sólida rumo a uma fase prolongada de crescimento económico e desenvolvimento, por via da rectificação do Orçamento do Estado para 2008, nomeadamente:

- revendo o programa do Governo para 2008;
- avaliando o progresso até aqui;
- dando resposta a eventos internos imprevistos desde Janeiro; e
- moderando o impacto de choques económicos externos.

À luz do progresso até à data, o Governo identificou trabalhos adicionais prioritários a terem início na segunda metade de 2008. Como resultado destas políticas emergentes o Governo de Timor-Leste propõe um aumento

significativo na despesa pública de $347.8 milhões no Orçamento Geral do Estado de 2008 para $788.3 milhões, o que incorpora $240 milhões para o Fundo de Estabilização Económica e $200.6 milhões para vários serviços, investimento público e pagamentos por transferência para pensões a idosos e veteranos.

As Quadros 5.2 a 5.5 apresentam a despesa global. Todas as medidas propostas para a segunda metade de 2008 são mostradas na Quadro 5.6 e são descritas para cada Ministério em detalhe nos Capítulos seguintes relativos aos Ministérios.

Quadro 5.2

Despesas do Orçamento do Estado 2006-07 até 2011 ($m)

	2006-07	2007	2008	2009	2010	2011	Total 4 Anos
Total das Despesas	**160.4**	**64.3**	**788.3**	**372.6**	**347.6**	**354.4**	**1862.9**
Salários e Vencimentos	33.8	17.4	58.9	60.4	61.7	63.3	**244.2**
Bens e Serviços	93.9	37.1	447.4	197.1	194.6	199.9	**1039.0**
Capital Menor	9.3	0.7	39.2	0.0	0.0	-	**39.2**
Transferências	11.8	8.4	132.2	91.0	91.3	91.3	**405.7**
Juros sobre Dividas Publicas	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	-	**0.0**
Capital Desenvolvimento	11.7	0.7	110.6	24.2	0.0	-	**134.7**

Quadro 5.3

Despesas do Orçamento do Estado, excluindo Instituições Autónomas, 2006-07 até 2011 ($m)

	2006-07	2007	2008	2,009.0	2,010.0	2011	Total 4 Anos
Total das Despesas	**154.7**	**63.4**	**766.0**	**367.6**	**342.8**	**349.5**	**1,825.9**
Salários e Vencimentos	33.1	17.1	57.5	58.9	60.4	61.9	**238.6**
Bens e Serviços	89.1	36.5	439.7	193.7	191.2	196.4	**1,020.9**
Capital Menor	9.1	0.7	37.3	-	-	-	**37.3**
Transfarências	11.8	8.4	132.2	91.0	91.3	91.3	**405.7**
Juros sobre Dividas Publicas	-	-	-	-	-	-	**-**
Capital Desenvolvimento	11.6	0.7	99.3	24.1	-	-	**123.3**

Quadro 5.4

Despesas das Instituições Autónomas, 2006-07 até 2011 ($m)

	2006-07	2007	2008	2009	2010	2011	Total 4 Anos
Total das Despesas	**5.8**	**0.9**	**22.3**	**5.0**	**4.8**	**4.9**	**37.0**
Salários e Vencimentos	0.7	0.3	1.4	1.5	1.3	1.4	**5.6**
Bens e Serviços	4.8	0.6	7.7	3.4	3.4	3.5	**18.1**
Capital Menor	0.2	0.0	1.9	0.0	0.0	0.0	**1.9**
Transfarências Publicas	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	**-**
Juros sobre Dividas Publicas	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	**-**
Capital Desenvolvimento	0.1	0.0	11.3	0.1	0.0	0	**11.4**

Quadro 5.5 Despesas do Orçamento de Estado para 2008 por Instituição ($m)

		Salários e Vencimento	Bens e Serviços	Capital Menor	Transferências	Capital e Desenvolvim	Total
Sub Sector Estado	Presidente da República	228	3,859	891	-	-	4,978
	Parlamento Nacional	668	4,471	3,086	-	501	8,726
	Primeiro Ministro e Presidência do Conselho de Ministros	495	2,396	251	48,000	544	51,686
	Secretaria de Estado do Conselho de Ministros	137	1,616	126	-	300	2,179
	Secretaria de Estado da Juventude e do Desporto	247	790	3	1,950	300	3,290
	Secretaria de Estado dos Recursos Naturais	133	2,784	373	-	1,249	4,539
	Secretaria de Estado para a Política Energética	81	1,185	-	911	-	2,177
	Secretaria de Estado Formação Profissional e Emprego	323	706	122	5,129	300	6,580
	Secretaria de Estado da Promoção Igualdade	94	193	84	50	-	421
	Secretaria de Estado dos Assuntos Parlamentares	19	11	-	-	-	30
	Ministério da Defesa e Segurança (Consolidado)	14,108	24,275	6,899	-	8,568	53,850
	Ministério da Defesa e Segurança	-	600	2,600	-	-	3,200
	Secretaria de Estado da Defesa	138	159	23	-	-	320
	FALINTIL - Forças de Defesa de Timor-Leste	3,751	10,601	287	-	5,492	20,131
	Secretaria de Estado da Seguranca	1,795	12,915	3,989	-	3,076	21,775
	PNTL	8,424	-	-	-	-	8,424
	Ministério dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação	732	7,357	981	-	350	9,420
	Ministério das Finanças	1,710	6,849	1,480	-	1,250	11,289
	Dotações para todo o Governo - Administrado pelo Ministério d	1,000	290,554	3,633	42,341	3,500	341,028
	Ministério da Justiça	1,342	4,039	355	-	4,055	9,791
	Ministério da Saúde	6,177	18,123	3,481	250	2,768	30,799
	Ministério da Educação	21,008	14,870	2,630	4,000	8,861	51,369
	Ministério da Administração Estatal e Ord.Território	1,976	7,402	1,068	2,286	1,008	13,740
	Ministério da Economia e do Desenvolvimento	660	3,052	555	2,550	500	7,317
	Ministério da Solidariedade Social	602	4,442	229	21,650	321	27,244
	Ministério das Infra-Estruturas	2,094	11,379	1,288	-	52,928	67,689
	Ministério do Turismo, Comércio e Indústria	317	13,272	412	100	4,430	18,531
	Ministério da Agricultura e Pescas	2,258	11,964	7,796	2,000	6,659	30,677
	Tribunais	262	1,366	503	-	-	2,131
	Procuradoria-Geral da República	160	890	401	-	797	2,248
	Provedoria de Direitos Humanos e Justiça	139	272	97	-	40	548
	Serviço Público de Radiodifusão de Timor-Leste	456	1,080	500	-	40	2,076
	Comissão Nacional das Eleições	41	474	98	1,000	-	1,613
	Total	**57,467**	**439,671**	**37,342**	**132,217**	**99,269**	**765,966**
Sub Sector Agências Autónomos	Electricidade de Timor-Leste	782	2,816	1,751	-	6,495	11,844
	APORTIL Agência Auto Financiada	129	2,254	115	-	100	2,598
	Administração de Aeroportos e Navegação Aérea de Timor Le	243	601	16	-	4,689	5,549
	Instituto Público de Gestão de Equipamentos	263	2,067	25	-	-	2,355
	Total	**1,417**	**7,738**	**1,907**	**-**	**11,284**	**22,346**
	Total Estado	**58,884**	**447,409**	**39,249**	**132,217**	**110,553**	**788,312**

Quadro 5.6

Sumários das Medidas Tomadas por Órgão do Estado para 2008 ($m)

01 - Presidência da República	**0.761**
Pagamento do 13.° mês de salário aos funcionários do Estado em 2008	***0.026***
Medalhas para a Força de Estabilização Internacional (ISF)	***0.300***
Assistência Técnica para a Presidência da República	***0.180***
Custos operacionais com o tratamento médico do Presidência da República em Darwin	***0.200***
Suplemento para o aumento das Ajudas de Custo das Deslocações oficiais em trabalho	***0.055***

02 - Parlamento Nacional	**1.941**
Pagamento do 13.° mês de salário aos funcionários do Estado em 2008	***0.062***
Custos operacionais do Parlamento Nacional	***0.235***
Equipamento informático e mobiliário para o Parlamento Nacional	***0.074***
Veículos para Parlamento Nacional	***1.400***
Suplemento para as Ajudas de Custo das Deslocações oficiais dos Membros do Parlamento Nacional	***0.170***

0301 - Gabinete do Primeiro-Ministro e Presidência do Conselho de Ministros	**23.974**
Pagamento do 13.° mês de salário aos funcionários do Estado em 2008	***0.020***
Custos Operacionais para o Gabinete do Primeiro-Ministro	***0.154***
Reabilitação, equipamento e segurança dos Edifícios 1, 2 e 3 (GPA)	***0.670***
Director-Geral do Serviço Nacional de Informações (SNI)	***0.045***
Assistência Técnica para o Serviço Nacional de Informações	***0.070***
Custos Operacionais para o Gabinete do Vice Primeiro-Ministro	***0.015***
Assistência Adicional aos Peticionários	***3.000***
Fundos para assistência a deslocados internos	***20.000***

0401 - Secretaria de Estado do Conselho de Ministros	**0.616**
Pagamento do 13.° mês de salário aos funcionários do Estado em 2008	***0.010***
Pagamento de Subsídio de Habitação dos Membros do Governo	***0.100***
Reabilitação de Habitações para Membros do Governo	***0.300***
Subsídio para o arrendamento de casas	***0.206***

0501 - Secretaria de Estado da Juventude e Desporto	**1.544**
Pagamento do 13.° mês de salário aos funcionários do Estado em 2008	***0.041***
Celebrações Nacionais	***0.050***
Apoio a Organizações Desportivas	***0.500***
Competições Desportivas Regionais e Nacionais	***0.500***
Apoio a iniciativas de jovens e ao Desenvolvimento da Criatividade	***0.150***
Estabelecimento de elementos de representação nos Distritos	***0.042***
Comissão Reguladora das Organizações das Artes Marciais	0.011
Preparação e implementação do Parlamento dos Jovens	***0.250***

0601 - Secretaria de Estado dos Recursos Naturais	0.084
Pagamento do 13.° mês de salário aos funcionários do Estado em 2008	*0.009*
Assistência Técnica	*0.075*

0701 - Secretaria de Estado para a Política Energética	1.668
Pagamento do 13.° mês de salário aos funcionários do Estado em 2008	*0.008*
Instalação de sistemas de Biogás em 4 Centros	*0.400*
Alargamento do Programa de Cultivo de Energia	*0.250*
Produção de Fogões Eficientes em Termos Energéticos	*0.010*
Assistência Técnica e Custos Operacionais de Investigação	*0.100*
Primeira Fase dos Estudos sobre Energias Alternativas	*0.900*

0801 - Secretaria de Estado para a Formação Profissional e Emprego	4.427
Pagamento do 13.° mês de salário aos funcionários do Estado em 2008	*0.036*
Formação Linguística para Trabalhadores Timorenses	*0.750*
Reabilitação de Centro de Formação de Trabalhadores no Estrangeiro, em Becora	*0.300*
Programa de Formação Profissional para Emprego	*1.129*
Programa de Trabalho Temporário	*2.000*
Funcionários para Realização de Actividades de Pontos Focais nos Distritos	*0.075*
Assistência Técnica	*0.065*
Custos Operacionais para facilitar o pagamento de pensões ao Ex-Funcionários Públicos no tempo indonésio	*0.072*

0901 - Secretaria de Estado da Promoção da Igualdade	0.129
Pagamento do 13.° mês de salário aos funcionários do Estado em 2008	*0.009*
Assistência Técnica	*0.039*
Transferências Públicas para Financiamento de Grupos de Mulheres	*0.050*
Aquisição Adicional de 5 Motorizadas	*0.010*
Recrutamento de Funcionários para a Secretaria de Estado	*0.021*

2901 - Secretaria de Estado dos Assuntos Parlamentares	0.030
Novo Gabinete para o Secretário de Estado dos Assuntos Parlamentares	*0.030*

10 - Ministério da Defesa e Segurança	**3.108**
Pagamento do 13.° mês de salário aos funcionários do Estado em 2008	***0.008***
Despesas Operacionais para Instalação das Forças Armadas no Sector Ocidental	***0.500***
Financiamento para Equipamento e Formação das Bandas de Música do Estado	***0.100***
Centro Integrado de Gestão de Crises	***2.500***
1001 - Secretaria de Estado da Defesa	**6.219**
Pagamento do 13.° mês de salário aos funcionários do Estado em 2008	***1.769***
Peças Sobresselentes para Veículos Militares HICOM	***0.300***
Programa Plurianual de Protecção Marítima e Prevenção de Pesca Ilegal	***4.000***
Fundos de Contrapartida para a Construção de um Centro de Língua Portuguesa em Metinaro	***0.150***

1004 - Secretaria de Estado da Segurança	
1005 - PNTL	**6.954**
Pagamento do 13.° mês de salário aos funcionários do Estado em 2008	***0.813***
Custos do Ajuste dos Postos na PNTL	***1.821***
Painel de Avaliação de Triagem e Formação da PNTL	***0.050***
Reembolso de Despesas com Alimentação incorridas durante as Operações no âmbito da Declaração do Estado de Sítio e de Emergência	***0.243***
Funcionários Adicionais para os Bombeiros	***0.240***
Conclusão do Quartel Geral dos Bombeiros em Oecusse	***0.070***
Reembolso dos Subsídios Pagos pela PNTL durante as Operações do Comando Conjunto	***1.348***
Pagamento de Dívidas do Governo Anterior	***0.978***
Cancelamento do Projecto da Carreira de Tiro de Liquiçá	***-0.245***
Financiamento Adicional para Veículos Unimog nas Áreas Fronteiriças	***0.436***
Financiamento Adicional para Veículo com Canhão de Água	***0.200***
Construção do Quartel para a Unidade da Polícia Especial	***1.000***

11 - Ministério dos Negócios Estrangeiros	**2.420**
Pagamento do 13.° mês de salário aos funcionários do Estado em 2008	***0.042***
Sistema de Gestão de Redes na Sede do MNE	***0.090***
Ajudas de Custo	***0.200***
Rendas Acrescidas para Missões no Estrangeiro	***0.300***
Custos Operacionais	***0.237***
Compromissos Internacionais (visitas de Estado e oficias de/para Timor-Leste)	***0.200***
Abertura de Nova Embaixada em Brasília	***0.197***
Abertura de Nova Embaixada em Seul	***0.200***
Abertura de Embaixada em Lisboa da CPLP / UNESCO	***0.120***
Assistência Técnica	***0.100***
Apoio Técnico para os Assuntos da Fronteira Terrestre	***0.200***
Deslocações Oficiais Internacionais e Ajudas de Custo (todo o MNE)	***0.534***

12 - Ministério das Finanças	**3.137**

Pagamento do 13.° mês de salário aos funcionários do Estado em 2008	*0.120*
Grupo de Trabalho para a Reforma das Telecomunicações	*0.300*
Administração da Proposta de Conta do Desafio do Milénio	*0.750*
Custos de Impressão para Documentação do Ministério das Finanças	*0.187*
Preparação dos Censos de 2009	*0.030*
Programa Plurianual de Instalações Integradas de Controlo fronteiriço – Fase 1	*0.250*
Reabilitação e Equipamento do Edifício 5 e das Instalações Temporárias das Alfândegas	*1.000*
Arquivo, Gestão e Integridade dos Registos - Fase 1 do programa plurianual	*0.500*

13 - Ministério das Finanças – Todo o Governo	**296.867**
Fundo de Estabilização Económica	*240.000*
Reserva de Contingência	*7.000*
Despesas com Deslocações Locais e Internacionais, incluindo o aumento das Ajudas de Custo	*1.837*
Combustível para o Gerador de Comoro	*14.508*
Combustível para o Gerador Distritos (Excluíndo Dili)	*2.621*
Impostos sobre as Importações de Arroz	*4.600*
Assistência ao Povo do Myanmar	*0.500*
Assistência ao Povo da China	*0.500*
Pensões para Combatentes da Libertação Nacional	*24.500*
Apoio a Profissionais do Sector Público	*1.000*
Dívidas Pendentes de Governos Anteriores	*0.250*
Apoio à Trasladação e Enterro dos Restos Mortais de Antigos Guerrilheiros	*0.200*
Transferência de Fundos Centralizados relativos a combustível para a APORTIL, a fim de gerir o ferry Berlim-Nakroma	*-0.749*
Suplemento para Pensões a antigos Titulares de Cargos Públicos	*0.100*

14 - Ministério da Justiça	**2.580**
Pagamento do 13.° mês de salário aos funcionários do Estado em 2008	*0.080*
Serviços de Emissão de Passaportes	*0.300*
Reparações do Muro de Segurança Externa da Prisão de Becora	*1.300*
Despesas Relacionadas com a Preparação do Cemitério de Becussi	*0.300*
Assistência Técnica para Preparação de Legislação sobre Direito de Terras	*0.100*
Segunda Fase do Sistema de Gestão de Informação Demográfica	*0.500*

15 - Ministério da Saúde	**6.816**
Pagamento do 13.° mês de salário aos funcionários do sector público em 2008	***0.665***
Continuidade de Pessoal Temporário em Funções	***0.400***
Pessoal para os Novos Hospitais de Referência	***0.093***
Compra de Medicamentos para Hospitais	***1.500***
Combustível	***0.192***
Programa de Saúde Materna	***0.500***
Apoio Nutricional a Mães e Bebés	***1.000***
Substituição de Equipamento informático	***0.087***
Construção de Posto de Saúde no Suco Mauchiga	***0.065***
Construção de Posto de Saúde no Suco Ailico	***0.065***
Construção de uma Sala de TACs no Hospital Nacional de Díli	***0.080***
Compra de 26 Veículos Multifunções para os Centros de Saúde	***0.550***
Alimentação para Pacientes Hospitalares	***1.200***
Reabilitação de duas Salas na Escola de Enfermagem em Lahane	***0.045***
Barco Ambulância para Atauro	***0.050***
Motorizadas (10) para Acesso a serviços de saúde em zonas rurais (dez)	***0.020***
Compra de Cavalos Adicionais para Acesso a Áreas Remotas em Viqueque, Aileu, Ainaro e Maliana	***0.004***
Aumento dos Custos de Funcionamento dos Veículos	***0.300***

16 - Ministério da Educação	**6.089**
Pagamento do 13.° mês de salário aos funcionários do Estado em 2008	**1.958**
Reparações a Escolas Danificadas por Tempestades	**0.413**
Alargamento do Programa de Refeições Escolares	**1.500**
Fundos de Contrapartida do Governo de Portugal destinados a professores	**0.172**
Fundos de contrapartida do Governo do Brasil destinados a professores	**0.150**
Fundos Acrescidos para Actividades de Investigação da UNTL	***0.070***
Programa-piloto de Formação Intensiva de Professores	***1.500***
Descentralização de Operações para Gabinetes Regionais	***0.026***
Veículos para Gabinetes Regionais de Inspecção	***0.100***
Fundos para Actividades Culturais	***0.200***

17 - Ministério da Administração Estatal e Ordenamento do Território	1.749
Pagamento do 13.° mês de salário aos funcionários do Estado em 2008	*0.161*
Aumento com as Despesas Relativas a Eleições nos Sucos em 2008	*0.250*
Equipa de preparação de municípios	*0.250*
Festivais em sucos nos Dias Nacionais	*0.225*
Festivais em distritos nos Dias Nacionais	*0.026*
Incentivos e subsídios para membros dos sucos	*0.030*
Fundos addicionais para construção de Instalações de Saneamento no mercado de Comoro	*0.050*
Prémios Anuais para os Sucos com Desempenho Exemplar	*0.075*
Financiamento para a recolha de lixo no Distrito de Díli	*0.632*
Financiamento para a recolha de lixo nos Distritos	*0.050*

18 - Ministério da Economia e Desenvolvimento	0.737
Pagamento do 13.° mês de salário aos funcionários do Estado em 2008	*0.067*
Assistência técnica local ao Ministério	*0.090*
Fundo de contrapartida para Programa Ambiental com a GTZ	*0.080*
Construção de três mercados rurais em Ermera	*0.200*
Construção de Complexo para Reciclagem de Óleos Usados (Primeira Fase)	*0.300*

19 - Ministério da Solidaridade Social	12.451
Pagamento do 13.° mês de salário aos funcionários do Estado em 2008	*0.051*
Pensões para Idosos	*10.800*
Apoio a alunos universitários finalistas	*0.300*
Materiais para reconstrução de casas destruídas em virtude dos desastres naturais	*1.000*
Compra de motorizadas	*0.026*
Administração de Pagamentos para Combatentes da Libertação Nacional	*0.131*
Fundos operacionais para Gestao da Base de Dados de Idosos	*0.143*

20 - Ministério das Infra-Estruturas	23.153
Pagamento do 13.° mês de salário aos funcionários do Estado em 2008	*0.053*
Projectos de Concepção para o Controlo de Cheias	*0.360*
Controlo do Fluxo das Ribeiras	*1.000*
Reabilitação de 3 pontes nos distritos	*0.375*
Projecto da Ponte de Comoro - Concepção	*0.400*
Reabilitação rodoviária em Díli	*2.300*
Reabilitação de Estradas Rurais	*1.700*
Concepção de Novos Projectos	*1.465*
Estudo de Infra-estruturas - Primeira Fase	*1.000*
Passeios para Peões e Melhorias nos Jardins de Colmera	*1.500*
Fundo Rodoviário de Emergência	*3.000*
Primeira fase de concepção e construção de uma Central Eléctrica	*10.000*

21 - Ministério do Turismo, Comércio e Indústria	10.631
Pagamento do 13.° mês de salário aos funcionários do Estado em 2008	*0.031*
Compra e promoção de produtos agrícolas locais	*7.000*
Fianciamento para a construção de mercados tradicionais na fronteira	*0.500*
Apoio às Instituições para o Desenvolvimento Industrial	*0.100*
Primeira fase de construção de silos para armazenamento de bens alimentares	*3.000*

22 - Ministério da Agricultura e Pescas	14.009
Pagamento do 13.° mês de salário aos funcionários do Estado em 2008	*0.270*
Recrutamento de Pessoal Adicional de Contacto	*0.312*
Motorizadas e Veículos para o Pessoal Adicional de Contacto	*0.167*
Compra de materiais (sementes, ferramentas, pesticidas, fertilizantes)	*0.500*
Manutenção e Nivelamento de Sistemas de Irrigação	*2.250*
Compra de Tractores e Equipamento Agrícola – Plano plurianual - Fase 1	*5.000*
Primeira fase da construção de 8 Instalações Agrícolas Regionais e Centros de Manutenção	*1.160*
Equipamento de Tracção Animal	*0.030*
Financiamento para Controlar o Abate Ilegal de Árvores e Desflorestação	*0.020*
Custos Operacionais das 8 Instalações Agrícolas Regionais e dos Centros de Manutenção	*0.500*
Estudos Técnicos de Irrigação	*1.000*
Compra de Equipamentos Pesados	*2.450*
Custos Operacionais com Irrigação	*0.350*

23 - Tribunais	0.110
Mobiliário e Outro Equipamento para os Tribunais	*0.110*

24 - Procurador-Geral da República	0.112
Pagamento do 13.° mês de salário aos funcionários do Estado em 2008	*0.012*
Fundos para o estabelecimento de uma Unidade Forense	*0.100*

25 - Provedor dos Direitos Humanos e Justiça	0.065
Pagamento do 13.° mês de salário aos funcionários do Estado em 2008	*0.013*
Construção de 2 Casas Kobe	*0.040*
Assistência Técnica	*0.012*

26 - Serviço de Radiodifusão de Timor-Leste	0.172
Pagamento do 13.° mês de salário aos funcionários do Estado em 2008	*0.052*
Fundos adicionais para a segurança de instalações da RTTL	*0.080*
Construção de 2 Casas Kobe	*0.040*

27 - Comissão Nacional de Eleições	**0.009**
Pagamento do 13.° mês de salário aos funcionários do Estado em 2008	***0.005***
Custos Operacionais	***0.004***

200307 - Electridade de Timor – Leste (EDTL)	**4.813**
Pagamento do 13.° mês de salário aos funcionários do Estado em 2008	***0.000***
Transporte de Combustível para Geradores nos Distritos (Excluindo Díli)	***0.200***
Transporte de combustível para o Gerador Central de Comoro	***0.425***
Reabilitação dos Geradores de Comoro	***0.700***
Peças e Ferramentas para Gerador	***0.900***
Manutenção Geral de Geradores para os Distritos	***0.594***
Horas Extraordinárias do Pessoal	***0.023***
Manutenção de Rotina a Geradores dos Distritos	***0.300***
Distribuição de Cabos Estruturais em Díli	***0.028***
Provisão de Segurança da Estação Central de Comoro	***0.250***
Mudança de Postes de Electricidade na Estrada de Comoro	***0.175***
Compra de Diversos Equipamentos Eléctricos	***1.200***
Equipamentos de Comunicação	***0.018***

200212 - Autoridade Portuária de Timor-Leste	**1.649**
Fundos para Combustível do ferry Berlim-Nakroma	***0.749***
Custos com operações do Berlim-Nakroma	***0.900***

200210 - Autoridade Aviação Civil	**1.500**
Reforço do Quebra-Mar no Aeroporto Internacional de Díli	***1.500***

200213 - Instituto de Gestão de Equipamentos e Materiais	**0.035**
Pagamento do 13.° mês de salário aos funcionários do Estado em 2008	***0.035***

01 - Presidência da República

Desempenho da Execução Orçamental

Quadro 5.7

Execução Orçamental até 10 de Junho de 2008 - Gabinete do Presidência da República ($'000)

	Orçamento Aprovado de 2008 (a)	Despesas (b)	Obrigações (c)	Comprimisso (d)	Execução Atingida (e)=(b+c)/a	Execução Estimada à Atingir (f)=(b+c+d)/a
Salários e Vencimentos	217	60	0	0	28%	28%
Bens e Serviços	3,109	830	41	70	28%	30%
Capital Minor	891	17	88	137	12%	27%
Total	**4,217**	**907**	**128**	**207**	**25%**	**29%**

Quadro 5.8

Posição sobre Despesas de Anos Anteriores até 10 Junho de 2008 - Gabinete do Presidência da República ($'000)

	Carryover de :			
	Orçamento Transição até 31-12-07	Orçamento Transição até 10-06-08	Orçamento Anterior 2003-07 até 31-12-07	Orçamento Anterior 2003-07 até 10-06-08
Salários e Vencimentos				
Bens e Serviços	10	0	0	0
Capital Minor	0	0	87	87
Capital Desenvolvimento	0	0	1,153	1,153
Transferência				
Total	**10**	**0**	**1,240**	**1,240**

Perfil de Funcionários

Quadro 5.9

2008 Perfil de Funcionários - Gabinete do Presidência da República

Nivel		N1	N2	N3	N4	N5	N6	N7	Total
Aprovado 2008	**Total Aprovado 2008**	**23**	**11**	**13**	**14**	**12**	**10**	**4**	**87**
	Funcionários Permanentes	15	10	11	13	10	7	1	67
	Funcionários Temporarios	8	1	2	1	2	3	3	20
Adicionais	**Total Adicionais**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
	Funcionários Permanentes	-	-	-	-	-	-	-	-
	Funcionários Temporarios	-	-	-	-	-	-	-	-
Nova Total	**Funcionários Permanentes**	**15**	**10**	**11**	**13**	**10**	**7**	**1**	**67**
	Funcionários Temporarios	**8**	**1**	**2**	**1**	**2**	**3**	**3**	**20**
Grand Total		**23**	**11**	**13**	**14**	**12**	**10**	**4**	**87**

Quadro 5.10

Verbas Orçamentais 2008 - Gabinete do Presidência da República ($'000)

	Verba Orçamental de 2008	Verba Suplementar	Total
Salários e Vencimentos	217	11	228
Bens e Serviços	3,109	750	3,859
Capital Minor	891	-	891
Capital Desenvolvimento	-	-	-
Transferência	-	-	-
Total	**4,217**	**761**	**4,978**

Medidas Novas

Pagamento do 13.° mês de salário aos funcionários do sector público em 2008

Todos os funcionários públicos receberão um pagamento extraordinário equivalente a um mês de salário, incluindo todos os subsídios regulares. Este pagamento deverá ser efectuado em Dezembro de 2008. Estes fundos deverão abranger todos os funcionários, temporários e permanentes, da Presidência da República.

Medalhas para a Força de Estabilização Internacional (ISF)

Estes fundos serão usados para comprar medalhas para os membros da Força de Estabilização Internacional, que contribuíram para a manutenção da paz em Timor-Leste.

Assistência Técnica para a Presidência da República

Estes fundos serão usados para pagamento de salários de assessores internacionais na Presidência da República.

Custos operacionais com o tratamento médico do Presidência da República em Darwin

Os fundos serão usados para cobrir as seguintes despesas incorridas durante o tratamento médico e a estadia do Presidência da República, em Darwin, após os eventos de 11 de Fevereiro.

Suplemento para o aumento das Ajudas de Custo das Deslocações oficiais em trabalho

Serão atribuídos fundos para cobrir os custos acrescidos com as deslocações ao estrangeiro, derivados dos custos mais elevados com o combustível, bem como com a implementação da revisão das Ajudas de Custo das Deslocações ao estrangeiro, que reflecte o aumento do custo de vida em diferentes cidades do mundo e a alteração das taxas de câmbio.

02 - Parlamento Nacional

Desempenho da Execução Orçamental

Quadro 5.11

Execução Orçamental até 10 de Junho de 2008 - Parlamento Nacional ($'000)

	Orçamento Aprovado de 2008 (a)	Despesas (b)	Obrigações (c)	Comprimisso (d)	Execução Atingida (e)=(b+c)/a	Execução Estimada à Atingir (f)=(b+c+d)/a
Salários e Vencimentos	611	202	0	0	33%	33%
Bens e Serviços	4,061	1,078	41	35	28%	28%
Capital Minor	1,612	5	0	647	0%	40%
Capital Desenvolvimento	501	0	0	247	0%	49%
Total	**6,785**	**1,285**	**41**	**929**	**20%**	**33%**

Quadro 5.12

Posição sobre Despesas de Anos Anteriores até 10 Junho de 2008 - Parlamento Nacional ($'000)

	Carryover de :			
	Orçamento Transição até 31-12-07	Orçamento Transição até 10-06-08	Orçamento Anterior 2003-07 até 31-12-07	Orçamento Anterior 2003-07 até 10-06-08
Salários e Vencimentos				
Bens e Serviços	24	0	30	7
Capital Minor	63	0	27	22
Capital Desenvolvimento	173	0	77	77
Transferência				
Total	**261**	**0**	**134**	**106**

Perfil de Funcionários

Quadro 5.13

2008 Perfil de Funcionários - Parlamento Nacional

Nivel		N1	N2	N3	N4	N5	N6	N7	Total
Aprovado 2008	**Total Aprovado 2008**	**13**	**13**	**29**	**12**	**24**	**7**	**1**	**99**
	Funcionários Permanentes	13	10	27	12	24	5	-	91
	Funcionários Temporarios	-	3	2	-	-	2	1	8
Adicionais	**Total Adicionais**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
	Funcionários Permanentes	-	-	-	-	-	-	-	-
	Funcionários Temporarios	-	-	-	-	-	-	-	-
Nova Total	**Funcionários Permanentes**	**13**	**10**	**27**	**12**	**24**	**5**	**-**	**91**
	Funcionários Temporarios	**-**	**3**	**2**	**-**	**-**	**2**	**1**	**8**
Grand Total		**13**	**13**	**29**	**12**	**24**	**7**	**1**	**99**

Quadro 5.14

Verbas Orçamentais 2008 Parlamento Nacional ($'000)

	Verba Orçamental de 2008	Verba Suplementar	Total
Salários e Vencimentos	611	57	668
Bens e Serviços	4,061	410	4,471
Capital Minor	1,612	1,474	3,086
Capital Desenvolvimento	501	-	501
Transferência	-	-	-
Total	**6,785**	**1,941**	**8,726**

Medidas Novas

Pagamento do 13.° mês de salário aos funcionários do sector público em 2008

Todos os funcionários públicos receberão um pagamento extraordinário equivalente a um mês de salário, incluindo todos os subsídios regulares. Este pagamento deverá ser efectuado em Dezembro de 2008. Estes fundos deverão abranger todos os funcionários, temporários e permanentes, do Parlamento Nacional.

Custos operacionais do Parlamento Nacional

Estes fundos irão permitir que pessoal do Secretariado acompanhe os Deputados nas suas deslocações internas, assim como permitir viagens ao estrangeiro por parte de Deputados Nacionais, quer para elaborarem estudos comparativos noutros países, quer para visitas oficiais. O Parlamento Nacional solicita ainda verbas para combustível adicional, necessário ao funcionamento do gerador e para cobrir o aumento dos custos com catering, na sequência do recrutamento de novos elementos a trabalhar no Secretariado do Parlamento.

Equipamento informático e mobiliário para o Parlamento Nacional

Estes fundos serão usados na compra de equipamento de filmagem para as sessões plenárias, bem como equipamento de fornecimento de electricidade. O mobiliário adicional destina-se às residências oficiais do Presidente e do Vice-Presidente do Parlamento Nacional.

Veículos para Parlamento Nacional

Estes fundos destinam-se à compra de veículos adicionais para o Parlamento Nacional.

Suplemento para as Ajudas de Custo das Deslocações oficiais dos Membros do Parlamento Nacional

Serão fornecidos fundos para cobrir os custos acrescidos com as deslocações ao estrangeiro, resultantes dos custos mais elevados com o combustível, bem como com a implementação da revisão das Ajudas de Custo das Deslocações ao Estangeiro, que refecte o aumento do custo de vida em diferentes cidades do mundo e a alteração das taxas de câmbio.

0301 - Gabinete do Primeiro Ministro e Presidência do Conselho de Ministros

Desempenho da Execução Orçamental

Quadro 5.15

Execução Orçamental até 10 de Junho de 2008 - Gabinete do Primeiro Ministro e Pesidência do Conselho de Ministro ($'000)

	Orçamento Aprovado de 2008 (a)	Despesas (b)	Obrigações (c)	Comprimisso (d)	Execução Atingida (e)=(b+c)/a	Execução Estimada à Atingir (f)=(b+c+d)/a
Salários e Vencimentos	465	136	0	0	29%	29%
Bens e Serviços	1,922	531	52	7	30%	31%
Capital Minor	251	1	0	150	0%	60%
Capital Desenvolvimento	74	0	0	0	0%	0%
Transferência	25,000	6,153	9,624	2,847	63%	74%
Total	**27,712**	**6,821**	**9,677**	**3,004**	**60%**	**70%**

Quadro 5.16

Posição sobre Despesas de Anos Anteriores até 10 Junho de 2008 - Gabinete do Primeiro Ministro e Pesidência do Conselho de Ministro ($'000)

	Carryover de :			
	Orçamento Transição até 31-12-07	Orçamento Transição até 10-06-08	Orçamento Anterior 2003-07 até 31-12-07	Orçamento Anterior 2003-07 até 10-06-08
Salários e Vencimentos				
Bens e Serviços	576	110	37	31
Capital Minor	175	12	25	25
Capital Desenvolvimento	0	0	469	316
Transferência				
Total	**751**	**123**	**531**	**372**

Perfil de Funcionários

Quadro 5.17

2008 Perfil de Funcionários - Gabinete do Primeiro Ministro e Pesidência do Conselho de Ministro

Nivel		N1	N2	N3	N4	N5	N6	N7	Total
Aprovado 2008	**Total Aprovado 2008**	**4**	**9**	**29**	**48**	**39**	**14**	**6**	**149**
	Funcionários Permanentes	3	6	26	38	39	14	5	131
	Funcionários Temporarios	1	3	3	10	-	-	1	18
Adicionais	**Total Adicionais**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
	Funcionários Permanentes	-	-	-	-	-	-	-	-
	Funcionários Temporarios	-	-	-	-	-	-	-	-
Nova Total	**Funcionários Permanentes**	**3**	**6**	**26**	**38**	**39**	**14**	**5**	**131**
	Funcionários Temporarios	**1**	**3**	**3**	**10**	**-**	**-**	**1**	**18**
Grand Total		**4**	**9**	**29**	**48**	**39**	**14**	**6**	**149**

Quadro 5.18

Verbas Orçamentais 2008 - Gabinete do Primeiro Ministro e Pesidência do Conselho de Ministro

($'000)

	Verba Orçamental de 2008	Verba Suplementar	Total
Salários e Vencimentos	465	30	495
Bens e Serviços	1,922	474	2,396
Capital Minor	251	-	251
Capital Desenvolvimento	74	470	544
Transferência	25,000	23,000	48,000
Total	**27,712**	**23,974**	**51,686**

Medidas Nova

Pagamento do 13.° mês de salário aos funcionários do sector público em 2008

Todos os funcionários públicos receberão um pagamento extraordinário equivalente a um mês de salário, incluindo todos os subsídios regulares. Este pagamento deverá ser efectuado em Dezembro de 2008. Estes fundos deverão abranger todos os funcionários, temporários e permanentes, do Gabinete.

Custos Operacionais para o Gabinete do Primeiro-Ministro

Estes fundos destinam-se a actividades de representação, do Gabinete do Primeiro-Ministro, durante 2008.

Reabilitação, equipamento e segurança dos Edifícios 1, 2 e 3 (GPA)

Os trabalhos de reabilitação dos edifícios 1, 2 e 3 do complexo da GPA tiveram início durante o Primeiro Governo Constitucional e deverão estar terminados em Junho de 2008. Devido a alterações na estrutura orgânica do novo Governo e ao aumento dos custos dos materiais, são agora necessários fundos para concluir estes trabalhos. Os fundos irão igualmente cobrir melhoramentos de segurança.

Director-Geral do Serviço Nacional de Informações (SNI)

A Lei do Sistema de Informações foi aprovada pelo Parlamento Nacional (aguardando a promulgação do Presidente da República). Esta Lei irá permitir a criação do Serviço Nacional de Informações, cuja Lei Orgânica será submetida brevemente a Conselho de Ministros, e posteriormente será nomeado um Director-Geral, que para efeitos remuneratórios será equiparado a Ministro.

Assistência Técnica para o Serviço Nacional de Informações

Estes fundos destinam-se a financiar um assessor que irá apoiar o Primeiro-Ministro, na estruturação do Serviço Nacional de Informações, e a capacitar o Director-Geral.

Custos Operacionais para o Gabinete do Vice Primeiro-Ministro

O Gabinete do Vice Primeiro-Ministro requer um aumento nos custos operacionais.

Assistência Adicional aos Peticionários

Para garantir a solução duradoura da situação dos Peticionários, o Conselho de Ministros aprovou um decreto-lei que atribui aos peticionários um incentivo de integração na vida civil. Assim, àqueles que optarem por ingressar na vida civil, será pago um subsídio único aos peticionários, para que estes prossigam uma nova carreira civil. Fundos adicionais são necessários para implementar esta iniciativa de

aperfeiçoamento e coordenação de mecanismos de interação com a sociedade e, encerrar definitivamente este processo.

Fundos para assistência a deslocados internos

Inicialmente foram dotados $15 milhões de assistência humanitária para os deslocados internos, através do programa Hamutuk Hari Futuru (HHF). Após a conclusão do processo de registo, o número de beneficiários aumentou, sendo necessário contemplar estes.

0401 - Secretaria do Estado para o Conselho de Ministros

Desempenho da Execução Orçamental

Quadro 5.19

Execução Orçamental até 10 de Junho de 2008 - Secretária do Estado para o Conselho de Ministros ($'000)

	Orçamento Aprovado de 2008 (a)	Despesas (b)	Obrigações (c)	Comprimisso (d)	Execução Atingida (e)=(b+c)/a	Execução Estimada à Atingir (f)=(b+c+d)/a
Salários e Vencimentos	127	40	0	0	31%	31%
Bens e Serviços	1,310	470	6	22	36%	38%
Capital Minor	126	63	13	3	61%	63%
Total	**1,563**	**573**	**19**	**26**	**38%**	**40%**

Quadro 5.20

Posição sobre Despesas de Anos Anteriores até 10 de Junho de 2008 - Secretária do Estado para o Conselho de Ministros ($'000)

	Carryover de :			
	Orçamento Transição até 31-12-07	Orçamento Transição até 10-06-08	Orçamento Anterior 2003-07 até 31-12-07	Orçamento Anterior 2003-07 até 10-06-08
Salários e Vencimentos				
Bens e Serviços	54	0	0	0
Capital Minor	613	0	0	0
Capital Desenvolvimento	200	0	85	30
Transferência				
Total	**867**	**0**	**85**	**30**

Quadro 5.21

2008 Perfil de Funcionários - Secretária do Estado para o Conselho de Ministros

Nivel		N1	N2	N3	N4	N5	N6	N7	Total
Aprovado 2008	**Total Aprovado 2008**	**3**	**5**	**4**	**7**	**16**	**3**	**1**	**39**
	Funcionários Permanentes	-	3	4	7	10	3	1	28
	Funcionários Temporarios	3	2	-	-	6	-	-	11
Adicionais	**Total Adicionais**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
	Funcionários Permanentes	-	-	-	-	-	-	-	-
	Funcionários Temporarios	-	-	-	-	-	-	-	-
Nova Total	**Funcionários Permanentes**	**-**	**3**	**4**	**7**	**10**	**3**	**1**	**28**
	Funcionários Temporarios	**3**	**2**	**-**	**-**	**6**	**-**	**-**	**11**
Grand Total		**3**	**5**	**4**	**7**	**16**	**3**	**1**	**39**

Quadro 5.22

Verbas Orçamentais 2008 - Secretária do Estado para o Conselho de Ministros ($'000)

	Verba Orçamental de 2008	Verba Suplementar	Total
Salários e Vencimentos	127	10	137
Bens e Serviços	1,310	306	1,616
Capital Minor	126	-	126
Capital Desenvolvimento	-	300	300
Transferência	-	-	-
Total	**1,563**	**616**	**2,179**

Medidas Novas

Pagamento do 13.° mês de salário aos funcionários do sector público em 2008

Todos os funcionários públicos receberão um pagamento extraordinário equivalente a um mês de salário, incluindo todos os subsídios regulares. Este pagamento deverá ser efectuado em Dezembro de 2008. Estes fundos deverão abranger todos os empregados, temporários e permanentes, da Secretaria de Estado.

Pagamento de Subsídio de Habitação dos Membros do Governo

Os Membros do Governo a residirem em habitações do Estado têm direito a ver suportadas, através de verbas afectas para esse efeito, as despesas decorrentes do fornecimento de água, electricidade e outros encargos comuns.

Reabilitação de Habitações para Membros do Governo

Todos os Membros do Governo têm direito a uma residência oficial mas presentemente não existem habitações suficientes e em condições para todos os membros do Governo. Estes fundos serão usados para reabilitação e manutenção das habitações, as quais estão devolutas e impróprias para serem habitadas de imediato.

Subsídio para o arrendamento de casas

Todos os Membros do Governo têm direito a uma residência oficial mas presentemente não existem habitações suficientes para todos os Membros do Governo. Como resultado disto o Governo irá subsidiar o pagamento do valor da renda mensal da habitação arrendada.

2901 - Secretaria de Estado dos Assuntos Parlamentares

Quadro 5.23

Verbas Orçamentais 2008 - Secretária do Estado dos Assuntos Parlamentares ($'000)

	Verba Orçamental de 2008	Verba Suplementar	Total
Salários e Vencimentos	-	19	19
Bens e Serviços	-	11	11
Capital Minor	-	-	-
Capital Desenvolvimento	-	-	-
Transferência	-	-	-
Total	**-**	**30**	**30**

Medidas Nova

Novo Gabinete para o Secretário de Estado dos Assuntos Parlamentares

Serão providenciados fundos para funcionários e custos operacionais relativamente à nova posição de Secretário de Estado dos Assuntos Parlamentares, o qual irá apoiar as relações institucionais com o Parlamento Nacional. Os fundos alocados para os funcionários abrangem o pagamento do 13º mês de salário, incluindo todos os subsídios regulares.

0501 - Secretaria de Estado de Juventude e Desporto

Desempenho da Execução Orçamental

Quadro 5.24

Execução Orçamental até 10 de Junho de 2008 - Secretária de Estado de Juventude e Desporto ($'000)

	Orçamento Aprovado de 2008 (a)	Despesas (b)	Obrigações (c)	Comprimisso (d)	Execução Atingida (e)=(b+c)/a	Execução Estimada à Atingir (f)=(b+c+d)/a
Salários e Vencimentos	164	68	0	0	41%	41%
Bens e Serviços	479	251	3	4	53%	54%
Capital Minor	3	0	3	0	100%	100%
Capital Desenvolvimento	300	0	0	0	0%	0%
Transferência	800	464	336	0	100%	100%
Total	**1,746**	**782**	**343**	**4**	**64%**	**65%**

Quadro 5.25

Posição sobre Despesas de Anos Anteriores até 10 de Junho de 2008 - Secretária de Estado de Juventude e Desporto ($'000)

	Carryover de :			
	Orçamento Transição até 31-12-07	Orçamento Transição até 10-06-08	Orçamento Anterior 2003-07 até 31-12-07	Orçamento Anterior 2003-07 até 10-06-08
Salários e Vencimentos				
Bens e Serviços	24	0	2	1
Capital Minor	34	0	0	0
Capital Desenvolvimento	0	0	352	162
Transferência				
Total	**58**	**0**	**354**	**163**

Quadro 5.26

2008 Perfil de Funcionários - Secretária de Estado de Juventude e Desporto

Nivel		N1	N2	N3	N4	N5	N6	N7	Total
Aprovado 2008	**Total Aprovado 2008**	**3**	**6**	**12**	**28**	**8**	**7**	**1**	**65**
	Funcionários Permanentes	-	-	5	22	4	4	-	35
	Funcionários Temporarios	3	6	7	6	4	3	1	30
Adicionais	**Total Adicionais**	**10**	**10**	**10**	**4**	**3**	**2**	**-**	**39**
	Funcionários Permanentes	-	-	-	-	-	-	-	-
	Funcionários Temporarios	10	10	10	4	3	2	-	39
Nova Total	**Funcionários Permanentes**	**-**	**-**	**5**	**22**	**4**	**4**	**-**	**35**
	Funcionários Temporarios	**13**	**16**	**17**	**10**	**7**	**5**	**1**	**69**
Grand Total		**13**	**16**	**22**	**32**	**11**	**9**	**1**	**104**

Quadro 5.27

Verbas Orçamentais 2008 - Secretária de Estado de Juventude e Desporto ($'000)

	Verba Orçamental de 2008	Verba Suplementar	Total
Salários e Vencimentos	164	83	247
Bens e Serviços	479	311	790
Capital Minor	3	-	3
Capital Desenvolvimento	300	-	300
Transferência	800	1,150	1,950
Total	**1,746**	**1,544**	**3,290**

Medidas Novas

Pagamento do 13.° mês de salário aos funcionários do sector público em 2008

Todos os funcionários públicos receberão um pagamento extraordinário equivalente a um mês de salário, incluindo todos os subsídios regulares. Este pagamento deverá ser efectuado em Dezembro de 2008. Estes fundos deverão abranger todos os funcionários, temporários e permanentes, da Secretaria de Estado.

Celebrações Nacionais

Fundos para aumentar a participação e o envolvimento dos jovens em celebrações nacionais, em todos os distritos.

Apoio a Organizações Desportivas

Apoiar o desenvolvimento de qualificações de gestão financeira e organizacional em federações desportivas, incluindo liderança e formação de formadores, a nível distrital e sub-distrital.

Competições Desportivas Regionais e Nacionais

Apoiar a organização de competições desportivas a nível regional e nacional para melhorar os desportos de equipa.

Apoio a iniciativas de jovens e ao Desenvolvimento da Criatividade

Serão providenciados fundos para um programa de apoio às iniciativas da juventude e ao desenvolvimento da criatividade, no sentido de contribuir para o desenvolvimento de competências criativas nos jovens. Estes fundos serão alocados para uma série de actividades neste sentido, incluindo a compra de materiais.

Estabelecimento de elementos de representação nos Distritos

Estes fundos destinam-se a financiar os elementos de representação nos distritos que irão implementar o Plano da Secretaria de Estado a nível distrital, através da coordenação da juventude e da implementação de actividades artísticas e desportivas nos distritos, sub-distritos e sucos. Estes elementos irão ainda monitorizar as actividades cuja implementação já teve início.

Preparação e implementação do Parlamento dos Jovens

A atribuição destes fundos serve para criar as condições necessárias à preparação das organizações de juventude e das escolas para a eleição dos seus representantes a nível distrital e sub-distrital. Estes jovens irão ter assim a oportunidade de experienciar e participar nos trabalhos do Parlamento, num contexto democrático, durante as férias parlamentares.

Comissão Reguladora das Organizações das Artes Marciais

Estes fundos serão utilizados para a fiscalização da prática das artes marciais. A Comissão Reguladora será composta por representantes do Ministério da Justiça, da Educação, da Secretaria de Estado da Juventude e Desporto e das Associações de Grupos de Artes Marciais que irão orientar a prática destas actividades, certificando que estas não induzirão à violência, de acordo com a Lei aprovada no Conselho de Ministros (a aguardar aprovação no Parlamento Nacional).

0601 - Secretaria do Estado para Recursos Naturais

Desempenho da Execução Orçamental

Quadro 5.28

Execução Orçamental até 10 de Junho de 2008 - Secretaria do Estado para Recursos Naturais ($'000)

	Orçamento Aprovado de 2008 (a)	Despesas (b)	Obrigações (c)	Comprimisso (d)	Execução Atingida (e)=(b+c)/a	Execução Estimada à Atingir (f)=(b+c+d)/a
Salários e Vencimentos	124	35	0	0	28%	28%
Bens e Serviços	2,709	236	88	13	12%	12%
Capital Minor	373	114	132	0	66%	66%
Capital Desenvolvimento	1,249	8	0	0	1%	1%
Total	**4,455**	**393**	**221**	**13**	**14%**	**14%**

Quadro 5.29

Posição sobre Despesas de Anos Anteriores até 10 de Junho de 2008 - Secretaria do Estado para Recursos Naturais ($'000)

	Carryover de :			
	Orçamento Transição até 31-12-07	Orçamento Transição até 10-06-08	Orçamento Anterior 2003-07 até 31-12-07	Orçamento Anterior 2003-07 até 10-06-08
Salários e Vencimentos				
Bens e Serviços	44	0	0	0
Capital Minor	34	0	0	0
Capital Desenvolvimento	42	33	0	0
Transferência				
Total	**120**	**33**	**0**	**0**

Quadro 5.30

2008 Perfil de Funcionários - Secretaria do Estado para Recursos Naturais

Nivel		N1	N2	N3	N4	N5	N6	N7	Total
Aprovado 2008	**Total Aprovado 2008**	**3**	**4**	**11**	**15**	**4**	**5**	**-**	**42**
	Funcionários Permanentes	-	1	3	7	2	3	-	16
	Funcionários Temporarios	3	3	8	8	2	2	-	26
Adicionais	**Total Adicionais**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
	Funcionários Permanentes	-	-	-	-	-	-	-	-
	Funcionários Temporarios	-	-	-	-	-	-	-	-
Nova Total	**Funcionários Permanente**	**-**	**1**	**3**	**7**	**2**	**3**	**-**	**16**
	Funcionários Temporarios	**3**	**3**	**8**	**8**	**2**	**2**	**-**	**26**
Grand Total		**3**	**4**	**11**	**15**	**4**	**5**	**-**	**42**

Quadro 5.31

Verbas Orçamentais 2008 - Secretaria do Estado para Recursos Naturais ($'000)

	Verba Orçamental de 2008	Verba Suplementar	Total
Salários e Vencimentos	124	9	133
Bens e Serviços	2,709	75	2,784
Capital Minor	373	-	373
Capital Desenvolvimento	1,249	-	1,249
Transferência	0	-	0
Total	**4,455**	**84**	**4,539**

Medidas Novas

Pagamento do 13.° mês de salário aos funcionários do sector público em 2008

Todos os funcionários públicos receberão um pagamento extraordinário equivalente a um mês de salário, incluindo todos os subsídios regulares. Este pagamento deverá ser efectuado em Dezembro de 2008. Estes fundos deverão abranger todos os funcionários, temporários e permanentes, da Secretaria de Estado.

Assistência Técnica

Fundos para recrutar um assessor jurídico que prepare uma proposta de lei sobre a indústria extractiva (mineira), que orientará o levantamento de dados geológicos e regulará a extração mineira em Timor-Leste.

0701 - Secretaria do Estado para Política Energética

Desempenho da Execução Orçamental

Quadro 5.32

Execução Orçamental até 10 de Junho de 2008 - Secretaria do Estado para Política Energética ($'000)

	Orçamento Aprovado de 2008 (a)	Despesas (b)	Obrigações (c)	Comprimisso (d)	Execução Atingida (e)=(b+c)/a	Execução Estimada à Atingir (f)=(b+c+d)/a
Salários e Vencimentos	73	29	0	0	39%	39%
Bens e Serviços	185	29	12	50	22%	49%
Transferência	251	171	0	0	68%	68%
Total	**509**	**228**	**12**	**50**	**47%**	**57%**

Quadro 5.33

Posição sobre Despesas de Anos Anteriores até 10 de Junho de 2008 - Secretaria do Estado para Política Energética ($'000)

	Carryover de :			
	Orçamento Transição até 31-12-07	Orçamento Transição até 10-06-08	Orçamento Anterior 2003-07 até 31-12-07	Orçamento Anterior 2003-07 até 10-06-08
Salários e Vencimentos				
Bens e Serviços	33	0	0	0
Capital Minor	16	0	0	0
Capital Desenvolvimento	0	0	0	0
Transferência				
Total	**49**	**0**	**0**	**0**

Quadro 5.34

2008 Perfil de Funcionários - Secretaria do Estado para Política Energética

Nivel		N1	N2	N3	N4	N5	N6	N7	Total
Aprovado 2008	**Total Aprovado 2008**	**-**	**-**	**4**	**5**	**4**	**3**	**1**	**17**
	Funcionários Permanentes	-	-	-	-	1	-	-	1
	Funcionários Temporarios	-	-	4	5	3	3	1	16
Adicionais	**Total Adicionais**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
	Funcionários Permanentes	-	-	-	-	-	-	-	-
	Funcionários Temporarios	-	-	-	-	-	-	-	-
Nova Total	**Funcionários Permanentes**	**-**	**-**	**-**	**-**	**1**	**-**	**-**	**1**
	Funcionários Temporarios	**-**	**-**	**4**	**5**	**3**	**3**	**1**	**16**
Grand Total		**-**	**-**	**4**	**5**	**4**	**3**	**1**	**17**

Quadro 5.35

Verbas Orçamentais 2008 - Secretaria do Estado para Política Energética ($'000)

	Verba Orçamental de 2008	Verba Suplementar	Total
Salários e Vencimentos	73	8	81
Bens e Serviços	185	1,000	1,185
Capital Minor	-	-	-
Capital Desenvolvimento	-		-
Transferência	251	660	911
Total	**509**	**1,668**	**2,177**

Medidas Novas

Pagamento do 13.° mês de salário aos funcionários do sector público em 2008

Todos os funcionários públicos receberão um pagamento extraordinário equivalente a um mês de salário, incluindo todos os subsídios regulares. Este pagamento deverá ser efectuado em Dezembro de 2008. Estes fundos deverão abranger todos os funcionários, temporários e permanentes, da Secretaria de Estado.

Instalação de sistemas de Biogás em 4 Centros

Estes fundos destinam-se ao estabelecimento de instalações fixas de biogás em vários sucos do País: um em Viqueque e um em Ermera (com capacidade de 142 m³, que fornecerão electricidade para 150 casas a 40 watts por casa), um no Suai (com 84 m³ e para beneficiar mais 50 famílias neste distrito) e um pequeno projecto-piloto em Oecusse (com capacidade de 20 m³). Estas instalações deverão estar concluídas em Novembro de 2008 e darão continuidade a este projecto do Governo, que tem vindo a ser realizado com sucesso, como é exemplo as instalações em Los Palos e Suai. Está ainda previsto a sua expansão noutros sucos.

Alargamento do Programa de Cultivo de Energia

Estes fundos visam complementar a verba inicialmenteatribuída no OGE de 2008, para a intervenção em 39 hectares, não produtivos, para cultivo usado para a produção de biodiesel e briquete a serem usados pelas comunidades. Este suplemento irá aumentar a área para 100 hectares, a ser usada por grupos cooperativos.

Produção de Fogões Eficientes em Termos Energéticos

Estes fundos destinam-se à produção de 100 fogões eficientes em termos energéticos, para serem distribuídos entre as comunidades rurais que participam no uso de fontes de energia alternativas.

Assistência Técnica e Custos Operacionais de Investigação

Estes fundos destinam-se a assistência técnica para apoio aos funcionários da Secretaria de Estado na realização de estudos de investigação sobre "Análise de Sistemas de Dados Eléctricos". Adicionalmente, serão alocados fundos para o recrutamento de jovens timorenses, que irão receber formação na construção de centros de biogás e produção de energia. Espera-se que estes jovens venham a expandir

os seus conhecimentos quando o programa for alargado para áreas mais remotas. Irá ainda ser instalado um Centro Técnico de Formação em Titilari para a produção de Biodigestores Móveis.

Primeira Fase dos Estudos sobre Energias Alternativas

O Governo irá conduzir um estudo para avaliar a disponibilidade de fontes de energia renováveis e alternativas, a longo-prazo, na Nação. O estudo providenciará ao Governo dados compreensivos que permitirão o planeamento de iniciativas futuras. O estudo deverá estar concluído em 2009.

0801 - Secretaria do Estado para Formação Profissional e Emprego

Desempenho da Execução Orçamental

Quadro 5.36

Execução Orçamental até 10 de Junho de 2008 - Secretaria do Estado para Formação Profissional e Emprego ($'000)

	Orçamento Aprovado de 2008 (a)	Despesas (b)	Obrigações (c)	Comprimisso (d)	Execução Atingida (e)=(b+c)/a	Execução Estimada à Atingir (f)=(b+c+d)/a
Salários e Vencimentos	212	86	0	0	40%	40%
Bens e Serviços	569	148	13	20	28%	32%
Capital Minor	122	0	0	36	0%	30%
Transferência	1,250	654	579	0	99%	99%
Total	**2,153**	**888**	**592**	**56**	**69%**	**71%**

Quadro 5.37

Posição sobre Despesas de Anos Anteriores até 10 de Junho de 2008 - S Secretaria do Estado para Formação Profissional e Emprego ($'000)

	Carryover de :			
	Orçamento Transição até 31-12-07	Orçamento Transição até 10-06-08	Orçamento Anterior 2003-07 até 31-12-07	Orçamento Anterior 2003-07 até 10-06-08
Salários e Vencimentos				
Bens e Serviços	51	0	3	3
Capital Minor	0	0	0	0
Capital Desenvolvimento	0	0	0	0
Transferência	160			
Total	**211**	**0**	**3**	**3**

Quadro 5.38

2008 Perfil de Funcionários - Secretaria do Estado para Formação Profissional e Emprego

Nivel		N1	N2	N3	N4	N5	N6	N7	Total
Aprovado 2008	**Total Aprovado 2008**	**5**	**7**	**56**	**15**	**5**	**4**	**-**	**92**
	Funcionários Permanentes	-	1	27	10	3	4	-	45
	Funcionários Temporarios	5	6	29	5	2	-	-	47
Adicionais	**Total Adicionais**	**1**	**2**	**31**	**6**	**-**	**-**	**-**	**40**
	Funcionários Permanentes	-	-	-	-	-	-	-	-
	Funcionários Temporarios	1	2	31	6	-	-	-	40
Nova Total	**Funcionários Permanentes**	**-**	**1**	**27**	**10**	**3**	**4**	**-**	**45**
	Funcionários Temporarios	**6**	**8**	**60**	**11**	**2**	**-**	**-**	**87**
Grand Total		**6**	**9**	**87**	**21**	**5**	**4**	**-**	**132**

Quadro 5.39

Verbas Orçamentais 2008 - Secretaria do Estado para Formação Profissional e Emprego ($'000)

	Verba Orçamental de 2008	Verba Suplementar	Total
Salários e Vencimentos	212	111	323
Bens e Serviços	569	137	706
Capital Minor	122	-	122
Capital Desenvolvimento	-	300	300
Transferência	1,250	3,879	5,129
Total	**2,153**	**4,427**	**6,580**

Medidas Novas

Agamento do 13.° mês de salário aos funcionários do sector público em 2008

Todos os funcionários públicos receberão um pagamento extraordinário equivalente a um mês de salário, incluindo todos os subsídios regulares. Este pagamento deverá ser efectuado em Dezembro de 2008. Estes fundos deverão abranger todos os funcionários, temporários e permanentes, da Secretaria de Estado.

Formação Linguística para Trabalhadores Timorenses

Estes fundos têm como objectivo apoiar a formação de cidadãos timorenses em coreano e inglês, de modo a permitir-lhes trabalhar na Coreia e noutros países. Os fundos irão também cobrir as despesas dos professores coreanos que se encarregarão da formação, incluindo os materiais de formação e a instalação de uma base-de-dados online, para facilitar a transferência de dados de candidatos.

Reabilitação de Centro de Formação de Trabalhadores no Estrangeiro, em Becora

Estes fundos serão para reabilitar o Centro de Formação de Trabalhadores no Estrangeiro em Becora, o qual está danificado. Este Centro irá acolher os novos programas, seminários e cursos de formação da Secretaria de Estado, para apoiar os timorenses que procuram trabalho no estrangeiro.

Programa de Formação Profissional para Emprego

Este financiamento irá apoiar centros de formação por todo o país que conduzam programas de formação complementares requeridos pelo Governo. Durante o ano, serão obtidas propostas de prestadores de formação de forma a garantir o aumento de formação em áreas prioritárias.

Programa de Trabalho Temporário

Continuação do Programa "Dinheiro por Trabalho" ("Cash for Work") em todos os distritos, a fim de promover o trabalho nas áreas de controlo de cheias e manutenção rodoviária básica.

Funcionários para Realização de Actividades de Pontos Focais nos Distritos

Financiamento para alargar as actividades de inspecção laboral e para colocar pessoal de apoio nos restantes nove Centros de Emprego Distritais.

Assistência Técnica

São necessários fundos para assistência técnica, para recrutar um assessor jurídico na área das relações laborais.

Custos Operacionais para Recolha de Dados sobre Ex-Funcionários Públicos da Indonésia

Financiamento para facilitar o pagamento de pensões, àqueles que eram funcionários públicos antes de 1999.

0901 - Secretaria do Estado para a Promoção de Igualdade

Desempenho da Execução Orçamental

Quadro 5.40

Execução Orçamental até 10 de Junho de 2008 - Secretária do Estado para a Promoção de Igualdade

($'000)

	Orçamento Aprovado de 2008 (a)	Despesas (b)	Obrigações (c)	Comprimisso (d)	Execução Atingida (e)=(b+c)/a	Execução Estimada à Atingir (f)=(b+c+d)/a
Salários e Vencimentos	64	20	0	0	32%	32%
Bens e Serviços	154	63	3	0	42%	43%
Capital Minor	74	4	17	4	29%	35%
Total	**292**	**87**	**20**	**4**	**37%**	**38%**

Quadro 5.41

Posição sobre Despesas de Anos Anteriores até 10 de Junho de 2008 - Secretária do Estado para a Promoção de Igualdade ($'000)

	Carryover de :			
	Orçamento Transição até 31-12-07	Orçamento Transição até 10-06-08	Orçamento Anterior 2003-07 até 31-12-07	Orçamento Anterior 2003-07 até 10-06-08
Salários e Vencimentos	0	0	0	0
Bens e Serviços	0	0	0	0
Capital Minor	0	0	0	0
Capital Desenvolvimento	0	0	0	0
Transferência	0	0	0	0

Quadro 5.42

2008 Perfil de Funcionários - Secretária do Estado para a Promoção de Igualdade

Nivel		N1	N2	N3	N4	N5	N6	N7	Total
Aprovado 2008	**Total Aprovado 2008**	**1**	**3**	**2**	**3**	**1**	**1**	**-**	**11**
	Funcionários Permanentes	-	1	1	3	1	1	-	7
	Funcionários Temporarios	1	2	1	-	-	-	-	4
Adicionais	**Total Adicionais**	**-**	**2**	**1**	**5**	**5**	**2**	**1**	**16**
	Funcionários Permanentes	-	-	-	-	-	-	-	-
	Funcionários Temporarios	-	2	1	5	5	2	1	16
Nova Total	**Funcionários Permanentes**	**-**	**1**	**1**	**3**	**1**	**1**	**-**	**7**
	Funcionários Temporarios	**1**	**4**	**2**	**5**	**5**	**2**	**1**	**20**
Grand Total		**1**	**5**	**3**	**8**	**6**	**3**	**1**	**27**

Quadro 5.43

Verbas Orçamentais 2008 - Secretária do Estado para a Promoção de Igualidade ($'000)

	Verba Orçamental de 2008	Verba Suplementar	Total
Salários e Vencimentos	64	30	94
Bens e Serviços	154	39	193
Capital Minor	74	10	84
Capital Desenvolvimento	-	-	-
Transferência	-	50	50
Total	**292**	**129**	**421**

Medidas Novas

Pagamento do 13.° mês de salário aos funcionários do sector público em 2008

Todos os funcionários públicos receberão um pagamento extraordinário equivalente a um mês de salário, incluindo todos os subsídios regulares. Este pagamento deverá ser efectuado em Dezembro de 2008. Estes fundos deverão abranger todos os funcionários, temporários e permanentes, da Secretaria de Estado.

Assistência Técnica

Fundos para recrutamento de um assessor internacional para a capacitação institucional dos funcionários da Secretaria de Estado, que irão ser os pontos focais nos assuntos do género, nos Ministérios e nos distritos.

Transferências Públicas para Financiamento de Grupos de Mulheres

Estes fundos destinam-se a apoiar e a equipar os Grupos de Mulheres. A Secretaria de Estado irá analisar as propostas neste sentido e irá prioritizar de acordo com as necessidades.

Aquisição Adicional de 5 Motorizadas

Estas motorizadas irão permitir aos funcionários e agentes de ligação, da Secretaria de Estado da Promoção da Igualdade, a realização de visitas de trabalho e de investigação a nível distrital, para a obtenção de dados relativos aos assuntos do género.

Recrutamento de Funcionários para a Secretaria de Estado

Serão recrutados 16 funcionários para cumprirem o organograma da Secretaria de Estado, incluindo as posições de Director-Geral, um novo chefe de Direcção, Chefes do Departamento de Finanças e Departamento de Formação. Os novos funcionários irão igualmente trabalhar nas áreas de comunicação, formação, monitorização e avaliação e logística.

10 - Ministério da Defesa e Segurança

Desempenho da Execução Orçamental

Quadro 5.44

Execução Orçamental até 10 de Junho de 2008 - Gabinete Ministro da Defesa e Segurança ($'000)

	Orçamento Aprovado de 2008 (a)	Despesas (b)	Obrigações (c)	Comprimisso (d)	Execução Atingida (e)=(b+c)/a	Execução Estimada à Atingir (f)=(b+c+d)/a
Salários e Vencimentos	0	0	0	0	n/a	n/a
Bens e Serviços	100	0	0	0	0%	0%
Capital Minor	0	0	0	0	n/a	n/a
Capital Desenvolvimento	0	0	0	0	n/a	n/a
Total	**100**	**0**	**0**	**0**	n/a	n/a

Quadro 5.45

Posição sobre Despesas de Anos Anteriores até 10 de Junho de 2008 - Gabinete Ministro da Defesa e Segurança ($'000)

	Carryover de :			
	Orçamento Transição até 31-12-07	Orçamento Transição até 10-06-08	Orçamento Anterior 2003-07 até 31-12-07	Orçamento Anterior 2003-07 até 10-06-08
Salários e Vencimentos				
Bens e Serviços				
Capital Minor				
Capital Desenvolvimento				
Transferência				
Total	**0**	**0**	**0**	**0**

Quadro 5.46

Verbas Orçamentais 2008 - Gabinete Ministro da Defesa e Segurança ($'000)

	Verba Orçamental de 2008	Verba Suplementar	Total
Salários e Vencimentos	-	-	-
Bens e Serviços	100	500	600
Capital Minor	-	2,600	2,600
Capital Desenvolvimento	-	-	-
Transferência	-	-	-
Total	**100**	**3,100**	**3,200**

Medidas Novas

Pagamento do 13.° mês de salário aos funcionários do sector público em 2008

Todos os funcionários públicos receberão um pagamento extraordinário equivalente a um mês de salário, incluindo todos os subsídios regulares. Este pagamento deverá ser efectuado em Dezembro de 2008. Estes fundos deverão abranger todos os funcionários, temporários e permanentes, do Ministério.

Despesas Operacionais para Instalação das Forças Armadas no Sector Ocidental

Este financiamento irá cobrir as despesas operacionais com combustível, alimentação, transporte e outros equipamentos, para instalar as F-FDTL no sector oeste do país, cumprindo fundamentalmente os distritos de Bobonaro, Suai e Ermera, entre outros.

Financiamento para Equipamento e Formação das Bandas de Música do Estado

Estes fundos destinam-se à provisão de equipamentos, uniformes e formação para as Fanfarras e Bandas de Música das Forças de Defesa e de Segurança, para a realização das paradas do Estado.

Centro Integrado de Gestão de Crises

Estes fundos irão permitir a criação de um Centro Integrado de Gestão de Crises, enquanto núcleo multidisciplinar e transversal às instituições do Estado, como forma de dar respostas coordenadas, a nível nacional, aos riscos e ameaças susceptíveis de se transformarem em crises, incluindo as calamidades públicas e os desastres naturais. Este Centro foi previsto na Lei Orgânica do Ministério da Defesa e da Segurança e será integrado, também, na Lei da Segurança Interna.

1001 - Secretaria do Estado de Defesa

100301 - FALINTIL-FDTL

Desempenho da Execução Orçamental

Quadro 5.47

Execução Orçamental até 10 de Junho de 2008 - Secretária do Estado de Defesa ($'000)

	Orçamento Aprovado de 2008 (a)	Despesas (b)	Obrigações (c)	Comprimisso (d)	Execução Atingida (e)=(b+c)/a	Execução Estimada à Atingir (f)=(b+c+d)/a
Salários e Vencimentos	130	35	0	0	27%	27%
Bens e Serviços	159	61	0	0	39%	39%
Capital Minor	23	5	8	6	56%	81%
Capital Desenvolvimento	0	0	0	0	0%	0%
Total	**312**	**101**	**8**	**6**	**35%**	**37%**

Quadro 5.48

Execução Orçamental até 10 de Junho de 2008 – FALINTIL-FDTL ($'000)

	Orçamento Aprovado de 2008 (a)	Despesas (b)	Obrigações (c)	Comprimisso (d)	Execução Atingida (e)=(b+c)/a	Execução Estimada à Atingir (f)=(b+c+d)/a
Salários e Vencimentos	1,982	668	0	0	34%	34%
Bens e Serviços	9,301	2,784	684	910	37%	47%
Capital Minor	287	20	6	10	9%	12%
Capital Desenvolvimento	2,342	30	267	942	13%	53%
Total	**13,912**	**3,501**	**957**	**1,862**	**32%**	**45%**

Quadro 5.49

Posição sobre Despesas de Anos Anteriores até 10 de Junho de 2008 - Secretária do Estado de Defesa ($'000)

	Carryover de :			
	Orçamento Transição até 31-12-07	Orçamento Transição até 10-06-08	Orçamento Anterior 2003-07 até 31-12-07	Orçamento Anterior 2003-07 até 10-06-08
Salários e Vencimentos				
Bens e Serviços	564	256	0	0
Capital Minor	0	0	0	0
Capital Desenvolvimento	0	0	0	0
Transferência				
Total	**564**	**256**	**0**	**0**

Quadro 5.50

Carry over periodo 31 de Decembro de 2007 – FALINTIL-FDTL ($'000)

	Carryover de :			
	Orçamento Transição até 31-12-07	Orçamento Transição até 10-06-08	Orçamento Anterior 2003-07 até 31-12-07	Orçamento Anterior 2003-07 até 10-06-08
Salários e Vencimentos				
Bens e Serviços	264	128	357	285
Capital Minor	716	88	634	567
Capital Desenvolvimento	0	0	0	0
Transferência				
Total	**980**	**216**	**991**	**852**

Perfil de Funcionários

Quadro 5.51

2008 Perfil de Funcionários - Secretária do Estado de Defesa

Nivel		N1	N2	N3	N4	N5	N6	N7	Total
Aprovado 2008	**Total Aprovado 2008**	**1**	**3**	**3**	**5**	**7**	**3**	**1**	**23**
	Funcionários Permanentes	1	2	2	4	6	3	-	18
	Funcionários Temporarios	-	1	1	1	1	-	1	5
Adicionais	**Total Adicionais**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
	Funcionários Permanentes	-	-	-	-	-	-	-	-
	Funcionários Temporarios	-	-	-	-	-	-	-	-
Nova Total	**Funcionários Permanentes**	**1**	**2**	**2**	**4**	**6**	**3**	**-**	**18**
	Funcionários Temporarios	**-**	**1**	**1**	**1**	**1**	**-**	**1**	**5**
Grand Total		**1**	**3**	**3**	**5**	**7**	**3**	**1**	**23**

Quadro 5.52

2008 Perfil de Funcionários - FALINTIL-FDTL

Nivel		N1	N2	N3	N4	N5	N6	N7	Total
Aprovado 2008	**Total Aprovado 2008**	**426**	**195**	**258**	**114**	**22**	**1**	**1**	**1,017**
	Funcionários Permanentes	426	195	258	114	22	1	1	1,017
	Funcionários Temporarios	-	-	-	-	-	-	-	-
Adicionais	**Total Adicionais**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
	Funcionários Permanentes	-	-	-	-	-	-	-	-
	Funcionários Temporarios	-	-	-	-	-	-	-	-
Nova Total	**Funcionários Permanentes**	**426**	**195**	**258**	**114**	**22**	**1**	**1**	**1,017**
	Funcionários Temporarios	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
Grand Total		**426**	**195**	**258**	**114**	**22**	**1**	**1**	**1,017**

Quadro 5.53

Verbas Orçamentais 2008 – Secretária do Estado de Defesa ($'000)

	Verba Orçamental de 2008	Verba Suplementar	Total
Salários e Vencimentos	130	8	138
Bens e Serviços	159	-	159
Capital Minor	23	-	23
Capital Desenvolvimento	-	-	-
Transferência	-		-
Total	**312**	**8**	**320**

Quadro 5.54

Verbas Orçamentais 2008 – FALINTIL-FDTL ($'000)

	Verba Orçamental de 2008	Verba Suplementar	Total
Salários e Vencimentos	1,982	1,769	3,751
Bens e Serviços	9,301	1,300	10,601
Capital Minor	287	-	287
Capital Desenvolvimento	2,342	3,150	5,492
Transferência	-	-	-
Total	**13,912**	**6,219**	**20,131**

Medidas Novas

Pagamento do 13.° mês de salário aos funcionários do sector público em 2008 e aumento de pagamentos aos militares

De acordo com o Decreto-Lei n.º 01/2008 de Fevereiro, o qual altera os subsídios extraordinários e cria outros subsídios para membros da PNTL e das F-FDTL, os militares irão receber suplementos remuneratórios. As percentagens abonadas aos elementos das F-FDTL, a título de subsídio estraordinário, foram ajustadas de acordo com os postos militares.

Todos os funcionários públicos receberão um pagamento extraordinário equivalente a um mês de salário, incluindo todos os subsídios regulares. Este pagamento deverá ser efectuado em Dezembro de 2008. Estes fundos deverão abranger todos os funcionáros, temporários e permanentes da Secretaria de Estado.

Peças Sobresselentes para Veículos Militares HICOM

Os fundos destinam-se à reparação e manutenção de 32 veículos militares HICOM, os quais não foram sujeitos a manutenção, desde há alguns anos.

Programa Plurianual de Protecção Marítima e Prevenção de Pesca Ilegal

A primeira fase envolve a construção de dois navios de patrulha costeira e a formação de pessoal, para fiscalização das águas territoriais e prevenção da pesca ilegal.

O Governo irá adquirir dois navios de patrulha com um custo total de $28 milhões. Os $4 milhões em 2008 destinam-se à construção inicial dos dois navios, incluindo a formação de pessoal timorense. Os restantes $24 milhões deverão ser pagos em 2009, aquando da entrega dos navios.

Fundos de Contrapartida para a Construção de um Centro de Língua Portuguesa em Metinaro

Estes fundos constituem a contribuição do Governo para a construção de um centro de formação em língua portuguesa, em Metinaro.

1004 - Secretaria do Estado de Segurança

1005 - PNTL

Desempenho da Execução Orçamental

Quadro 5.55

Execução Orçamental até 10 de Junho de 2008 - Secretária do Estado de Segurança ($'000)

	Orçamento Aprovado de 2008 (a)	Despesas (b)	Obrigações (c)	Comprimisso (d)	Execução Atingida (e)=(b+c)/a	Execução Estimada à Atingir (f)=(b+c+d)/a
Salários e Vencimentos	1,445	554	0	0	38%	38%
Bens e Serviços	10,296	2,838	1,459	538	42%	47%
Capital Minor	3,353	37	90	2,572	4%	80%
Capital Desenvolvimento	2,251	0	89	1,104	4%	53%
Total	**17,345**	**3,430**	**1,638**	**4,213**	**29%**	**54%**

Quadro 5.56

Execução Orçamental até 10 de Junho de 2008 - PNTL ($'000)

	Orçamento Aprovado de 2008 (a)	Despesas (b)	Obrigações (c)	Comprimisso (d)	Execução Atingida (e)=(b+c)/a	Execução Estimada à Atingir (f)=(b+c+d)/a
Salários e Vencimentos	5,900	2,600	0	0	44%	44%
Bens e Serviços	0	0	0	0	0%	0%
Capital Minor	0	0	0	0	0%	0%
Capital Desenvolvimento	0	0	0	0	0%	0%
Total	**5,900**	**2,600**	**0**	**0**	**44%**	**44%**

Quadro 5.57

Posição sobre Despesas de Anos Anteriores até 10 de Junho de 2008 - Secretária do Estado de Segurança ($'000)

	Carryover de :			
	Orçamento Transição até 31-12-07	Orçamento Transição até 10-06-08	Orçamento Anterior 2003-07 até 31-12-07	Orçamento Anterior 2003-07 até 10-06-08
Salários e Vencimentos				
Bens e Serviços	498	137	817	691
Capital Minor	1,238	881	105	93
Capital Desenvolvimento	558	439	1,716	1,220
Transferência				
Total	**2,294**	**1,457**	**2,638**	**2,004**

Quadro 5.58

Posição sobre Despesas de Anos Anteriores até 10 de Junho de 2008 - PNTL ($'000)

	Carryover de :			
	Orçamento Transição até 31-12-07	Orçamento Transição até 10-06-08	Orçamento Anterior 2003-07 até 31-12-07	Orçamento Anterior 2003-07 até 10-06-08
Salários e Vencimentos	0	0	0	0
Bens e Serviços	0	0	0	0
Capital Minor	0	0	0	0
Capital Desenvolvimento	0	0	0	0
Transferência	0	0	0	0
Total	**0**	**0**	**0**	**0**

Perfil de Funcionários

Quadro 5.59

2008 Perfil de Funcionários - Secretária do Estado de Segurança

Nivel		N1	N2	N3	N4	N5	N6	N7	Total
Aprovado 2008	**Total Aprovado 2008**	**678**	**228**	**69**	**48**	**12**	**3**	**1**	**1,039**
	Funcionários Permanentes	365	166	62	43	12	3	1	652
	Funcionários Temporarios	313	62	7	5	-	-	-	387
Adicionais	**Total Adicionais**	**-**	**-**	**25**	**25**	**-**	**-**	**-**	**50**
	Funcionários Permanentes	-	-	-	-	-	-	-	-
	Funcionários Temporarios	-	-	25	25	-	-	-	50
Nova Total	**Funcionários Permanentes**	**365**	**166**	**62**	**43**	**12**	**3**	**1**	**652**
	Funcionários Temporarios	**313**	**62**	**32**	**30**	**-**	**-**	**-**	**437**
Grand Total		**678**	**228**	**94**	**73**	**12**	**3**	**1**	**1,089**

Quadro 5.60

2008 Perfil de Funcionários - PNTL

Nivel		N1	N2	N3	N4	N5	N6	N7	Total
Aprovado 2008	**Total Aprovado 2008**	**334**	**2,970**	**3**	**210**	**24**	**-**	**-**	**3,541**
	Funcionários Permanentes	294	2,970	3	209	24	-	-	3,500
	Funcionários Temporarios	40	-	-	1	-	-	-	41
Adicionais	**Total Adicionais**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
	Funcionários Permanentes	-	-	-	-	-	-	-	-
	Funcionários Temporarios	-	-	-	-	-	-	-	-
Nova Total	**Funcionários Permanentes**	**294**	**2,970**	**3**	**209**	**24**	**-**	**-**	**3,500**
	Funcionários Temporarios	**40**	**-**	**-**	**1**	**-**	**-**	**-**	**41**
Grand Total		**334**	**2,970**	**3**	**210**	**24**	**-**	**-**	**3,541**

Quadro 5.61

Verbas Orçamentais 2008 - Secretária do Estado de Segurança ($'000)

	Verba Orçamental de 2008	Verba Suplementar	Total
Salários e Vencimentos	1,445	350	1,795
Bens e Serviços	10,296	2,619	12,915
Capital Minor	3,353	636	3,989
Capital Desenvolvimento	2,251	825	3,076
Transferência	-	-	-
Total	**17,345**	**4,430**	**21,775**

Quadro 5.62

Verbas Orçamentais 2008 - PNTL ($'000)

	Verba Orçamental de 2008	Verba Suplementar	Total
Salários e Vencimentos	5,900	2,524	8,424
Bens e Serviços	-	-	-
Capital Minor	-	-	-
Capital Desenvolvimento	-	-	-
Transferência	-	-	-
Total	**5,900**	**2,524**	**8,424**

Medidas Novas

Pagamento do 13.° mês de salário aos funcionários do sector público em 2008

Todos os funcionários públicos receberão um pagamento extraordinário equivalente a um mês de salário, incluindo todos os subsídios regulares. Este pagamento deverá ser efectuado em Dezembro de 2008. Estes fundos deverão abranger todos os funcionários, temporários e permanentes, da Secretaria de Estado.

Custos do Ajuste dos Postos na PNTL

De acordo com o Decreto-Lei n.º 01/2008 de Fevereiro, o qual altera os subsídios extraordinários e cria outros subsídios para membros da PNTL e das F-FDTL, os polícias irão receber suplementos remuneratórios.

Ainda de acordo com este Decreto-Lei, as percentagens abonadas aos elementos da PNTL, a título de subsídio extraordinário, foram ajustadas de acordo com os seus postos.. Estes fundos visam cobrir os custos do ajuste dos postos.

Painel de Avaliação de Triagem e Formação da PNTL

A fim de garantir o profissionalismo e apartidarismo dos agentes da PNTL e na sequência da crise de 2006, são necessários fundos para um processo de triagem e formação de antigos membros da PNTL que pretendam reingressar na PNTL.

Reembolso de Despesas com Alimentação incorridas durante as Operações no âmbito da Declaração do Estado de Sítio e de Emergência

São necessários fundos para reembolso das despesas com alimentação incorridas em actividades operacionais durante a declaração do estado de sítio e do estado de emergência.

Funcionários Adicionais para os Bombeiros

Os fundos irão permitir a contratação de 50 novos bombeiros em Díli e nos distritos.

Conclusão do Quartel Geral dos Bombeiros em Oecusse

O custo do Quartel Geral dos Bombeiros em Oecusse foi inicialmente estimado em $100,000, porém o trabalho de concepção subsequente reviu os custos em alta, passando o valor para $170,000. A abertura do concurso público e a construção do edifício aguardam a aprovação do montante total para o Quartel dos Bombeiros.

Reembolso dos Subsídios Pagos pela PNTL durante as Operações do Comando Conjunto

Os pagamentos de subsídios operacionais ao Comando Conjunto durante as operações decorrentes da declaração do estado de sítio e do estado de emergência foram pagos pelo orçamento da PNTL. Estes fundos devem ser agora reembolsados à PNTL, para que esta possa implementar as suas actividades de acordo com o planeado no Orçamento Geral do Estado para 2008.

Pagamento de Dívidas do Governo Anterior

São necessários fundos para o pagamento de dívidas contraídas pelo Governo anterior, que foram justificadas e consideradas válidas. Estas dívidas comportam encargos à EDTL, manutenção de veículos e compra de uniformes.

Cancelamento do Projecto da Carreira de Tiro de Liquiçá

A localização proposta no Orçamento de 2008 para a Carreira de Tiro de Liquiçá não é adequada por razões de segurança.

Financiamento Adicional para Veículos Unimog nas Áreas Fronteiriças

O orçamento para 2008 incluiu $264,000 para a compra de veículos para uso nas áreas da fronteira ocidental de Suai e Maliana e em Oecussi. No seguimento do processo de concurso público, foi determinado que é necessário financiamento adicional.

Financiamento Adicional para Veículo com Canhão de Água

O orçamento para 2008 incluiu $304,000 para a compra deste veículo para uso por parte da Unidade de Resposta Rápida em Baucau e Dili. No seguimento do processo de concurso público foi determinado que é necessário financiamento adicional.

Construção do Quartel para a Unidade da Polícia Especial

Propõe-se que a Unidade de Resposta Rápida, a Unidade de Controlo de Fronteira, a Unidade Marítima e a Unidade de Reserva sejam combinadas numa única unidade de polícia especial. Esta medida fornece fundos para a construção de um Quartel único para elas.

11 - Ministério dos Negócios Estrangeiros

Desempenho da Execução Orçamental

Quadro 5.63

Execução Orçamental até 10 de Junho de 2008 - Ministério dos Negócios Estrangeiros ($'000)

	Orçamento Aprovado de 2008 (a)	Despesas (b)	Obrigações (c)	Comprimisso (d)	Execução Atingida (e)=(b+c)/a	Execução Estimada à Atingir (f)=(b+c+d)/a
Salários e Vencimentos	401	107	0	0	27%	27%
Bens e Serviços	5,447	2,786	119	19	53%	54%
Capital Minor	802	23	32	192	7%	31%
Capital Desenvolvimento	350	0	0	250	0%	71%
Total	**7,000**	**2,916**	**151**	**461**	**44%**	**50%**

Quadro 5.64

Posição sobre Despesas de Anos Anteriores até 10 de Junho de 2008 - Ministério dos Negócios Estrangeiros ($'000)

	Carryover de :			
	Orçamento Transição até 31-12-07	Orçamento Transição até 10-06-08	Orçamento Anterior 2003-07 até 31-12-07	Orçamento Anterior 2003-07 até 10-06-08
Salários e Vencimentos				
Bens e Serviços	10	10	41	4
Capital Minor	56	36	0	0
Capital Desenvolvimento	0	0	0	0
Transferência				
Total	**66**	**46**	**41**	**5**

Perfil de Funcionários

Quadro 5.65

2008 Perfil de Funcionários - Ministério dos Negócios Estrangeiros

Nivel		N1	N2	N3	N4	N5	N6	N7	Total
Aprovado 2008	**Total Aprovado 2008**	**3**	**13**	**28**	**32**	**17**	**40**	**8**	**141**
	Funcionários Permanentes	3	5	10	26	14	23	5	86
	Funcionários Temporarios	-	8	18	6	3	17	3	55
Adicionais	**Total Adicionais**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
	Funcionários Permanentes	-	-	-	-	-	-	-	-
	Funcionários Temporarios	-	-	-	-	-	-	-	-
Nova Total	**Funcionários Permanentes**	**3**	**5**	**10**	**26**	**14**	**23**	**5**	**86**
	Funcionários Temporarios	**-**	**8**	**18**	**6**	**3**	**17**	**3**	**55**
Grand Total		**3**	**13**	**28**	**32**	**17**	**40**	**8**	**141**

Quadro 5.66

Verbas Orçamentais 2008 - Ministério dos Negócios Estrangeiros ($'000)

	Verba Orçamental de 2008	Verba Suplementar	Total
Salários e Vencimentos	401	331	732
Bens e Serviços	5,447	1,910	7,357
Capital Minor	802	179	981
Capital Desenvolvimento	350	-	350
Transferência	-	-	-
Total	**7,000**	**2,420**	**9,420**

Medidas Novas

Pagamento do 13.° mês de salário aos empregados do sector público em 2008

Todos os funcionários públicos receberão um pagamento extraordinário equivalente a um mês de salário, incluindo todos os subsídios regulares. Este pagamento deverá ser efectuado em Dezembro de 2008. Estes fundos deverão abranger todos os funcionários, temporários e permanentes, do Ministério.

Sistema de Gestão de Redes na Sede do MNE

Financiamento da primeira fase da instalação de uma rede de comunicação diplomática na sede do MNE, que permitirá ao Ministério comunicar com missões na Indonésia (Jacarta, Kupang e Denpasar).

Ajudas de Custo

O financiamento relativo às ajudas de custo irá aumentar, de modo a cobrir as despesas dos novos diplomatas e das novas missões que serão abertas, tendo ainda em consideração as alterações nas taxas de câmbio.

Rendas Acrescidas para Missões no Estrangeiro

O financiamento relativo a custos com rendas irá aumentar, de forma a cobrir as despesas dos novos diplomatas nas missões adicionais que serão abertas.

Custos Operacionais

Estes custos destinam-se a pagar os salários dos funcionários nas novas missões a abrir em 2008.

Compromissos Internacionais (visitas de Estado e oficias de/para Timor-Leste)

Estes fundos visam cobrir, antecipadamente, as visitas de Estado e Oficiais a Timor-Leste mas também as do Chefe de Estado e as do Chefe do Governo ao estrangeiro. Tendo em conta a necessidade de preparação, pelos funcionários do Ministério, destas numerosas reuniões internacionais (em Timor-Leste ou no estrangeiro), foram alocados fundos para esse efeito. Exemplo destas reuniões são: a Comissão Verdade e Amizade, a Comissão Ministerial Conjunta com o Brasil, Cuba e Indonésia e o Trilateral entre Timor-Leste, Austrália e Indonésia, etc.

Abertura de Nova Embaixada em Brasília

Estes fundos são referentes à abertura de uma nova missão em Brasília, a qual deverá iniciar a sua actividade em finais de 2008.

Abertura de Nova Embaixada na Coreia do Sul

Estes fundos são referentes à abertura de uma nova missão em Seul, a qual deverá iniciar a sua actividade em finais de 2008.

Abertura de Embaixada em Lisboa da CPLP / UNESCO

Estes fundos são relativos a uma missão distinta para a CPLP e UNESCO, localizada em Lisboa, a fim de cobrir questões específicas associadas com estas organizações.

Assistência Técnica

Estes fundos visam pagar a contratação de assistência técnica para o Ministério dos Negócios Estrangeiros, através da contratação de assessores técnicos para prestarem assessoria em áreas cruciais do Ministério.

Apoio Técnico para os Assuntos da Fronteira Terrestre

Relativamente à fronteira entre Timor-Leste e a Indonésia, espera-se que o tratado de demarcação fronteiriça esteja concluído em 2009. Estes fundos destinam-se a garantir apoio técnico ao Ministério relativamente aos três segmentos restantes de fronteira que requerem negociação entre os dois países.

Deslocações Oficiais Internacionais e Ajudas de Custo (todo o MNE)

Serão atribuídos fundos para cobrir os custos acrescidos referentes a deslocações ao estrangeiro, derivados dos custos mais elevados com o combustível, bem como a implementação da revisão das Ajudas de Custo das Deslocações, que reflecte o maior custo de vida em diferentes cidades do mundo e a alteração das taxas de câmbio.

12 - Ministério das Finanças

Desempenho da Execução Orçamental

Quadro 5.67

Execução Orçamental até 10 de Junho de 2008 - Ministério das Finanças ($'000)

	Orçamento Aprovado de 2008 (a)	Despesas (b)	Obrigações (c)	Comprimisso (d)	Execução Atingida (e)=(b+c)/a	Execução Estimada à Atingir (f)=(b+c+d)/a
Salários e Vencimentos	1,590	586	0	0	37%	37%
Bens e Serviços	5,669	1,460	1,004	154	43%	46%
Capital Minor	893	234	170	27	45%	48%
Total	**8,152**	**2,281**	**1,174**	**181**	**42%**	**45%**

Quadro 5.68

Posição sobre Despesas de Anos Anteriores até 10 de Junho de 2008 - Ministério das Finanças ($'000)

	Carryover de :			
	Orçamento Transição até 31-12-07	Orçamento Transição até 10-06-08	Orçamento Anterior 2003-07 até 31-12-07	Orçamento Anterior 2003-07 até 10-06-08
Salários e Vencimentos				
Bens e Serviços	181	181	270	229
Capital Minor	274	0	0	0
Capital Desenvolvimento	0	0	82	31
Transferência				
Total	**455**	**181**	**352**	**260**

Perfil de Funcionários

Quadro 5.69

2008 Perfil de Funcionários - Ministério das Finanças

Nivel		N1	N2	N3	N4	N5	N6	N7	Total
Aprovado 2008	**Total Aprovado 2008**	**61**	**192**	**252**	**207**	**68**	**23**	**1**	**804**
	Funcionários Permanentes	6	82	165	185	59	23	1	521
	Funcionários Temporarios	55	110	87	22	9	-	-	283
Adicionais	**Total Adicionais**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
	Funcionários Permanentes	-	-	-	-	-	-	-	-
	Funcionários Temporarios	-	-	-	-	-	-	-	-
Nova Total	**Funcionários Permanentes**	**6**	**82**	**165**	**185**	**59**	**23**	**1**	**521**
	Funcionários Temporarios	**55**	**110**	**87**	**22**	**9**	**-**	**-**	**283**
Grand Total		**61**	**192**	**252**	**207**	**68**	**23**	**1**	**804**

Quadro 5.70

Verbas Orçamentais 2008 - Ministério das Finanças ($'000)

	Verba Orçamental de 2008	Verba Suplementar	Total
Salários e Vencimentos	1,590	120	1,710
Bens e Serviços	5,669	1,180	6,849
Capital Minor	893	587	1,480
Capital Desenvolvimento	-	1,250	1,250
Transferência	-	-	-
Total	**8,152**	**3,137**	**11,289**

Medidas Novas

Pagamento do 13.° mês de salário aos funcionários do sector público em 2008

Todos os funcionários públicos receberão um pagamento extraordinário equivalente a um mês de salário, incluindo todos os subsídios regulares. Este pagamento deverá ser efectuado em Dezembro de 2008. Estes fundos deverão abranger todos os funcionários, temporários e permanentes, do Ministério.

Grupo de Trabalho para a Reforma das Telecomunicações

O Governo irá desenvolver uma nova política de telecomunicações de forma a proporcionar uma estrutura mais competitiva. O Grupo de Trabalho, que foi estabelecido com representantes do Ministério das Finanças e das Infra-estruturas, incluindo peritos internacionais com experiência profissional em negociações no sector das telecomunicações, irá avaliar o actual serviço de monopólio e encetar o diálogo com os operadores incumbentes. O Grupo de Trabalho irá, eventualmente, renegociar o contrato adjudicado com a Timor Telecom de forma a retirar os direitos exclusivos e a promover a livre competição no sector.

Administração da Proposta de Conta do Desafio do Milénio

O Ministério das Finanças irá requerer fundos adicionais para administrar os processos em torno da preparação de materiais para uma submissão formal à Corporação do Desafio do Milénio, para financiamento de projectos de infra-estruturas substanciais. O total de financiamento necessário será de $3,000,000, sendo dotados $750,000 em 2008, e o restante em 2009. É esperado que a proposta seja submetida à CDM em 2009.

Custos de Impressão para Documentação do Ministério das Finanças

Os fundos destinam-se à impressão e à divulgação de documentação essencial do Ministério, incluindo o Orçamento Geral do Estado.

Preparação dos Censos de 2009

Os fundos alocados destinam-se à preparação das actividades conduncentes aos Censos de 2009.

Programa Plurianual de Instalações Integradas de Controlo fronteiriço – Fase 1

Financiará a fase inicial (concepção e planeamento) das instações integradas de controlo fronteiriço. Estas vão abranger todas as actividades de fronteira, nomeadamente a imigração, alfândega, quarentena, transporte e polícia. A localização conjunta dos serviços melhorará a eficiência e as condições de trabalho.

Reabilitação e Equipamento do Edifício 5 e das Instalações Temporárias das Alfândegas

Em resultado da crise o edifício onde estavam instalados os serviços das Alfândegas foi destruido, não tendo sido ainda substituído. A nova estrutura do Governo requereu a deslocação de um grande número dos funcionários dos impostos, do Ministério da Justiça, para o Edifício 5. Neste sentido, torna-se necessário renovar as casas Kobe degradadas para obter mais espaço. Por outro lado, para a realização das novas actividades de formação e desenvolvimento de recursos humanos, revelou-se necessário a construção de novas casas Kobe. Serão providenciados fundos para a reabilitação e compra de mobiliário para o Edifício 5 (Palácio do Governo) e outras instalações do Ministério das Finanças, e para a localização temporária das Alfândegas e Impostos.

Sistemas de Gestão e Responsabilização de Registos - Fase 1 do programa plurianual

Na continuidade da reforma dos processos financeiros, em curso no Ministério das Finanças, são necessários fundos para adquirir um sistema de arquivo de informação e dados (à prova de fogo), que contribua para um maior nível de segurança e manutenção da integridade física dos registos.

13 - Ministério das Finanças – Todo o Governo

Desempenho da Execução Orçamental

Quadro 5.71

Execução Orçamental até 10 de Junho de 2008 - Ministério das Finanças – Todo o Governo ($'000)

	Orçamento Aprovado de 2008 (a)	Despesas (b)	Obrigações (c)	Comprimisso (d)	Execução Atingida (e)=(b+c)/a	Execução Estimada à Atingir (f)=(b+c+d)/a
Bens e Serviços	20,487	5,956	11,934	634	87%	90%
Capital Minor	3,633	882	0	0	24%	24%
Capital Desenvolvimento	3,500	400	539	0	27%	27%
Transferência	16,541	270	270	0	3%	3%
Total	**44,161**	**7,507**	**12,743**	**634**	**46%**	**47%**

Quadro 5.72

Posição sobre Despesas de Anos Anteriores até 10 de Junho de 2008 - Ministério das Finanças – Todo o Governo ($'000)

	Carryover de :			
	Orçamento Transição até 31-12-07	Orçamento Transição até 10-06-08	Orçamento Anterior 2003-07 até 31-12-07	Orçamento Anterior 2003-07 até 10-06-08
Salários e Vencimentos				
Bens e Serviços	8,050	1,748	1,258	700
Capital Minor	0	0	81	11
Capital Desenvolvimento	0	0	173	0
Transferência	261			
Total	**8,311**	**1,748**	**1,512**	**711**

Quadro 5.73

Verbas Orçamentais 2008 - Ministério das Finanças – Todo o Governo ($'000)

	Verba Orçamental de 2008	Verba Suplementar	Total
Salários e Vencimentos	-	1,000	1,000
Bens e Serviços	20,487	270,067	290,554
Capital Minor	3,633	-	3,633
Capital Desenvolvimento	3,500	-	3,500
Transferência	16,541	25,800	42,341
Total	**44,161**	**296,867**	**341,028**

Medidas Novas

Reserva de Contingência

Grande parte do montante dotado no Reserva de Contingência de 2008, foi utilizado para despesas relacionadas com a situação de segurança que surgiu em Fevereiro deste ano – por exemplo, pagamentos com as operações do Comando Conjunto PNTL/F-FDTL nos meses de Fevereiro, Março, Abril e Maio. Neste sentido, a Reserva de Contigência para 2008 necessita de ser restabelecida.

Despesas com Deslocações Locais e Internacionais, incluindo o aumento das Ajudas de Custo

Estes fundos destinam-se a cobrir as despesas necessárias para as deslocações ao estrangeiro dos membros do Governo e dos funcionários públicos. O montante calculado traduz o aumento dos custos com as deslocações, resultantes dos aumentos do combustível e também a implementação da revisão das Ajudas de Custo das Deslocações ao estrangeiro, que reflecte o aumento do custo de vida em diferentes cidades do mundo e a alteração das taxas de câmbio.

Combustível para o Gerador de Comoro

Estes fundos são necessários devido ao aumento do preço do petróleo, por forma a assegurar a manutenção do fornecimento de electricidade em Díli.

Combustível para o Gerador Distritos (Excluíndo Dili)

Estes fundos são necessários devido ao aumento do preço do petróleo, por forma a assegurar a manutenção do fornecimento de electricidade nos distritos.

Impostos sobre as Importações de Arroz

Como uma das actividades do Fundo de Estabilização Económica (abaixo mencionado), o Governo apoiará o fornecimento de produtos essenciais, como o arroz, ao mercado interno deTimor-Leste. O fundo aqui alocado destina-se ao pagamento, obrigatório por lei, dos impostos relativos à importação de arroz e de outros produtos.

Assistência ao Povo do Myanmar

O Governo pretende demonstrar solidariedade com este País através de apoio concreto à população afectada pelas recentes catástrofes naturais.

Assistência ao Povo da China

O Governo pretende demonstrar solidariedade com este País através de apoio concreto à população afectada pelas recentes catástrofes naturais.

Pensões para Combatentes da Libertação Nacional

Os valores das pensões previstas para os Combatentes da Libertação Nacional no OGE de 2008 foram sub-avaliados, estando abaixo do previsto na Lei n.º3/2006 “Estatuto dos Combatentes da Libertação Nacional”, tendo em conta critérios de sustentabilidade financeira. Após reunião entre os veteranos e ex-quadros da resistência com os Deputados da Comissão A do Parlamento Nacional, no princípio deste ano, ficou decidido voltar a aplicar os valores estabelecidos na Lei referida. Por outro lado, tiverem lugar, em Díli, dois encontros nacionais de ex-quadros da resistência com o objectivo de proceder à conferência final

de dados e à seleção dos beneficiários das pensões, resultando num decréscimo destes. O Governo alocou fundos para contemplar o pagamento de pensões, de acordo com estes desenvolvimentos.

Apoio a Profissionais do Sector Público

Estes fundos serão utilizados para pagamento de profissionais relevantes no sector público, incluindo magistrados do sector judicial, profissionais de saúde, docentes universitários e outros oficiais seniores.

Dívidas Pendentes de Governos Anteriores

O Governo tem vindo a promover o diálogo com o sector privado para que estes sejam parte activa do desenvolvimento nacional. Na sequência destas reuniões, foi apresentada uma lista com dívidas pendentes de Governos anteriores, que, no âmbito do processo de reformas financeiras encetadas por este Governo, irão ser regularizadas. O Governo irá identificar, analisar e validar as facturas, para no caso em que se justifique, serem pagas as dívidas.

Apoio à Trasladação e Enterro dos Restos Mortais de Antigos Guerrilheiros

Em 2003 as Forças Armadas desenterraram os restos mortais de guerrilheiros das FALINTIL e transportaram-os para o Centro de Instrução Nicolau Lobato, ficando a aguardar uma cerimónia fúnebre digna. Este Governo comprometeu-se a trabalhar no sentido de consolidar a segurança e estabilidade nacional e a dignificar os combatentes e mártires da libertação nacional. A alocação de fundos para esta medida irá encerrar esta situação insatisfatória e permitir às famílias dos mártires que trasladem os seus restos mortais e os enterrem em locais mais adequados para o efeito, incluindo o Parque Memorial/Cemitério de Heróis em Metinaro.

Transferência de Fundos Centralizados relativos a combustível para a APORTIL, a fim de gerir o ferry Berlim-Nakroma

No orçamento de 2008 todos os fundos para combustível estavam centralizados, incluindo os necessários para o funcionamento do ferry Berlim-Nakroma. Estes fundos serão agora alocados na APORTIL, que tem a responsabilidade de controlar a operacionalidade deste serviço.

Suplemento para Pensões a antigos Titulares de Cargos Públicos

Os antigos titulares de cargos públicos têm direito a uma pensão do Estado. Estes custos têm vindo a ser mais elevados do que o inicialmente previsto,sendo esta verba destinada a fazer face ao défice esperado em 2008.

Fundo de Estabiização Económica

O preço dos produtos a nível mundial aumentou drasticamente nos últimos meses. Na recente Cimeira Internacional sobre a Situação Alimentar Global, que teve lugar em Roma, cerca de 180 países concordaram que os preços dos alimentos irão manter-se nos níveis actuais no médio prazo. Até à data, em 2008, estes preços elevados têm produzido impactos negativos em vários países, criando situações de instabilidade e mesmo desordens sociais nalguns destes. Timor-Leste é um país em vias de desenvolvimento que ainda comporta elevados níveis de insegurança alimentar, o que significa que preços elevados de produtos alimentares essenciais poderão trazer graves impactos na vida e saúde da população. Por outro lado, o aumento do preço dos materiais de construção são, também, um motivo de grande preocupação, porque podem atrasar ou impedir os planos de desenvolvimento do Governo e desencorajar o investimento por parte do sector privado. Para reduzir este impacto potencial dos choques dos preços dos alimentos e dos materiais de construção na economia e no povo de Timor-Leste, o Governo está a considerar fundos adicionais para o estabelecimento de um Fundo de Estabilização Económica. Este Fundo tem três objectivos principais:

- Assegurar o abastecimento de bens e a segurança alimentar;
- Estabilização dos preços através de intervenção no mercado; e
- Assegurar o abastecimento de materiais de construção civil.

Isto irá permitir o abastecimento de mercadorias e produtos essenciais a preços razoáveis e garantir a continuação do processo de desenvolvimento.

14 - Ministério das Justiça

Desempenho da Execução Orçamental

Quadro 5.74

Execução Orçamental até 10 de Junho de 2008 - Ministério das Justiça ($'000)

	Orçamento Aprovado de 2008 (a)	Despesas (b)	Obrigações (c)	Comprimisso (d)	Execução Atingida (e)=(b+c)/a	Execução Estimada à Atingir (f)=(b+c+d)/a
Salários e Vencimentos	1,262	477	0	0	38%	38%
Bens e Serviços	3,339	580	121	271	21%	29%
Capital Minor	355	67	38	34	30%	39%
Capital Desenvolvimento	2,255	166	294	1,056	20%	67%
Total	**7,211**	**1,290**	**453**	**1,361**	**24%**	**43%**

Quadro 5.75

Posição sobre Despesas de Anos Anteriores até 10 de Junho de 2008 - Ministério das Justiça ($'000)

	Carryover de :			
	Orçamento Transição até 31-12-07	Orçamento Transição até 10-06-08	Orçamento Anterior 2003-07 até 31-12-07	Orçamento Anterior 2003-07 até 10-06-08
Salários e Vencimentos				
Bens e Serviços	392	0	132	25
Capital Minor	154	0	22	21
Capital Desenvolvimento	0	0	913	801
Transferência				
Total	**546**	**0**	**1,066**	**847**

Perfil de Funcionários

Quadro 5.76

2008 Perfil de Funcionários - Ministério das Justiça

Nivel		N1	N2	N3	N4	N5	N6	N7	Total
Aprovado 2008	**Total Aprovado 2008**	**43**	**251**	**139**	**82**	**74**	**39**	**1**	**629**
	Funcionários Permanentes	7	220	111	62	52	28	1	481
	Funcionários Temporarios	36	31	28	20	22	11	-	148
Adicionais	**Total Adicionais**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
	Funcionários Permanentes	-	-	-	-	-	-	-	-
	Funcionários Temporarios	-	-	-	-	-	-	-	-
Nova Total	**Funcionários Permanentes**	**7**	**220**	**111**	**62**	**52**	**28**	**1**	**481**
	Funcionários Temporarios	**36**	**31**	**28**	**20**	**22**	**11**	**-**	**148**
Grand Total		**43**	**251**	**139**	**82**	**74**	**39**	**1**	**629**

Quadro 5.77

Verbas Orçamentais 2008 - Ministério das Justiça ($'000)

	Verba Orçamental de 2008	Verba Suplementar	Total
Salários e Vencimentos	1,262	80	1,342
Bens e Serviços	3,339	700	4,039
Capital Minor	355	-	355
Capital Desenvolvimento	2,255	1,800	4,055
Transferência	-	-	-
Total	**7,211**	**2,580**	**9,791**

Medidas Novas

Pagamento do 13.° mês de salário aos funcionários do sector público em 2008

Todos os funcionários públicos receberão um pagamento extraordinário equivalente a um mês de salário, incluindo todos os subsídios regulares. Este pagamento deverá ser efectuado em Dezembro de 2008. Estes fundos deverão abranger todos os funcionários, temporários e permanentes, do Ministério.

Serviços de Emissão de Passaportes

Fundos para a compra de equipamentos, instalações e materiais para um novo sistema de passaportes digitais.

Reparações do Muro de Segurança Externa da Prisão de Becora

O actual muro circundante da prisão de Becora não é seguro. Este fundo destina-se à construção de um muro periférico em torno da prisão, incluindo a construção de postos para guardas em cada canto.

Despesas Relacionadas com a Preparação do Cemitério de Becussi

São necessários fundos para cobrir os custos de preparação do terreno de Becussi, a fim de ser usado como cemitério, sendo que possivelmente será necessário recolocar as pessoas que ocupam o terreno.

Assistência Técnica para Preparação de Legislação sobre Direito de Terras

São necessários fundos para contratar assessores jurídicos que irão colaborar na preparação de legislação sobre os assuntos relacionados com o direito de propriedade de terras.

Segunda Fase do Sistema de Gestão de Informação Demográfica

É necessário financiamento adicional para concluir a instalação de um Sistema de Gestão de Informação Demográfica.

15 - Ministério da Saúde

Desempenho da Execução Orçamental

Quadro 5.78

Execução Orçamental até 10 de Junho de 2008 - Ministério da Saúde ($'000)

	Orçamento Aprovado de 2008 (a)	Despesas (b)	Obrigações (c)	Comprimisso (d)	Execução Atingida (e)=(b+c)/a	Execução Estimada à Atingir (f)=(b+c+d)/a
Salários e Vencimentos	5,039	2,018	0	0	40%	40%
Bens e Serviços	13,411	5,156	658	396	43%	46%
Capital Minor	2,770	2	2	1,166	0%	42%
Capital Desenvolvimento	2,513	36	91	1,718	5%	73%
Transferência						
Total	**23,983**	**7,213**	**751**	**3,280**	**33%**	**47%**

Quadro 5.79

Posição sobre Despesas de Anos Anteriores até 10 de Junho de 2008 - Ministério da Saúde ($'000)

	Carryover de :			
	Orçamento Transição até 31-12-07	Orçamento Transição até 10-06-08	Orçamento Anterior 2003-07 até 31-12-07	Orçamento Anterior 2003-07 até 10-06-08
Salários e Vencimentos				
Bens e Serviços	715	22	146	123
Capital Minor	413	0	498	9
Capital Desenvolvimento	8	5	10,717	8,166
Transferência				
Total	**1,136**	**26**	**11,361**	**8,298**

Perfil de Funcionários

Quadro 5.80

2008 Perfil de Funcionários - Ministério da Saúde

Nivel		N1	N2	N3	N4	N5	N6	N7	Total
Aprovado 2008	**Total Aprovado 2008**	**331**	**259**	**1,133**	**408**	**159**	**68**	**4**	**2,362**
	Funcionários Permanentes	-	181	986	392	150	49	2	1,760
	Funcionários Temporarios	331	78	147	16	9	19	2	602
Adicionais	**Total Adicionais**	**48**	**110**	**167**	**92**	**30**	**23**	**15**	**485**
	Funcionários Permanentes	-	-	-	-	-	-	-	-
	Funcionários Temporarios	48	110	167	92	30	23	15	485
Nova Total	**Funcionários Permanentes**	**-**	**181**	**986**	**392**	**150**	**49**	**2**	**1,760**
	Funcionários Temporarios	**379**	**188**	**314**	**108**	**39**	**42**	**17**	**1,087**
Grand Total		**379**	**369**	**1,300**	**500**	**189**	**91**	**19**	**2,847**

Quadro 5.81

Verbas Orçamentais 2008 - Ministério da Saúde ($'000)

	Verba Orçamental de 2008	Verba Suplementar	Total
Salários e Vencimentos	5,039	1,138	6,177
Bens e Serviços	13,411	4,712	18,123
Capital Minor	2,770	711	3,481
Capital Desenvolvimento	2,513	255	2,768
Transferência	250	-	250
Total	**23,983**	**6,816**	**30,799**

Medidas Novas

Pagamento do 13.° mês de salário aos funcionários do sector público em 2008

Todos os funcionários públicos receberão um pagamento extraordinário equivalente a um mês de salário, incluindo todos os subsídios regulares. Este pagamento deverá ser efectuado em Dezembro de 2008. Estes fundos deverão abranger todos os funcionários, temporários e permanentes, do Ministério.

Continuidade de Pessoal Temporário em Funções

Estes fundos permitirão continuar a manter empregados 400 funcionários temporários tais como: enfermeiros, parteiras e médicos, bem como outros profissionais de saúde, que irão assim continuar a pretar serviços básicos às comunidades em todos os distritos. Estes funcionários serão empregados nos centros de saúde e clínicas de todo o país.

Pessoal para os Novos Hospitais de Referência

Fundos para recrutar 85 funcionários temporários incluindo: enfermeiros, parteiras e médicos, bem como outros profissionais de saúde, para apoiar com o maior volume de trabalho nos novos hospitais de referência de Baucau, Maliana, Maubisse, Oecussi e Suai.

Compra de Medicamentos para Hospitais

Fundos para compra de medicamentos para hospitais, a fim de repor as faltas. A insuficiência de medicamentos em *stock* tem a ver com o facto de ter havido um maior número de pessoas doentes do que o estimado, tendo em conta a longa duração da estação das chuvas este ano, bem como a atrasos na afectação de fontes combinadas para o projecto do SAMES.

Combustível

Fundos são necessários para a compra de mais combustível para geradores, sendo que o preço do combustível aumentou, para os novos hospitais de referência e para as habitações dos médicos. O combustível é ainda necessário para veículos de utilidade diversa.

Programa de Saúde Materna

Este programa irá incidir na execução de cinco políticas que visam melhorar a saúde materna e infantil, que incluem: o programa de maternidade segura; serviços de planeamento familiar; gestão integrada de infecções infantis,(GIII) ; serviços de reprodução para jovens; e, vacinação.

Apoio Nutricional a Mães e Bebés

O Governo assumiu a responsabilidade em continuar o serviço de apoio nutricional a mães e bebés, anteriormente assegurado pelo Programa Mundial de Alimentos. O financiamento irá assegurar o fornecimento de leite e produtos locais fortificados.

Substituição de Equipamento informático

Estes fundos irão financiar equipamento informático para 65 centros de saúde comunitária nos sub-distritos e os 5 hospitais de referência. Este equipamento destina-se ao registo de dados a serem incluídos no Sistema de Informações de Saúde.

Construção de Posto de Saúde no Suco Mauchiga

Presentemente a prestação de cuidados médicos no suco de Mauchiga, está a ser realizada em instalações que não são adequadas para o efeito. Estes fundos irão servir para construir uma clínica de saúde específica para o efeito, no suco de Mauchiga.

Construção de Posto de Saúde no Suco Ailico

Presentemente a prestação de cuidados médicos no suco de Ailico, está a ser realizada em instalações que não são adequadas para esse efeito. Estes fundos irão servir para construir uma clinica de saúde específica para o efeito, no suco de Ailico.

Construção de uma Sala de TACs no Hospital Nacional de Díli

Estes fundos destinam-se à construção de uma sala de TACs. O equipamento para TACs foi fornecido, por cortesia, pelo Governo da Coreia do Sul. A sala irá igualmente alojar duas unidades de diálise renal.

Compra de 26 Veículos Multifunções para os Centros de Saúde

Fundos para a compra de 26 veículos multifunções para substituírem veículos obsoletos nos distritos.

Alimentação para Pacientes Hospitalares

Estes fundos irão reforçar os fundos afectados anteriormente para serviços de alimentação, limpeza, impressão e segurança nos principais hospitais de referência de Díli e Baucau, bem como nos centros de saúde comunitários que tenham serviço de internamento de pacientes.

Reabilitação de duas Salas na Escola de Enfermagem em Lahane

Serão usados fundos para reabilitar duas salas de aula de modo a melhorar as oportunidades de formação para alunos de enfermagem.

Barco Ambulância para Atauro

Aquisição de um novo barco para serviço de ambulância, dado que o anterior não está em condições.

Motorizadas (10) para Acesso a serviços de saúde em zonas rurais (dez)

Serão adquiridas dez motorizadas para facilitar o acesso rural a serviços de saúde em Manututo, Viqueque e Maliana.

Compra de Cavalos Adicionais para Acesso a Áreas Remotas em Viqueque, Aileu, Ainaro e Maliana

Estes fundos destinam-se à compra de cavalos para facilitar o acesso rural a serviços de saúde nas áreas remotas de Viqueque, Aileu, Ainaro e Maliana.

Aumento dos Custos de Funcionamento dos Veículos

São necessários fundos adicionais para dar resposta aos maiores custos com combustível, bem como com manutenção adicional para os veículos actuais e novos a funcionar nos distritos.

16 - Ministério da Educação

Desempenho da Execução Orçamental

Quadro 5.82

Execução Orçamental até 10 de Junho de 2008 - Ministério da Educação ($'000)

	Orçamento Aprovado de 2008 (a)	Despesas (b)	Obrigações (c)	Comprimisso (d)	Execução Atingida (e)=(b+c)/a	Execução Estimada à Atingir (f)=(b+c+d)/a
Salários e Vencimentos	19,482	7,867	0	0	40%	40%
Bens e Serviços	12,320	2,054	905	442	24%	28%
Capital Minor	2,530	101	971	744	42%	72%
Capital Desenvolvimento	8,448	64	1	7,347	1%	88%
Transferência	2,500	1,275	319	0	64%	64%
Total	**45,280**	**11,361**	**2,196**	**8,533**	**30%**	**49%**

Quadro 5.83

Posição sobre Despesas de Anos Anteriores até 10 de Junho de 2008 - Ministério da Educação ($'000)

	Carryover de :			
	Orçamento Transição até 31-12-07	Orçamento Transição até 10-06-08	Orçamento Anterior 2003-07 até 31-12-07	Orçamento Anterior 2003-07 até 10-06-08
Salários e Vencimentos				
Bens e Serviços	192	90	1,022	658
Capital Minor	200	0	173	172
Capital Desenvolvimento	0	0	6,518	3,508
Transferência				
Total	**392**	**90**	**7,713**	**4,339**

Perfil de Funcionários

Quadro 5.84

2008 Perfil de Funcionários - Ministério da Educação

Nivel		N1	N2	N3	N4	N5	N6	N7	Total
Aprovado 2008	**Total Aprovado 2008**	**401**	**101**	**5,679**	**3,196**	**248**	**103**	**6**	**9,734**
	Funcionários Permanentes	-	25	4,510	2,234	37	22	3	6,831
	Funcionários Temporarios	401	76	1,169	962	211	81	3	2,903
Adicionais	**Total Adicionais**	**-**	**-**	**-**	**-**	**18**	**-**	**-**	**18**
	Funcionários Permanentes	-	-	-	-	-	-	-	-
	Funcionários Temporarios	-	-	-	-	18	-	-	18
Nova Total	**Funcionários Permanentes**	**-**	**25**	**4,510**	**2,234**	**37**	**22**	**3**	**6,831**
	Funcionários Temporarios	**401**	**76**	**1,169**	**962**	**229**	**81**	**3**	**2,921**
Grand Total		**401**	**101**	**5,679**	**3,196**	**266**	**103**	**6**	**9,752**

Quadro 5.85

Verbas Orçamentais 2008 - Ministério da Educação ($'000)

	Verba Orçamental de 2008	Verba Suplementar	Total
Salários e Vencimentos	19,482	1,526	21,008
Bens e Serviços	12,320	2,550	14,870
Capital Minor	2,530	100	2,630
Capital Desenvolvimento	8,448	413	8,861
Transferência	2,500	1,500	4,000
Total	**45,280**	**6,089**	**51,369**

Medidas Novas

Pagamento do 13.° mês de salário aos funcionários do sector público em 2008

Todos os funcionários públicos receberão um pagamento extraordinário equivalente a um mês de salário, incluindo todos os subsídios regulares. Este pagamento deverá ser efectuado em Dezembro de 2008. Estes fundos deverão abranger todos os funcionários, temporários e permanentes, do Ministério.

Reparações a Escolas Danificadas por Tempestades

Os fundos destinam-se a reparos urgentes a aproximadamente 30 escolas danificadas por factores climáticos adversos e inesperados durante a estação das chuvas. Estes reparos deverão estar concluídos no prazo de 3 meses. Os reparos serão realizados dentro das comunidades locais, e sempre que possível recorrendo a mão-de-obra e materiais locais.

Alargamento do Programa de Refeições Escolares

Fundos para alargar o programa de refeições nas escolas primárias a todos os distritos, com o intuito de melhorar a nutrição, a assiduidade e o aproveitamento escolar. De momento o Governo é responsável por 6 distritos (Liquiçá, Ainaro, Ailieu, Viqueque, Lautem e Manufahi), sendo que até Março passado o Programa Mundial de Alimentos estava a fornecer alimentação nos restantes distritos. Em Abril, o Governo assumiu a responsabilidade por mais 4 distritos (Baucau, Bobonaro, Oecusse e Suai). Estes fundos irão abranger estes 4 distritos adicionais. O Programa Mundial de Alimentos continuará a conduzir operações logísticas.Os gabinetes regionais ficarão responsáveis pela implementação do programa.

Fundos de Contrapartida do Governo de Portugal destinados a professores

Estes fundos visam cobrir os custos inerentes à deslocação de professores portugueses a fim de prestarem formação intensiva a professores timorenses.

Fundos de contrapartida do Governo do Brasil destinados a professores

Estes fundos visam cobrir os custos inerentes à deslocação de professores brasileiros a fim de prestarem formação intensiva a professores timorenses.

Fundos Acrescidos para Actividades de Investigação da UNTL

São necessários fundos adicionais para permitir trabalhos de investigação, por parte dos professores da UNTL, nas suas áreas de competência.

Programa-piloto de Formação Intensiva de Professores

São necessários fundos para conduzir um programa-piloto de formação intensiva de professores, com a duração de 90 dias, de modo a permitir que o currículo seja ensinado de forma efectiva nas línguas oficiais de Timor-Leste. Cerca de 3,000 professores necessitam de formação, enquanto cerca de 1,500 outros irão concluir os seus bacharelatos. Os custos incluirão alojamento, subsídio de refeição, materiais de ensino, transportes e aluguer de carros para professores.

Descentralização de Operações para Gabinetes Regionais

Estes fundos destinam-se à descentralização de alguns serviços para os novos cinco gabinetes regionais e incluem o recrutamento de funcionários adicionais. A intenção é que estes gabinetes regionais assumam a responsabilidade de implementação das políticas que são definidas na agência central. Os inspectores distritais irão coordenar cerca de 5 a 6 inspectores, que por sua vez serão responsáveis por cerca de 10 escolas. Os funcionários irão ser recrutados regionalmente.

Veículos para Gabinetes Regionais de Inspecção

Fundos para a aquisição de 50 motorizadas para os gabinetes de inspecção regionais, a fim de garantir a manutenção da qualidade do ensino em todo o país.

Fundos para Actividades Culturais

Estes fundos destinam-se a actividades culturais a nível nacional, regional, de distrito e de sub-distrito.

17 - Ministério de Administração Estatal e Ordenamento Território

Desempenho da Execução Orçamental

Quadro 5.86

Execução Orçamental até 10 de Junho de 2008 - Ministério de Administração Estatal e Ordenamento Território ($'000)

	Orçamento Aprovado de 2008 (a)	Despesas (b)	Obrigações (c)	Comprimisso (d)	Execução Atingida (e)=(b+c)/a	Execução Estimada à Atingir (f)=(b+c+d)/a
Salários e Vencimentos	1,799	679	0	0	38%	38%
Bens e Serviços	6,064	2,196	193	486	39%	47%
Capital Minor	884	159	147	331	35%	72%
Capital Desenvolvimento	958	449	234	75	71%	79%
Transferência	2,286	924	51	0	43%	43%
Total	**11,991**	**4,408**	**625**	**892**	**42%**	**49%**

Quadro 5.87

Posição sobre Despesas de Anos Anteriores até 10 de Junho de 2008 - Ministério de Administração Estatal e Ordenamento Território ($'000)

	Carryover de :			
	Orçamento Transição até 31-12-07	Orçamento Transição até 10-06-08	Orçamento Anterior 2003-07 até 31-12-07	Orçamento Anterior 2003-07 até 10-06-08
Salários e Vencimentos				
Bens e Serviços	430	1	19	15
Capital Minor	0	0	802	387
Capital Desenvolvimento	0	0	630	274
Transferência				
Total	**430**	**1**	**1,451**	**676**

Perfil de Funcionários

Quadro 5.88

2008 Perfil de Funcionários - Ministério de Administração Estatal e Ordenamento Território

Nivel		N1	N2	N3	N4	N5	N6	N7	Total
Aprovado 2008	**Total Aprovado 2008**	**213**	**134**	**236**	**67**	**182**	**29**	**1**	**862**
	Funcionários Permanentes	17	52	180	67	110	28	1	455
	Funcionários Temporarios	196	82	56	-	72	1	-	407
Adicionais	**Total Adicionais**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
	Funcionários Permanentes	-	-	-	-	-	-	-	-
	Funcionários Temporarios	-	-	-	-	-	-	-	-
Nova Total	**Funcionários Permanentes**	**17**	**52**	**180**	**67**	**110**	**28**	**1**	**455**
	Funcionários Temporarios	**196**	**82**	**56**	**-**	**72**	**1**	**-**	**407**
Grand Total		**213**	**134**	**236**	**67**	**182**	**29**	**1**	**862**

Quadro 5.89

Verbas Orçamentais 2008 - Ministério de Administração Estatal e Ordenamento Território ($'000)

	Verba Orçamental de 2008	Verba Suplementar	Total
Salários e Vencimentos	1,799	177	1,976
Bens e Serviços	6,064	1,338	7,402
Capital Minor	884	184	1,068
Capital Desenvolvimento	958	50	1,008
Transferência	2,286	-	2,286
Total	**11,991**	**1,749**	**13,740**

Medidas Novas

Pagamento do 13.° mês de salário aos funcionários do sector público em 2008

Todos os funcionários públicos receberão um pagamento extraordinário equivalente a um mês de salário, incluindo todos os subsídios regulares. Este pagamento deverá ser efectuado em Dezembro de 2008. Estes fundos deverão abranger todos os funcionários, temporários e permanentes, do Ministério.

Aumento com as despesas relativas a eleições nos sucos em 2008

São necessários fundos adicionais para administrar as eleições nalguns sucos, as quais deverão ter lugar por volta de Novembro de 2008, assumindo a aprovação pelo Parlamento Nacional da Lei para as Eleições nos Sucos.

Equipa de preparação de municipios

São necessários fundos para preparar as equipas-piloto instaladoras de municípios nos distritos, como parte da fase inicial do processo de descentralização.

Festivais em sucos nos Dias Nacionais

Fundos para apoiar os sucos na condução e realização de festivais (competições desportivas, actividades culturais), como parte integrante dos eventos de celebração dos dias nacionais.

Festivais em distritos nos Dias Nacionais

Fundos para apoiar os distritos na condução e realização de festivais (competições desportivas, actividades culturais), como parte integrante da celebração dos dias nacionais.

Incentivos e subsídios para membros dos sucos

Em 2006/07 foram afectados $15 para todos os membros dos sucos por mês. Todavia os sucos nos distritos de Lautem, Manatuto e Baucau não receberam o pagamento que lhes era devido durante este período. Estes fundos destinam-se apenas à conclusão destes pagamentos. Os membros dos sucos recebem actualmente $25 por mês e os chefes de suco $35 por mês.

Fundos addicionais para construção de Instalações de Saneamento no mercado de Comoro

Os Mercados de Comoro foram construídos como parte do PPE II em 2006-07, porém o projecto não incluía instalações de saneamento. São necessários fundos adicionais para concluir esta obra.

Prémios Anuais para os Sucos com Desempenho Exemplar

O Governo irá atribuir um prémio anual aos sucos que mais contribuam para o desenvolvimento da sua comunidade, o que pode incluir actividades nas áreas de segurança, saúde pública, educação, gestão ambiental, administração local e desenvolvimento.

Financiamento para a recolha de lixo no Distrito de Díli

Estes fundos permitirão que a administração de Díli garanta a recolha de lixo na capital.

Financiamento para a recolha de lixo nos Distritos

Estes fundos permitirão às administrações distritais, garantir a prestação de serviços de recolha de lixo nos distritos.

18 - Ministério da Economia e Desenvolvimento

Desempenho da Execução Orçamental

Quadro 5.90

Execução Orçamental até 10 de Junho de 2008 - Ministério da Economia e Desenvolvimento ($'000)

	Orçamento Aprovado de 2008 (a)	Despesas (b)	Obrigações (c)	Comprimisso (d)	Execução Atingida (e)=(b+c)/a	Execução Estimada à Atingir (f)=(b+c+d)/a
Salários e Vencimentos	513	204	0	0	40%	40%
Bens e Serviços	2,962	817	30	16	29%	29%
Capital Minor	555	109	46	87	28%	44%
Transferência	2,550	115	332	602	18%	41%
Total	**6,580**	**1,246**	**408**	**705**	**25%**	**36%**

Quadro 5.91

Posição sobre Despesas de Anos Anteriores até 10 de Junho de 2008 - Ministério da Economia e Desenvolvimento ($'000)

	Carryover de :			
	Orçamento Transição até 31-12-07	Orçamento Transição até 10-06-08	Orçamento Anterior 2003-07 até 31-12-07	Orçamento Anterior 2003-07 até 10-06-08
Salários e Vencimentos				
Bens e Serviços	26	3	4	4
Capital Minor	49	4	0	0
Capital Desenvolvimento	0	0	22	22
Transferência				
Total	**75**	**8**	**26**	**26**

Perfil de Funcionários

Quadro 5.92

2008 Perfil de Funcionários - Ministério da Economia e Desenvolvimento

Nivel		N1	N2	N3	N4	N5	N6	N7	Total
Aprovado 2008	**Total Aprovado 2008**	**3**	**17**	**43**	**58**	**39**	**12**	**2**	**174**
	Funcionários Permanentes	-	-	6	16	10	5	-	37
	Funcionários Temporarios	3	17	37	42	29	7	2	137
Adicionais	**Total Adicionais**	**1**	**5**	**38**	**12**	**21**	**1**	**1**	**79**
	Funcionários Permanentes	-	-	-	-	-	-	-	-
	Funcionários Temporarios	1	5	38	12	21	1	1	79
Nova Total	**Funcionários Permanentes**	**-**	**-**	**6**	**16**	**10**	**5**	**-**	**37**
	Funcionários Temporarios	**4**	**22**	**75**	**54**	**50**	**8**	**3**	**216**
Grand Total		**4**	**22**	**81**	**70**	**60**	**13**	**3**	**253**

Quadro 5.93

Verbas Orçamentais 2008 - Ministério da Economia e Desenvolvimento ($'000)

	Verba Orçamental de 2008	Verba Suplementar	Total
Salários e Vencimentos	513	147	660
Bens e Serviços	2,962	90	3,052
Capital Minor	555	-	555
Capital Desenvolvimento	-	500	500
Transferência	2,550	-	2,550
Total	**6,580**	**737**	**7,317**

Medidas Novas

Pagamento do 13.° mês de salário aos funcionários do sector público em 2008

Todos os funcionários públicos receberão um pagamento extraordinário equivalente a um mês de salário, incluindo todos os subsídios regulares. Este pagamento deverá ser efectuado em Dezembro de 2008. Estes fundos deverão abranger todos os funcionários, temporários e permanentes, do Ministério.

Assistência técnica local ao Ministério

Vinte funcionários trabalham actualmente na Secretaria de Estado para o Desenvolvimento Rural e Cooperativas. Estes funcionários eram previamente financiados pelo programa do Banco Mundial SEPII que terminou em Dezembro 2007. Estes colaboradores serão contratados pelo ministério para continuarem a prestar apoio em questões de desenvolvimento rural a nível distrital e também para a incorporação de pessoas em áreas rurais no desenvolvimento de futuros programas na Secretaria.

Fundo de contrapartida para Programa Ambiental com a GTZ

Estes serão fundos de contrapartida para os fundos da GTZ.

Construção de três mercados rurais em Ermera

Ermera é uma área que tem sofrido com os recentes problemas de segurança. O Grupo de Trabalho de Ermera será estabelecido para desenvolver actividades que reponham normalidade no distrito. A construção de três mercados rurais irão proporcionar oportunidades de emprego para as pessoas e a participação comunitária nos distritos.

Construção de Complexo para Reciclagem de Óleos Usados (Primeira Fase)

Estes fundos destinam-se a um complexo para recolher óleos usados, e deitado fora, ou que é armazenado de forma imprópria. Em Timor-Leste são depositados aproximadamente 10,000 litros de petróleo usado. Este complexo irá ficar situado ou em Tibar ou na Zona Industrial de Colmera. Os fundos de $300,000 pagarão a concepção inicial e os alicerces, sendo que os restantes $300,000 em 2009 pagarão a conclusão da construção, a qual está agendada para 2009.

19 - Ministério da Solidaridade Social

Desempenho da Execução Orçamental

Quadro 5.94

Execução Orçamental até 10 de Junho de 2008 – Ministério da Solidaridade Social ($'000)

	Orçamento Aprovado de 2008 (a)	Despesas (b)	Obrigações (c)	Comprimisso (d)	Execução Atingida (e)=(b+c)/a	Execução Estimada à Atingir (f)=(b+c+d)/a
Salários e Vencimentos	489	181	0	0	37%	37%
Bens e Serviços	4,080	641	261	21	22%	23%
Capital Minor	203	115	40	43	76%	97%
Capital Desenvolvimento	321	0	0	221	0%	69%
Transferência	9,700	384	7,167	1,844	78%	97%
Total	**14,793**	**1,320**	**7,468**	**2,129**	**59%**	**74%**

Quadro 5.95

Posição sobre Despesas de Anos Anteriores até 10 de Junho de 2008 - Ministério da Solidaridade Social ($'000)

	Carryover de :			
	Orçamento Transição até 31-12-07	Orçamento Transição até 10-06-08	Orçamento Anterior 2003-07 até 31-12-07	Orçamento Anterior 2003-07 até 10-06-08
Salários e Vencimentos				
Bens e Serviços	166	21	1,295	441
Capital Minor	22	0	24	24
Capital Desenvolvimento	51	0	125	6
Transferência	1,690			
Total	**1,929**	**21**	**1,444**	**471**

Perfil de Funcionários

Quadro 5.96

2008 Perfil de Funcionários - Ministério da Solidaridade Social

Nivel		N1	N2	N3	N4	N5	N6	N7	Total
Aprovado 2008	**Total Aprovado 2008**	**46**	**48**	**69**	**30**	**9**	**5**	**1**	**208**
	Funcionários Permanentes	1	7	41	14	4	3	1	71
	Funcionários Temporarios	45	41	28	16	5	2	-	137
Adicionais	**Total Adicionais**	**1**	**-**	**14**	**20**	**18**	**3**	**1**	**57**
	Funcionários Permanentes	-	-	-	-	-	-	-	-
	Funcionários Temporarios	1	-	14	20	18	3	1	57
Nova Total	**Funcionários Permanentes**	**1**	**7**	**41**	**14**	**4**	**3**	**1**	**71**
	Funcionários Temporarios	**46**	**41**	**42**	**36**	**23**	**5**	**1**	**194**
Grand Total		**47**	**48**	**83**	**50**	**27**	**8**	**2**	**265**

Quadro 5.97

Verbas Orçamentais 2008 - Ministério da Solidaridade Social ($'000)

	Verba Orçamental de 2008	Verba Suplementar	Total
Salários e Vencimentos	489	113	602
Bens e Serviços	4,080	362	4,442
Capital Minor	203	26	229
Capital Desenvolvimento	321	-	321
Transferência	9,700	11,950	21,650
Total	**14,793**	**12,451**	**27,244**

Medidas Novas

Pagamento do 13.° mês de salário aos funcionários do sector público em 2008

Todos os funcionários públicos receberão um pagamento extraordinário equivalente a um mês de salário, incluindo todos os subsídios regulares. Este pagamento deverá ser efectuado em Dezembro de 2008. Estes fundos deverão abranger todos os funcionários, temporários e permanentes, do Ministério.

Pensões para Idosos

A base estimada para o cálculo dos beneficiários desta pensão, foram os Censos de 2004, tendo sido considerados 32,000 beneficiários. Tendo-se iniciado a verificação destes dados, que incluiu trabalho de campo, concluiu-se que afinal o número de beneficiários ascende para o dobro, ou seja, cerca de 70,000, que receberão $20 por mês.

Apoio a alunos universitários finalistas

O Ministério da Solidariedade recebeu pedidos, através do Gabinete do Presidente da República, para o auxílio de estudantes incapazes de concluir o último ano de estudos, devido a dificuldades financeiras. Estes fundos irão apoiar estes alunos a concluírem os seus estudos.

Materiais para reconstrução de casas destruídas em virtude dos desastres naturais

Durante a época das chuvas, as fortes tempestades destruiram inúmeras casas. Estes fundos destinam-se à compra de materiais para os agregados familiares que ficaram sem habitação devido aos desastres naturais.

Compra de motorizadas

Fundos para comprar 13 motorizadas que permitirão a recolha de dados necessários ao apuramento de beneficiários de pensões (serão atribuídas aos responsáveis pela recolha, verificação e administração dos dados).

Administração de Pagamentos para Combatentes da Libertação Nacional

Fundos para pessoal adicional e para assistência técnica de modo a administrar o maior número de pensões para os CLN.

FFundos operacionais para Gestao da Base de Dados de Idosos

Fundos para recrutar 13 funcionários para a gestão de dados relativos às pensões para idosos.

20 - Ministério das Infra-Estrutura (Excl Agências Autónomas)

Desempenho da Execução Orçamental

Quadro 5.98

Execução Orçamental até 10 de Junho de 2008 - Ministério das Infra-Estruturas ($'000)

	Orçamento Aprovado de 2008 (a)	Despesas (b)	Obrigações (c)	Comprimisso (d)	Execução Atingida (e)=(b+c)/a	Execução Estimada à Atingir (f)=(b+c+d)/a
Salários e Vencimentos	2,041	1,043	0	0	51%	51%
Bens e Serviços	10,379	3,020	992	1,325	39%	51%
Capital Minor	1,288	148	401	672	43%	95%
Capital Desenvolvimento	30,829	1,016	4,424	17,913	18%	76%
Total	**44,537**	**5,227**	**5,818**	**19,909**	**25%**	**70%**

Quadro 5.99

Posição sobre Despesas de Anos Anteriores até 10 de Junho de 2008 - Ministério das Infra-Estraturas ($'000)

	Carryover de :			
	Orçamento Transição até 31-12-07	Orçamento Transição até 10-06-08	Orçamento Anterior 2003-07 até 31-12-07	Orçamento Anterior 2003-07 até 10-06-08
Salários e Vencimentos				
Bens e Serviços	3,411	630	2,589	2,064
Capital Minor	45	1	776	408
Capital Desenvolvimento	3,255	1,917	18,670	10,053
Transferência				
Total	**6,711**	**2,548**	**22,035**	**12,525**

Perfil de Funcionários

Quadro 5.100

2008 Perfil de Funcionários - Ministério das Infra-Estruturas

Nivel		N1	N2	N3	N4	N5	N6	N7	Total
Aprovado 2008	**Total Aprovado 2008**	**115**	**274**	**301**	**208**	**102**	**17**	**3**	**1,020**
	Funcionários Permanentes	72	108	136	121	60	14	3	514
	Funcionários Temporarios	43	166	165	87	42	3	-	506
Adicionais	**Total Adicionais**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
	Funcionários Permanentes	-	-	-	-	-	-		-
	Funcionários Temporarios	-	-	-	-	-	-		-
Nova Total	**Funcionários Permanentes**	**72**	**108**	**136**	**121**	**60**	**14**	**3**	**514**
	Funcionários Temporarios	**43**	**166**	**165**	**87**	**42**	**3**	**-**	**506**
Grand Total		**115**	**274**	**301**	**208**	**102**	**17**	**3**	**1,020**

Quadro 5.101

Verbas Orçamentais 2008 - Ministério das Infra-Estruturas ($'000)

	Verba Orçamental de 2008	Verba Suplementar	Total
Salários e Vencimentos	2,041	53	2,094
Bens e Serviços	10,379	1,000	11,379
Capital Minor	1,288	-	1,288
Capital Desenvolvimento	30,828	22,100	52,928
Transferência	-	-	-
Total	**44,536**	**23,153**	**67,689**

Medidas Novas

Pagamento do 13.° mês de salário aos funcionários do sector público em 2008

Todos os funcionários públicos receberão um pagamento extraordinário equivalente a um mês de salário, incluindo todos os subsídios regulares. Este pagamento deverá ser efectuado em Dezembro de 2008. Estes fundos deverão abranger todos os funcionários, temporários e permanentes, do Ministério.

Projectos de Concepção para o Controlo de Cheias

Para reduzir o impacto das cheias durante a época das chuvas, projectos de concepção para o controlo de cheias estão a ser desenvolvidos para as ribeiras de Laclo, Maumeta, Lauhata, Laleia, Karau Ulun, Cassa, Loumea e Sahen.

Controlo do Fluxo das Ribeiras

Para reduzir o impacto das cheias durante a época das chuvas, trabalhos de controlo dos fluxos irão ser desenvolvidos nas ribeiras de Laclo, Maumeta, Lauhata, Laleia, Karau Ulun, Cassa, Loumea e Sahen.

Reabilitação de 3 pontes nos distritos

Estes fundos são necessários para a reabilitação de pontes entre Mota-Ain e Aidabaleten (ambos em Bobonaro) e da ponte de Dai-Soli (em Aileu).

Projeto da Ponte de Comoro - Concepção

O número de veículos em Díli tem vindo a aumentar. Para reduzir o congestionamento do tráfego na rua de Comoro, o Governo irá construir duas pontes adicionais: uma próxima à actual ponte de Comoro e outra em Aimutin.

Reabilitação rodoviária em Díli

Estes fundos destinam-se à reabilitação das principais ruas identificadas em Díli.

Reabilitação de Estradas Rurais

Estes fundos destinam-se à reabilitação das principais ruas identificadas nas áreas rurais.

Concepção de Novos Projectos

Concepção e supervisão da construção de um novo edifício para a Secretaria de Estado da Segurança - 13 unidades; Ministério da Justiça - 1 unidade; Ministério da Administração Estatal - 8 unidades; Ministério das Finanças - 3 unidades; Ministério da Agricultura - 1 unidade.

Estudo de Infra-estruturas - Primeira Fase

Estes fundos destinam-se à elaboração de um plano estratégico de infra-estruturas que será realizado durante dois anos e custará no total $5 milhões. A primeira tranche a ser paga, este ano, será de $1 milhão.

Passeios para Peões e Melhorias nos Jardins de Colmera

Melhorias nas infra-estruturas da cidade de Díli, incluindo passeios para peões e a renovação do jardim de Colmera.

Fundo Rodoviário de Emergência

As recentes tempestades causaram bastantes estragos nas estradas o que implica a sua reparação urgente, calculada no valor de $2.8 milhões. Este fundo serve também para, antecipadamente, providenciar um fundo de contingência para os meses de Novembro e Dezembro.

Primeira fase de concepção e construção de uma Central Eléctrica

Fundos para financiar a fase inicial de concepção e construção de uma central eléctrica para resolver o problema de fornecimento de electricidade, em todo o país, no médio-prazo.

21 - Ministério do Turismo, Comércio e Indústria

Desempenho da Execução Orçamental

Quadro 5.102

Execução Orçamental até 10 de Junho de 2008 - Ministério do Turismo, Comércio e Indústria ($'000)

Salários e Vencimentos	291	104	0	0	36%	36%
Bens e Serviços	6,267	4,536	63	700	73%	85%
Capital Minor	412	22	95	49	28%	40%
Capital Desenvolvimento	930	0	0	0	0%	0%
Total	**7,900**	**4,662**	**158**	**749**	**61%**	**71%**

Quadro 5.103

Posição sobre Despesas de Anos Anteriores até 10 de Junho de 2008 - Ministério do Turismo, Comércio e Indústria ($'000)

	Carryover de :			
	Orçamento Transição até 31-12-07	**Orçamento Transição até 10-06-08**	**Orçamento Anterior 2003-07 até 31-12-07**	**Orçamento Anterior 2003-07 até 10-06-08**
Salários e Vencimentos				
Bens e Serviços	5,818	44	38	37
Capital Minor	138	24	233	201
Capital Desenvolvimento	1	1	0	0
Transferência	71			
Total	**6,027**	**68**	**271**	**238**

Perfil de Funcionários

Quadro 5.104

2008 Perfil de Funcionários - Ministério do Turismo, Comércio e Indústria

Nivel		N1	N2	N3	N4	N5	N6	N7	Total
Aprovado 2008	**Total Aprovado 2008**	**5**	**15**	**32**	**27**	**20**	**5**	**2**	**106**
	Funcionários Permanentes	-	4	6	9	16	4	1	40
	Funcionários Temporarios	5	11	26	18	4	1	1	66
Adicionais	**Total Adicionais**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
	Funcionários Permanentes	-	-	-	-	-	-	-	-
	Funcionários Temporarios	-	-	-	-	-	-	-	-
Nova Total	**Funcionários Permanentes**	**-**	**4**	**6**	**9**	**16**	**4**	**1**	**40**
	Funcionários Temporarios	**5**	**11**	**26**	**18**	**4**	**1**	**1**	**66**
Grand Total		**5**	**15**	**32**	**27**	**20**	**5**	**2**	**106**

Quadro 5.105

Verbas Orçamentais 2008 - Ministério do Turismo, Comércio e Indústria ($'000)

	Verba Orçamental de 2008	Verba Suplementar	Total
Salários e Vencimentos	291	26	317
Bens e Serviços	6,267	7,005	13,272
Capital Minor	412	-	412
Capital Desenvolvimento	930	3,500	4,430
Transferência	-	100	100
Total	**7,900**	**10,631**	**18,531**

Medidas Novas

Pagamento do 13.° mês de salário aos funcionários do sector público em 2008

Todos os funcionários públicos receberão um pagamento extraordinário equivalente a um mês de salário, incluindo todos os subsídios regulares. Este pagamento deverá ser efectuado em Dezembro de 2008. Estes fundos deverão abranger todos os funcionários, temporários e permanentes, do Ministério.

Compra e promoção de produtos agrícolas locais

O Governo irá atribuir incentivos aos agricultores para aumentar a produtividade. Esta medida aumentará a segurança alimentar, reduzirá a dependência das importações e contribuirá para fomentar as exportações. Esta iniciativa inclui ainda um esforço intensivo de promoção dos produtos locais para os mercados, que poderá levar à exportação.

Financiamento para a construção de mercados tradicionais na fronteira

Os fundos destinam-se à construção de mercados tradicionais em Bobonaro e Oecusse. Um acordo entre a população de Timor-Leste e a população da Indonésia foi assinado em 2004, para facilitar as trocas comerciais entre as duas populações na região fronteiriça, e permitir o comércio livre a portadores de identificação adequada. Espera-se que esta medida venha contribuir para o aumento da actividade económica em Timor-Leste.

Apoio às Instituições para o Desenvolvimento Industrial

Fundos para incentivar o desenvolvimento de competências na área das pequenas indústrias.

Primeira fase de construção de silos para armazenamento de bens alimentares

Os fundos são necessários para permitir ao Governo aumentar a sua capacidade de armazenamento de bens essenciais a serem adquiridos, garantindo assim a segurança alimentar das populações.

22 - Ministério da Agricultura e Pescas

Desempenho da Execução Orçamental

Quadro 5.106

Execução Orçamental até 10 de Junho de 2008 - Ministério da Agricultura e Pescas ($'000)

	Orçamento Aprovado de 2008 (a)	Despesas (b)	Obrigações (c)	Comprimisso (d)	Execução Atingida (e)=(b+c)/a	Execução Estimada à Atingir (f)=(b+c+d)/a
Salários e Vencimentos	1,688	664	0	0	39%	39%
Bens e Serviços	8,012	2,063	246	506	29%	35%
Capital Minor	1,719	115	120	1,236	14%	86%
Capital Desenvolvimento	3,249	52	293	2,708	11%	94%
Transferência	2,000	397	548	100	47%	52%
Total	**16,668**	**3,290**	**1,207**	**4,550**	**27%**	**54%**

Quadro 5.107

Posição sobre Despesas de Anos Anteriores até 10 de Junho de 2008 - Ministério da Agricultura e Pescas ($'000)

	Carryover de :			
	Orçamento Transição até 31-12-07	Orçamento Transição até 10-06-08	Orçamento Anterior 2003-07 até 31-12-07	Orçamento Anterior 2003-07 até 10-06-08
Salários e Vencimentos				
Bens e Serviços	549	4	410	381
Capital Minor	99	0	305	294
Capital Desenvolvimento	100	0	323	226
Transferência	1,185			
Total	**1,933**	**4**	**1,038**	**901**

Perfil de Funcionários

Quadro 5.108

2008 Perfil de Funcionários - Ministério da Agricultura e Pescas

Nivel		N1	N2	N3	N4	N5	N6	N7	Total
Aprovado 2008	**Total Aprovado 2008**	**53**	**105**	**206**	**253**	**109**	**26**	**1**	**753**
	Funcionários Permanentes	5	32	75	122	60	21	1	316
	Funcionários Temporarios	48	73	131	131	49	5	-	437
Adicionais	**Total Adicionais**	**-**	**-**	**224**	**34**	**25**	**17**	**-**	**300**
	Funcionários Permanentes	-	-	-	-	-	-	-	-
	Funcionários Temporarios	-	-	224	34	25	17	-	300
Nova Total	**Funcionários Permanentes**	**5**	**32**	**75**	**122**	**60**	**21**	**1**	**316**
	Funcionários Temporarios	**48**	**73**	**355**	**165**	**74**	**22**	**-**	**737**
Grand Total		**53**	**105**	**430**	**287**	**134**	**43**	**1**	**1,053**

Quadro 5.109

Verbas Orçamentais 2008 - Ministério da Agricultura e Pescas ($'000)

	Verba Orçamental de 2008	Verba Suplementar	Total
Salários e Vencimentos	1,688	570	2,258
Bens e Serviços	8,012	3,952	11,964
Capital Minor	1,719	6,077	7,796
Capital Desenvolvimento	3,249	3,410	6,659
Transferência	2,000	-	2,000
Total	**16,668**	**14,009**	**30,677**

Medidas Novas

Pagamento do 13.° mês de salário aos funcionários do sector público em 2008

Todos os funcionários públicos receberão um pagamento extraordinário equivalente a um mês de salário, incluindo todos os subsídios regulares. Este pagamento deverá ser efectuado em Dezembro de 2008. Estes fundos deverão abranger todos os funcionários, temporários e permanentes, do Ministério.

Recrutamento de Pessoal Adicional de Contacto

Estes fundos destinam-se ao recrutamento 300 funcionários adicionais, incluindo 188 agentes de extensão, 15 agentes de extensão superiores e 97 funcionários de apoio. Estes estarão inicialmente empregados durante os últimos 6 meses de 2008 e ficarão sedeados nos Sucos, com o intuito de disseminar informações sobre práticas agrícolas mais produtivas e melhoria da saúde dos animais.

Motorizadas e Veículos para o Pessoal Adicional de Contacto

Estes fundos destinam-se à compra de veículos para ajudar os recém-contratados agentes de extensão nos sucos, incluindo uma carrinha e 77 motorizadas.

Compra de materiais (sementes, ferramentas, pesticidas, fertilizantes)

Estes fundos serão usados para oferecer melhores condições aos agricultores. Assim, irão ser financiados: fertilizantes, pesticidas e melhores sementes de arroz, trigo, soja, feijão e milho, para a promoção da produtividade agrícola.

Manutenção e Nivelamento de Sistemas de Irrigação

Financiamento para reparar e manter 28 sistemas de irrigação em 11 distritos, para melhorar a sustentabilidade e a produtividade agrícolas.

Compra de Tractores e Equipamento Agrícola – Plano plurianual - Fase 1

Fundos para a compra de 200 tractores, 2,000 tractores de mão e equipamentos acessórios no valor total de $17 milhões. O Governo irá comprar 50 tractores e 750 tractores de mão em 2008, totalizando $5 milhões na primeira fase. Esta medida irá contribuir para o aumento da produtividade no sector agrícola.

Primeira fase da construção de 8 Instalações Agrícolas Regionais e Centros de Manutenção

Os fundos para a construção de instalações agrícolas e centros de manutenção irão contribuir para a melhor prestação de serviços, junto dos agricultores.

Equipamento de Tracção Animal

São necessários fundos para a compra de 100 cabeças de gado para arar a terra, como parte da estratégia de uso de métodos de cultivo locais.

Financiamento para Controlar o Abate Ilegal de Árvores e Desflorestação

Fundos para apoiar actividades operacionais com vista a controlar o abate ilegal de árvores.

Custos Operacionais das 8 Instalações Agrícolas Regionais e dos Centros de Manutenção

Fundos para pagar serviços vários para as Instalações e Centro Agrícolas, como mecânicos, condutores de tractores e outros operadores, para prestarem serviços aos agricultores nas instalações agrícolas regionais e nos centros de manutenção.

Estudos Técnicos de Irrigação

Fundos para a realização de um estudo nacional abrangente sobre todos os esquemas de irrigação disponíveis e sobre áreas que necessitem de irrigação.

Compra de Equipamentos Pesados

Compra de equipamentos pesados, como sejam escavadoras e camiões, para contribuir para o desenvolvimento agrícola de larga escala.

Custos Operacionais com Irrigação

A fim de garantir a melhor irrigação possível são necessários fundos para pagar os salários de operadores de escavadoras ou equipamentos, assistentes dos operadores e mecânicos. Os fundos servirão também para os custos de manutenção de equipamentos, compra de combustível e pagamento das ajudas de custo a estes trabalhadores.

23 - Tribunais

Desempenho da Execução Orçamental

Quadro 5.110

Execução Orçamental até 10 de Junho de 2008 - Tribunais ($'000)

	Orçamento Aprovado de 2008 (a)	Despesas (b)	Obrigações (c)	Comprimisso (d)	Execução Atingida (e)=(b+c)/a	Execução Estimada à Atingir (f)=(b+c+d)/a
Salários e Vencimentos	262	55	0	0	21%	21%
Bens e Serviços	1,366	157	56	2	16%	16%
Capital Minor	393	12	64	123	19%	51%
Total	**2,021**	**224**	**119**	**125**	**17%**	**23%**

Quadro 5.111

Posição sobre Despesas de Anos Anteriores até 10 de Junho de 2008 - Tribunais ($'000)

	Carryover de :			
	Orçamento Transição até 31-12-07	Orçamento Transição até 10-06-08	Orçamento Anterior 2003-07 até 31-12-07	Orçamento Anterior 2003-07 até 10-06-08
Salários e Vencimentos				
Bens e Serviços	167	18	113	52
Capital Minor	201	0	0	0
Capital Desenvolvimento	0	0	0	0
Transferência				
Total	**368**	**18**	**113**	**52**

Perfil de Funcionários

Quadro 5.112

2008 Perfil de Funcionários - Tribunais

Nivel		N1	N2	N3	N4	N5	N6	N7	Total
Aprovado 2008	**Total Aprovado 2008**	**12**	**29**	**17**	**8**	**1**	**-**	**30**	**97**
	Funcionários Permanentes	12	29	16	8	1	-	-	66
	Funcionários Temporarios	-	-	1	-	-	-	30	31
Adicionais	**Total Adicionais**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
	Funcionários Permanentes	-	-	-	-	-	-	-	-
	Funcionários Temporarios	-	-	-	-	-	-	-	-
Nova Total	**Funcionários Permanentes**	**12**	**29**	**16**	**8**	**1**	**-**	**-**	**66**
	Funcionários Temporarios	**-**	**-**	**1**	**-**	**-**	**-**	**30**	**31**
Grand Total		**12**	**29**	**17**	**8**	**1**	**-**	**30**	**97**

Quadro 5.113

Verbas Orçamentais 2008 – Tribunais ($'000)

	Verba Orçamental de 2008	Verba Suplementar	Total
Salários e Vencimentos	262	-	262
Bens e Serviços	1,366	-	1,366
Capital Minor	393	110	503
Capital Desenvolvimento	-	-	-
Transferência	-	-	-
Total	**2,021**	**110**	**2,131**

Medidas Novas

Pagamento do 13.° mês de salário aos funcionários do sector público em 2008

Todos os funcionários públicos receberão um pagamento extraordinário equivalente a um mês de salário, incluindo todos os subsídios regulares. Este pagamento deverá ser efectuado em Dezembro de 2008. Estes fundos deverão abranger todos os funcionários, temporários e permanentes, dos Tribunais.

Mobiliário e Outro Equipamento para os Tribunais

Os fundos destinam-se à substituição de mobiliário de escritório, partido ou danificado, em Díli e Baucau, incluindo secretárias, mesas e arquivos. Os fundos servirão igualmente para a aquisição de uma fotocopiadora e de um pequeno gerador para o Suai, bem como para a compra de mobiliário para as residências de quatro Juízes que se encontram nos distritos.

24 - Procurador Geral

Desempenho da Execução Orçamental

Quadro 5.114

Execução Orçamental até 10 de Junho de 2008 - Procurador Geral ($'000)

	Orçamento Aprovado de 2008 (a)	Despesas (b)	Obrigações (c)	Comprimisso (d)	Execução Atingida (e)=(b+c)/a	Execução Estimada à Atingir (f)=(b+c+d)/a
Salários e Vencimentos	148	59	0	0	40%	40%
Bens e Serviços	890	160	6	10	19%	20%
Capital Minor	301	0	45	0	15%	15%
Capital Desenvolvimento	797	0	0	797	0%	100%
Total	**2,136**	**219**	**50**	**807**	**13%**	**50%**

Quadro 5.115

Posição sobre Despesas de Anos Anteriores até 10 de Junho de 2008 - Procurador Geral ($'000)

	Carryover de :			
	Orçamento Transição até 31-12-07	Orçamento Transição até 10-06-08	Orçamento Anterior 2003-07 até 31-12-07	Orçamento Anterior 2003-07 até 10-06-08
Salários e Vencimentos				
Bens e Serviços	8	0	0	0
Capital Minor	12	0	0	0
Capital Desenvolvimento	0	0	205	205
Transferência				
Total	**20**	**0**	**205**	**205**

Perfil de Funcionários

Quadro 5.116

2008 Perfil de Funcionários - Procurador Geral

Nivel		N1	N2	N3	N4	N5	N6	N7	Total
Aprovado 2008	**Total Aprovado 2008**	**8**	**12**	**12**	**1**	**3**	**18**	**-**	**54**
	Funcionários Permanentes	6	10	11	-	1	1	-	29
	Funcionários Temporarios	2	2	1	1	2	17	-	25
Adicionais	**Total Adicionais**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
	Funcionários Permanentes	-	-	-	-	-	-	-	-
	Funcionários Temporarios	-	-	-	-	-	-	-	-
Nova Total	**Funcionários Permanentes**	**6**	**10**	**11**	**-**	**1**	**1**	**-**	**29**
	Funcionários Temporarios	**2**	**2**	**1**	**1**	**2**	**17**	**-**	**25**
Grand Total		**8**	**12**	**12**	**1**	**3**	**18**	**-**	**54**

Quadro 5.117

Verbas Orçamentais 2008 - Procurador Geral ($'000)

	Verba Orçamental de 2008	Verba Suplementar	Total
Salários e Vencimentos	148	12	160
Bens e Serviços	890	-	890
Capital Minor	301	100	401
Capital Desenvolvimento	797	-	797
Transferência	-	-	-
Total	**2,136**	**112**	**2,248**

Medidas Novas

Pagamento do 13.° mês de salário aos funcionários do sector público em 2008

Todos os funcionários públicos receberão um pagamento extraordinário equivalente a um mês de salário, incluindo todos os subsídios regulares. Este pagamento deverá ser efectuado em Dezembro de 2008. Estes fundos deverão abranger todos os funcionários, temporários e permanentes, da Procuradoria.

Fundos para o estabelecimento de uma Unidade Forense

Os fundos destinam-se à compra de equipamento forense especializado para permitir ao Procurador-Geral levar a cabo investigações forenses, incluindo: narcóticos, balística e autópsias. Alguns destes serviços são actualmente prestados pela Austrália e pelos EUA, mas nem todos estão disponíveis a nível internacional. Este financiamento permitirá a Timor-Leste levar a cabo toda a gama de investigações forenses de forma independente.

25 - Provedor dos Direitos Humanos e Justiça

Desempenho da Execução Orçamental

Quadro 5.118

Execução Orçamental até 10 de Junho de 2008 - Provedor dos Direitos Humanos e Justiça ($'000)

	Orçamento Aprovado de 2008 (a)	Despesas (b)	Obrigações (c)	Comprimisso (d)	Execução Atingida (e)=(b+c)/a	Execução Estimada à Atingir (f)=(b+c+d)/a
Salários e Vencimentos	128	51	0	0	40%	40%
Bens e Serviços	258	74	14	4	34%	36%
Capital Minor	97	1	48	0	50%	50%
Total	**483**	**126**	**61**	**4**	**39%**	**40%**

Quadro 5.119

Posição sobre Despesas de Anos Anteriores até 10 de Junho de 2008 - Provedor dos Direitos Humanos e Justiça ($'000)

	Carryover de :			
	Orçamento Transição até 31-12-07	Orçamento Transição até 10-06-08	Orçamento Anterior 2003-07 até 31-12-07	Orçamento Anterior 2003-07 até 10-06-08
Salários e Vencimentos				
Bens e Serviços	1	0	0	0
Capital Minor	0	0	3	1
Capital Desenvolvimento	0	0	0	0
Transferência				
Total	**1**	**0**	**3**	**1**

Perfil de Funcionários

Quadro 5.120

2008 Perfil de Funcionários - Provedor dos Direitos Humanos e Justiça

Nivel		N1	N2	N3	N4	N5	N6	N7	Total
Aprovado 2008	**Total Aprovado 2008**	**4**	**5**	**5**	**17**	**11**	**3**	**1**	**46**
	Funcionários Permanentes	-	-	1	5	2	3	1	12
	Funcionários Temporarios	4	5	4	12	9	-	-	34
Adicionais	**Total Adicionais**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
	Funcionários Permanentes	-	-	-	-	-	-	-	-
	Funcionários Temporarios	-	-	-	-	-	-	-	-
Nova Total	**Funcionários Permanentes**	**-**	**-**	**1**	**5**	**2**	**3**	**1**	**12**
	Funcionários Temporarios	**4**	**5**	**4**	**12**	**9**	**-**	**-**	**34**
Grand Total		**4**	**5**	**5**	**17**	**11**	**3**	**1**	**46**

Quadro 5.121

Verbas Orçamentais 2008 - Provedor dos Direitos Humanos e Justiça ($'000)

	Verba Orçamental de 2008	Verba Suplementar	Total
Salários e Vencimentos	128	11	139
Bens e Serviços	258	14	272
Capital Minor	97	-	97
Capital Desenvolvimento	-	40	40
Transferência	-	-	-
Total	**483**	**65**	**548**

Medidas Novas

Pagamento do 13.° mês de salário aos funcionários do sector público em 2008

Todos os funcionários públicos receberão um pagamento extraordinário equivalente a um mês de salário, incluindo todos os subsídios regulares. Este pagamento deverá ser efectuado em Dezembro de 2008. Estes fundos deverão abranger todos os funcionários, temporários e permanentes, da Provedoria.

Construção de 2 Casas Kobe

O Provedor não dispõe de espaço suficiente para os seus funcionários. As duas casas kobe adicionais irão melhorar o funcionamento do seu Gabinete. Será providenciado espaço para salas de reuniões, de modo a assegurar a confidencialidade e a privacidade de vítimas, testemunhas e queixosos.

Assistência Técnica

É solicitado fundos para assistência técnica, que incluem aconselhamento técnico para os próximos seis meses, para a condução de investigações na área da corrupção, assuntos de governação e controlo de qualidade.

26 - Serviço de Radiodifusão de Timor Timor-Leste

Desempenho da Execução Orçamental

Quadro 5.122

Execução Orçamental até 10 de Junho de 2008 - Serviço de Radiodifusão de Timor Timor-Leste ($'000)

	Orçamento Aprovado de 2008 (a)	Despesas (b)	Obrigações (c)	Comprimisso (d)	Execução Atingida (e)=(b+c)/a	Execução Estimada à Atingir (f)=(b+c+d)/a
Salários e Vencimentos	404	175	0	0	43%	43%
Bens e Serviços	1,000	456	47	15	50%	52%
Capital Minor	500	46	65	115	22%	45%
Total	**1,904**	**678**	**112**	**130**	**41%**	**48%**

Quadro 5.123

Posição sobre Despesas de Anos Anteriores até 10 de Junho de 2008 - Serviço de Radiodifusão de Timor Timor-Leste ($'000)

	Carryover de :			
	Orçamento Transição até 31-12-07	Orçamento Transição até 10-06-08	Orçamento Anterior 2003-07 até 31-12-07	Orçamento Anterior 2003-07 até 10-06-08
Salários e Vencimentos				
Bens e Serviços	209	28	41	3
Capital Minor	0	0	138	138
Capital Desenvolvimento	0	0	0	0
Transferência				
Total	**209**	**28**	**179**	**141**

Perfil de Funcionários

Quadro 5.124

2008 Perfil de Funcionários - Serviço de Radiodifusão de Timor Timor-Leste

Nivel		N1	N2	N3	N4	N5	N6	N7	Total
Aprovado 2008	**Total Aprovado 2008**	**2**	**12**	**13**	**75**	**20**	**28**	**1**	**151**
	Funcionários Permanentes	-	-	-	-	-	-	-	-
	Funcionários Temporarios	2	12	13	75	20	28	1	151
Adicionais	**Total Adicionais**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
	Funcionários Permanentes	-	-	-	-	-	-	-	-
	Funcionários Temporarios	-	-	-	-	-	-	-	-
Nova Total	**Funcionários Permanentes**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
	Funcionários Temporarios	**2**	**12**	**13**	**75**	**20**	**28**	**1**	**151**
Grand Total		**2**	**12**	**13**	**75**	**20**	**28**	**1**	**151**

Quadro 5.125

Verbas Orçamentais 2008 - Serviço de Radiodifusão de Timor Timor-Leste ($'000)

	Verba Orçamental de 2008	Verba Suplementar	Total
Salários e Vencimentos	404	52	456
Bens e Serviços	1,000	80	1,080
Capital Minor	500	-	500
Capital Desenvolvimento	-	40	40
Transferência	-	-	-
Total	**1,904**	**172**	**2,076**

Medidas Novas

Pagamento do 13.° mês de salário aos funcionários do sector público em 2008

Todos os funcionários públicos receberão um pagamento extraordinário equivalente a um mês de salário, incluindo todos os subsídios regulares. Este pagamento deverá ser efectuado em Dezembro de 2008. Estes fundos deverão abranger todos os funcionários, temporários e permanentes, do Serviço de Radiodifusão.

Fundos adicionais para a segurança de instalações da RTTL

Os fundos destinam-se à provisão de serviços de segurança para o gabinete da RTTL em Díli e para os centros distritais. Isto permitirá a segurança, 24 horas por dia, de equipamentos e centros de transmissão da RTTL. A RTTL não dispunha anteriormente de orçamento para este serviço.

Construção de 2 Casas Kobe

A RTTL não dispõe actualmente de espaço para armazenar o seu material de arquivo. Serão estabelecidas duas novas casas kobe no Gabinete da RTTL, em Díli, com o intuito de garantir que o material de arquivo está devidamente armazenado e que é acessível aos funcionários.

27 - Comissão Nacional de Eleições

Desempenho da Execução Orçamental

Quadro 5.126

Execução Orçamental até 10 de Junho de 2008 - Commissão Nacional para Eleições ($'000)

	Orçamento Aprovado de 2008 (a)	Despesas (b)	Obrigações (c)	Comprimisso (d)	Execução Atingida (e)=(b+c)/a	Execução Estimada à Atingir (f)=(b+c+d)/a
Salários e Vencimentos	35	17	0	0	48%	48%
Bens e Serviços	471	123	14	0	29%	29%
Capital Minor	98	0	0	98	0%	100%
Transferência	1,000	0	0	0	0%	0%
Total	**1,604**	**140**	**14**	**98**	**10%**	**16%**

Quadro 5.127

Posição sobre Despesas de Anos Anteriores até 10 de Junho de 2008 - Commissão Nacional para Eleições ($'000)

	Carryover de :			
	Orçamento Transição até 31-12-07	Orçamento Transição até 10-06-08	Orçamento Anterior 2003-07 até 31-12-07	Orçamento Anterior 2003-07 até 10-06-08
Salários e Vencimentos	0	0	0	0
Bens e Serviços	0	0	0	0
Capital Minor	0	0	0	0
Capital Desenvolvimento	0	0	0	0
Transferência	0	0	0	0
Total	**0**	**0**	**0**	**0**

Perfil de Funcionários

Quadro 5.128

2008 Perfil de Funcionários - Commissão Nacional para Eleições

Nivel		N1	N2	N3	N4	N5	N6	N7	Total
Aprovado 2008	**Total Aprovado 2008**	**-**	**15**	**1**	**1**	**-**	**-**	**-**	**17**
	Funcionários Permanentes	-	-	-	-	-	-	-	-
	Funcionários Temporarios	-	15	1	1	-	-	-	17
Adicionais	**Total Adicionais**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
	Funcionários Permanentes	-	-	-	-	-	-	-	-
	Funcionários Temporarios	-	-	-	-	-	-	-	-
Nova Total	**Funcionários Permanentes**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
	Funcionários Temporarios	**-**	**15**	**1**	**1**	**-**	**-**	**-**	**17**
Grand Total		**-**	**15**	**1**	**1**	**-**	**-**	**-**	**17**

Quadro 5.129

Verbas Orçamentais 2008 - Commissão Nacional para Eleições ($'000)

	Verba Orçamental de 2008	Verba Suplementar	Total
Salários e Vencimentos	35	6	41
Bens e Serviços	471	3	474
Capital Minor	98	-	98
Capital Desenvolvimento	-	-	-
Transferência	1,000	-	1,000
Total	**1,604**	**9**	**1,613**

Medidas Novas

Pagamento do 13.° mês de salário aos funcionários do sector público em 2008

Todos os funcionários públicos receberão um pagamento extraordinário equivalente a um mês de salário, incluindo todos os subsídios regulares. Este pagamento deverá ser efectuado em Dezembro de 2008. Estes fundos deverão abranger todos os funcionários, temporários e permanentes, da Comissão Nacional.

Custos Operacionais

Este fundo destina-se aos custos operacionais da Commissão.

200307 - Electridade de Timor – Leste (EDTL)

Desempenho da Execução Orçamental

Quadro 5.130

Execução Orçamental até 10 de Junho de 2008 – Electridade de Timor – Leste (EDTL) ($'000)

	Orçamento Aprovado de 2008 (a)	Despesas (b)	Obrigações (c)	Comprimisso (d)	Execução Atingida (e)=(b+c)/a	Execução Estimada à Atingir (f)=(b+c+d)/a
Salários e Vencimentos	759	229	0	0	30%	30%
Bens e Serviços	1,845	502	616	236	61%	73%
Capital Minor	551	16	2	120	3%	25%
Transferência	3,876	323	1,895	372	57%	67%
Total	**7,031**	**1,070**	**2,514**	**728**	**51%**	**61%**

Quadro 5.131

Posição sobre Despesas de Anos Anteriores até 10 de Junho de 2008 – Electridade de Timor – Leste (EDTL) ($'000)

	Carryover de :			
	Orçamento Transição até 31-12-07	Orçamento Transição até 10-06-08	Orçamento Anterior 2003-07 até 31-12-07	Orçamento Anterior 2003-07 até 10-06-08
Salários e Vencimentos				
Bens e Serviços	95	0	143	0
Capital Minor	0	0	97	0
Capital Desenvolvimento	5,460	3,860	0	0
Transferência				
Total	**5,555**	**3,860**	**240**	**0**

Perfil de Funcionários

Quadro 5.132

Perfil Funcionário de 2008 – Electridade de Timor – Leste (EDTL)

Nivel		N1	N2	N3	N4	N5	N6	N7	Total
Aprovado 2008	**Total Aprovado 2008**	**39**	**134**	**151**	**65**	**16**	**4**	**1**	**410**
	Funcionários Permanentes	13	60	120	52	8	4	1	258
	Funcionários Temporarios	26	74	31	13	8	-	-	152
Adicionais	**Total Adicionais**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
	Funcionários Permanentes	-	-	-	-	-	-		-
	Funcionários Temporarios	-	-	-	-	-	-	-	-
Nova Total	**Funcionários Permanentes**	**13**	**60**	**120**	**52**	**8**	**4**	**1**	**258**
	Funcionários Temporarios	**26**	**74**	**31**	**13**	**8**	**-**	**-**	**152**
Grand Total		**39**	**134**	**151**	**65**	**16**	**4**	**1**	**410**

Quadro 5.133

Verbas Orçamentais 2008 - Electridade de Timor – Leste (EDTL) ($'000)

	Verba Orçamental de 2008	Verba Suplementar	Total
Salários e Vencimentos	759	23	782
Bens e Serviços	1,845	971	2,816
Capital Minor	551	1,200	1,751
Capital Desenvolvimento	3,876	2,619	6,495
Transferência	-	-	-
Total	**7,031**	**4,813**	**11,844**

Medidas Novas

Pagamento do 13.° mês de salário aos funcionários do sector público em 2008

Todos os funcionários públicos receberão um pagamento extraordinário equivalente a um mês de salário, incluindo todos os subsídios regulares. Este pagamento deverá ser efectuado em Dezembro de 2008. Estes fundos deverão abranger todos os funcionários, temporários e permanentes, da Electricidade de Timor-Leste

Transporte de Combustível para Geradores nos Distritos (Excluindo Díli)

Fundos para o transporte de combustível para os geradores de Baucau e de outros Distritos e Sub-Distritos.

Transporte de combustível para o Gerador Central de Comoro

Fundos para o transporte de combustível para a Central Eléctrica de Comoro.

Reabilitaao aos Geradores de Comoro

Revisão de 5 geradores da marca CUMMIS em Comoro.

Peças e Ferramentas para Gerador

Fundos para adquirir peças sobresselentes, para repor o stock no armazém da EDTL, para os geradores Nigata, Caterpillar e Cummins.

Manutenção Geral de Geradores para os Distritos

Fundos para executar uma manutenção geral nos 14 geradores dos distritos de Baucau, Manatuto, Gleno, Suai, Lospalos e Bobonaro.

Horas Extraordinárias do Pessoal

Horas extraordinárias para o pessoal da central eléctrica de Comoro, que estão disponíveis e sem restrição de horário, para responder a solicitações, incluindo as dos Distritos e Sub-Distritos

Manutenção de Rotina a Geradores dos Distritos

São requeridos fundos para efectuar manutenção de rotina e melhorar e manter o funcionamento dos geradores, assegurando assim o fornecimento de electricidade aos consumidores.

Distribuição de Cabos Estruturais em Díli

Fundos para a manutenção e limpeza da vegetação que prejudicam os cabos da electricidade, provocando problemas de redução da energia eléctrica, reduzindo a circulação de energia e pondo em causa a segurança pública.

Provisão de Segurança da Estação Central de Comoro

Esta requisição foi identificada como prioritária, porque a falta de segurança permitiu que em Janeiro de 2008, fosse desviado combustível, por falta de segurança às infraestruturas e acesso de pessoal não autorizados a estas instalações.

Mudança de Postes de Electricidade na Estrada de Comoro

A estrada de Comoro foi alargada o que levou a que 32 postes de electricidade, que anteriormente estavam situados no passeio, ficassem na faixa rodoviária. Como prevenção de segurança pública é necessário recolocar estes postes de electricidade noutro local, o que implica a necessidade de fundos adicionais.

Compra de Diversos Equipamentos Eléctricos

Fundos para a EDTL adquirir 3,000 metros de contadores para completar o programa de reinstalação dos contadores durante este ano, assim como outros equipamentos e materiais de distribuição de energia.

Reparação do Repetidor da EDTL

É necessário financiamento adicional para comprar rádios para veículos, a fim de apoiar as operações comerciais e de distribuição. A comunicação é uma necessidade vital nas operações de um serviço de electricidade. Caso as equipas de trabalho não disponham de comunicações adequadas será impossível assegurar a eficácia das operações, podendo ainda ser provocados acidentes que afectem tanto os trabalhadores como o público em geral.

200212 - Autoridade Portuaria de Timor-Leste

Desempenho da Execução Orçamental

Quadro 5.134

Execução Orçamental até 10 de Junho de 2008 – Autoridade Portuaria de Timor-Leste ($'000)

	Orçamento Aprovado de 2008 (a)	Despesas (b)	Obrigações (c)	Comprimisso (d)	Execução Atingida (e)=(b+c)/a	Execução Estimada à Atingir (f)=(b+c+d)/a
Salários e Vencimentos	129	39	0	0	30%	30%
Bens e Serviços	610	245	3	8	41%	42%
Capital Minor	110	6	0	10	5%	15%
Capital Desenvolvimento	100	0	0	0	0%	0%
Total	**949**	**290**	**3**	**18**	**31%**	**33%**

Quadro 5.135

Posição sobre Despesas de Anos Anteriores até 10 de Junho de 2008 – Autoridade Portuaria de Timor-Leste ($'000)

	Carryover de :			
	Orçamento Transição até 31-12-07	Orçamento Transição até 10-06-08	Orçamento Anterior 2003-07 até 31-12-07	Orçamento Anterior 2003-07 até 10-06-08
Salários e Vencimentos				
Bens e Serviços	58	0	17	0
Capital Minor	0	0	0	0
Capital Desenvolvimento	0	0	56	0
Transferência				
Total	**58**	**0**	**73**	**0**

Perfil de Funcionários

Quadro 5.136

Perfil Funcionário de 2008 – Autoridade Portuaria de Timor-Leste

Nivel		N1	N2	N3	N4	N5	N6	N7	Total
Aprovado 2008	**Total Aprovado 2008**	**9**	**31**	**12**	**10**	**2**	**-**	**-**	**64**
	Funcionários Permanentes	4	24	7	8	1	-	-	44
	Funcionários Temporarios	5	7	5	2	1	-	-	20
Adicionais	**Total Adicionais**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
	Funcionários Permanentes	-	-	-	-	-	-		-
	Funcionários Temporarios	-	-	-	-	-	-		-
Nova Total	**Funcionários Permanentes**	**4**	**24**	**7**	**8**	**1**	**-**	**-**	**44**
	Funcionários Temporarios	**5**	**7**	**5**	**2**	**1**	**-**	**-**	**20**
Grand Total		**9**	**31**	**12**	**10**	**2**	**-**	**-**	**64**

Quadro 5.137

Verbas Orçamentais 2008 - Autoridade Portuaria de Timor-Leste ($'000)

	Verba Orçamental de 2008	Verba Suplementar	Total
Salários e Vencimentos	129	-	129
Bens e Serviços	610	1,644	2,254
Capital Minor	110	5	115
Capital Desenvolvimento	100	-	100
Transferência	-	-	-
Total	**949**	**1,649**	**2,598**

Medidas Novas

Pagamento do 13.° mês de salário aos funcionários do sector público em 2008

Todos os funcionários públicos receberão um pagamento extraordinário equivalente a um mês de salário, incluindo todos os subsídios regulares. Este pagamento deverá ser efectuado em Dezembro de 2008. Estes fundos deverão abranger todos os funcionários, temporários e permanentes, da Autoridade Portuária.

Fundos para Combustível do ferry Berlim-Nakroma

Fundos adicionais para custos de combustível para o ferry Berlim-Nakroma são necessários e serão transferidos do Ministério das Finanças para a APORTIL.

Custos com operações do Berlim-Nakroma

Actualmente o Berlim-Nakroma opera serviços regulares entre Oecusse, Ataúro e Díli mas os custos de operação deste serviço não são repostos, ou seja, as receitas são insuficientes para justificar a prestação de um serviço regular. Este fundo destina-se a cobrir os custos com combustível e outros bens e serviços, como o pessoal contratado para operar o ferry, de forma a manter a pretação regular de serviços.

200210 - Administração de Aeroportos e Navegação Aérea de Timor Leste

Desempenho da Execução Orçamental

Quadro 5.138

Execução Orçamental até 10 de Junho de 2008 – Autoridade Aviação Civil ($'000)

	Orçamento Aprovado de 2008 (a)	Despesas (b)	Obrigações (c)	Comprimisso (d)	Execução Atingida (e)=(b+c)/a	Execução Estimada à Atingir (f)=(b+c+d)/a
Salários e Vencimentos	243	68	0	0	28%	28%
Bens e Serviços	601	17	7	78	4%	17%
Capital Minor	16	0	10	6	63%	100%
Capital Desenvolvimento	3,189	0	0	3,189	0%	100%
Total	**4,049**	**85**	**17**	**3,273**	**3%**	**83%**

Quadro 5.139

Posição sobre Despesas de Anos Anteriores até 10 de Junho de 2008 – Autoridade Aviação Civil ($'000)

	Carryover de :			
	Orçamento Transição até 31-12-07	Orçamento Transição até 10-06-08	Orçamento Anterior 2003-07 até 31-12-07	Orçamento Anterior 2003-07 até 10-06-08
Salários e Vencimentos	0	0	0	0
Bens e Serviços	0	0	0	0
Capital Minor	0	0	0	0
Capital Desenvolvimento	0	0	0	0
Transferência	0	0	0	0
Total	**0**	**0**	**0**	**0**

Perfil de Funcionários

Quadro 5.140

Perfil Funcionário de 2008 – Autoridade Aviação Civil

Nivel		N1	N2	N3	N4	N5	N6	N7	Total
Aprovado 2008	**Total Aprovado 2008**	**21**	**46**	**38**	**16**	**10**	**1**	**-**	**132**
	Funcionários Permanentes	10	29	32	7	5	1	-	84
	Funcionários Temporarios	11	17	6	9	5	-	-	48
Adicionais	**Total Adicionais**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
	Funcionários Permanentes	-	-	-	-	-	-		-
	Funcionários Temporarios	-	-	-	-	-	-		-
Nova Total	**Funcionários Permanentes**	**10**	**29**	**32**	**7**	**5**	**1**	**-**	**84**
	Funcionários Temporarios	**11**	**17**	**6**	**9**	**5**	**-**	**-**	**48**
Grand Total		**21**	**46**	**38**	**16**	**10**	**1**	**-**	**132**

Quadro 5.141

Verbas Orçamentais 2008 - Autoridade Aviação Civil ($'000)

	Verba Orçamental de 2008	Verba Suplementar	Total
Salários e Vencimentos	243	-	243
Bens e Serviços	601	-	601
Capital Minor	16	-	16
Capital Desenvolvimento	3,189	1,500	4,689
Transferência	-	-	-
Total	**4,049**	**1,500**	**5,549**

Medidas Novas

Pagamento do 13.° mês de salário aos funcionários do sector público em 2008

Todos os funcionários públicos receberão um pagamento extraordinário equivalente a um mês de salário, incluindo todos os subsídios regulares. Este pagamento deverá ser efectuado em Dezembro de 2008. Estes fundos deverão abranger todos os funcionários, temporários e permanentes, da Aviação Civil.

Reforço do Quebra-Mar no Aeroporto Internacional de Díli

Estes fundos são necessários para reforçar parte do quebra-mar, a fim de manter a integridade da base de terra que suporta a parte oeste da pista do Aeroporto Internacional Nicolau Lobato.

200213 - Instituto de Gestão de Equipamentos e Materiais

Desempenho da Execução Orçamental

Quadro 5.142

Execução Orçamental até 10 de Junho de 2008 – Instituto de Gestão de Equipamentos e Materiais ($'000)

	Orçamento Aprovado de 2008 (a)	Despesas (b)	Obrigações (c)	Comprimisso (d)	Execução Atingida (e)=(b+c)/a	Execução Estimada à Atingir (f)=(b+c+d)/a
Salários e Vencimentos	228	110	0	0	48%	48%
Bens e Serviços	2,067	34	8	390	2%	21%
Capital Minor	25	19	0	6	75%	99%

Quadro 5.143

Posição sobre Despesas de Anos Anteriores até 10 de Junho de 2008 – Instituto de Gestão de Equipamentos e Materiais ($'000)

	Carryover de :			
	Orçamento Transição até 31-12-07	Orçamento Transição até 10-06-08	Orçamento Anterior 2003-07 até 31-12-07	Orçamento Anterior 2003-07 até 10-06-08
Salários e Vencimentos				
Bens e Serviços	105	0	0	0
Capital Minor	46	0	0	0
Capital Desenvolvimento	0	0	0	0
Transferência				
Total	**151**	**0**	**0**	**0**

Perfil de Funcionários

Quadro 5.144

Perfil Funcionário de 2008 – Instituto de Gestão de Equipamentos e Materiais

Nivel		N1	N2	N3	N4	N5	N6	N7	Total
Aprovado 2008	**Total Aprovado 2008**	**23**	**85**	**31**	**23**	**10**	**1**	**-**	**173**
	Funcionários Permanentes	1	-	4	3	4	1	-	13
	Funcionários Temporarios	22	85	27	20	6	-	-	160
Adicionais	**Total Adicionais**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
	Funcionários Permanentes	-	-	-	-	-	-		-
	Funcionários Temporarios	-	-	-	-	-	-		-
Nova Total	**Funcionários Permanentes**	**1**	**-**	**4**	**3**	**4**	**1**	**-**	**13**
	Funcionários Temporarios	**22**	**85**	**27**	**20**	**6**	**-**	**-**	**160**
Grand Total		**23**	**85**	**31**	**23**	**10**	**1**	**-**	**173**

Quadro 4.145

Verbas Orçamentais 2008 - Instituto de Gestão de Equipamentos e Materiais ($'000)

	Verba Orçamental de 2008	Verba Suplementar	Total
Salários e Vencimentos	228	35	263
Bens e Serviços	2,067	-	2,067
Capital Minor	25	-	25
Capital Desenvolvimento	-	-	-
Transferência	-	-	-
Total	**2,320**	**35**	**2,355**

Medidas Novas

Pagamento do 13.° mês de salário aos funcionários do sector público em 2008

Todos os funcionários públicos receberão um pagamento extraordinário equivalente a um mês de salário, incluindo todos os subsídios regulares. Este pagamento deverá ser efectuado em Dezembro de 2008. Estes fundos deverão abranger todos os funcionários, temporários e permanentes, do Instituto de Gestão de Equipamentos.

Anexo 1 - Despesas (Incl Agências Autónomas $000)

Código/ Code	Categória/Rúbrica - Category/Item	Orçamento Aprovado/Budget Aproved 2008 (a) $'000	Verbas Suplementar/ Budget Suplementary $'000	Total $'000
A	B	C	D	E = C + D
	Despesas/Expenditure	**347,753**	**440,559**	**788,312**
01	**Salários e Vencimentos/Salaries and Wages**	**48,445**	**10,439**	**58,884**
600	Salários /Salary	48,099	10,025	58,124
610	Horas Extraordinarias/Overtime	346	133	479
	Abonos/Allowance	-	281	281
02	**Bens e Serviços/Goods and Services**	**141,899**	**305,510**	**447,409**
620	Viagens Locais/Local Travel	2,683	141	2,824
625	Viagens ao Estrageiro/Overseas Travel	3,594	2,859	6,453
630	Formação Professional e Seminários/Training and Workshop	7,432	2,023	9,455
640	Encargos de Instalação/Utilities	4,996	950	5,946
645	Arrendamento de Propriedades/Rental of Property	1,845	263	2,108
650	Combustiveis Operações de Veículos/Vehicle Operation Fuel	7,513	2,826	10,339
651	Manutenção de Veículos/Vehicle Maintenance	5,469	1,548	7,017
652	Aluguer de Veículos,Seguros e Servicos/Vehicle Rental, Insurance and Services	318	342	660
660	Materiais e Fornecimentos de Escritório/Office Stationary and Supplies	2,748	15	2,763
670	Materiais de Fornecimento Operacionais/Operational Material and Supplies	20,732	250,658	271,390
680	Combustível para Geradores/Fuel for Generators	16,816	16,772	33,588
690	Manutenção de Equipamentos e Edifício/Maintenance of Equipment and Buildings	7,953	648	8,601
700	Despesas de Operacionais/Operational Expenses	18,399	5,639	24,038
705	Serviços de Profissionais/Professional Services	23,299	3,893	27,192
706	Serviços de Tradução/Translation Services	1,333	-	1,333
710	Outros Serviços Diversos/Other Miscellaneous Services	15,989	16,933	32,922
730	Pagamentos de Quotas/Payments of Memberships	781	-	781
03	**Capital Menor/Minor Capital**	**25,250**	**13,999**	**39,249**
830	Equipamento de Segurança/Security Equipment	589	106	695
820	Equipamento de Informática/EDP Equipment	3,277	169	3,446
840	Equipamento de Comunicações/Communication Equipment	921	8	929
880	Geradores/Generators	1,525	20	1,545
890	Equipamento de Àgua/Water Equipment	448	-	448
870	Equipamento de Escritório/Office Equipment	1,546	14	1,560
850	Outros Equipamentos Diversos/Other Misc. Equipment	4,845	3,942	8,787
860	Mobiliário e Acessorios/Furniture and Fitting	3,159	616	3,775
810	Compra de Veículos/Purchase Vehicle	8,940	9,124	18,064
04	**Capital Desenvolvimento/Capital and Development**	**68,031**	**42,522**	**110,553**
800	Aquisação de Edifício/Acquisition of Building	28,864	24,678	53,542
900	Activos de Infra-estruturas/Infrastructure Assets	32,278	14,725	47,003
910	Injecção de Capital/Injection of Capital	2,249	-	2,249
920	Equipamento de Capital Maior/Major Capital Equipment	4,640	3,119	7,759
05	**Transferências/Transfer Payments**	**64,128**	**68,089**	**132,217**
721	Pagamentos Pessoais/Personal Benefit Payments	36,982	47,600	84,582
722	Concessoes Publicas/Public Grants	27,146	20,489	47,635

Notas : (a) Orçamento afectado depois de Transferências feitas até 23 de Abril de 2008

Anexo 2 - Despesas (EXcl Agências Autónomas $000)

Código/ Code	Categória/Rúbrica - Category/Item	Orçamento Aprovado/Budget Aproved 2008 (a) $'000	Verbas Suplementar/ Budget Suplementary $'000	Total $'000
A	B	C	D	E = C + D
	Despesas/Expenditure	**333,404**	**432,562**	**765,966**
01	**Salários e Vencimentos/Salaries and Wages**	**47,086**	**10,381**	**57,467**
600	Salários /Salary	46,780	9,990	56,770
610	Horas Extraordinarias/Overtime	306	110	416
	Abonos/Allowance	-	281	281
02	**Bens e Serviços/Goods and Services**	**136,776**	**302,895**	**439,671**
620	Viagens Locais/Local Travel	2,621	131	2,752
625	Viagens ao Estrageiro/Overseas Travel	3,594	2,859	6,453
630	Formação Professional e Seminários/Training and Workshop	7,390	1,987	9,377
640	Encargos de Instalação/Utilities	4,749	950	5,699
645	Arrendamento de Propriedades/Rental of Property	1,845	263	2,108
650	Combustiveis Operações de Veículos/Vehicle Operation Fuel	6,537	1,709	8,246
651	Manutenção de Veículos/Vehicle Maintenance	4,525	1,478	6,003
652	Aluguer de Veículos,Seguros e Servicos/Vehicle Rental, Insurance and Services	220	212	432
660	Materiais e Fornecimentos de Escritório/Office Stationary and Supplies	2,687	15	2,702
670	Materiais de Fornecimento Operacionais/Operational Material and Supplies	20,535	250,653	271,188
680	Combustível para Geradores/Fuel for Generators	16,782	16,572	33,354
690	Manutenção de Equipamentos e Edifício/Maintenance of Equipment and Buildings	6,070	302	6,372
700	Despesas de Operacionais/Operational Expenses	18,131	5,207	23,338
705	Serviços de Profissionais/Professional Services	23,174	3,645	26,819
706	Serviços de Tradução/Translation Services	1,326	-	1,326
710	Outros Serviços Diversos/Other Miscellaneous Services	15,810	16,912	32,722
730	Pagamentos de Quotas/Payments of Memberships	781	-	781
03	**Capital Menor/Minor Capital**	**24,548**	**12,794**	**37,342**
830	Equipamento de Segurança/Security Equipment	525	106	631
820	Equipamento de Informática/EDP Equipment	3,208	164	3,372
840	Equipamento de Comunicações/Communication Equipment	899	8	907
880	Geradores/Generators	1,525	20	1,545
890	Equipamento de Àgua/Water Equipment	444	-	444
870	Equipamento de Escritório/Office Equipment	1,538	14	1,552
850	Outros Equipamentos Diversos/Other Misc. Equipment	4,414	2,742	7,156
860	Mobiliário e Acessorios/Furniture and Fitting	3,130	616	3,746
810	Compra de Veículos/Purchase Vehicle	8,865	9,124	17,989
04	**Capital Desenvolvimento/Capital and Development**	**60,866**	**38,403**	**99,269**
800	Aquisação de Edifício/Acquisition of Building	28,864	24,678	53,542
900	Activos de Infra-estruturas/Infrastructure Assets	28,989	13,225	42,214
910	Injecção de Capital/Injection of Capital	2,249	-	2,249
920	Equipamento de Capital Maior/Major Capital Equipment	764	500	1,264
05	**Transferências/Transfer Payments**	**64,128**	**68,089**	**132,217**
721	Pagamentos Pessoais/Personal Benefit Payments	36,982	47,600	84,582
722	Concessoes Publicas/Public Grants	27,146	20,489	47,635

Notas : (a) Orçamento afectado depois de Transferências feitas até 23 de Abril de 2008

Anexo 3 Dotações

Codigo		Salários e Vencimentos ('000)	Bens e Serviços ('000)	Capital Menor ('000)	Capital e Desenvolvimento ('000)	Transferências Públicas ('000)	Total ('000)
	Incluindo Agência Auto Financiada	**58,884**	**447,409**	**39,249**	**110,553**	**132,217**	**788,312**
	Excluindo Agência Auto Financiada	**57,467**	**439,671**	**37,342**	**99,269**	**132,217**	**765,966**
	Agência Auto Financiada	**1,417**	**7,738**	**1,907**	**11,284**	**-**	**22,346**
01	**Presidente da República**	**228**	**3,859**	**891**	**-**	**-**	**4,978**
010101	Gabinete do Presidente da República	99	1,930	52	-	-	**2,081**
010102	Administração Presidente da República	129	717	771	-	-	**1,617**
010104	Secretariado Técnico Post CAVR	-	300	17	-	-	**317**
010105	Equipa de Apoio a Reforma e Desenvolvimento do Sector da Segurança	-	182	-	-	-	**182**
010106	Iniciativa de Sensibilização para a Adesão à ASEAN	-	299	51	-	-	**350**
010109	Reconciliação Nacional	-	250	-	-	-	**250**
010103	Assessoria - Geral	-	181	-	-	-	**181**
02	**Parlamento Nacional**	**668**	**4,471**	**3,086**	**501**	**-**	**8,726**
020101	Parlamento Nacional	413	3,101	3,012	501	-	**7,027**
020102	Gabinete do Presidente do Parlamento Nacional	18	184	-	-	-	**202**
020103	Bancadas Parlamentares	-	52	-	-	-	**52**
020104	Secretariado	237	363	-	-	-	**600**
020105	Commissão A	-	20	-	-	-	**20**
020106	Commissão B	-	53	-	-	-	**53**
020107	Commissão C	-	31	-	-	-	**31**
020109	Commissão D	-	49	-	-	-	**49**
020110	Commissão E	-	59	-	-	-	**59**
020111	Commissão F	-	43	-	-	-	**43**

Codigo		Salários e Vencimentos ('000)	Bens e Serviços ('000)	Capital Menor ('000)	Capital e Desenvolvimento ('000)	Transferências Públicas ('000)	Total ('000)
020112	Commissão G	-	29	-	-	-	**29**
020113	Commissão H	-	14	-	-	-	**14**
020114	Commissão I	-	21	-	-	-	**21**
020115	Conselho Consultivo do Fundo Petrolífero	-	340	38	-	-	**378**
020108	Rede de cooperação das instituições anti-corrupção Timor-Leste	-	36	-	-	-	**36**
020116	Memoria da Primeira Legislatura	-	38	18	-	-	**56**
020117	Memoria da Assembleia Constituinte	-	38	18	-	-	**56**
03	**Primeiro Ministro e Presidência do Conselho de Ministros**	**1,529**	**9,681**	**959**	**2,693**	**56,040**	**70,902**
0301	**Gabinete do Primeiro Ministro**	**495**	**2,396**	**251**	**544**	**48,000**	**51,686**
030101	Gabinete do Primeiro Ministro	25	154	-	-	-	**179**
030102	Secretariado do Primeiro-Ministro	37	215	-	-	-	**252**
030103	Assessoria da Sociedade Civil	17	75	-	-	5,000	**5,092**
030104	Assessoria da Comunicação Social	10	75	-	-	-	**85**
030105	Assessoria para o Sector Privado, Pequenas e Médias Empresas	32	55	-	-	-	**87**
030106	Administração e Finanças - Secção de Aministração	83	400	31	544	-	**1,058**
030107	Administração e Finanças - Secção de Finanças	-	4	-	-	-	**4**
030108	Administração e Finanças - Secção de Recursos Humanos	-	4	-	-	-	**4**
030109	Protocolo	21	5	-	-	-	**26**
030110	Unidade de Planeamento Estratégico e Investimento	23	200	-	-	-	**223**
030111	Comissão da Função Pública	-	154	-	-	-	**154**
030112	Comissão de Verdade e Amizade	-	100	-	-	-	**100**
030113	Gabinete da Inspecção-Geral	68	496	124	-	-	**688**
030114	Serviço Nacional de Informações	63	200	-	-	-	**263**
030201	Gabinete do Vice-Primeiro Ministro	116	259	96	-	43,000	**43,471**

Codigo		Salários e Vencimentos ('000)	Bens e Serviços ('000)	Capital Menor ('000)	Capital e Desenvolvimento ('000)	Transferências Públicas ('000)	Total ('000)
0401	**Secretaria de Estado do Conselho de Ministros**	**137**	**1,616**	**126**	**300**	**-**	**2,179**
040101	Gabinete do Secretário de Estado do Conselho de Ministros	28	-	-	-	-	**28**
040102	Direcção de Administração e de Apoio ao Conselho de Ministros	57	1,616	126	300	-	**2,099**
040103	Direcção de Tradução	29	-	-	-	-	**29**
040104	Unidade de Apoio Jurídico	11	-	-	-	-	**11**
040105	Direcção de Disseminação de Informação	12	-	-	-	-	**12**
0501	**Secretaria de Estado da Juventude e do Desporto**	**247**	**790**	**3**	**300**	**1,950**	**3,290**
050101	Gabinete do Secretário de Estado da Juventude e Desporto	27	19	3	-	-	**49**
050102	Direcção de Administração e Finanças	127	139	-	300	-	**566**
050103	Direcção Nacional da Juventude	34	137	-	-	-	**171**
050104	Direcção da Educação Física e Desporto	37	97	-	-	500	**634**
050105	Direcção da Política do Desenvolvimento	22	382	-	-	1,300	**1,704**
050106	Direcção Nacional de Arte e Cultura	-	16	-	-	150	**166**
0601	**Secretaria de Estado dos Recursos Naturais**	**133**	**2,784**	**373**	**1,249**	**-**	**4,539**
060101	Gabinete do Secretário de Estado dos Recursos Naturais	27	1,017	19	1,249	-	**2,312**
060102	Direcção Nacional de Administração e Finanças	29	1,282	300	-	-	**1,611**
060103	Direcção Nacional Planeamento de Recursos Naturais	18	103	42	-	-	**163**
060104	Direcção Nacional do Petróleo e do Gás	31	82	3	-	-	**116**
060105	Direcção Nacional de Geologia e Recursos Minerais	28	300	9	-	-	**337**
0701	**Secretaria de Estado para a Política Energética**	**81**	**1,185**	**-**	**-**	**911**	**2,177**
070101	Gabinete do Secretário de Estado para a Política Energética	31	92	-	-	-	**123**
070102	Direcção Nacional de Administração e Finanças	22	22	-	-	-	**44**
070103	Direcção Nacional Pesquisa e Políticas de Energia Alternativa	11	1,046	-	-	-	**1,057**
070104	DN para Coordenação das Actividades de Energia Renovável	17	25	-	-	911	**953**
0801	**Secretaria de Estado da Formação Profissional e Emprego**	**323**	**706**	**122**	**300**	**5,129**	**6,580**

Codigo		Salários e Vencimentos ('000)	Bens e Serviços ('000)	Capital Menor ('000)	Capital e Desenvolvimento ('000)	Transferências Públicas ('000)	Total ('000)
080101	Gabinete do Secretário de Estado da Form. Prof. e Emprego	33	96	20	-	-	**149**
080102	Direcção Nacional de Administração e Finanças	45	50	26	-	-	**121**
080103	Direcção Nacional da Formação Profissional	15	64	15	-	1,229	**1,323**
080104	Direcção Nacional de Emprego	102	89	25	300	3,750	**4,266**
080105	Direcção Nacional das Relações de Trabalho	112	341	17	-	-	**470**
080106	Direcção Nacional da Inspecção do Trabalho	8	32	14	-	-	**54**
080107	Direcção de Arbitragem	8	34	5	-	-	**47**
080108	Centro Nacional de Emprego e Formação Professional - Tibar	-	-	-	-	150	**150**
0901	**Secretaria de Estado da Promoção da Igualdade**	**94**	**193**	**84**	**-**	**50**	**421**
090101	Gabinete do Secretário de Estado para a Promoção da Igualdade	31	27	-	-	-	**58**
090103	Direcção da Administração, Logística e Finanças	31	54	32	-	50	**167**
090104	Direcção de Políticas e Desenvolvimento do Género	31	112	52	-	-	**195**
090102	Director Geral	1	-	-	-	-	**1**
0951	**Secretaria de Estado para Assuntos Parlamentares**	**19**	**11**	**-**	**-**	**-**	**30**
095101	Gabinete do Secretário de Estado para Assuntos Parlamentares	19	11	-	-	-	**30**
10	**Ministério da Defesa e Segurança**	**14,108**	**24,275**	**6,899**	**8,568**	**-**	**53,850**
100101	Gabinete do Ministro da Defesa e Segurança	-	600	100	-	-	**700**
100102	Centro Integrado de Gestão de Crises	-	-	2,500	-	-	**2,500**
1001	**Secretaria de Estado da Defesa**	**138**	**159**	**23**	**-**	**-**	**320**
100201	Gabinete do Secretário de Estado da Defesa	46	44	4	-	-	**94**
100202	Direcção Nacional de Administração e Finanças	40	84	4	-	-	**128**
100203	Direcção Nacional de Planeamento e Intercâmbio Internacional	26	15	6	-	-	**47**
100204	Direcção Nacional de Aprovisionamento	26	16	9	-	-	**51**
100301	**FALINTIL - Forças de Defesa de Timor-Leste**	**3,751**	**10,601**	**287**	**5,492**	**-**	**20,131**

Codigo		Salários e Vencimentos ('000)	Bens e Serviços ('000)	Capital Menor ('000)	Capital e Desenvolvimento ('000)	Transferências Públicas ('000)	Total ('000)
1004	**Secretaria de Estado da Seguranca**	**1,795**	**12,915**	**3,989**	**3,076**	**-**	**21,775**
100401	Gabinete do Secretário de Estado da Segurança	26	-	-	-	-	**26**
100402	Gabinete do Director-Geral	13	-	-	-	-	**13**
100403	Unidade de Finanças e Administração	30	12,915	3,989	3,076	-	**20,010**
100404	Direcção Nacional de Protecção Civil	567	-	-	-	-	**567**
100405	Direcção Nacional para a Segurança de Edifícios e Acreditações	1,149	-	-	-	-	**1,149**
100407	Gabinete de Inspecção e Fiscalização	10	-	-	-	-	**10**
1005	**PNTL**	**8,424**	**-**	**-**	**-**	**-**	**8,424**
100501	PNTL - Direcção Nacional de Administração	2,069	-	-	-	-	**2,069**
100506	PNTL - Comando Nacional de Operações	4,556	-	-	-	-	**4,556**
100502	PNTL - Unidade de Intervenção Rápida	571	-	-	-	-	**571**
100503	PNTL - Serviços de Migração	205	-	-	-	-	**205**
100504	PNTL - Unidade de Patrulhamento da Fronteiras	572	-	-	-	-	**572**
100505	PNTL - Unidade Marítima	90	-	-	-	-	**90**
100507	PNTL - Unidade de Reserva da Polícia	152	-	-	-	-	**152**
100508	Academia de Polícia	209	-	-	-	-	**209**
11	**Ministério dos Negócios Estrangeiros**	**732**	**7,357**	**981**	**350**	**-**	**9,420**
110101	Gabinete do Ministro dos Negócios Estrangeiros	29	45	-	-	-	74
110201	Sede do MNE	263	1,878	353	100	-	2,594
110301	Secretaria de Estado para a Cooperação Internacional	21	13	-	-	-	34
110401	Secretaria de Estado das Migrações e Comunidades no Estrangeiro	21	13	-	-	-	34
110402	Missão Permanente nas Nações Unidas em Nova Iorque	29	568	69	-	-	666
110403	Embaixada - Lisboa	34	258	35	-	-	327
110404	Embaixada - Jakarta	21	248	30	-	-	299

Codigo		Salários e Vencimentos ('000)	Bens e Serviços ('000)	Capital Menor ('000)	Capital e Desenvolvimento ('000)	Transferências Públicas ('000)	Total ('000)
110405	Embaixada - Washington	31	339	62	-	-	432
110406	Embaixada - Camberra	21	277	-	250	-	548
110407	Embaixada - Kuala Lumpur	19	187	-	-	-	206
110408	Embaixada - Bruxelas	20	267	50	-	-	337
110409	Embaixada - Banguecoque	8	150	46	-	-	204
110410	Embaixada - Tóquio	20	539	13	-	-	572
110411	Embaixada - Pequim	9	187	5	-	-	201
110412	Embaixada - Maputo	19	145	-	-	-	164
110413	Consulado Geral - Sidney	14	150	22	-	-	186
110414	Consulado Geral- Denpasar	13	163	-	-	-	176
110415	Consulado - Kupang	5	105	22	-	-	132
110416	Salão Memorial da Independência	4	20	-	-	-	24
110417	Gabinete de Demarcação da Fronteira Terrestre	7	292	-	-	-	299
110418	Gabinete Apoio à Commissão de Verdade e Amizade	-	27	-	-	-	27
110419	Embaixada - Havana	4	246	30	-	-	280
110420	Embaixada - Manila	9	160	-	-	-	169
110421	Missão Permanente - Genebra	8	187	65	-	-	260
110422	Visitas Oficiais e Compromissos Internacionais	-	205	-	-	-	205
110423	Embaixada - Vaticano	11	439	-	-	-	450
110425	Embaxada - Brasilia	32	101	65	-	-	198
110426	Embaxada - Seoul	36	98	67	-	-	201
110427	Missão Permanente - CPLP/UNESCO	24	50	47	-	-	121
12	**Ministério das Finanças**	**1,710**	**6,849**	**1,480**	**1,250**	**-**	**11,289**
120101	Gabinete do Ministro das Finanças	26	30	-	-	-	**56**
120102	Secretário Permanente	12	4	-	-	-	**16**

Codigo		Salários e Vencimentos ('000)	Bens e Serviços ('000)	Capital Menor ('000)	Capital e Desenvolvimento ('000)	Transferências Públicas ('000)	Total ('000)
120103	Serviços Administrativos e Informáticos	90	2,560	780	1,000	-	**4,430**
120104	Direcção Nacional do Orçamento	96	183	109	-	-	**388**
120105	Direcção Nacional do Tesouro	219	2,374	4	-	-	**2,597**
120106	Serviço de Impostos de Timor-Leste	231	75	16	-	-	**322**
120107	Unidade da Política Tributária e Macro Economia	22	226	1	-	-	**249**
120108	Direcção Nacional do Plano e Coordenação de Assistência Externa	72	41	-	-	-	**113**
120109	Direcção Nacional de Alfândegas	517	296	22	250	-	**1,085**
120110	Direcção Nacional do Património e Fornecimento	98	98	-	-	-	**196**
120111	Direcção de Aprovisionamento	122	102	524	-	-	**748**
120112	Direcção Nacional de Estatística	139	93	-	-	-	**232**
120113	Fornecimento e Gestão de Inventario	66	17	24	-	-	**107**
120114	Administração de Proposta de Conta do Desafio do Milenio	-	750	-	-	-	**750**
13	**Dotações para todo o Governo - Administrado pelo Ministério das Finanças**	**1,000**	**290,554**	**3,633**	**3,500**	**42,341**	**341,028**
130101	Dotações para Todo o Governo - Fundos com Contrapartidas	-	-	-	2,500	-	**2,500**
130102	Dotações para Todo o Governo - Auditoria	-	750	-	-	-	**750**
130103	Dotações para Todo o Governo - Financiamento Retroactivo	-	45	-	-	-	**45**
130104	Dotações para Todo o Governo - Reserva de Contingência	-	9,894	-	-	-	**9,894**
130105	Dotações para Todo o Governo - Fundo para Viagens ao Estrangeiro	-	2,587	-	-	-	**2,587**
130106	Dotações para Todo o Governo - Quotas de Membro de Instituições Internacionais	-	300	-	1,000	-	**1,300**
130107	Dotações para Todo o Governo-Provisão para Pagamentos de Impostos e Taxas	-	4,630	-	-	-	**4,630**
130108	Dotações para Todo o Governo - Provisão para Combustível	-	30,986	-	-	-	**30,986**
130109	Dotações para Todo o Governo - Provisão para Impostos do FFTL	-	500	-	-	-	**500**

Codigo		Salários e Vencimentos ('000)	Bens e Serviços ('000)	Capital Menor ('000)	Capital e Desenvolvimento ('000)	Transferências Públicas ('000)	Total ('000)
130110	Provisão Para Pensões para os Combatentes da Libertação Nacional	-	-	-	-	40,500	**40,500**
130111	Pensões e subsidios aos Ex titulares e ex membros do Governo	-	612	133	-	641	**1,386**
130112	Fundo para compra de uma frota de veiculos	-	-	3,500	-	-	**3,500**
130113	Fundo para profissionais do sector público, incluindo magistrados, oficiais superiores de saúde, docentes e outros técnicos superiores	1,000	-	-	-	-	**1,000**
130114	Provisão de fundos para pagar as Dívidas dos Governos Anteriores	-	250	-	-	-	**250**
130115	Provisão de Assistencia ao Povo de Myanmar	-	-	-	-	500	**500**
130117	Provisão de Asistencia ao Povo de China	-	-	-	-	500	**500**
130118	Apoio para tranadação e enterro dos restos mortais dos Antigos Guerilheiros	-	-	-	-	200	**200**
130119	Fundo de Estabilização Económica	-	240,000	-	-	-	**240,000**
14	**Ministério da Justiça**	**1,342**	**4,039**	**355**	**4,055**	**-**	**9,791**
140101	Gabinete da Ministra da Justiça	30	27	-	-	-	**57**
140102	Director-Geral	17	25	9	-	-	**51**
140103	Direcção Nacional dos Serviços Administrativos, Financeiros e de Pessoal	115	622	34	138	-	**909**
140104	Direcção Nacional de Assessoria Jurídica e Legislação	46	223	9	-	-	**278**
140105	Direcção Nacional dos Direitos Humanos e de Cidadania	51	200	19	-	-	**270**
140106	Direccao Nacional dos Registos e do Notariado	254	604	52	1,036	-	**1,946**
140113	Direcção Nacional de Terras, Propriedades e Serviços Cadastrais	276	1,198	133	73	-	**1,680**
140109	Direcção Nacional dos Serviços Prisionais e Reinserção Social	41	409	25	-	-	**475**
140110	Prisões Distritais	358	453	32	1,929	-	**2,772**
140111	Centro de Formação Jurídica	25	187	13	639	-	**864**
140112	Defensoria Pública	129	91	29	240	-	**489**
15	**Ministério da Saúde**	**6,177**	**18,123**	**3,481**	**2,768**	**250**	**30,799**

Codigo		Salários e Vencimentos ('000)	Bens e Serviços ('000)	Capital Menor ('000)	Capital e Desenvolvimento ('000)	Transferências Públicas ('000)	Total ('000)
150101	Gabinete do Ministro da Saúde	33	20	-	-	-	**53**
150102	Gabinete da Vice- Ministra da Saúde	29	13	-	-	-	**42**
150103	Serviços Centrais de Saúde	429	7,828	1,514	385	250	**10,406**
150104	Laboratório Nacional	63	167	-	55	-	**285**
150105	Hospital Nacional Guido Valadares	1,156	2,331	181	380	-	**4,048**
150106	Hospital de Referência de Baucau	366	945	643	70	-	**2,024**
150107	Hospital de Referência de Maliana	165	343	13	235	-	**756**
150108	Hospital de Referência de Maubisse	118	346	170	270	-	**904**
150109	Hospital de Referência de Oecusse	154	420	69	200	-	**843**
150110	Hospital de Referência de Suai	164	389	204	202	-	**959**
150111	Serviços Distritais de Saúde de Aileu	188	344	51	60	-	**643**
150112	Servicos Distritais de Saúde de Ainaro	226	358	108	230	-	**922**
150113	Servicos Distritais de Saúde de Baucau	383	337	40	90	-	**850**
150114	Servicos Distritais de Saúde de Bobonaro	251	443	37	80	-	**811**
150115	Servicos Distritais de Saúde de Covalima	184	325	45	166	-	**720**
150116	Servicos Distritais de Saúde de Dili	352	464	58	80	-	**954**
150117	Servicos Distritais de Saúde de Ermera	285	412	71	50	-	**818**
150118	Servicos Distritais de Saúde de Lautem	283	355	37	80	-	**755**
150119	Servicos Distritais de Saúde de Liquiça	201	365	15	-	-	**581**
150120	Servicos Distritais de Saúde de Manatuto	278	373	83	30	-	**764**
150121	Servicos Distritais de Saúde de Manufahi	233	394	46	-	-	**673**
150122	Instituto de Ciências da Saúde	118	494	6	-	-	**618**
150123	Servicos Distritais de Saúde de Oecusse	158	309	46	45	-	**558**
150124	Servicos Distritais de Saúde de Viqueque	360	348	44	60	-	**812**
16	**Ministério da Educação**	**21,008**	**14,870**	**2,630**	**8,861**	**4,000**	**51,369**

Codigo		Salários e Vencimentos ('000)	Bens e Serviços ('000)	Capital Menor ('000)	Capital e Desenvolvimento ('000)	Transferências Públicas ('000)	Total ('000)
160101	Gabinete do Ministro da Educação	31	51	-	-	-	**82**
160201	Gabinete do Vice-Ministro Educação	26	42	-	-	-	**68**
160301	Gabinete do Inspector-Geral	14	15	-	-	-	**29**
160401	Gabinete do Director-Geral	19	8	-	-	-	**27**
160405	Direcção de Administração e Finanças	451	1,092	329	-	-	**1,872**
160406	Direcção de Política, Plano e Desenvolvimento	82	80	14	-	-	**176**
160407	Direcção do Ensino Técnico Superior	34	1,176	54	-	-	**1,264**
160408	Universidade Nacional de Timor-Leste	1,206	289	557	-	-	**2,052**
160409	Direcção de Acreditação e Administração Escolar	18,684	3,483	1,537	-	4,000	**27,704**
160410	Unidade de Infra-estruturas	-	-	-	8,861	-	**8,861**
160411	Gabinete Jurídico	2	-	-	-	-	**2**
160412	Direcção de Educação de Adultos e Ensino Não Formal	175	2,019	83	-	-	**2,277**
160413	Direcção de Formação Profissional	93	987	26	-	-	**1,106**
160414	Instituto Nacional de Formação Profissional	2	1,500	-	-	-	**1,502**
160415	Biblioteca Nacional	3	-	-	-	-	**3**
160416	Direcções Regionais	79	400	-	-	-	**479**
160417	Gabinete de Protocolo e Media	15	23	10	-	-	**48**
160418	Direcção de Currículos Escolares, Materiais e Avaliação	30	3,338	8	-	-	**3,376**
160501	Gabinete do Secretário de Estado da Cultura	25	15	-	-	-	**40**
160502	Direcção da Cultura	37	352	12	-	-	**401**
17	**Ministério da Administração Estatal e Ord. do Território**	**1,976**	**7,402**	**1,068**	**1,008**	**2,286**	**13,740**
170101	Gabinete do Ministro da Administração Estatal e Ordenamento do Território	28	53	-	-	-	**81**
170201	Gráfica Nacional	48	47	104	-	-	**199**
170202	Arquivo Nacional	65	17	8	-	-	**90**

Codigo		Salários e Vencimentos ('000)	Bens e Serviços ('000)	Capital Menor ('000)	Capital e Desenvolvimento ('000)	Transferências Públicas ('000)	Total ('000)
170301	Instituto Nacional da Administração Pública	132	185	80	51	91	**539**
170401	Secretariado Técnico da Administração Eleitoral	189	580	8	-	-	**777**
170402	Eleições do Chefe do Suco 2008	-	301	-	-	-	**301**
170501	Secretaria de Estado da Reforma Administrativa	27	56	14	-	300	**397**
170601	Direcção Nacional da Função Pública	64	70	25	-	-	**159**
170701	Direcção Nacional do Desenvolvimento Local e Ordenamento do Território	61	29	26	-	-	**116**
170702	Programa de Desenvolvimento Local	-	440	-	-	1,895	**2,335**
170801	Secretaria de Estado da Região Especial de Oecusse	48	88	25	-	-	**161**
170901	Gabinete do Director-Geral	12	11	-	-	-	**23**
171001	Direcção Nacional da Administração e Finanças	132	1,741	66	-	-	**1,939**
171101	Direcção Nacional da Administração do Governo Local	45	665	705	707	-	**2,122**
171102	Direcção de Administração do Território do Distrito de Dili	410	885	7	250	-	**1,552**
171103	Direcção de Administração do Território do Distrito de Baucau	65	299	-	-	-	**364**
171104	Direcção de Administração do Território do Distrito de Bobonaro	67	242	-	-	-	**309**
171105	Direcção de Administração do Território do Distrito Manufahi	53	159	-	-	-	**212**
171106	Direcção de Administração do Território do Distrito de Viqueque	60	209	-	-	-	**269**
171107	Direcção de Administração do Território do Distrito de Lautem	63	180	-	-	-	**243**
171108	Direcção de Administração do Território do Distrito de Manatuto	65	150	-	-	-	**215**
171109	Direcção de Administração do Território do Distrito de Covalima	78	172	-	-	-	**250**
171110	Direcção de Administração do Território do Distrito de Ainaro	51	133	-	-	-	**184**
171111	Direcção de Administração do Território do Distrito de Aileu	52	164	-	-	-	**216**
171112	Direcção de Administração do Território do Distrito de Ermera	59	272	-	-	-	**331**

Codigo		Salários e Vencimentos ('000)	Bens e Serviços ('000)	Capital Menor ('000)	Capital e Desenvolvimento ('000)	Transferências Públicas ('000)	Total ('000)
171113	Direcção de Administração do Território do Distrito de Liquiça	50	141	-	-	-	**191**
171114	Direcção de Administração do Território do Distrito de Oecusse	52	113	-	-	-	**165**
18	**Ministério da Economia e do Desenvolvimento**	**660**	**3,052**	**555**	**500**	**2,550**	**7,317**
180101	Gabinete do Ministro da Economia e do Desenvolvimento	32	40	-	-	-	**72**
180102	Direcção Nacional de Administração e Finanças	38	1,965	53	-	-	**2,056**
180201	Gabinete da Inspecção do Ministério	11	11	11	-	-	**33**
180301	Instituto de Apoio ao Desenvolvimento Empresarial	198	249	8	-	-	**455**
180401	Instituto para a Promoção de Investimento e Desenvolvimento	-	204	-	-	-	**204**
180501	Gabinete do Vice-Ministro da Economia e do Desenvolvimento	32	38	-	-	-	**70**
180502	Direcção Nacional de Pesquisa para o Desenvolvimento Nacional	29	51	38	-	-	**118**
180601	Gabinete do Secretário de Estado do Meio Ambiente	27	32	-	-	-	**59**
180602	Direcção Nacional dos Serviços do Meio Ambiente	122	222	220	300	-	**864**
180603	Direcção Nacional dos Assuntos Ambientais Internacionais	16	64	26	-	-	**106**
180701	Gabinete do Secretário de Estado do Desenvolvimento Rural e Cooperativas	27	32	-	-	-	**59**
180702	Direcção Nacional do Desenvolvimento Rural	65	62	132	200	1,550	**2,009**
180703	Direcção Nacional das Cooperativas	47	48	43	-	1,000	**1,138**
180704	Gabinete do Director-Geral	16	34	24	-	-	**74**
19	**Ministério da Solidariedade Social**	**602**	**4,442**	**229**	**321**	**21,650**	**27,244**
190101	Gabinete da Ministra da Solidariedade Social	35	35	-	-	-	**70**
190201	Gabinete do Director-Geral	11	20	-	-	-	**31**
190301	Direcção Nacional da Administração e das Finanças	150	819	25	150	-	**1,144**
190401	Gabinete do Secretário de Estado para os Assuntos dos Antigos Combatentes da Libertação Nacional	26	30	-	-	-	**56**
190402	Direcção Nacional dos Veteranos e Libertação Nacional	73	1,406	38	171	150	**1,838**
190403	Comissão de Homenagem	-	656	-	-	-	**656**

Codigo		Salários e Vencimentos ('000)	Bens e Serviços ('000)	Capital Menor ('000)	Capital e Desenvolvimento ('000)	Transferências Públicas ('000)	Total ('000)
190501	Gabinete do Secretário de Estado da Assistência Social e Desastres Naturais	26	30	-	-	-	**56**
190502	Direcção Nacional para a Assistência Social	107	798	46	-	1,150	**2,101**
190503	Direcção Nacional de Reinserção Social	50	359	6	-	1,400	**1,815**
190504	Direcção Nacional de Gestão de Desastres	54	156	16	-	2,000	**2,226**
190601	Gabinete do Secretário de Estado da Segurança Social	26	30	-	-	-	**56**
190602	Direcção Nacional da Segurança Social	44	103	98	-	16,950	**17,195**
20	**Ministério das Infra-estruturas**	**3,511**	**19,117**	**3,195**	**64,212**	**-**	**90,035**
200101	Gabinete do Ministro das Infra-estruturas	33	23	-	-	-	**56**
200201	Gabinete do Secretário de Estado dos Transportes e Comunicações	23	12	-	-	-	**35**
200202	Gabinete do Director-Geral	13	15	8	-	-	**36**
200203	Autoridade Reguladora das Comunicações	61	113	231	-	-	**405**
200204	Direcção dos Serviços de Transportes Marítimos	55	43	20	-	-	**118**
200205	Direcção de Meteorologia e Geofísica	36	21	24	-	-	**81**
200206	Direcção Nacional de Informática e Tecnologia	112	66	9	2,800	-	**2,987**
200207	Direcção Nacional de Administração e Finanças	83	1,518	47	-	-	**1,648**
200208	Direcção Nacional de Transportes Terrestres	249	470	111	776	-	**1,606**
200209	Direcção Nacional dos Correios de Timor-Leste	61	441	32	-	-	**534**
200210	Autoridade da Aviação Civil de Timor-Leste	96	274	17	-	-	**387**
200211	Administração de Aeroportos e Navegação Aérea de Timor-Leste (Agência Auto Financiada)	243	601	16	4,689	-	**5,549**
200212	Autoridade Portuária de Timor-Leste(Agência Auto Financiada)	129	610	110	100	-	**949**
200213	Instituto Público de Gestão de Equipamentos(Agência Auto Financiada)	263	2,067	25	-	-	**2,355**
200214	Berlin - Nakroma	-	1,644	5	-	-	**1,649**
200301	Gabinete do Secretário de Estado para a Electricidade, Água e	25	19	20	-	-	**64**

Codigo		Salários e Vencimentos ('000)	Bens e Serviços ('000)	Capital Menor ('000)	Capital e Desenvolvimento ('000)	Transferências Públicas ('000)	Total ('000)
	Urbanização						
200302	Gabinete do Director-Geral para a Electricidade, Água e Urbanização	11	63	4	-	-	**78**
200303	Direcção de Serviços Corporativos	53	2,692	90	10,400	-	**13,235**
200304	Direcção Nacional do Plano Urbano	32	65	83	-	-	**180**
200305	Direcção Nacional para a Gestão dos Recursos de Água	13	22	6	-	-	**41**
200306	Direcção Nacional de Água e Saneamento	414	1,009	268	1,490	-	**3,181**
200307	Electricidade de Timor-Leste(Agência Auto Financiada)	782	2,816	1,751	6,495	-	**11,844**
200401	Gabinete do Secretário do Estado das Obras Públicas	23	21	-	-	-	**44**
200402	Gabinete do Director-Geral das Obras Públicas	15	9	-	-	-	**24**
200403	Direcção dos Serviços de Administração e Finanças	110	542	22	-	-	**674**
200404	Direcção de Serviços de Edificação e Habitação	245	599	44	6,465	-	**7,353**
200406	Direcção dos Serviços de Pesquisa e Desenvolvimento	83	89	138	-	-	**310**
200407	Direcção de Serviços de Estradas, Pontes e Controlo de Inundações	248	3,253	114	30,997	-	**34,612**
21	**Ministério do Turismo, Comércio e Indústria**	**317**	**13,272**	**412**	**4,430**	**100**	**18,531**
210101	Gabinete do Ministro do Turismo, Comércio e Indústria	36	13	-	-	-	**49**
210201	Gabinete de Auditoria Interna	26	10	19	-	-	**55**
210301	Gabinete do Director-Geral	26	40	37	-	-	**103**
210401	Direcção Nacional da Administração e Finanças	29	391	24	-	-	**444**
210501	Direcção Nacional de Pesquisa e Desenvolvimento	33	15	17	-	-	**65**
210602	Direcção Nacional do Comércio Externo	12	60	21	-	-	**93**
210603	Direcção Nacional do Comércio Doméstico	58	77	46	600	-	**781**
210604	Direcção Nacional da Indústria	38	248	194	-	100	**580**
210701	Gabinete do Secretário de Estado para o Turismo	22	8	-	-	-	**30**
210702	Direcção Nacional do Turismo	37	543	21	375	-	**976**

Codigo		Salários e Vencimentos ('000)	Bens e Serviços ('000)	Capital Menor ('000)	Capital e Desenvolvimento ('000)	Transferências Públicas ('000)	Total ('000)
210801	Segurança Alimentar	-	11,867	33	3,455	-	**15,355**
22	**Ministério da Agricultura e Pescas**	**2,258**	**11,964**	**7,796**	**6,659**	**2,000**	**30,677**
220101	Gabinete Ministro da Agricultura e Pescas	42	24	-	-	-	**66**
220201	Direcção Nacional da Administração	111	727	17	100	-	**955**
220301	Direcção Nacional de Agro-Comércio	49	375	32	-	-	**456**
220401	Direccao Nacional de Pesquisa e Servicos Especiais	172	894	13	400	-	**1,479**
220601	Direcção Nacional de Quarentena e Biosegurança	66	196	33	130	-	**425**
220701	Direcção Nacional de Educação e Formação Agrícola	264	468	79	100	-	**911**
220801	Direcção Nacional de Política e Planeamento	71	467	16	-	-	**554**
220901	Gabinete do Director-Geral	12	29	-	-	-	**41**
221001	Secretaria de Estado da Agricultura e Arboricultura	28	13	-	-	-	**41**
221002	Direcção Nacional de Agricultura e Horticultura	141	4,646	6,794	5,124	-	**16,705**
221003	Direcção Nacional de Indústria Alimentar e Horticultura	-	-	-	-	-	**-**
221004	Direcção Nacional de Café e Plantas Industriais	64	359	48	-	-	**471**
221005	Direcção Nacional das Florestas	150	979	32	100	-	**1,261**
221101	Gabinete do Secretário de Estado das Pescas	24	13	-	-	-	**37**
221102	Direcção Nacional de Pescas e Aquicultura	297	685	522	500	-	**2,004**
221201	Gabinete do Secretário de Estado da Pecuária	25	13	-	-	-	**38**
221202	Direcção Nacional de Pecuária	164	824	17	205	-	**1,210**
221301	Direcção de Servicos de Desenvolvimento Comunitário Agrícola	267	400	172	-	-	**839**
221302	Fundo de Desenvolvimento Comunitário Agrícola	-	-	-	-	2,000	**2,000**
221401	Serviços de Agricultura do Distrito de Aileu	10	67	-	-	-	**77**
221402	Serviços de Agricultura do Distrito de Ainaro	12	72	-	-	-	**84**
221403	Serviços de Agricultura do Distrito de Baucau	37	75	21	-	-	**133**
221404	Serviços de Agricultura do Distrito de Bobonaro	35	77	-	-	-	**112**

Codigo		Salários e Vencimentos ('000)	Bens e Serviços ('000)	Capital Menor ('000)	Capital e Desenvolvimento ('000)	Transferências Públicas ('000)	Total ('000)
221405	Serviços de Agricultura do Distrito de Covalima	27	94	-	-	-	**121**
221406	Serviços de Agricultura do Distrito de Ermera	20	48	-	-	-	**68**
221407	Serviços de Agricultura do Distrito de Liquisa	20	58	-	-	-	**78**
221408	Serviços de Agricultura do Distrito de Lautem	16	56	-	-	-	**72**
221409	Serviços de Agricultura do Distrito de Manatuto	19	58	-	-	-	**77**
221410	Serviços de Agricultura do Distrito de Manufahi	30	96	-	-	-	**126**
221411	Serviços de Agricultura do Distrito de Oecusse	64	62	-	-	-	**126**
221412	Serviços de Agricultura do Distrito de Viqueque	21	89	-	-	-	**110**
23	**Tribunais**	**262**	**1,366**	**503**	**-**	**-**	**2,131**
230101	Conselho Superior da Magistratura Judicial	4	15	3	-	-	**22**
230102	Tribunal de Recurso	51	745	101	-	-	**897**
230103	Tribunais Distritais	207	606	399	-	-	**1,212**
24	**Procuradoria-Geral da República**	**160**	**890**	**401**	**797**	**-**	**2,248**
240101	Procuradoria-Geral da República e Distrital de Dili	160	890	401	387	-	**1,838**
240102	Procuradoria Distrital de Baucau	-	-	-	150	-	**150**
240103	Procuradoria Distrital de Suai	-	-	-	130	-	**130**
240104	Procuradoria Distrital de Oecusse	-	-	-	130	-	**130**
25	**Provedoria de Direitos Humanos e Justiça**	**139**	**272**	**97**	**40**	**-**	**548**
250101	Provedoria de Direitos Humanos e Justiça	139	272	97	40	-	**548**
26	**Serviço Público de Radiodifusão de Timor-Leste**	**456**	**1,080**	**500**	**40**	**-**	**2,076**
260101	Televisão de Timor-Leste	138	58	234	-	-	**430**
260102	Radiotelevisão de Timor-Lestel	162	960	41	40	-	**1,203**
260103	Rádio de Timor-Leste	156	62	225	-	-	**443**
27	**Comissão Nacional das Eleições**	**41**	**474**	**98**	**-**	**1,000**	**1,613**
270101	Comissão Nacional das Eleições	41	474	98	-	1,000	**1,613**

Anexo 4 Plano de Capital 2008-2011

Projecto	*2008*	*2009*	*2010*	*2011*	*Total 4 Anos*	*Processo Approvado*
Total – Todo o Estado	***110,553***	***214,820***	***165,480***	***150,550***	***641,403***	
Paramento Nacional						
Construção de um novo complexo do Parlamento Nacional	400	-	-	-	400	Orçamento
Óbras menores no Parlamento Nacional	101	-	-	-	101	Orçamento
Total para Parlamento Nacional	***501***	***-***	***-***	***-***	501	
Gabinete do Primeiro Ministro						
Trabalhos de Reabilitação na GPA	74	-	-	-	74	Orçamento
Reabilitação, equipamento e segurança dos Edifícios 1, 2 e 3 (GPA)	470	-	-	-	470	Rectificativo
Total Para o Gabinete do Primeiro Ministro	***544***	***-***	***-***	***-***	544	
Secretaria do Estado para o Conshelho de Ministros						
Reabilitação de Habitações para Membros do Governo	300	-	-	-	300	Rectificativo
Total Para o Secretario do Estado para o Conshelho de Ministros	**300**	**-**	**-**	**-**	**300**	
Secretaria de Estado de Juventude e Desporto						
Varias Facilidades de Desportes Comunitarias	300	-	-	-	300	Orçamento
Total Para o Secretario de Estado de Juventude e Desporto	**300**	**-**	**-**	**-**	**300**	
Secretário do Estado para Recursos Naturais						
Estabelecmento da Autoridade Nacional do Petróleo	1,249	-	-	-	1,249	Orçamento
Total Para o Secretário do Estado para Recursos Naturais	**1,249**	**-**	**-**	**-**	**1,249**	
Secretário do Estado para Formação Profissional e Emprego						
Reabilitação de Centro de Formação de Trabalhadores no Estrangeiro, em Becora	300	-	-	-	300	Rectificativo
Total Para o Secretário do Estado para Formação Profissional e Emprego	**300**	**-**	**-**	**-**	**300**	
Ministério da Defesa e Segurança						
Construção de 3 Edificios para Segurança Civil	150	-	-	-	150	Orçamento

Projecto	*2008*	*2009*	*2010*	*2011*	*Total 4 Anos*	*Processo Approvado*
Conclusão do Quartel Geral dos Bombeiros em Oecusse	70	-	-	-	70	Rectificativo
Ministério da Defesa e Segurança	***220***	***-***	***-***	***-***	***220***	
FALINTIL - FDTL						
Armazém das FALINTIL-FDTL – Metinaro	200	-	-	-	200	Orçamento
Armazém das FALINTIL-FDTL - Hera	200	-	-	-	200	Orçamento
Base da Polícia Militar – Alojamento	250	-	-	-	250	Orçamento
Melhoria do Abastecimento de Água em Baucau	150	-	-	-	150	Orçamento
FALINTIL – Construção de um Depósito de Armas em Baucau	250	-	-	-	250	Orçamento
FALINTIL – Construção de um Depósito de Armas em Metinaro	250	-	-	-	250	Orçamento
FALINTIL – Construção de um Depósito de Armas em Hera	-	-	-	-	-	Orçamento
Melhoria de Estradas Internas - Baucau	50	50	-	-	100	Orçamento
Melhorias na Instalação de Treino Físico - Metinaro	150	-	-	-	150	Orçamento
Fase 2 de Reparação da Residência do Chefe de Estado-Maior General das Forças Armadas	300	-	-	-	300	Orçamento
Melhoria das TI – FDTL	242	-	-	-	242	Orçamento
Segunda Fase da Melhoria do Centro de Treino da FDTL em Metinaro	150	-	-	-	150	Orçamento
Melhoria as Instalações Administrativas e de Trabalho Navais	100	-	-	-	100	Orçamento
Melhoria das Instalações de Armazenamento Navais	50	-	-	-	50	Orçamento
Dois navios de patrulha costeira	3,000	24,000	-	-	27,000	Rectificativo
Fundos de Contrapartida para a Construção de um Centro de Língua Portuguesa em Metinaro	150	-	-	-	150	Rectificativo
Total Para a FALINTIL-FDTL	***5,492***	***24,050***	***-***	***-***	***29,542***	
Academia de Polícia – Construção de Muro para a Carreira de Tiro	245	-	-	-	245	Orçamento
Academia de Polícia - Construção de um Ginásio	102	-	-	-	102	Orçamento
Academia de Polícia - Reabilitação dos Gabinetes da Academia	150	-	-	-	150	Orçamento
Construção de um Posto de Polícia -Dili	495	-	-	-	495	Orçamento
Construção de Gabinete - Manatuto	123				123	Orçamento

Projecto	*2008*	*2009*	*2010*	*2011*	*Total 4 Anos*	*Processo Approvado*
Construção de um Posto de Polícia -Uatalari	35	-	-	-	35	Orçamento
Construção de um Posto de Polícia -Fatu Mean	28	-	-	-	28	Orçamento
Construção de um Posto de Polícia -Alto Lebos	30	-	-	-	30	Orçamento
Construção de Posto de Patrulha Fronteiriça - Saburai	28	-	-	-	28	Orçamento
Construção de novo posto de imigração na Fronteira	60	-	-	-	60	Orçamento
Dormitórios para a Unidade de Intervenção Rápida	500	-	-	-	500	Orçamento
Construção de Aramazem	80	-	-	-	80	Orçamento
Construção de Residência para o Comandante da PNTL	40	-	-	-	40	Orçamento
Construção de Polícia Posto Naciona - Pasabe	35	-	-	-	35	Orçamento
Construção de Polícia Posto Naciona - Gleno	35	-	-	-	35	Orçamento
Construção de Polícia Posto Naciona - Laulara	35	-	-	-	35	Orçamento
Construção de Residência para o Comandante da PNTL	80	-	-	-	80	Orçamento
Construção do Quartel para a Unidade da Polícia Especial	1,000	-	-	-	1,000	Rectificativo
Construção de Construção de Muro para a Carreira de Tiro	-245	-	-	-	-245	Rectificativo
	2,856	**-**	**-**	**-**	**2,856**	
Ministério dos Negócios Estrangeiros e Cooperação						
Arquitectura Paisagística no Novo Ministério dos Negócios Estrangeiros	100	-	-	-	100	Orçamento
Financiamento Contrapartido para a Embaixada de Camberra	250	-	-	-	250	Orçamento
Ministério dos Negócios Estrangeiros e Cooperação	***350***	***-***	***-***	***-***	***350***	
Ministério das Finanças						
Reabilitação do Edifício 5 e das Instalações Temporárias das Alfândegas	1,000	-	-	-	1,000	Rectificativo
Desenhos para as Instalações Integradas de Controlo fronteiriço – Fase 1	250	-	-	-	250	Rectificativo
Ministério das Finanças	***1,250***	***-***	***-***	***-***	***1,250***	
Ministério das Finanças - Todo o Governo						
Fundos Contrapartidas com o Banco Asiático de Desenvolvimento	2,500	-	-	-	2,500	Orçamento
Compra de Notas Financieiras	1,000	-	-	-	1,000	Orçamento
Ministério das Finanças - Todo o Governo	***3,500***	***-***	***-***	***-***	***3,500***	

Projecto	*2008*	*2009*	*2010*	*2011*	*Total 4 Anos*	*Processo Approvado*
Ministério da Justiça						
Intranet para o Sector de Justica	138	150	150	150	588	Orçamento
Implementação de um Sistema de Gerir Registraçoes dos Cidadões	536	792	-	-	1,328	Orçamento
Construção de Edifício para a Divisão de Terras e Propriedades	73	-	-	-	73	Orçamento
Reabilitação da Prisão de Becora	242	500	300	-	1,042	Orçamento
Centro de Formação Judicial – Biblioteca e Expansão de Sala	100	-	-	-	100	Orçamento
Reabilitação do Gabinete da Defesa Pública em Oecusse	60	-	-	-	60	Orçamento
Reabilitação do Gabinete da Defesa Pública em Baucau	100	-	-	-	100	Orçamento
Reabilitação do Gabinete da Defesa Pública em Suai	80	-	-	-	80	Orçamento
Reabilitação da Prisão de Gleno	826	-	-	-	826	Orçamento
Construção de uma Nova Prisão em Baucau	100	-	-	-	100	Orçamento
Reparações do Muro de Segurança Externa da Prisão de Becora	1,300	-	-	-	1,300	Rectificativo
Implementação de um Sistema de Gerir Registraçoes dos Cidadões	500	-500	-	-	-	Rectificativo
Centro de Formação Judicial – Biblioteca e Expansão de Sala	539	-	-	-	539	Virement
Reabilitação da Prisão de Gleno	-439	-	-	-	-439	Virement
Construção de uma Nova Prisão em Baucau	-100	-	-	-	-100	Virement
Ministério da Justiça	***4,055***	***942***	***450***	***150***	***5,597***	
Ministério da Saúde						
Finalização do Hospital Nacional de Díli (Guido Valadares) para um novo Departamento de Patologia Forense	300	-	-	-	300	Orçamento
Quartos adicionais para a Clínica Central	210	-	-	-	210	Orçamento
Alojamentos para Médicos – Hospital de Referência de Baucau	70	-	-	-	70	Orçamento
Hospital de Referência de Maliana – Parede de Perímetro	200	-	-	-	200	Orçamento
Hospital de Referência de Maliana – Alojamento para um Médico	35	-	-	-	35	Orçamento
Hospital de Referência de Suai – Reabilitação de 2 Casas de Médicos e Enfermeiras	202	-	-	-	202	Orçamento
Hospital de Referência de Oecusse – Parede de Perímetro	200	-	-	-	200	Orçamento
Hospital de Referência de Maubisse – Residência de Enfermeiros	200	100	-	-	300	Orçamento

Projecto	*2008*	*2009*	*2010*	*2011*	*Total 4 Anos*	*Processo Approvado*
Alojamentos para Médicos – Hospital de Referência de Maubisse	70	-	-	-	70	Orçamento
Construção de Laboratório Central para Teste de Produtos Farmacêuticos	55	-	-	-	55	Orçamento
Centro de Saúde de Distrito de Aileu – Gabinetes	60	-	-	-	60	Orçamento
Construção de Posto de Saúde – Liurai	30	-	-	-	30	Orçamento
Centro de Saúde de Ainaro – Gabinetes	70	-	-	-	70	Orçamento
Construção de Posto de Saúde – Ossowaque	30	-	-	-	30	Orçamento
Construção de Posto de Saúde – Ossowala	30	-	-	-	30	Orçamento
Reabilitação de Posto de Saúde – Ossohuna	30	-	-	-	30	Orçamento
Construção de Posto de Saúde – Gala	25	-	-	-	25	Orçamento
Construção de Posto de Saúde – Fatululic	141	-	-	-	141	Orçamento
Alargamento de Centro de Saúde – Becora	80	-	-	-	80	Orçamento
Construção de Posto de Saúde – Leubasa	35	-	-	-	35	Orçamento
Construção de Posto de Saúde – Lacava	40	-	-	-	40	Orçamento
Reabilitação de SDS – Lautem	40	-	-	-	40	Orçamento
Reabilitação de Posto de Saúde – Iiheu	15	-	-	-	15	Orçamento
Construção de Posto de Saúde – Lakufoan	25	-	-	-	25	Orçamento
Reabilitação de Posto de Saúde – Sacato	20	-	-	-	20	Orçamento
Construção de Posto de Saúde – Uatulari	30	-	-	-	30	Orçamento
Construção de Posto de Saúde – Viqueque	30	-	-	-	30	Orçamento
Construção de Posto de Saúde – Kailako	40	-	-	-	40	Orçamento
Construção de Laboratório Central para Teste de Produtos Farmacêuticos	40	-	-	-	40	Orçamento
Concepção e Supervisão de Projectos de Saúde	85	-	-	-	85	Orçamento
Reabilitação de Posto de Saúde – Manufhi Kiik	15	-	-	-	15	Orçamento
Reabilitação de Posto de Saúde – Htolia	15	-	-	-	15	Orçamento
Construção de Posto de Saúde – Mauchiga	65	-	-	-	65	Rectificativo
Construção de Posto de Saúde – Ailico	65	-	-	-	65	Rectificativo
Construção de uma Sala de TACs no Hospital Nacional de Díli	80	-	-	-	80	Rectificativo
Reabilitação de duas Salas na Escola de Enfermagem em Lahane	45	-	-	-	45	Rectificativo

Projecto	*2008*	*2009*	*2010*	*2011*	*Total 4 Anos*	*Processo Approvado*
Contrução de Habitacoes de Enfermeiras em Lahane	45	-	-	-	45	Virement
Ministério da Saúde	***2,768***	***100***	***-***	***-***	***2,868***	
Ministério da Educação e Cultura						
Reabilitação de Escola Primária - P 01 Aileu	133	-	-	-	133	Orçamento
Reabilitação de Escola Primária - P 03 Tohu Meta	50	-	-	-	50	Orçamento
Nova construção de Escola Primária - Faturilau	100	30	-	-	130	Orçamento
Nova Construção e Reabilitação de Escoa Primária - P Slaurlala	120	36	-	-	156	Orçamento
Nova Construção e Reabilitação de Escoa Primária - P 2 Soru Lau	130	39	-	-	169	Orçamento
Nova Construção e Reabilitação de Escoa Primária - EBI P 1 Hato Builico	120	36	-	-	156	Orçamento
Nova construção de Escola Primária - P Abu Uaimata Le'e	150	45	-	-	195	Orçamento
Nova Construção e Reabilitação de Escoa Primária - P Rairobo	150	45	-	-	195	Orçamento
Nova Construção e Reabilitação de Escoa Primária - P 1 Balibo	175	53	-	-	228	Orçamento
Nova construção de Escola Primária - P Raiclaran / Ilat Laun	160	48	-	-	208	Orçamento
Nova Construção e Reabilitação de Escoa Primária - P 01 Marko	150	45	-	-	195	Orçamento
Nova Construção e Reabilitação de Escoa Primária - P Raifun & JI	150	45	-	-	195	Orçamento
Nova Construção SDN Kusilulik	130	39	-	-	169	Orçamento
Nova construção de Escola Primária - Dacolo	130	39	-	-	169	Orçamento
Nova Construção e Reabilitação de Escoa Primária - Ogues	130	39	-	-	169	Orçamento
Nova Construção e Reabilitação de Escoa Primária - P Suai Loro	150	45	-	-	195	Orçamento
Reabilitação de Escola Primária - P Aion/Nikir	80	24	-	-	104	Orçamento
Nova construção de Escola Primária - P Ailelehun	100	30	-	-	130	Orçamento
Nova Construção e Reabilitação de Escoa Primária - P 12 de Outubro de Tasi Tolu	120	36	-	-	156	Orçamento
Nova construção de Escola Primária - P Batumano	100	30	-	-	130	Orçamento
Nova construção de Escola Primária - P Raimerhei	160	48	-	-	208	Orçamento
Nova Construção e Reabilitação de Escoa Primária - P Aimeta	110	33	-	-	143	Orçamento
Nova construção de Escola Primária - P 4 Iradaratu	100	30	-	-	130	Orçamento
Nova Construção e Reabilitação de Escoa Primária - P 3 Loidahar	160	48	-	-	208	Orçamento

Projecto	*2008*	*2009*	*2010*	*2011*	*Total 4 Anos*	*Processo Approvado*
Reabilitação de Escola Primária - P 1 Maubara-Vaviquina	120	-	-	-	120	Orçamento
Reabilitação de Escola Primária - P Aubeon Cacai Uman 34	60	-	-	-	60	Orçamento
Nova construção de Escola Primária - P Behau Fatumetak 9	110	33	-	-	143	Orçamento
Nova construção de Escola Primária - Diric Hun	100	30	-	-	130	Orçamento
Nova construção de Escola Primária - P 02 Cairui	110	33	-	-	143	Orçamento
Nova construção de Escola Primária - P Maun-Fahe 38	150	45	-	-	195	Orçamento
Nova construção de Escola Primária - P 4 Ailuli	160	48	-	-	208	Orçamento
Nova construção de Escola Primária - P 9 Beremana	160	48	-	-	208	Orçamento
Nova construção de Escola Primária - P Baqiutba Elcona	150	45	-	-	195	Orçamento
Nova construção de Escola Primária - P Sacato	160	48	-	-	208	Orçamento
Nova construção de Escola Primária - P Passabe Maesmat	80	-	-	-	80	Orçamento
Nova construção de Escola Primária - P 5 Nahareca	160	48	-	-	208	Orçamento
Nova Construção e Reabilitação de Escoa Primária - P Afaloicai	150	45	-	-	195	Orçamento
Nova construção de Escola Primária - P Rai Tahu	160	48	-	-	208	Orçamento
Nova construção de Escola Pre Primária - Pembina	100	30	-	-	130	Orçamento
Nova construção de Escola Pre Secondária - Waibua	350	105	-	-	455	Orçamento
Nova construção de Escola Secondária - Malere	350	105	-	-	455	Orçamento
Nova construção de Escola Pre Primária - Naroman	120	-	-	-	120	Orçamento
Nova construção de Escola Pre Primária - Natarbora	130	39	-	-	169	Orçamento
Novo Complexo Politécnico - Hera	200	1,500	-	-	1,700	Orçamento
Novo Complexo Politécnico	200	3,000	-	-	3,200	Orçamento
Novo Complexo Politécnico	-	3,000	-	-	3,000	Orçamento
Nova Faculdade de Agricultura	-	2,000	-	-	2,000	Orçamento
Nova Faculdade de Engenharia	-	1,000	-	-	1,000	Orçamento
Faculdade de Política e Filosofia	100	-	-	-	100	Orçamento
Demolição de Armazém Destruído e Construção de Novo Armazém	200	60	-	-	260	Orçamento
Complexo, Gabinetes e Ordenamento Paisagístico do Ministério da Educação	240	72	-	-	312	Orçamento

Projecto	*2008*	*2009*	*2010*	*2011*	*Total 4 Anos*	*Processo Approvado*
Construção de Quatro Gabinetes Ministeriais Regionais (Casas kobe)	250	75	-	-	325	Orçamento
Nova construção de Escola Primária - Binagua	150	45	-	-	195	Orçamento
Nova construção de Escola Primária -Vemasse	130	39	-	-	169	Orçamento
Nova construção de Escola Primária - Laciara	110	-	-	-	110	Orçamento
Nova construção de Escola Primária - P 01 Los Palos	120	-	-	-	120	Orçamento
Nova construção de Escola Secondária - EPS Metinaro	200	60	-	-	260	Orçamento
Nova construção de Escola Secondária - Betano	200	-	-	-	200	Orçamento
Nova construção de Escola Primária - P 02 Mehara	160	48	-	-	208	Orçamento
Nova construção de Escola Primária - P 1 Leolima	150	45	-	-	195	Orçamento
Nova construção de Escola Primária - P Lebutu	100	30	-	-	130	Orçamento
Reparações a Escolas Danificadas por Tempestades	413	-	-	-	413	Rectificativo
Ministério da Educação e Cultura	***8,861***	***12,587***	***-***	***-***	***21,448***	
Ministério de Administração Estataal						
Reabilitação de Edificios de Formação do INAP	51	-	-	-	51	Orçamento
Construção de sedes centrais de sucos - Gariuai	7	-	-	-	7	Orçamento
Construção de sedes centrais de sucos - Nunu Mogue	7	-	-	-	7	Orçamento
Construção de sedes centrais de sucos - Manutassi	7	-	-	-	7	Orçamento
Construção de sedes centrais de sucos - Edi	7	-	-	-	7	Orçamento
Construção de sedes centrais de sucos - Aituto	7	-	-	-	7	Orçamento
Construção de sedes centrais de sucos - Mauchiga	7	-	-	-	7	Orçamento
Construção de sedes centrais de sucos - Eraulo	7	-	-	-	7	Orçamento
Construção de sedes centrais de sucos - Goulolo	7	-	-	-	7	Orçamento
Construção de sedes centrais de sucos - Dukurai	7	-	-	-	7	Orçamento
Construção de sedes centrais de sucos - Hatugau	7	-	-	-	7	Orçamento
Construção de sedes centrais de sucos - Katrai Leten	7	-	-	-	7	Orçamento
Construção de sedes centrais de sucos - Lauana	7	-	-	-	7	Orçamento
Construção de sedes centrais de sucos - Pairara	7	-	-	-	7	Orçamento
Construção de sedes centrais de sucos - Ailili	7	-	-	-	7	Orçamento

Projecto	*2008*	*2009*	*2010*	*2011*	*Total 4 Anos*	*Processo Approvado*
Construção de sedes centrais de sucos - Sau	7	-	-	-	7	Orçamento
Construção de sedes centrais de sucos - Manelima	7	-	-	-	7	Orçamento
Construção de sedes centrais de sucos - Funar	7	-	-	-	7	Orçamento
Construção de sedes centrais de sucos - Fatumakerek	7	-	-	-	7	Orçamento
Construção de sedes centrais de sucos - Sananain	7	-	-	-	7	Orçamento
Construção de sedes centrais de sucos - Umaboku	7	-	-	-	7	Orçamento
Construção de sedes centrais de sucos - Aubeon	7	-	-	-	7	Orçamento
Construção de sedes centrais de sucos - Lahae	7	-	-	-	7	Orçamento
Construção de sedes centrais de sucos - Seloi Kraik	7	-	-	-	7	Orçamento
Construção de sedes centrais de sucos - Liurai	7	-	-	-	7	Orçamento
Construção de sedes centrais de sucos - Hohalau	7	-	-	-	7	Orçamento
Construção de sedes centrais de sucos - Fahisoi	7	-	-	-	7	Orçamento
Construção de sedes centrais de sucos - Manukasa	7	-	-	-	7	Orçamento
Construção de sedes centrais de sucos - Namoleso	7	-	-	-	7	Orçamento
Construção de sedes centrais de sucos - Acubilitoho	7	-	-	-	7	Orçamento
Construção de sedes centrais de sucos - Bereleu	7	-	-	-	7	Orçamento
Construção de sedes centrais de sucos - Betulau	7	-	-	-	7	Orçamento
Construção de sedes centrais de sucos - Fautrilau	7	-	-	-	7	Orçamento
Construção de sedes centrais de sucos - Acumau	7	-	-	-	7	Orçamento
Construção de sedes centrais de sucos - Hautuho	7	-	-	-	7	Orçamento
Construção de sedes centrais de sucos - Tulatakeu	7	-	-	-	7	Orçamento
Construção de sedes centrais de sucos - Faturasa	7	-	-	-	7	Orçamento
Construção de sedes centrais de sucos - Maumeta	7	-	-	-	7	Orçamento
Construção de sedes centrais de sucos - Atabai	7	-	-	-	7	Orçamento
Construção de sedes centrais de sucos - Batugade	7	-	-	-	7	Orçamento
Construção de sedes centrais de sucos - Tapo Memo	7	-	-	-	7	Orçamento
Construção de sedes centrais de sucos - Holsa	7	-	-	-	7	Orçamento
Construção de sedes centrais de sucos - Lebos	7	-	-	-	7	Orçamento

Projecto	*2008*	*2009*	*2010*	*2011*	*Total 4 Anos*	*Processo Approvado*
Construção de sedes centrais de sucos - Lukulai	7	-	-	-	7	Orçamento
Construção de sedes centrais de sucos - Leotela	7	-	-	-	7	Orçamento
Reabilitação de Sedes Centrais de Sucos - Abafala	3	-	-	-	3	Orçamento
Reabilitação de Sedes Centrais de Sucos - Afaloicai	3	-	-	-	3	Orçamento
Reabilitação de Sedes Centrais de Sucos - Aidabaleten	3	-	-	-	3	Orçamento
Reabilitação de Sedes Centrais de Sucos - Aiteas	3	-	-	-	3	Orçamento
Reabilitação de Sedes Centrais de Sucos - Aitenua	3	-	-	-	3	Orçamento
Reabilitação de Sedes Centrais de Sucos - Alaua-Leten	3	-	-	-	3	Orçamento
Reabilitação de Sedes Centrais de Sucos - Asumano	3	-	-	-	3	Orçamento
Reabilitação de Sedes Centrais de Sucos - Atelari	3	-	-	-	3	Orçamento
Reabilitação de Sedes Centrais de Sucos - Aubeon	3	-	-	-	3	Orçamento
Reabilitação de Sedes Centrais de Sucos - Baboe Leten	3	-	-	-	3	Orçamento
Reabilitação de Sedes Centrais de Sucos - Babulu	3	-	-	-	3	Orçamento
Reabilitação de Sedes Centrais de Sucos - Baguia	3	-	-	-	3	Orçamento
Reabilitação de Sedes Centrais de Sucos - Bahú	3	-	-	-	3	Orçamento
Reabilitação de Sedes Centrais de Sucos - Bandudatu	3	-	-	-	3	Orçamento
Reabilitação de Sedes Centrais de Sucos - Batu Manu	3	-	-	-	3	Orçamento
Reabilitação de Sedes Centrais de Sucos - Beloi	3	-	-	-	3	Orçamento
Reabilitação de Sedes Centrais de Sucos - Bemori	3	-	-	-	3	Orçamento
Reabilitação de Sedes Centrais de Sucos - Betano	3	-	-	-	3	Orçamento
Reabilitação de Sedes Centrais de Sucos - Biqueli	3	-	-	-	3	Orçamento
Reabilitação de Sedes Centrais de Sucos - Buruma	3	-	-	-	3	Orçamento
Reabilitação de Sedes Centrais de Sucos - Cassa	3	-	-	-	3	Orçamento
Reabilitação de Sedes Centrais de Sucos - Colmera	3	-	-	-	3	Orçamento
Reabilitação de Sedes Centrais de Sucos - Comoro	3	-	-	-	3	Orçamento
Reabilitação de Sedes Centrais de Sucos - Cová	3	-	-	-	3	Orçamento
Reabilitação de Sedes Centrais de Sucos - Cribas	3	-	-	-	3	Orçamento
Reabilitação de Sedes Centrais de Sucos - Dato	3	-	-	-	3	Orçamento

Projecto	*2008*	*2009*	*2010*	*2011*	*Total 4 Anos*	*Processo Approvado*
Reabilitação de Sedes Centrais de Sucos - Dato Rua	3	-	-	-	3	Orçamento
Reabilitação de Sedes Centrais de Sucos - Defa-Uassi	3	-	-	-	3	Orçamento
Reabilitação de Sedes Centrais de Sucos - Fahiria	3	-	-	-	3	Orçamento
Reabilitação de Sedes Centrais de Sucos - Fatubessi	3	-	-	-	3	Orçamento
Reabilitação de Sedes Centrais de Sucos - Fatukalo	3	-	-	-	3	Orçamento
Reabilitação de Sedes Centrais de Sucos - Fatuleto	3	-	-	-	3	Orçamento
Reabilitação de Sedes Centrais de Sucos - Foholau	3	-	-	-	3	Orçamento
Reabilitação de Sedes Centrais de Sucos - Fohoren	3	-	-	-	3	Orçamento
Reabilitação de Sedes Centrais de Sucos - Hataz	3	-	-	-	3	Orçamento
Reabilitação de Sedes Centrais de Sucos - Holarua	3	-	-	-	3	Orçamento
Reabilitação de Sedes Centrais de Sucos - Holpilat	3	-	-	-	3	Orçamento
Reabilitação de Sedes Centrais de Sucos - Humboe	3	-	-	-	3	Orçamento
Reabilitação de Sedes Centrais de Sucos - Iliheu	3	-	-	-	3	Orçamento
Reabilitação de Sedes Centrais de Sucos - Kaimauk	3	-	-	-	3	Orçamento
Reabilitação de Sedes Centrais de Sucos - Katrai Kraik	3	-	-	-	3	Orçamento
Reabilitação de Sedes Centrais de Sucos - Kotolau	3	-	-	-	3	Orçamento
Reabilitação de Sedes Centrais de Sucos - Labarat	3	-	-	-	3	Orçamento
Reabilitação de Sedes Centrais de Sucos - Laku Mesak	3	-	-	-	3	Orçamento
Reabilitação de Sedes Centrais de Sucos - Lalisuk	3	-	-	-	3	Orçamento
Reabilitação de Sedes Centrais de Sucos - Lasaun	3	-	-	-	3	Orçamento
Reabilitação de Sedes Centrais de Sucos - Lauala	3	-	-	-	3	Orçamento
Reabilitação de Sedes Centrais de Sucos - Lausi	3	-	-	-	3	Orçamento
Reabilitação de Sedes Centrais de Sucos - Lavateri	3	-	-	-	3	Orçamento
Reabilitação de Sedes Centrais de Sucos - Leimea Leten	3	-	-	-	3	Orçamento
Reabilitação de Sedes Centrais de Sucos - Lesuata	3	-	-	-	3	Orçamento
Reabilitação de Sedes Centrais de Sucos - Letefoho	3	-	-	-	3	Orçamento
Reabilitação de Sedes Centrais de Sucos - Letemumo	3	-	-	-	3	Orçamento
Reabilitação de Sedes Centrais de Sucos - Lihu	3	-	-	-	3	Orçamento

Projecto	*2008*	*2009*	*2010*	*2011*	*Total 4 Anos*	*Processo Approvado*
Reabilitação de Sedes Centrais de Sucos - Liurai	3	-	-	-	3	Orçamento
Reabilitação de Sedes Centrais de Sucos - Loidahar	3	-	-	-	3	Orçamento
Reabilitação de Sedes Centrais de Sucos - Loilubo	3	-	-	-	3	Orçamento
Reabilitação de Sedes Centrais de Sucos - Maabat	3	-	-	-	3	Orçamento
Reabilitação de Sedes Centrais de Sucos - Maina I	3	-	-	-	3	Orçamento
Reabilitação de Sedes Centrais de Sucos - Malabe	3	-	-	-	3	Orçamento
Reabilitação de Sedes Centrais de Sucos - Malere	3	-	-	-	3	Orçamento
Reabilitação de Sedes Centrais de Sucos - Maluro	3	-	-	-	3	Orçamento
Reabilitação de Sedes Centrais de Sucos - Maluru	3	-	-	-	3	Orçamento
Reabilitação de Sedes Centrais de Sucos - Manehat	3	-	-	-	3	Orçamento
Reabilitação de Sedes Centrais de Sucos - Manumera	3	-	-	-	3	Orçamento
Reabilitação de Sedes Centrais de Sucos - Manutassi	3	-	-	-	3	Orçamento
Reabilitação de Sedes Centrais de Sucos - Matata	3	-	-	-	3	Orçamento
Reabilitação de Sedes Centrais de Sucos - Mau-Nunu	3	-	-	-	3	Orçamento
Reabilitação de Sedes Centrais de Sucos - Mertutu	3	-	-	-	3	Orçamento
Reabilitação de Sedes Centrais de Sucos - Motael	3	-	-	-	3	Orçamento
Reabilitação de Sedes Centrais de Sucos - Motaulun	3	-	-	-	3	Orçamento
Reabilitação de Sedes Centrais de Sucos - Naimeco	3	-	-	-	3	Orçamento
Reabilitação de Sedes Centrais de Sucos - Oeleso	3	-	-	-	3	Orçamento
Reabilitação de Sedes Centrais de Sucos - Ogues	3	-	-	-	3	Orçamento
Reabilitação de Sedes Centrais de Sucos - Orana	3	-	-	-	3	Orçamento
Reabilitação de Sedes Centrais de Sucos - Orlalan	3	-	-	-	3	Orçamento
Reabilitação de Sedes Centrais de Sucos - Osso-Huna	3	-	-	-	3	Orçamento
Reabilitação de Sedes Centrais de Sucos - Paramin	3	-	-	-	3	Orçamento
Reabilitação de Sedes Centrais de Sucos - Poetete	3	-	-	-	3	Orçamento
Reabilitação de Sedes Centrais de Sucos - Ponilala	3	-	-	-	3	Orçamento
Reabilitação de Sedes Centrais de Sucos - Railaco Kraik	3	-	-	-	3	Orçamento
Reabilitação de Sedes Centrais de Sucos - Railako Leten	3	-	-	-	3	Orçamento

Projecto	*2008*	*2009*	*2010*	*2011*	*Total 4 Anos*	*Processo Approvado*
Reabilitação de Sedes Centrais de Sucos - Raimerhei	3	-	-	-	3	Orçamento
Reabilitação de Sedes Centrais de Sucos - Rairobo	3	-	-	-	3	Orçamento
Reabilitação de Sedes Centrais de Sucos - Rotutu	3	-	-	-	3	Orçamento
Reabilitação de Sedes Centrais de Sucos - Saboria	3	-	-	-	3	Orçamento
Reabilitação de Sedes Centrais de Sucos - Sabuli	3	-	-	-	3	Orçamento
Reabilitação de Sedes Centrais de Sucos - Samalari	3	-	-	-	3	Orçamento
Reabilitação de Sedes Centrais de Sucos - Serelau	3	-	-	-	3	Orçamento
Reabilitação de Sedes Centrais de Sucos - Soro	3	-	-	-	3	Orçamento
Reabilitação de Sedes Centrais de Sucos - Suro-Craic	3	-	-	-	3	Orçamento
Reabilitação de Sedes Centrais de Sucos - Talitu	3	-	-	-	3	Orçamento
Reabilitação de Sedes Centrais de Sucos - Taraso	3	-	-	-	3	Orçamento
Reabilitação de Sedes Centrais de Sucos - Tiarlelo	3	-	-	-	3	Orçamento
Reabilitação de Sedes Centrais de Sucos - Tirilolo	3	-	-	-	3	Orçamento
Reabilitação de Sedes Centrais de Sucos - Tohumeta	3	-	-	-	3	Orçamento
Reabilitação de Sedes Centrais de Sucos - Triloka	3	-	-	-	3	Orçamento
Reabilitação de Sedes Centrais de Sucos - Tutuluro	3	-	-	-	3	Orçamento
Reabilitação de Sedes Centrais de Sucos - Uaguia	3	-	-	-	3	Orçamento
Reabilitação de Sedes Centrais de Sucos - Uaigae	3	-	-	-	3	Orçamento
Reabilitação de Sedes Centrais de Sucos - Uailili	3	-	-	-	3	Orçamento
Reabilitação de Sedes Centrais de Sucos - Uaitame	3	-	-	-	3	Orçamento
Reabilitação de Sedes Centrais de Sucos - Uatu-Lari	3	-	-	-	3	Orçamento
Reabilitação de Sedes Centrais de Sucos - Ulmera	3	-	-	-	3	Orçamento
Reabilitação de Sedes Centrais de Sucos - Uma Qui'ic	3	-	-	-	3	Orçamento
Reabilitação de Sedes Centrais de Sucos - Umanaruk	3	-	-	-	3	Orçamento
Reabilitação de Sedes Centrais de Sucos - Usitakeno	3	-	-	-	3	Orçamento
Reabilitação de Sedes Centrais de Sucos - VaviquinIa	3	-	-	-	3	Orçamento
Reabilitação de Sedes Centrais de Sucos - Vemasse	3	-	-	-	3	Orçamento
Reabilitação de Sedes Centrais de Sucos - Vila	3	-	-	-	3	Orçamento

Projecto	*2008*	*2009*	*2010*	*2011*	*Total 4 Anos*	*Processo Approvado*
Reabilitação de Sedes Centrais de Sucos - Vila Verde	3	-	-	-	3	Orçamento
Construção de um Novo Cemeterio em Becussi	200	-	-	-	200	Orçamento
Reabilitação de Sedes Centrais de Sucos - Leorema	3	-	-	-	3	Orçamento
Reabilitação de Sedes Centrais de Sucos - Uailaha	3	-	-	-	3	Orçamento
Reabilitação de Sedes Centrais de Sucos - Uma ana Ico	3	-	-	-	3	Orçamento
Reabilitação de Sedes Centrais de Sucos - Uma ana Ulo	3	-	-	-	3	Orçamento
Reabilitação de Sedes Centrais de Sucos - Kampung Alor	3	-	-	-	3	Orçamento
Reabilitação de Sedes Centrais de Sucos - Duyung	3	-	-	-	3	Orçamento
Reabilitação de Sedes Centrais de Sucos - Acadira hun	3	-	-	-	3	Orçamento
Reabilitação de Sedes Centrais de Sucos - Abat Oan	3	-	-	-	3	Orçamento
Reabilitação de Sedes Centrais de Sucos - Fatubessi	3	-	-	-	3	Orçamento
Reabilitação de Sedes Centrais de Sucos - Hatulia	3	-	-	-	3	Orçamento
Reabilitação de Sedes Centrais de Sucos - Mauabu	3	-	-	-	3	Orçamento
Reabilitação de Sedes Centrais de Sucos - Mehara	3	-	-	-	3	Orçamento
Reabilitação de Sedes Centrais de Sucos - Leimea Leten	3	-	-	-	3	Orçamento
Reabilitação de Sedes Centrais de Sucos - Leimea	3	-	-	-	3	Orçamento
Construção de Sedes Centrais de Sucos - Urahao	7	-	-	-	7	Orçamento
Construção de Sedes Centrais de Sucos - Fatisi	7	-	-	-	7	Orçamento
Construção de Sedes Centrais de Sucos - Haupau	7	-	-	-	7	Orçamento
Reabilitação de Sedes Centrais de Sucos - Leimea Kraik	3	-	-	-	3	Orçamento
Fundos addicionais para construção de Instalações de aneamento no mercados de Comoro	50	-	-	-	50	Rectificativo
Ministério de Administração Estataal	***1,008***	***-***	***-***	***-***	***1,008***	
Ministério da Economia e Desenvolvimento						
Construção de Complexo para Reciclagem de Óleos Usados (Primeira Fase)	300	300	-	-	600	Rectificativo
Construção de três mercados rurais em Ermera	200	-	-	-	200	Rectificativo
Ministério da Economia e Desenvolvimento	***500***	***300***	***-***	***-***	***800***	

Projecto	*2008*	*2009*	*2010*	*2011*	*Total 4 Anos*	*Processo Approvado*
Ministério da Solidaridade Social						
Muro em redor do Jardim Memorial dos Veteranos em Metinaro	100	-	-	-	100	Orçamento
Ministério da Solidaridade Social	150	-	-	-	150	Orçamento
Construção de Casa Kobe	71	-	-	-	71	Virement
Ministério da Solidaridade Social	***321***	***-***	***-***	***-***	***321***	
Ministërio das Infra Estraturas						
Ligação do Sistema de Cabos de Rede dos Transportes Terrestres em Balide	25	-	-	-	25	Orçamento
Colocação de Sinais Rodoviários por todo o País	50	-	-	-	50	Orçamento
Colocação de 250 Placas de Direcção	60	-	-	-	60	Orçamento
Rede Nacional de Comunicações Integradas	2,500	10,000	12,500	12,500	37,500	Orçamento
Fundos Adicionais para o Gabinete de Transportes Terrestres em Same	166	-	-	-	166	Orçamento
Sistema de ventilação para remover pó do gabinete de inspecção dos Transportes Terrestres em Comoro	25	-	-	-	25	Orçamento
Fornecimento de água as communidades em Manatuto	206	-	-	-	206	Orçamento
Fornecimento de água as communidades em Dili	56	-	-	-	56	Orçamento
Fornecimento de água as communidades em Aileu	66	-	-	-	66	Orçamento
Fornecimento de água as communidades em Baucau	220	-	-	-	220	Orçamento
Fornecimento de água as communidades em Liquica	185	-	-	-	185	Orçamento
Fornecimento de água as communidades em Los Palos	187	-	-	-	187	Orçamento
Fornecimento de água as communidades em Manufahi	365	-	-	-	365	Orçamento
Fornecimento de água as communidades em Oecusse	205	-	-	-	205	Orçamento
Plano e Preparação de Desenhos Técnicos para a função Pública 2009 – Manutenção Periódica de Estradas	300	-	-	-	300	Orçamento
Plano e Preparação de Desenhos Técnicos para a função Pública 2009 – Reabilitação de Estradas, drenagem e Passagens	200	-	-	-	200	Orçamento
Plano e Preparação de Desenhos Técnicos para a função Pública 2009 – Melhoramento de Estradas Selecionadas	300	-	-	-	300	Orçamento

Projecto	*2008*	*2009*	*2010*	*2011*	*Total 4 Anos*	*Processo Approvado*
Plano e Preparação de Desenhos Técnicos para a função Pública 2009 - New Roads	300	-	-	-	300	Orçamento
Plano e Preparação de Desenhos Técnicos para a função Pública 2009 – Contrução de Pontes	391	-	-	-	391	Orçamento
Plano e Preparação de Desenhos Técnicos para a função Pública 2009 – Controlo de Inundações	150	-	-	-	150	Orçamento
Supervização das Actividades de 2008 - Estradas	400	-	-	-	400	Orçamento
Supervização das Actividades de 2008 - Pontes	400	-	-	-	400	Orçamento
Supervização das Actividades de 2008 - Controlo de Inundações	75	-	-	-	75	Orçamento
Supervização das Actividades de 2006/07 - Controlo de Inundações	150	-	-	-	150	Orçamento
Pesquisa e Estods sobre o Sistema Principal de Drenagem em Dili	350	-	-	-	350	Orçamento
Contrução de Pontes - Welolo (A07)	1,020	-	-	-	1,020	Orçamento
Contrução de Pontes - Bemós (A02)	510	-	-	-	510	Orçamento
Contrução de Pontes - Carau Ulun (A02)	1,020	-	-	-	1,020	Orçamento
Manutenção Periódica de Estradas - Dili (A01,A03)	1,000	1,000	1,000	-	3,000	Orçamento
Manutenção Periódica de Estradas - Junction of Manatuto and Laclubar (A09)	2,000	4,000	-	-	6,000	Orçamento
Manutenção Periódica de Estradas - Pante Macassar - Sacato (A19)	400	1,100	-	-	1,500	Orçamento
Manutenção Periódica de Estradas - Tibar - Ermera (A04)	300	1,500	-	-	1,800	Orçamento
Obrás de Mitigaçaão para o controlo de inundações - Ribeira de Lomea	130	-	-	-	130	Orçamento
Obrás de Mitigaçaão para o controlo de inundações - Ribeira de Daudere	75	-	-	-	75	Orçamento
Obrás de Mitigaçaão para o controlo de inundações - Ribeira de Comoro	143	-	-	-	143	Orçamento
Obrás de Mitigaçaão para o controlo de inundações - Ribeira de Mola	80	-	-	-	80	Orçamento
Obrás de Mititgaçaão para o controlo de inundações - Preparaçao e Desenhos para Actividades de 2008	70	-	-	-	70	Orçamento
Instalação de Medidas de Segurança Rodoviária (Rails Metálicos e Segurança em Auto-estradas) em Subão, Aituto e Carimbala	200	-	-	-	200	Orçamento
Resposta de Emergencia	500	-	-	500	1,000	Orçamento

Projecto	*2008*	*2009*	*2010*	*2011*	*Total 4 Anos*	*Processo Approvado*
Trabalhos em Galerias Rodoviárias - Bebui	80	-	-	-	80	Orçamento
Trabalhos em Galerias Rodoviárias - Wekain	80	-	-	-	80	Orçamento
Trabalhos em Galerias Rodoviárias - Mauma'a	80	-	-	-	80	Orçamento
Trabalhos em Galerias Rodoviárias - Lihulo	80	-	-	-	80	Orçamento
Fundos Adicionais para completar as 5 Pontes com a União Europeia	603	-	-	-	603	Orçamento
Melhoramento de Estradas Selecionadas- Maubisse - Turiscai - Alas (C26 e C27)	400	-	3,100	2,700	6,200	Orçamento
Melhoramento de Estradas Selecionadas- Aimutin - Comoro	150	-	-	-	150	Orçamento
Melhoramento de Estradas Selecionadas- Fuluro - Tutuala (C02)	400	1,000	1,300	750	3,450	Orçamento
Melhoramento de Estradas Selecionadas- Beloi - Macadade (C09)	300	700	900	-	1,900	Orçamento
Reabilitação de Estradas Rurais nos Distritos (25 Km) - Dili	375	-	600	-	975	Orçamento
Estradas de Accesso para as instalações de Comunicações	250	1,000	500	1,000	2,750	Orçamento
Reabalilitação de Estradas Urbanas e Passagens - Dili	-	2,000	-	1,750	3,750	Orçamento
Reabalilitação de Estradas Urbanas e Passagens - Baucau	750	750	1,000	1,000	3,500	Orçamento
Reabalilitação de Estradas Urbanas e Passagens - Maliana	750	750	1,000	1,000	3,500	Orçamento
Finalização da Reabilitação do Residência Oficial do Presidente da República	3,000	-	-	-	3,000	Orçamento
Fundo para Desenhos de Todo o Governo	2,700	-	2,000	2,000	6,700	Orçamento
Montagem da Estatua do Papa João Paulo II em Tasi Tolu	300					
Recolha das Fossas de Gás em Aliambata	400	579	-	-	979	Orçamento
Reabilitação de Estradas Rurais nos Distritos (25 Km) - Baucau	375	500	600	600	2,075	Orçamento
Reabilitação de Estradas Rurais nos Distritos (25 Km) - Aileu	375	500	600	600	2,075	Orçamento
Reabilitação de Estradas Rurais nos Distritos (25 Km) - Ainaro	375	500	600	600	2,075	Orçamento
Reabilitação de Estradas Rurais nos Distritos (25 Km) - Bobonaro	375	500	600	600	2,075	Orçamento
Reabilitação de Estradas Rurais nos Distritos (25 Km) - Viqueque	375	500	600	600	2,075	Orçamento
Reabilitação de Estradas Rurais nos Distritos (25 Km) - Ermera	375	500	600	600	2,075	Orçamento
Reabilitação de Estradas Rurais nos Distritos (25 Km) - Lautem	375	500	600	600	2,075	Orçamento
Reabilitação de Estradas Rurais nos Distritos (25 Km) - Liquica	375	500	600	600	2,075	Orçamento

Projecto	*2008*	*2009*	*2010*	*2011*	*Total 4 Anos*	*Processo Approvado*
Reabilitação de Estradas Rurais nos Distritos (25 Km) - Manatuto	375	500	600	600	2,075	Orçamento
Reabilitação de Estradas Rurais nos Distritos (25 Km) - Manufahi	375	500	600	600	2,075	Orçamento
Reabilitação de Estradas Rurais nos Distritos (25 Km) - Oecusse	375	500	600	600	2,075	Orçamento
Reabilitação de Estradas Rurais nos Distritos (25 Km) - Cova Lima	375	500	600	600	2,075	Orçamento
Finalização da construção do Edifício de Licenciamento em Akanuno	450	-	-	-	450	Orçamento
Melhoramento de Estradas Selecionadas- Aimutin - Comoro	100	-	-	-	100	Orçamento
Passeios para Peões e Melhorias nos Jardins de Colmera	1,500	-	-	-	1,500	Rectificativo
Projecto da Ponte de Comoro - Concepção	400	-	-	-	400	Rectificativo
Controlo do Fluxo das Ribeiras	1,000	-	-	-	1,000	Rectificativo
Reabilitação rodoviária em Díli	2,300	-	-	-	2,300	Rectificativo
Construção de Facilidades para Produção de Energia Eléctrica	5,000	35,000	35,000	30,000	105,000	Rectificativo
Construção de Facilidades para Distribuição de Energia Eléctrica	5,000	95,000	95,000	90,000	285,000	Rectificativo
Projectos de Concepção para o Controlo de Cheias	360	-	-	-	360	Rectificativo
Reabilitação de Estradas Rurais	1,700	-	-	-	1,700	Rectificativo
Fundo Rodoviário de Emergência	3,000	-	-	-	3,000	Rectificativo
Reabilitação da Ponte de Mota- Ain (Bobonaro)	175	-	-	-	175	Rectificativo
Reabilitação da Ponte de Aidabaleten (Bobonaro)	150	-	-	-	150	Rectificativo
Reabilitação da Ponte de Dai-Soli (Aileu)	50	-	-	-	50	Rectificativo
Fundos Adicionais para desenhos de Projectos	1,465	-	-	-	1,465	Rectificativo
Internet do Governo	300	-	-	-	300	Virement
Ministërio das Infra Estraturas	***52,928***	***160,379***	***161,100***	***150,400***	***524,807***	
Reabilitação das Casas de Praia na Praia de Liquiçá	30	30	30	-	90	Orçamento
Reabilitação do Mercado Central no Distrito de Baucau	145	-	-	-	145	Orçamento
Reabilitação de Armazém em Becora - Díli	250	-	-	-	250	Orçamento
Reabilitação de Armazém em Boboro - Díli	205	-	-	-	205	Orçamento
Reabilatação de Comodidades Públicas na Areia Branca	300	300	-	-	600	Orçamento
Construção de mercados tradicionais na fronteira	500	-	-	-	500	Rectificativo

Projecto	*2008*	*2009*	*2010*	*2011*	*Total 4 Anos*	*Processo Approvado*
Primeira fase de construção de silos para armazenamento de bens alimentares	3,000	12,000	-	-	15,000	Rectificativo
	4,430	***12,330***	***30***	***-***	***16,790***	
Ministry of Agriculture and Fisheries						
Construção de uma casa para convidados e de gabinetes em Tenu Lautem	150	-	-	-	150	Orçamento
Construção de Gabinetes de Pescas no Porto - Cova Lima	40	-	-	-	40	Orçamento
Construção de Gabinetes de Pescas no Porto - Baucau	40	-	-	-	40	Orçamento
Construção de Gabinetes de Pescas no Porto - Bobanaro	40	-	-	-	40	Orçamento
Construção de Gabinetes de Pescas no Porto - Oecusse	40	-	-	-	40	Orçamento
Construção de Gabinetes de Pescas no Porto - Atauro	40	-	-	-	40	Orçamento
Instalação de Água Potavel - Tenu Lautem	150	-	-	-	150	Orçamento
Reabilitação de Residências de Professores do Colégio Agrícola - Maliana	40	-	-	-	40	Orçamento
Instalação Básica de Quarentena Animal - Batugade	20	-	-	-	20	Orçamento
Incinerador para a destruição de produtos em Quarentena	90	-	-	-	90	Orçamento
Estação de trânsito para a verificação de animais - Tibar	10	-	-	-	10	Orçamento
Complexo laboratorial para tratamento de Culturas de Tecidos	100	-	-	-	100	Orçamento
Construção de Armazém para Colheitas	50	-	-	-	50	Orçamento
Laboratório Integrado	300	-	-	-	300	Orçamento
Reabilitação do Gabinete das Florestas - Caicoli	100	-	-	-	100	Orçamento
Estação de trânsito para a verificação de animais - Zumualai	10	-	-	-	10	Orçamento
Centro de Produção de Animais - Dotik	90	-	-	-	90	Orçamento
Clínica Animal - Díli	19	-	-	-	19	Orçamento
Clínica Animal - Liquiçá	19	-	-	-	19	Orçamento
Clínica Animal - Maliana	19	-	-	-	19	Orçamento
Clínica Animal - Aileu	19	-	-	-	19	Orçamento
Clínica Animal - Los Palos	19	-	-	-	19	Orçamento
Construção de Gabinete em Comoro perto do Armazém	50	-	-	-	50	Orçamento
Instalação de novo Sistema de Irrigação em Bebui	1,100	-	-	-	1,100	Orçamento

Projecto	*2008*	*2009*	*2010*	*2011*	*Total 4 Anos*	*Processo Approvado*
Reablitiação do Centro de Extenção - Viqueque	100	-	-	-	100	Orçamento
Reablitiação do Centro de Extenção - Same	100	-	-	-	100	Orçamento
Reablitiação do Centro de Extenção - Bobonaro	100	-	-	-	100	Orçamento
Reablitiação do Centro de Extenção - Oecusse	100	-	-	-	100	Orçamento
Viveiro de Plantas - Díli	30	-	-	-	30	Orçamento
Viveiro de Plantas - Maubisse	10	-	-	-	10	Orçamento
Reabilitação de Residências de Professores do Colégio Agrícola - Natarbora	30	-	-	-	30	Orçamento
Reabilitação de Residências de Professores do Colégio Agrícola - Los Palos	30	-	-	-	30	Orçamento
Instalação Básica de Quarentena Animal - Sakato	20	-	-	-	20	Orçamento
Construção de Gabinete em Comoro perto do Armazém	50	-	-	-	50	Orçamento
Reabilitação de Sistema de Irrigação em Wailakama - Baucau	33	-	-	-	33	Orçamento
Protecção de Canos de Irrigação em Casameta (Baucau)	30	-	-	-	30	Orçamento
Recolha de Água - Atauro	10	-	-	-	10	Orçamento
Recolha de Água - Oecussi	10	-	-	-	10	Orçamento
Recolha de Água - Manatuto	10	-	-	-	10	Orçamento
Manutenção de Sistemas Irrigação em Oecusse	6	-	-	-	6	Orçamento
Manutenção de Sistemas Irrigação em Laclo Manatuto	2	-	-	-	2	Orçamento
Manutenção de Sistemas Irrigação em Viqueque	7	-	-	-	7	Orçamento
Manutenção de Sistemas Irrigação em Maliana	10	-	-	-	10	Orçamento
Manutenção de Sistemas Irrigação em Manufahi	6	-	-	-	6	Orçamento
Manutenção e Nivelamento de Sistemas de Irrigação	2,250	-	-	-	2,250	Rectificativo
Instalação de novo Sistema de Irrigação em Bebui	-	4,000	3,900	-	7,900	Rectificativo
Primeira fase da construção de 8 Instalações Agrícolas Regionais e Centros de Manutenção	1,160	-	-	-	1,160	Rectificativo
Ministry of Agriculture and Fisheries	***6,659***	***4,000***	***3,900***	***-***	***14,559***	

Procadororia Geral da República

Projecto	*2008*	*2009*	*2010*	*2011*	*Total 4 Anos*	*Processo Approvado*
Construção do Gabinete da Procadoria Geral em OeCusse	130	-	-	-	130	Orçamento
Reablitiação do Gabinete da Procadoria Geral em Suai	130	-	-	-	130	Orçamento
Reablitiação do Gabinete da Procadoria Geral em Baucau	150	-	-	-	150	Orçamento
Finalisar a Gabinete da Procadoria Geral em Dili	387	-	-	-	387	Orçamento
Procadororia Geral da República	***797***	***-***	***-***	***-***	***797***	
Provedor dos Direitos Humanos e Justiça						
Construção de 2 Casas Kobe	40	-	-	-	40	Rectificativo
Procadororia Geral da República	***40***	***-***	***-***	***-***	***40***	
Serviço de Radiodifusão de Timor Timor-Leste						
Construção de 2 Casas Kobe	40	-	-	-	40	Rectificativo
Serviço de Radiodifusão de Timor Timor-Leste	***40***	***-***	***-***	***-***	***40***	
Electricidade de Timor-Leste						
Reparação e Montagem do Gerador Distrital em Gleno	67	-	-	-	67	Orçamento
Reparação e Montagem do Gerador Distrital em Baucau	67	-	-	-	67	Orçamento
Reparação e Montagem do Gerador Distrital em Oecusse	45	-	-	-	45	Orçamento
Reparação e Montagem do Gerador Distrital em Maubisse	28	-	-	-	28	Orçamento
Reparação e Montagem do Gerador Distrital em Ainaro	45	-	-	-	45	Orçamento
Reparação e Montagem do Gerador Distrital em Balibo	28	-	-	-	28	Orçamento
Reparação e Montagem do Gerador Distrital em Luclubar	25	-	-	-	25	Orçamento
Reparação e Montagem do Gerador Distrital em Venilale	28	-	-	-	28	Orçamento
Reparação e Montagem do Gerador Distrital em Uatulari	19	-	-	-	19	Orçamento
Reparação e Montagem do Gerador Distrital em Lliomar	32	-	-	-	32	Orçamento
Melhoria da Acessibilidade do Sistema de Distribuição	120	-	-	-	120	Orçamento
Melhoria do sistema de distribuição	132	132	-	-	264	Orçamento
Reabilitação de MV Intercidades	40	-	-	-	40	Orçamento
Instalação de relés de alimentação com contadores	160	-	-	-	160	Orçamento
Reparação e Montagem do Gerador MAKII na Central Eléctrica Comoro	750	-	-	-	750	Orçamento
Reparação e Montagem do Gerador MAKII Central Eléctrica Comoro	750	-	-	-	750	Orçamento

Projecto	*2008*	*2009*	*2010*	*2011*	*Total 4 Anos*	*Processo Approvado*
Reparação e Montagem do Gerador Nigata 1 Central Eléctrica Comoro	750	-	-	-	750	Orçamento
Reparação e Montagem do Gerador Nigata Novo Eléctrica Comoro	750	-	-	-	750	Orçamento
Distribuição de Cabos Estruturais em Díli	40	-	-	-	40	Orçamento
Reparação e Montagem dos Geradores de Comoro	700	-	-	-	700	Rectificativo
Reparação e Montagem de Geradores para os Distritos	594	-	-	-	594	Rectificativo
Reparação e Montagem de Equipamentos em Comoro	250	-	-	-	250	Rectificativo
Mudança de Postes de Electricidade na Estrada de Comoro	175	-	-	-	175	Rectificativo
Peças e Ferramentas para Gerador	900	-	-	-	900	Rectificativo
Electricidade de Timor-Leste	***6,495***	***132***	***-***	***-***	***6,627***	
Autoridade Portuaria de Timor Leste						
Construção de um Muro de Protecção no Porto de Díli	50	-	-	-	50	Orçamento
Reabilitar o Tecto do Terminal de Passageiros no Porto de Díli	50	-	-	-	50	Orçamento
Administração de Aeroportos e Navegação Aérea de TL	***100***	***-***	***-***	***-***	***100***	
Reabilitação de Salões VIP no Aeroporto de Comoro	75	-	-	-	75	Orçamento
Melhorias nos Esgotos do Aeroporto Internacional Nicolau Lobato	114	-	-	-	114	Orçamento
Reparos à Pista no Aeroporto Internacional Nicolau Lobato	3,000	-	-	-	3,000	Orçamento
Reforço do Quebra-Mar no Aeroporto Internacional de Díli	1,500	-	-	-	1,500	Rectificativo
	4,689	***-***	***-***	***-***	***4,689***	

Anexo 5 Perfil de Funcionários

Perfil de Funcionários – Função Pública

		L1	L2	L3	L4	L5	L6	L7	TOTAL
Presidente da Republica									
Gabinete do Presidente da República	P	1	2	5	2	2	2	-	14
	T	1	1	1	1	-	3	3	10
Administração Presidente da República	P	14	8	6	11	8	5	1	53
	T	7	-	1	-	2	-	-	10
Total Presidente da Republica	**P**	**15**	**10**	**11**	**13**	**10**	**7**	**1**	**67**
	T	**8**	**1**	**2**	**1**	**2**	**3**	**3**	**20**
	Total	**23**	**11**	**13**	**14**	**12**	**10**	**4**	**87**
Parlamento Nacional									
Parlamento Nacional	P	13	10	27	12	24	5	-	91
	T	-	3	2	-	-	2	1	8
Total do Parlamento Nacional	**P**	**13**	**10**	**27**	**12**	**24**	**5**	**-**	**91**
	T	**-**	**3**	**2**	**-**	**-**	**2**	**1**	**8**
	Total	**13**	**13**	**29**	**12**	**24**	**7**	**1**	**99**
Gabinete do Primeiro Ministro									
Secretariado do Primeiro-Ministro	P	-	1	2	3	-	-	-	6
	T	-	-	-	-	-	-	1	1
Assessoria da Sociedade Civil	P	-	-	1	4	2	-	-	7
	T	-	-	-	-	-	-	-	-
Assessoria da Comunicação Social	P	-	-	1	1	2	-	-	4
	T	-	-	-	-	-	-	-	-
Assessoria Sector Privado, Pequenas e Medias Empresas	P	-	-	1	3	1	-	-	5
	T	-	-	-	-	-	-	-	-

Administração e Finanças	P	2	2	10	10	4	1	-	29
	T	-	-	-	-	-	-	-	-
Protocolo	P	-	1	2	4	1	1	-	9
	T	-	-	-	-	-	-	-	-
Unidade de Planeamento Estratégico e Investimento	P	-	-	2	3	3	1	-	9
	T	-	-	-	-	-	-	-	-
Commissão Função Publica	P	-	-	-	-	-	-	-	-
	T	-	-	-	-	-	-	-	-
Gabinete da Inspecção-Geral	P	-	-	2	3	7	1	-	13
	T	1	3	3	10	-	-	-	17
Servico Nacional de Seguranca do Estado	P	-	-	3	-	12	2	1	18
	T	-	-	-	-	-	-	-	-
Gabinete do Vice Primeiro Ministro	P	1	2	2	6	7	8	2	28
	T	-	-	-	-	-	-	-	-
Serviço Social	P	-	-	-	1	-	-	2	3
	T	-	-	-	-	-	-	-	-
Total do Gabinete do Primeiro Ministro	P	3	6	26	38	39	14	5	131
	T	1	3	3	10	-	-	1	18
	Total	**4**	**9**	**29**	**48**	**39**	**14**	**6**	**149**
Secretaria de Estado do Conselho de Ministros									
Direcção de Administração e de Apoio ao Conselho de Ministros	P	-	1	2	2	4	1	1	11
	T	2	2	-	-	6	-	-	10
Direcção de Tradução	P	-	1	1	3	4	1	-	10
	T	1	-	-	-	-	-	-	1
Unidade de Apoio Juridico	P	-	-	1	1	1	-	-	3
	T	-	-	-	-	-	-	-	-
Direcção de Disseminação de Informacao	P	-	1	-	1	1	1	-	4

	T	-	-	-	-	-	-	-	-
Total da Secretaria de Estado do Conselho de Ministros	**P**	**-**	**3**	**4**	**7**	**10**	**3**	**1**	**28**
	T	**3**	**2**	**-**	**-**	**6**	**-**	**-**	**11**
	Total	**3**	**5**	**4**	**7**	**16**	**3**	**1**	**39**
Secretaria de Estado da Juventude e do Desporto									
Direcção Nacional Comunicação	P	-	-	-	-	-	-	-	-
	T	-	-	-	-	-	-	-	-
Direcção de Administracao e Finanças	P	-	-	5	13	1	1	-	20
	T	11	12	10	4	3	2	1	43
Direcção Nacional da Juventude	P	-	-	-	3	1	1	-	5
	T	1	2	4	3	2	1	-	13
Direcção da Educação Física e Desporto	P	-	-	-	3	1	1	-	5
	T	1	-	1	-	-	1	-	3
Direcção da Politica do Desenvolvimento	P	-	-	-	3	1	1	-	5
	T	-	2	2	3	2	1	-	10
Direcção Nacional do Arte e Cultura	P	-	-	-	-	-	-	-	-
	T	-	-	-	-	-	-	-	-
Total da Secretaria de Estado da Juventude e Desporto	**P**	**-**	**-**	**5**	**22**	**4**	**4**	**-**	**35**
	T	**13**	**16**	**17**	**10**	**7**	**5**	**1**	**69**
	Total	**13**	**16**	**22**	**32**	**11**	**9**	**1**	**104**
Secretaria de Estado dos Recursos Minerais									
Secretariado Geral	P	-	-	-	-	-	-	-	-
	T	-	-	-	-	-	-	-	-
Direcção Nacional de Administracao e Financas	P	-	1	2	1	2	1	-	7
	T	1	2	-	1	-	1	-	5

Direcção Nacional Planeamento de Recursos Minerais	P	-	-	-	-	-	-	-	-
	T	1	-	2	3	-	1	-	7
Direcção Nacional do Petróleo e do Gás	P	-	-	1	3	-	1	-	5
	T	1	-	1	2	2	-	-	6
Direcção Nacional de Geologia e Recursos Minerais	P	-	-	-	3	-	1	-	4
	T	-	1	5	2	-	-	-	8
Total da Secretaria de Estado dos Recursos Minerais	**P**	**-**	**1**	**3**	**7**	**2**	**3**	**-**	**16**
	T	**3**	**3**	**8**	**8**	**2**	**2**	**-**	**26**
	Total	**3**	**4**	**11**	**15**	**4**	**5**	**-**	**42**
Secretaria de Estado para a Política Energética									
Direcção Nacional de Administração e Finanças	P	-	-	-	-	1	-	-	1
	T	-	-	1	1	1	1	1	5
Direcção Nacional Pesquisa e Politicas de Energia Alternativa	P	-	-	-	-	-	-	-	-
	T	-	-	1	1	1	1	-	4
DN para Coordenação das Actividades de Energia Renovável	P	-	-	-	-	-	-	-	-
	T	-	-	2	3	1	1	-	7
Total da Secretaria de Estado da Politica Energetica	**P**	**-**	**-**	**-**	**-**	**1**	**-**	**-**	**1**
	T	**-**	**-**	**4**	**5**	**3**	**3**	**1**	**16**
	Total	**-**	**-**	**4**	**5**	**4**	**3**	**1**	**17**
Secretaria de Estado da Formação Profissional e Emprego									
Direcção Nacional de Administracao e Finanças	P	-	-	-	-	-	-	-	-
	T	3	2	11	3	1	-	-	20
Direcção Nacional da Formação Profissional	P	-	-	3	1	-	1	-	5

	T	1	1	8	2	-	-	-	12
Direcção Nacional de Emprego	P	-	-	10	3	1	1	-	15
	T	1	-	14	5	-	-	-	20
Direcção Nacional da Relação de Trabalho	P	-	-	6	3	-	1	-	10
	T	1	2	12	1	1	-	-	17
Direcção Nacional de Inspecção do Trabalho	P	-	-	7	1	1	1	-	10
	T	-	1	9	-	-	-	-	10
Direcção de Arbitragem	P	-	1	1	2	1	-	-	5
	T	-	2	6	-	-	-	-	8
Centro Nacional de Emprego e Formação Professional - Tibar	P	-	-	-	-	-	-	-	-
	T	-	-	-	-	-	-	-	-
Total do Secretaria de Estado da Formação Profissional e Emprego	**P**	**-**	**1**	**27**	**10**	**3**	**4**	**-**	**45**
	T	**6**	**8**	**60**	**11**	**2**	**-**	**-**	**87**
	Total	**6**	**9**	**87**	**21**	**5**	**4**	**-**	**132**
Secretaria de Estado para a Promoção da Igualdade									
Director-Geral	P	-	-	-	-	-	-	-	-
	T	-	-	-	1	-	1	1	3
Direcção da Administração, Logistica e Finanças	P	-	1	1	1	-	1	-	4
	T	1	3	2	1	1	-	-	8
Direcção de Politicas e Desenvolvimento do Género	P	-	-	-	2	1	-	-	3
	T	-	1	-	3	4	1	-	9
Total da Secretaria de Estado da Promocao da Igualidade	**P**	**-**	**1**	**1**	**3**	**1**	**1**	**-**	**7**
	T	**1**	**4**	**2**	**5**	**5**	**2**	**1**	**20**
	Total	**1**	**5**	**3**	**8**	**6**	**3**	**1**	**27**
Ministério da Defesa Seguransa									

Direcção Nacional de Administração e Finanças (Defesa)	P	1	1	1	1	2	1	-	7
	T	-	1	1	1	1	-	1	5
Direcção Nacional de Planeamento Estrategico e Intercambio Internacional (Defesa)	P	-	-	-	1	2	1	-	4
	T	-	-	-	-	-	-	-	-
Direcção Nacional de Aprovisionamento e Gestao de Patrominio (Defesa)	P	-	-	1	2	1	1	-	5
	T	-	-	-	-	-	-	-	-
Director - Geral	P	-	1	-	-	1	-	1	3
	T	-	-	-	-	-	-	-	-
Secretário Permanente	P	-	1	-	2	-	-	1	4
	T	1	-	-	-	-	-	-	1
Direcção Nacional de Administração e Finanças (Seguranca)	P	-	-	7	-	3	1	-	11
	T	2	-	-	-	-	-	-	2
Gabinete de Aprovisionamento	P	-	-	-	-	-	-	-	-
	T	-	-	-	-	-	-	-	-
Direcção Nacional de Protecção Civil	P	-	78	17	10	3	1	-	109
	T	2	42	32	30	-	-	-	106
Direcção Nacional para a Segurança de Edifícios e Acreditações	P	365	67	27	20	3	1	-	483
	T	307	20	-	-	-	-	-	327
Gabinete de Inspecção e Fiscalização	P	-	1	1	1	1	-	-	4
	T	1	-	-	-	-	-	-	1
Gabinete de Prevenção de conflitos e Gestão de Segurança.	P	-	-	-	-	-	-	-	-
	T	-	-	-	-	-	-	-	-
PNTL - Direcção Nacional de Administração (Civil)	P	-	5	9	10	2	-	-	26

	T	-	-	-	-	-	-	-	-
PNTL - Academia da Policia - ACPOL (Civil)	P	-	14	1	-	-	-	-	15
	T	-	-	-	-	-	-	-	-
Total do Ministério da Defesa e Seguranca	**P**	**366**	**168**	**64**	**47**	**18**	**6**	**2**	**671**
	T	**313**	**63**	**33**	**31**	**1**	**-**	**1**	**442**
	Total	**679**	**231**	**97**	**78**	**19**	**6**	**3**	**1,113**
Ministério dos Negócios Estrangeiros									
Sede do MNEC	P	1	5	10	15	5	13	5	54
	T	-	8	17	5	2	6	3	41
Missão Permanente nas Nações Unidas em Nova Iorque	P	-	-	-	-	1	1	-	2
	T	-	-	-	1	-	-	-	1
Embaixada - Lisboa	P	-	-	-	-	-	1	-	1
	T	-	-	-	-	-	1	-	1
Embaixada - Jakarta	P	-	-	-	1	1	-	-	2
	T	-	-	-	-	-	1	-	1
Embaixada - Washington	P	-	-	-	-	1	1	-	2
	T	-	-	-	-	-	-	-	-
Embaixada - Canberra	P	-	-	-	1	-	-	-	1
	T	-	-	-	-	-	1	-	1
Embaixada - Kuala Lumpur	P	-	-	-	1	-	1	-	2
	T	-	-	-	-	-	-	-	-
Embaixada - Bruxelas	P	-	-	-	-	1	1	-	2
	T	-	-	-	-	-	-	-	-
Embaixada - Banguecoque	P	-	-	-	-	1	-	-	1
	T	-	-	-	-	-	1	-	1
Embaixada - Tóquio	P	-	-	-	1	-	-	-	1
	T	-	-	-	-	-	1	-	1
Embaixada - Pequim	P	-	-	-	-	-	1	-	1
	T	-	-	-	-	-	1	-	1

Embaixada - Maputo	P	-	-	-	1	-	-	-	1
	T	-	-	-	-	-	1	-	1
Consulado - Sidney	P	-	-	-	1	-	-	-	1
	T	-	-	-	-	-	1	-	1
Consulado - Denpasar	P	-	-	-	1	-	-	-	1
	T	-	-	-	-	1	-	-	1
Consulado - Kupang	P	1	-	-	-	1	-	-	2
	T	-	-	-	-	-	-	-	-
Salão Memorial da Independência	P	1	-	-	-	-	-	-	1
	T	-	-	1	-	-	-	-	1
Gabinete de Demarcação da Fronteira Terrestre	P	-	-	-	-	-	-	-	-
	T	-	-	-	-	-	-	-	-
Gabinete Apoio à Commissão de Verdade e Amizade	P	-	-	-	-	-	-	-	-
	T	-	-	-	-	-	-	-	-
Embaixada - Havana	P	-	-	-	1	-	-	-	1
	T	-	-	-	-	-	1	-	1
Embaixada - Manila	P	-	-	-	1	-	1	-	2
	T	-	-	-	-	-	-	-	-
Embaixada - Geneva	P	-	-	1	-	-	-	-	1
	T	-	-	-	-	-	1	-	1
Visitas Oficiais	P	-	-	-	-	-	-	-	-
	T	-	-	-	-	-	-	-	-
Embaixada - Vaticano	P	-	-	-	1	-	-	-	1
	T	-	-	-	-	-	1	-	1
Embaixada - Brasil	P	-	-	-	-	1	1	-	2
	T	-	-	-	-	-	-	-	-
Embaixada – Coreia do Soul	P	-	-	-	-	1	1	-	2
	T	-	-	-	-	-	-	-	-
Embaixada – CPLP/UNISCO	P	-	-	-	-	1	1	-	2
	T	-	-	-	-	-	-	-	-

Total dos Ministério dos Negócios Estrangeiros	**P**	**3**	**5**	**10**	**26**	**14**	**23**	**5**	**86**
	T	**-**	**8**	**18**	**6**	**3**	**17**	**3**	**55**
	Total	**3**	**10**	**28**	**32**	**17**	**40**	**8**	**141**
Ministério das Finanças									
Secretário Permanente	P	-	1	1	-	-	1	1	4
	T	-	-	-	-	-	-	-	-
Serviços Administrativos e Informáticos	P	-	1	5	9	6	2	-	23
	T	9	5	4	-	1	-	-	19
Direcção Nacional do Orçamento	P	-	1	6	13	6	3	-	29
	T	-	1	9	10	3	-	-	23
Direcção Nacional do Tesouro	P	-	1	33	28	10	3	-	75
	T	-	5	3	-	-	-	-	8
Serviço de Impostos de Timor-Leste	P	2	8	17	27	10	4	-	68
	T	19	18	3	3	1	-	-	44
Unidade da Política Tributária e Macro Economia	P	-	-	1	-	2	1	-	4
	T	-	-	3	-	1	-	-	4
Direcção Nacional do Plano e Coordenação de Assistência Externa	P	1	2	2	10	3	1	-	19
	T	5	2	2	3	-	-	-	12
Direcção Nacional de Alfândegas	P	3	65	63	63	12	3	-	209
	T	20	45	-	-	-	-	-	65
Direcção Nacional do Património e Fornecimento	P	-	3	6	7	2	2	-	20
	T	-	14	10	1	-	-	-	25
Direcção de Aprovisionamento	P	-	-	13	15	2	1	-	31
	T	-	4	10	5	3	-	-	22
Direcção Nacional de Estatística	P	-	-	6	11	4	1	-	22
	T	2	7	35	-	-	-	-	44

Unidade Fornecemento	P	-	-	12	2	2	1	-	17
	T	-	9	8	-	-	-	-	17
Total dos Ministério das Finanças	**P**	**6**	**82**	**165**	**185**	**59**	**23**	**1**	**521**
	T	**55**	**110**	**87**	**22**	**9**	**-**	**-**	**283**
	Total	**61**	**192**	**252**	**207**	**68**	**23**	**1**	**804**
Ministério da Justiça									
Secretário Permanente	P	-	-	1	-	-	-	1	2
	T	-	1	1	-	1	1	-	4
Direcção Nacional dos Serviços Administrativos, Financeiro e de Pessoal	P	3	6	4	4	5	1	-	23
	T	2	2	-	5	12	1	-	22
Direcção Nacional de Assessoria Jurídica e Legislação	P	-	1	2	1	1	3	-	8
	T	1	-	-	-	2	2	-	5
Direcção Nacional dos Direitos Humanos e de Cidadania	P	-	-	4	3	3	4	-	14
	T	2	4	1	1	-	-	-	8
Direccao Nacional dos Registos e do Notariado	P	1	14	41	15	10	1	-	82
	T	18	9	4	10	-	7	-	48
Direcção Nacional de Terras e Propriedades	P	-	6	13	25	23	4	-	71
	T	4	10	5	2	2	-	-	23
Divisão de Cartografia Nacional	P	-	-	1	3	4	1	-	9
	T	1	2	5	2	-	-	-	10
Direcção Nacional dos Serviços Prisionais e Reinserção Social	P	1	4	3	1	2	1	-	12
	T	-	-	-	-	5	-	-	5
Prisões Distritais	P	-	180	22	7	3	-	-	212
	T	-	-	1	-	-	-	-	1
Centro de Formação Jurídica	P	1	2	4	1	1	1	-	10
	T	2	1	-	-	-	-	-	3

Defensoria Pública	P	1	7	16	2	-	12	-	38
	T	6	2	11	-	-	-	-	19
Total do Ministerio da Justica	**P**	**7**	**220**	**111**	**62**	**52**	**28**	**1**	**481**
	T	**36**	**31**	**28**	**20**	**22**	**11**	**-**	**148**
	Total	**43**	**251**	**139**	**82**	**74**	**39**	**1**	**629**
Ministério da Saúde									
Serviços Centrais da Saúde	P	-	10	30	49	27	10	2	128
	T	10	8	7	13	6	7	2	53
Laboratório Nacional	P	-	1	10	8	4	1	-	24
	T	6	2	5	3	-	-	1	17
Hospital Nacional Guido Valadares	P	-	35	191	29	6	11	-	272
	T	35	13	100	11	8	16	8	191
Hospital Referencia Baucau	P	-	7	77	23	4	5	-	116
	T	28	6	6	3	3	3	1	50
Hospital Referencia Maliana	P	-	2	22	13	4	2	-	43
	T	11	7	13	5	2	4	1	43
Hospital Referencia Maubisse	P	-	1	25	9	3	1	-	39
	T	11	6	6	4	2	2	1	32
Hospital Referencia Oecusse	P	-	3	20	9	2	2	-	36
	T	13	7	11	5	3	2	1	42
Hospital Referencia Suai	P	-	5	20	12	4	2	-	43
	T	13	5	11	2	2	2	1	36
Serviços Distritais de Saúde de Aileu	P	-	5	36	15	5	1	-	62
	T	16	3	8	2	-	-	-	29
Servicos Distritais de Saude de Ainaro	P	-	5	29	13	4	1	-	52
	T	25	9	8	6	-	-	-	48
Servicos Distritais de Saude de Baucau	P	-	23	71	21	7	1	-	123
	T	35	10	15	6	-	-	-	66

Servicos Distritais de Saude de Bobonaro	P	-	8	43	18	6	1	-	76
	T	24	8	7	4	-	-	-	43
Servicos Distritais de Saude de Covalima	P	-	7	33	13	6	1	-	60
	T	20	11	7	4	-	-	-	42
Servicos Distritais de Saude de Dili	P	-	6	65	25	7	2	-	105
	T	20	13	11	7	3	2	-	56
Servicos Distritais de Saude de Ermera	P	-	7	48	20	7	1	-	83
	T	23	8	13	5	1	1	-	51
Servicos Distritais de Saude de Lautem	P	-	13	47	24	6	1	-	91
	T	29	11	11	6	-	-	-	57
Servicos Distritais de Saude de Liquiça	P	-	6	34	13	4	1	-	58
	T	17	9	12	5	1	-	-	44
Servicos Distritais de Saude de Manatuto	P	-	8	49	18	7	1	-	83
	T	9	13	16	4	1	-	-	43
Servicos Distritais de Saude de Manufahi	P	-	13	42	21	5	1	-	82
	T	4	9	8	3	2	-	-	26
Instituto de Ciências da Saúde	P	-	2	1	4	21	1	-	29
	T	7	1	1	3	1	3	1	17
Servicos Distritais de Saude de Oecusse	P	-	5	31	10	5	1	-	52
	T	17	10	13	3	2	-	-	45
Servicos Distritais de Saude de Viqueque	P	-	9	62	25	6	1	-	103
	T	6	19	25	4	2	-	-	56
Total do Ministerio da Saude	**P**	**-**	**181**	**986**	**392**	**150**	**49**	**2**	**1,760**
	T	**379**	**188**	**314**	**108**	**39**	**42**	**17**	**1,087**
	Total	**379**	**369**	**1,300**	**500**	**189**	**91**	**19**	**2,847**
Ministério da Educação									

Gabinete Inspecao Geral	P	-	-	1	1	1	-	1	4
	T	-	1	-	-	-	-	-	1
Director Geral	P	-	-	-	-	-	-	1	1
	T	-	1	1	-	-	-	-	2
Assistente 1 de Director Geral	P	-	-	-	-	-	-	-	-
	T	-	-	-	-	-	-	1	1
Assistente 2 de Director Geral	P	-	-	-	-	-	-	-	-
	T	-	-	-	-	-	-	1	1
Direcção de Administração e Financas	P	-	2	46	36	17	14	-	115
	T	32	13	12	6	2	-	-	65
Direcção de Política, Plano e Desenvolvimento	P	-	-	2	5	2	1	-	10
	T	-	2	16	3	1	-	-	22
Direcção do Ensino Tecnico Superior	P	-	-	-	2	4	1	1	8
	T	-	1	3	1	-	-	-	5
Universidade Nacional de Timor Leste	P	-	-	-	-	-	-	-	-
	T	71	30	60	35	200	81	1	478
Direcção de Acreditação e Administração Escolar	P	-	4	4,432	2,168	6	3	-	6,613
	T	286	14	1,017	889	1	-	-	2,207
Unidade de Infraestruturas	P	-	-	-	-	-	-	-	-
	T	-	-	-	-	-	-	-	-
Gabinete Juridico	P	-	-	1	-	-	-	-	1
	T	-	-	-	-	-	-	-	-
Direcção de Educação de Adultos e Ensino não formal	P	-	2	15	2	1	1	-	21
	T	-	10	52	2	3	-	-	67
Direcção de Formação Profissional	P	-	1	-	2	1	1	-	5
	T	12	2	3	20	4	-	-	41
Institute Nacional Formação Profissional	P	-	-	1	-	-	-	-	1

	T	-	-	-	-	-	-	-	-
Biblioteca Nacional	P	-	-	-	-	1	-	-	1
	T	-	-	-	-	-	-	-	-
Direcções Regionais	P	-	13	-	13	-	-	-	26
	T	-	-	-	-	18	-	-	18
Gabinete Protocolo / Media	P	-	1	-	-	1	-	-	2
	T	-	1	2	2	-	-	-	5
Direcção Nacional Curiculo de Escola, Materiais e Evaluação	P	-	-	7	3	2	-	-	12
	T	-	-	1	1	-	-	-	2
Direcção de Cultura	P	-	2	5	2	1	1	-	11
	T	-	1	2	3	-	-	-	6
Total do Ministério da Educação	**P**	**-**	**25**	**4,510**	**2,234**	**37**	**22**	**3**	**6,831**
	T	**401**	**76**	**1,169**	**962**	**229**	**81**	**3**	**2,921**
	Total	**401**	**101**	**5,679**	**3,196**	**266**	**103**	**6**	**9,752**
Ministério da Administração Estatal e Ordenamento do Território									
Gráfica Nacional	P	-	-	6	4	2	1	-	13
	T	3	1	2	-	1	-	-	7
Arquivo Nacional	P	2	5	10	5	2	1	-	25
	T	5	3	-	-	1	-	-	9
Secretariado Tecnico da Administração Eleitoral	P	-	1	3	10	6	2	-	22
	T	2	17	30	-	14	-	-	63
Instituto Nacional da Administracao Publico	P	-	8	7	9	9	4	-	37
	T	10	3	2	-	7	-	-	22
Gabinete Secretario Permanente	P	-	-	1	-	1	-	1	3
	T	-	1	-	-	-	-	-	1
Direcção Nacional da Administração e Finanças	P	-	2	2	2	5	2	-	13
	T	5	3	5	-	23	1	-	37
Direcção Nacional da	P	-	2	3	6	2	2	-	15

Administração do Território	T	2	1	-	-	2	-	-	5
Direcção de Administração do Território Distrito Dili	P	1	7	16	2	7	1	-	34
	T	145	29	15	-	-	-	-	189
Direcção de Administração do Território Distrito Baucau	P	1	2	13	2	7	1	-	26
	T	2	2	-	-	-	-	-	4
Direcção de Administração do Território Distrito Bobonaro	P	1	2	13	2	7	1	-	26
	T	2	2	-	-	-	-	-	4
Direcção de Administração do Território Distrito Manufahi	P	1	2	9	2	5	1	-	20
	T	2	2	-	-	-	-	-	4
Direcção de Administração do Território Distrito Viqueque	P	1	2	11	2	6	1	-	23
	T	2	2	-	-	-	-	-	4
Direcção de Administração do Território Distrito Lautem	P	1	2	11	2	6	1	-	23
	T	2	2	-	-	-	-	-	4
Direcção de Administração do Território Distrito Manatuto	P	1	2	13	2	7	1	-	26
	T	2	2	-	-	-	-	-	4
Direcção de Administração do Território Distrito Covalima	P	1	2	15	2	8	1	-	29
	T	2	2	-	-	-	-	-	4
Direcção de Administração do Território Distrito Ainaro	P	1	2	9	2	5	1	-	20
	T	2	2	-	-	-	-	-	4
Direcção de Administração do Território Distrito Aileu	P	1	2	9	2	5	1	-	20
	T	2	2	-	-	-	-	-	4
Direcção de Administração do Território Distrito Ermera	P	1	2	11	2	6	1	-	23

	T	2	2	-	-	-	-	-	4
Direcção de Administração do Território Distrito Liquiça	P	1	2	7	2	4	1	-	17
	T	2	2	-	-	-	-	-	4
Direcção de Administração do Território Distrito Oecusse	P	1	2	9	2	5	1	-	20
	T	2	2	-	-	-	-	-	4
Direcção Nacional de Servico Civil	P	2	3	2	5	5	3	-	20
	T	-	-	2	-	3	-	-	5
Direcção Nacional do Desenvolvimento Local e ordenamento do Território	P	-	-	-	-	-	-	-	-
	T	-	-	-	-	21	-	-	21
Total do Ministério da Administração Estatal e Ordenamento do Território	**P**	**17**	**52**	**180**	**67**	**110**	**28**	**1**	**455**
	T	**196**	**82**	**56**	**-**	**72**	**1**	**-**	**407**
	Total	**213**	**134**	**236**	**67**	**182**	**29**	**1**	**862**
Ministério da Economia e do Desenvolvimento									
Instituto para Apoio e Desenvolvimento de Empresas	P	-	-	2	-	1	-	-	3
	T	-	9	15	20	25	5	1	75
Instituto para Investimento e Promoção de Desenvolvimento	P	-	-	-	3	-	1	-	4
	T	-	-	-	-	-	-	-	-
Direcção Nacional de Pesquisa para o Desenvolvimento Nacional	P	-	-	-	-	3	1	-	4
	T	1	1	1	5	-	-	-	8
Direcção Nacional dos Serviços do Meio Ambiente	P	-	-	3	8	1	1	-	13
	T	-	4	45	10	3	-	-	62
Direcção Nacional dos Assuntos Ambientais Internacionais	P	-	-	-	-	-	-	-	-
	T	-	-	-	-	6	1	1	8

Direcção Nacional do Desenvolvimento Rural	P	-	-	-	-	-	-	-	-
	T	1	4	6	10	13	1	-	35
Direcção Nacional dos Cooperativas	P	-	-	-	4	5	1	-	10
	T	1	1	5	2	1	-	-	10
Secretário Permanente	P	-	-	-	-	-	-	-	-
	T	-	1	-	1	1	-	1	4
Direcção Nacional de Administração e Finanças	P	-	-	1	1	-	1	-	3
	T	1	2	3	6	1	1	-	14
Inspecção do Ministério	P	-	-	-	-	-	-	-	-
	T	-	-	-	-	-	-	-	-
Total do Ministério da Economia e Desenvolvimento	**P**	**-**	**-**	**6**	**16**	**10**	**5**	**-**	**37**
	T	**4**	**22**	**75**	**54**	**50**	**8**	**3**	**216**
	Total	**4**	**22**	**81**	**70**	**60**	**13**	**3**	**253**
Ministério da Solidariedade Social									
Gabinete Secretario Permanente	P	-	-	-	-	-	-	1	1
	T	-	1	1	-	-	-	-	2
Direcção Nacional da Administração e das Finanças	P	1	2	19	7	1	1	-	31
	T	13	13	14	4	8	1	1	54
Direcção Nacional Antigos Combatentes e Libertação	P	-	2	2	2	-	1	-	7
	T	14	3	6	5	4	1	-	33
Direcção Nacional Assistencia Social	P	-	2	10	1	1	-	-	14
	T	14	17	3	1	4	1	-	40
Direcção Nacional de Reinserção Social	P	-	1	6	1	1	1	-	10
	T	1	4	4	2	4	-	-	15
Direcção Nacional Gestão Desastre	P	-	-	4	3	1	-	-	8

	T	3	2	7	7	2	1	-	22
Direcção Nacional da Segurança Social	P	-	-	-	-	-	-	-	-
	T	1	1	7	17	1	1	-	28
Total do Ministério da Solidaridade Social	**P**	**1**	**7**	**41**	**14**	**4**	**3**	**1**	**71**
	T	**46**	**41**	**42**	**36**	**23**	**5**	**1**	**194**
	Total	**47**	**48**	**83**	**50**	**27**	**8**	**2**	**265**
Ministério das Infra-Estruturas									
Secretário Permanente	P	-	-	1	-	-	-	1	2
	T	1	1	1	-	-	-	-	3
Autoridade Reguladora das Comunicações	P	1	1	4	3	4	1	-	14
	T	1	1	6	4	2	-	-	14
Direcção dos Serviços Transportes Marítimos	P	1	2	3	3	3	1	-	13
	T	1	2	3	3	3	-	-	12
Direcção de Meteorologia e Geofisica	P	-	-	10	1	1	1	-	13
	T	2	2	5	1	-	-	-	10
Direcção Nacional de Informatica e Tecnologia	P	-	1	11	8	2	1	-	23
	T	2	13	14	5	1	-	-	35
Direcção Nacional de Administração e Finanças	P	2	3	7	9	6	1	-	28
	T	1	3	1	2	1	1	-	9
Direcção Nacional de Transportes Terrestres (DNTT)	P	5	15	8	8	1	1	-	38
	T	11	32	31	15	3	-	-	92
Direccao Nacional de Correios de Timor-Leste	P	1	2	12	4	2	1	-	22
	T	4	2	2	1	-	-	-	9
Autoridade da Aviação Civil de Timor Leste (AACTL)	P	-	-	-	-	-	-	-	-
	T	2	4	12	11	10	1	-	40
Secretário Permanente	P	-	-	-	-	-	-	1	1

	T	-	1	1	-	-	-	-	2
Direcção de Serviços Corporativos	P	1	2	3	2	2	1	-	11
	T	-	1	4	1	2	-	-	8
Direcção Nacional do Plano Urbano	P	-	-	-	3	7	-	-	10
	T	-	-	-	-	1	-	-	1
Direccao Nacional Gestao dos Recursos de Agua	P	-	-	1	2	1	-	-	4
	T	-	-	-	-	-	1	-	1
Direcção Nacional de Água e Saneamento	P	39	53	34	25	4	1	-	156
	T	-	68	32	4	-	-	-	104
Secretário Permanente das Obras Públicas	P	-	1	-	-	1	-	1	3
	T	2	2	-	-	-	-	-	4
Direcção dos Serviços de Administração e Finanças	P	2	2	7	8	4	2	-	25
	T	4	4	9	8	2	-	-	27
Direcção de Serviços de Edificação e Habitação	P	-	1	15	19	7	1	-	43
	T	6	8	24	24	9	-	-	71
Direcção dos Serviços de Pesquisa e Desenvolvimento	P	-	4	4	6	2	1	-	17
	T	6	6	4	4	4	-	-	24
Direcção de Serviços de Estradas, Pontes e Controlo de Inundações	P	20	21	16	20	13	1	-	91
	T	-	16	16	4	4	-	-	40
Total do Ministério das Infra-Estraturas	**P**	**72**	**108**	**136**	**121**	**60**	**14**	**3**	**514**
	T	**43**	**166**	**165**	**87**	**42**	**3**	**-**	**506**
	Total	**115**	**274**	**301**	**208**	**102**	**17**	**3**	**1,020**
Ministério do Turismo, Comercio e Industria									
Gabinete do Auditoria Interna	P	-	-	-	-	-	-	-	-
	T	-	2	3	2	2	-	1	10

Gabinete do Secretario Permanente	P	-	-	1	1	2	-	1	5
	T	-	2	3	1	-	-	-	6
Direcção Nacional da Administração e Finanças	P	-	1	-	-	2	1	-	4
	T	2	2	2	3	-	-	-	9
Direccao Nacional do Pesquisa e Desenvolvimento	P	-	-	-	-	-	-	-	-
	T	1	2	4	4	2	1	-	14
Direcção Nacional do Comércio Externo	P	-	-	1	1	1	-	-	3
	T	-	-	-	2	-	-	-	2
Direcção Nacional do Comércio Doméstico	P	-	-	3	1	3	1	-	8
	T	1	1	7	5	-	-	-	14
Direcção Nacional da Indústria	P	-	3	1	3	4	1	-	12
	T	1	-	4	-	-	-	-	5
Direcção Nacional do Turismo	P	-	-	-	3	4	1	-	8
	T	-	2	3	1	-	-	-	6
Total do Ministério do Turismo, Comercio e Industria	**P**	**-**	**4**	**6**	**9**	**16**	**4**	**1**	**40**
	T	**5**	**11**	**26**	**18**	**4**	**1**	**1**	**66**
	Total	**5**	**15**	**32**	**27**	**20**	**5**	**2**	**106**
Ministério da Agricultura e Pescas									
Direcção Nacional da Administração	P	5	7	3	8	3	1	-	27
	T	12	-	-	3	1	4	-	20
Servicos de Agricultura Distrito Bobonaro	P	-	2	4	2	1	1	-	10
	T	2	2	3	1	-	-	-	8
Servicos de Agricultura Distrito Covalima	P	-	3	5	1	-	-	-	9
	T	-	1	3	2	-	1	-	7
Servicos de Agricultura Distrito Ermera	P	-	1	3	-	1	-	-	5

	T	1	-	3	1	-	-	-	5
Servicos de Agricultura Distrito Lautem	P	-	2	3	-	-	-	-	5
	T	-	1	3	-	-	-	-	4
Servicos de Agricultura Distrito Liquica	P	-	1	5	-	-	-	-	6
	T	1	-	3	1	-	-	-	5
Servicos de Agricultura Distrito Manatuto	P	-	2	4	-	-	-	-	6
	T	-	1	4	-	-	-	-	5
Servicos de Agricultura Distrito Manufahi	P	-	2	4	-	1	1	-	8
	T	1	2	2	3	-	-	-	8
Servicos de Agricultura Distrito Oecusse	P	-	2	5	-	1	-	-	8
	T	4	6	12	3	-	1	-	26
Servicos de Agricultura Distrito Viqueque	P	-	1	6	-	-	-	-	7
	T	-	2	4	-	-	-	-	6
Direcção Nacional de Floresta	P	-	5	4	6	6	4	-	25
	T	3	10	48	7	4	-	-	72
Direcção Nacional de Pesquisa e Servicos Especial	P	-	-	-	6	7	1	-	14
	T	7	6	7	32	16	-	-	68
Direcção Nacional de Quarentena e Bioseguranca	P	-	-	6	3	1	1	-	11
	T	4	7	6	3	-	-	-	20
Direcção Nacional de Educação e Treinnamento Agricola	P	-	-	-	65	-	1	-	66
	T	4	3	6	12	6	-	-	31
Direcção Nacional de Política e Planeamento	P	-	-	-	-	7	1	-	8
	T	1	2	3	9	2	-	-	17
Gabinete da Secretário Permanente	P	-	-	-	-	-	-	1	1
	T	-	1	-	1	-	-	-	2

Direcção Nacional de Agro-Comercio	P	-	-	-	-	1	1	-	2
	T	-	3	-	11	2	-	-	16
Direcção Nacional de Agricultura e Horticultura	P	-	-	5	13	10	2	-	30
	T	1	3	9	4	16	-	-	33
Direcção Nacional de Café e Plantas Industriais	P	-	-	-	2	4	1	-	7
	T	-	2	9	5	-	-	-	16
Direcção Nacional de Pescas e Aquacultura	P	-	-	4	8	11	4	-	27
	T	4	8	17	45	8	2	-	84
Direcção Nacional Pecuaria	P	-	-	3	6	3	1	-	13
	T	1	9	20	14	4	1	-	49
Servicos de Agricultura Distrito Aielu	P	-	1	2	1	-	-	-	4
	T	-	1	-	-	-	-	-	1
Servicos de Agricultura Distrito Ainaro	P	-	1	4	-	-	-	-	5
	T	-	1	1	-	-	-	-	2
Servicos de Agricultura Distrito Baucau	P	-	2	5	1	3	1	-	12
	T	2	2	4	-	-	-	-	8
Direcção Nacional Desenvolvimento Comunitaria Agricula	P	-	-	-	-	-	-	-	-
	T	-	-	188	8	15	13	-	224
Total do Ministério da Agricultura e Pescas	**P**	**5**	**32**	**75**	**122**	**60**	**21**	**1**	**316**
	T	**48**	**73**	**355**	**165**	**74**	**22**	**-**	**737**
	Total	**53**	**105**	**430**	**287**	**134**	**43**	**1**	**1,053**
Tribunais									
Conselho Superior de Magistratura Judicial	P	-	-	-	2	-	-	-	2
	T	-	-	-	-	-	-	-	-
Tribunal de Recurso	P	3	3	5	2	1	-	-	14
	T	-	-	-	-	-	-	5	5

Tribunais Distritais	P	9	26	11	4	-	-	-	50
	T	-	-	1	-	-	-	25	26
Total dos Tribunais	**P**	**12**	**29**	**16**	**8**	**1**	**-**	**-**	**66**
	T	**-**	**-**	**1**	**-**	**-**	**-**	**30**	**31**
	Total	**12**	**29**	**17**	**8**	**1**	**-**	**30**	**97**
Total dos Funcionarios	**P**	**520**	**945**	**6,410**	**3,415**	**685**	**267**	**28**	**12,270**
	T	**1,561**	**911**	**2,467**	**1,559**	**595**	**208**	**67**	**7,368**
	Total	**2,081**	**1,856**	**8,877**	**4,974**	**1,280**	**475**	**95**	**19,638**

Perfil de Funcionários – Fora da Função Pública

		L1	L2	L3	L4	L5	L6	L7	TOTAL
Ministerio da Defesa e Seguranca									
FALINTIL - Forças de Defesa de Timor-Leste	P	426	195	258	114	22	1	1	**1,017**
	T	-	-	-	-	-	-	-	**-**
PNTL - Direcção Nacional de Administração	P	-	68	-	10	2	-	-	**80**
	T	20	-	-	-	-	-	-	**20**
PNTL-Unidade de Intervenção Rápida	P	-	346	-	3	1	-	-	**350**
	T	2	-	-	-	-	-	-	**2**
PNTL-Serviços de Migração	P	-	113	-	1	1	-	-	**115**
	T	2	-	-	1	-	-	-	**3**
PNTL-Unidade de Patrulhamento da Fronteiras	P	-	298	-	2	-	-	-	**300**
	T	1	-	-	-	-	-	-	**1**
PNTL-Unidade Marítima	P	-	48	-	1	1	-	-	**50**
	T	1	-	-	-	-	-	-	**1**
PNTL-Comando Nacional de Operações	P	294	1,950	3	167	18	-	-	**2,432**
	T	12	-	-	-	-	-	-	**12**
PNTL-Unidade de Reserva da Policia	P	-	79	-	3	-	-	-	**82**
	T	2	-	-	-	-	-	-	**2**
Academia de Polícia	P	-	68	-	22	1	-	-	**91**
	T	-	-	-	-	-	-	-	**-**
Total Ministerio da Defesa e Seguranca	**P**	**720**	**3,165**	**261**	**323**	**46**	**1**	**1**	**4,517**
	T	**40**	**-**	**-**	**1**	**-**	**-**	**-**	**41**
	Total	**760**	**3,165**	**261**	**324**	**46**	**1**	**1**	**4,558**
Procuradoria-Geral da República									
Procuradoria-Geral da República e Distrital Dili	P	6	10	11	-	1	1	-	**29**

	T	2	2	1	1	2	17	-	**25**
Procuradoria Distrital Baucau	P	-	-	-	-	-	-	-	**-**
	T	-	-	-	-	-	-	-	**-**
Procuradoria Distrital Suai	P	-	-	-	-	-	-	-	**-**
	T	-	-	-	-	-	-	-	**-**
Procuradoria Distrital Oecusi	P	-	-	-	-	-	-	-	**-**
	T	-	-	-	-	-	-	-	**-**
Total da Procuradoria-Geral da Republica	**P**	**6**	**10**	**11**	**-**	**1**	**1**	**-**	**29**
	T	**2**	**2**	**1**	**1**	**2**	**17**	**-**	**25**
	Total	**8**	**12**	**12**	**1**	**3**	**18**	**-**	**54**
Provedoria de Direitos Humanos e Justiça									
Provedoria de Direitos Humanos e Justiça	P	-	-	1	5	2	3	1	**12**
	T	4	5	4	12	9	-	-	**34**
Total da Provedoria de Direitos Humanos e Justica	**P**	**-**	**-**	**1**	**5**	**2**	**3**	**1**	**12**
	T	**4**	**5**	**4**	**12**	**9**	**-**	**-**	**34**
	Total	**4**	**5**	**5**	**17**	**11**	**3**	**1**	**46**
Radio e Televisao de Timor-Leste									
Televisão Timor-Leste	P	-	-	-	-	-	-	-	**-**
	T	-	1	5	23	10	10	-	**49**
RTTL Geral	P	-	-	-	-	-	-	-	**-**
	T	2	11	3	24	3	3	1	**47**
Radio e Televisao de Timor-Leste	P	-	-	-	-	-	-	-	**-**
	T	-	-	5	28	7	15	-	**55**
Total de Radio e Televisao de Timor-Leste	**P**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
	T	**2**	**12**	**13**	**75**	**20**	**28**	**1**	**151**
	Total	**2**	**12**	**13**	**75**	**20**	**28**	**1**	**151**
Comissao Nacional Das									

Eleicoes									
Comissao Nacional das Eleicoes	P	-	-	-	-	-	-	-	**-**
	T	-	15	1	1	-	-	-	**17**
Total da Comissao Nacional das Eleicoes	**P**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
	T	**-**	**15**	**1**	**1**	**-**	**-**	**-**	**17**
	Total	**-**	**15**	**1**	**1**	**-**	**-**	**-**	**17**
Total	**P**	**726**	**3,175**	**273**	**328**	**49**	**5**	**2**	**4,558**
	T	**48**	**34**	**19**	**90**	**31**	**45**	**1**	**268**
	Total	**774**	**3,209**	**292**	**418**	**80**	**50**	**3**	**4,826**

Perfil de Funcionários – Agências Autónomas

		L 1	L 2	L 3	L 4	L 5	L 6	L 7	TOTAL
Minsiterio das Infra-Estraturas									
Administração de Aeroportos e Navegação Aerea de Timor Leste	P	10	29	32	7	5	1	-	84
	T	11	17	6	9	5	-	-	48
APORTIL Agencia Auto Financiada	P	4	24	7	8	1	-	-	44
	T	5	7	5	2	1	-	-	20
Instituto Publico de Gestão de Equipamentos	P	1	-	4	3	4	1	-	13
	T	22	85	27	20	6	-	-	160
Electricidade de Timor-Leste (EDTL)	P	13	60	120	52	8	4	1	258
	T	26	74	31	13	8	-	-	152
Total Ministerio das Infra-Estraturas	**P**	**28**	**113**	**163**	**70**	**18**	**6**	**1**	**399**
	T	**64**	**183**	**69**	**44**	**20**	**0**	**0**	**380**
	Total	**92**	**296**	**232**	**114**	**38**	**6**	**1**	**779**

Anexo 6 Lei Orçamental 12/2008 Públicado na Jornal da República 5 de Agosto Serie I, N.º 33

LEI N.º 12/2008

De 5 de Agosto

Primeira alteração à Lei n.º 10/2007, de 31 de Dezembro, que aprova o Orçamento Geral do Estado para 2008

A presente lei visa complementar e actualizar o Orçamento Geral do Estado (OGE) para 2008.

O OGE Rectificativo engloba uma actualização das receitas e despesas do Estado de Timor-Leste.

O Anexo I estabelece o total estimado das receitas do Estado de Janeiro a Dezembro de 2008 derivadas de todas as fontes: petrolíferas, não petrolíferas, verbas dos parceiros de desenvolvimento, receitas das agências autónomas e outras receitas não fiscais. O total estimado de receitas de todas estas fontes passa a ser de US$2,025.6 milhões.

O Anexo II altera as dotações orçamentais para cada Órgão do Estado sistematizadas da forma seguinte:

1. $58.884 Milhões para Salários e Vencimentos;
2. $447.409 Milhões para Bens e Serviços;
3. $39.249 Milhões para Capital Menor;
4. $110.553 Milhões para Capital de Desenvolvimento;
5. $ 132.217 Milhões para Pagamentos de Transferências Públicas.

O total das dotações orçamentais é, assim, de $ 788.312 milhões.

Excluindo os órgãos autónomos, o total das dotações orçamentais para o OGE é de $765.966 milhões.

A Conta do Tesouro do Estado inclui todas as receitas e despesas a partir dos "Órgãos Autónomos" auto-financiados, nomeadamente a Electricidade de Timor-Leste (EDTL), a Administração de Aeroportos e Navegação Aérea de Timor-Leste, a Autoridade Portuária de Timor-Leste e o Instituto de Gestão de Equipamentos. As receitas dessas categorias estão incluídas sob a rubrica "Receitas Próprias dos Órgãos Autónomos" no Anexo I, estando o orçamento de despesas propostas inscritas no Anexo III.

O total das estimativas das despesas para os "Órgãos Autónomos" auto-financiados dentro de 2008 é de $22.346 milhões (incluindo um valor adicional de $15.358 milhões transferido a partir do Governo central, a fim de subsidiar despesas que sejam superiores às receitas previstas).

O total estimado de despesas do OGE é de $788.3 milhões, estando as receitas não petrolíferas estimadas em $86.5 milhões. O défice fiscal não petrolífero é de $701.8 milhões.

O Parlamento Nacional decreta, nos termos da alínea d) do n.º 3 do artigo 95.° e do n.º 1 do artigo 145.° da Constituição da República, para valer como lei, o seguinte:

Artigo 1.°

Alteração ao Orçamento Geral do Estado para 2008

1- É alterado o Orçamento Geral do Estado para 2008, aprovado pela Lei n.º 10/2007, de 31 de Dezembro, rectificada pela Declaração de Rectificação n.º 1/2008, de 16 de Janeiro, quer na parte relativa às tabelas constantes dos Anexos I, II e III a essa lei, quer nos termos dos artigos seguintes.

2- A alteração referida no número anterior consta das tabelas dos Anexos I, II e III à presente lei, que substituem as tabelas dos Anexos I, II e III da Lei n.º 10/2007, de 31 de Dezembro.

3- Os artigos 4.º e 8.º da Lei n.º 10/2007, de 31 de Dezembro, passam a ter a seguinte redacção:

"Artigo 4.º

[…]

Nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 7.º da Lei n.º 9/2005, de 3 de Agosto, o montante das transferências do fundo petrolífero para 2008 não excede 686.8 milhões de dólares norte-americanos.

Artigo 8

[…]

[…]

a) […]
b) […]
c) […]
d) […]
e) […]
f) […]
g) […]
h) […]
i) […]
j) […]
k) […]
l) […]
m) […]
n) […]
o) Fundo de Estabilização Económica.

Artigo 2.º

Aditamentos ao Orçamento Geral de Estado para 2008

São aditados à Lei n.º 10/2007, de 31 de Dezembro, os artigos 2.º-A e 9.º-A, com a seguinte redacção:

"Artigo 2.º-A

Programas de investimento plurianuais

1. Os programas de investimento plurianuais envolvem projectos de grande dimensão, a executar ao longo de vários exercícios orçamentais.

2. É aprovada a despesa prevista para o exercício de 2008 relativa aos programas constantes do Anexo IV ao presente diploma, sem prejuízo dos totais das despesas previstas no Anexo II.

Artigo 9.º-A

Fundo de Estabilização Económica

O Fundo de Estabilização Económica, criado pelo Decreto-Lei n.º 22/2008, de 16 de Julho, é administrado pelo Ministério das Finanças."

Artigo 3.º

Entrada em vigor

A presente lei entra em vigor no dia imediatamente a seguir ao da sua publicação no *Jornal de República*.

Aprovado em 30 de Julho de 2008.

O Presidente do Parlamento Nacional em substituição,

Viccente da Silva Guterres

Promulgada em 4 de Agosto de 2008

Publique-se.

O Presidente da República,

Dr. José Ramos Horta

Anexo I

Estimativa das Receitas a Serem Cobradas em Orçamento Rectificativo do Orçamento Geral do Estado para 2008 [4] *(US$ milhões)*

1.	**Total das Receitas**	**2,025.6**
1.1.	**Receitas Petrolíferas**	**1,939.1**
1.1.1.	Impostos sobre lucros petrolíferos	976.7
1.1.2.	Direitos do Mar de Timor	143.2
1.1.3.	Impostos sobre Rendimento	266.5
1.1.4.	Impostos sobre Lucros Adicionais	441.6
1.1.5.	Outros Impostos e Taxas Petrolíferas	17.9
1.1.6	Juros do Fundo Petrolífero	93.3
1.2.	**Receitas Não Petrolíferas**	**79.5**
1.2.1.	Impostos Directos	12.8
1.2.2.	Impostos Indirectos	17.5
1.2.3.	Outras Receitas e Taxas	45.9
1.2.4.	Juros da Conta do Tesouro	3.4
2.	**Doações dos Parceiros de Desenvolvimento**	**0.0**
3.	**Receitas Próprias dos Orgãos Autónomos**	**7.0**

Os totais apresentados podem não reflectir a soma exacta dos valores porque estes não são arredondados.

Anexo III

Órgãos Autónomos que são parcialmente financiados por receitas próprias 2008

	Despesas	Receitas Próprias	Subsídio do Governo
EDTL			
Salários e Vencimentos	782		
Bens e Serviços	2,816		
Capital Menor	1,751		
Capital e Desenvolvimento	6,495		
Total	**11,844**	**4,200**	**7,644**
ANATL			
Salários e Vencimentos	243		
Bens e Serviços	601		
Capital Menor	16		
Capital e Desenvolvimento	4,689		
Total	**5,549**	**910**	**4,639**
APORTIL			
Salários e Vencimentos	129		
Bens e Serviços	2,254		
Capital Menor	115		
Capital e Desenvolvimento	100		
Total	**2,598**	**1,800**	**798**
IGE			
Salários e Vencimentos	263		
Bens e Serviços	2,067		
Capital Menor	25		
Capital e Desenvolvimento	0		
Total	**2,355**	**78**	**2,277**
Total das Agências Auto Financiadas	**22,346**	**6,988**	**15,358**

Anexo IV

Tabela 1 - Projectos de Investimento Directo Plurianuais

Ministério	Projecto	2008	2009	2010	2011	Total
Ministério da Economia e do Desenvolvimento	Construção de complexo para reciclagem de óleos usados	300	300	-	-	600
Ministério das Infra-Estruturas	Construção de infra-estruturas para a produção de electricidade	5,000	35,000	35,000	30,000	105,000
Ministério das Infra-Estruturas	Construção de infra-estruturas para a transmissão de electricidade	5,000	95,000	95,000	90,000	285,000
Ministério da Agricultura e Pescas	Instalação de um sistema de Irigação em Uatolari	1,100	4,000	3,900	-	9,000
FALINTIL - FDTL	Construção de dois navios patrulha para prevenir pescas ilegais	3,000	24,000	-	-	27,000
Ministério do Turismo, Comércio e Indústria	Construção de silos para armazanagem de bens alimentares	3,000	12,000	-	-	15,000

Tabela 2 - Projectos de Investimento Indirecto Plurianuais

Ministério	Projecto	2008	2009	2010	2011	Total
Ministério da Agricultura e Pescas	Compra de tractores e máquinas	5,000	12,000	-	-	17,000
Secretaria de Estado da Política Energética	Estudos alternativos de energia	1,000	1,700	-	-	2,700
Ministério das Infra-Estruturas	Estudo de infra-estruturas	1,000	4,000	-	-	5,000

Anexo 7 Subsídio aos Agências Autónomas 2006-07 to 2011

	2006-07 ($m)	2007 ($m)	2008 ($m)	2009 ($m)	2010 ($m)	2011 ($m)
Electricidade de Timor-Leste						
Operational Revenue	5.359	2.212	4.200	7.560	7.938	8.335
Despesas Recorrentes	3.846	0.581	5.349	4.240	4.197	4.263
Saldo Operacional	1.513	1.631	(1.149)	3.320	3.741	4.072
Despesas de Capital	-	-	6.495	0.132	-	-
Saldo/Defice	1.513	1.631	(7.644)	3.188	3.741	4.072
Combustivel - Todo o Governo	-	-	-	-	-	-
Receitas Proprias	-	-	-	-	1.000	2.000
Despesas Recorrentes	17.367	7.024	28.365	28.365	28.365	28.365
Saldo Operacional	(17.367)	(7.024)	(28.365)	(28.365)	(27.365)	(26.365)
Despesas de Capital	-	-	-	-	-	-
Saldo/Defice	(17.367)	(7.024)	(28.365)	(28.365)	(27.365)	(26.365)
Autoridade Portuária de Timor-Leste	-	-	-	-	-	-
Receitas Proprias	0.861	0.469	1.800	2.100	2.205	2.315
Despesas Recorrentes	0.473	0.144	2.498	2.386	0.559	0.562
Saldo Operacional	0.388	0.325	(0.698)	(0.286)	1.646	1.754
Despesas de Capital	-	-	0.100	-	-	-
Saldo/Defice	0.388	0.325	(0.798)	(0.286)	1.646	1.754
Administração de Aeroportos e Navegaçã	-	-	-	-	-	-
Receitas Proprias	0.620	0.362	0.910	0.956	1.003	1.053
Despesas Recorrentes	0.432	0.099	0.860	0.723	0.859	0.880
Saldo Operacional	0.187	0.263	0.050	0.232	0.144	0.173
Despesas de Capital	0.058	-	4.689	-	-	-
Saldo/Defice	0.129	0.263	(4.639)	0.232	0.144	0.173
Instituto de Gestão de Equipamentos	-	-	-	-	-	-
Receitas Proprias	-	-	0.078	0.082	0.086	0.090
Despesas Recorrentes	0.954	0.071	2.355	4.159	3.990	4.049
Saldo Operacional	(0.954)	(0.071)	(2.277)	(4.077)	(3.904)	(3.958)
Despesas de Capital	-	-	-	-	-	-
Saldo/Defice	(0.954)	(0.071)	(2.277)	(4.077)	(3.904)	(3.958)
	0	0	0	0	0	0
Subsidio Requerido	(16.290)	(4.877)	(43.723)	(29.307)	(25.738)	(24.325)

Anexo 8 – Relátorio do Deloitte Touche Tohmatsu

Deloitte Touche Tohmatsu
A.B.N. 74 490 121 060

Fifth Floor
62 Cavenagh Street
Darwin NT 0800
GPO Box 4296
Darwin NT 0801 Australia

Tel: +61 (0) 8 8980 3000
Fax: +61 (0) 8 8980 3001
www.deloitte.com.au

Ministério das Finanças

República Democrática de Timor-Leste

Edifício No. 5, Rés-do-Chão

Palácio do Governo, Dili, Timor-Leste

À atenção da Exma. Sra. Dra. Emília Pires, Ministra das Finanças

Excelentíssima Sra. Dra.

Relatório de conclusões factuais relativo à redução estimada no Rendimento Sustentável Estimado (Artigo 9º)

Em conformidade com o aditamento #03 ao contrato Nº RDTL 06-08-184-C-0448, datado de 16 de Maio de 2008, executámos os procedimentos acordados com V. Exas. enumerados no presente relatório somente com o objectivo de providenciar ao Governo da República Democrática de Timor-Leste um relatório em conformidade com o Artigo 9º (c) da Legislação do Fundo de Petróleo (Lei 9/2005). O nosso trabalho foi executado de acordo com a Norma Internacional sobre Serviços Relacionados aplicável a trabalhos de procedimentos acordados (ISRS 4400 – *Engagements to Perform Agreed-upon Procedures Regarding Financial Information*). Este relatório deve ser lido conjuntamente com o nosso contrato, o qual define as bases a partir das quais o nosso trabalho foi executado.

Âmbito do trabalho e declaração de responsabilidade

Conforme solicitado e acordado com V. Exas., executámos os procedimentos descritos na tabela abaixo. O âmbito do nosso trabalho limitou-se exclusivamente àqueles procedimentos. V. Exas. são responsáveis por determinar se o âmbito do nosso trabalho é suficiente para os Vossos propósitos e, como tal, não nos pronunciamos sobre a suficiência do nosso trabalho para os Vossos propósitos. No caso de termos executado procedimentos adicionais, outros assuntos poderiam ter chegado ao nosso conhecimento, os quais teriam sido comunicados a V. Exas..

Deloitte Touche Tohmatsu
A.B.N. 74 490 121 060

Fifth Floor
62 Cavenagh Street
Darwin NT 0800
GPO Box 4296
Darwin NT 0801 Australia

Tel: +61 (0) 8 8980 3000
Fax: +61 (0) 8 8980 3001
www.deloitte.com.au

Este relatório não tem por finalidade suplantar quaisquer outros inquéritos e procedimentos que possam ser necessários para satisfazer os requisitos dos destinatários do mesmo.

Os procedimentos que executámos não constituem qualquer tipo de auditoria ou de exame simplificado e nós não expressámos qualquer opinião nem emitimos qualquer conclusão com base nos procedimentos executados. Não submetemos a informação contida no presente relatório ou a informação que nos foi fornecida pelo Ministério das Finanças a procedimentos de validação ou de verificação para além dos expressamente descritos na tabela abaixo. Tal constitui prática normal no âmbito da execução de procedimentos de âmbito limitado, embora contraste significativamente com, por exemplo, uma auditoria. Os procedimentos que executámos não foram desenhados para identificar e, consequentemente, não é suposto que identifiquem fraude ou informações inadequadas prestadas por parte do Ministério das Finanças. Desta forma, não assumimos qualquer responsabilidade quanto à detecção de fraude (quer perpetrada pelos representantes do Ministério das Finanças, quer por terceiros), nem assumimos qualquer responsabilidade por informações inadequadas prestadas pelos representantes do Ministério das Finanças.

Este relatório destina-se ao uso exclusivo de V. Exas. e tem por finalidade dar resposta aos requisitos do Artigo 9º (c) da Legislação do Fundo de Petróleo (Lei 9/2005). O nosso relatório não se destina a ser usado para qualquer outra finalidade, a ser recitado ou referido em qualquer outro documento, a ser copiado ou disponibilizado (no seu todo ou em parte) a qualquer outra pessoa sem o nosso consentimento prévio dado por escrito. Não aceitamos qualquer dever, responsabilidade ou obrigação para com outra entidade relativamente ao presente relatório ou ao correspondente trabalho.

Procedimentos Executados e Situações Identificadas

Procedimentos Executados	Situações Identificadas
1. Obter os cálculos que suportam o relatório do Governo a ser entregue ao Parlamento em resultado do Artigo 9º (b);	1. Os cálculos que suportam o relatório do Governo a ser entregue ao Parlamento em resultado do Artigo 9º (b) foram fornecidos pela Exma. Sra. Ministra das Finanças em 27 de Maio de 2008.
2. Comparar a metodologia de cálculo utilizada com a metodologia de cálculo do Rendimento Sustentável Estimado para efeitos do orçamento do primeiro semestre de 2008, tal como obtida anteriormente pela Deloitte;	2. A metodologia de cálculo utilizada foi comparada com a metodologia de cálculo do Rendimento Sustentável Estimado para efeitos do orçamento do primeiro semestre de 2008 anteriormente obtida pela Deloitte, sendo coincidentes.
3. Obter o montante da transferência proposta pelo Governo, o qual corresponde ao excesso relativamente ao Rendimento Sustentável Estimado calculado pelo Governo para efeitos do orçamento do primeiro semestre de 2008, e confirmar a inclusão do mesmo nos cálculos actualizados, os quais já consideram a transferência proposta pelo Governo;	3. O Departamento de Macroeconomia do Ministério das Finanças forneceu à Deloitte o montante da transferência proposta pelo Governo, o qual ascende a 686,8 milhões de dólares dos Estados Unidos da América. Confirmámos que aquele montante excede em 290,7 milhões de dólares dos Estados Unidos da América o Rendimento Sustentável Estimado calculado pelo Governo para efeitos do orçamento do primeiro semestre de 2008, o qual ascendia a 396,1 milhões de dólares dos Estados Unidos da América. O montante de 686,8 milhões de dólares dos Estados Unidos da América foi

	incorporado nos cálculos actualizados.
4. Refazer os cálculos da redução estimada no Rendimento Sustentável Estimado para os exercícios iniciados após 1 de Janeiro de 2009, a qual resulta da transferência do Fundo de Petróleo do exercício de 2008 proposta pelo Governo	4. Refizemos os cálculos da redução estimada no Rendimento Sustentável Estimado para os exercícios iniciados após 1 de Janeiro de 2009, não tendo sido identificada qualquer excepção. A redução estimada no Rendimento Sustentável Estimado em cada um dos anos de 2009 a 2025 varia entre 8,9 e 9,5 milhões de dólares dos Estados Unidos da América, conforme consta no Apêndice A.
5. Emitir um relatório para o Governo de acordo com o Artigo 9º (c) da Legislação do Fundo de Petróleo (Lei 9/2005).	5. Corresponde ao presente relatório.

Atentamente

Deloitte Touche Tohmatsu

Jody Burton

Partner

Chartered Accountant

Data: 3 de Junho de 2008

APÊNDICE A

	Rendimento Projectado	
Ano	**Sustentado**	**Nova Proposta**
	US $m	*US $m*
2008	396.1	686.8
2009	397.9	389.0
2010	399.7	390.8
2011	401.5	392.5
2012	403.3	394.3
2013	405.1	396.0
2014	406.9	397.8
2015	408.7	399.6
2016	410.6	401.4
2017	412.4	403.2
2018	414.2	405.0
2019	416.1	406.8
2020	418.0	408.6
2021	419.8	410.5
2022	421.7	412.3
2023	423.6	414.2
2024	425.5	416.0
2025	427.4	417.9

Anexo 9 – Carta do Primeiro Ministro ao Parlamento em Referência ao Levantamento Extraórdinário do Fundo Petrolífero

REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DE TIMOR-LESTE

GABINETE DO PRIMEIRO-MINISTRO

N.º Ref. GPM/VII/2008

A Sua Excelência

Presidente do Parlamento Nacional

Sr. Fernando Lasama de Araújo

Parlamento Nacional

Díli

Excelência,

Venho por este meio apresentar a Vossa Excelência as razões subjacentes à **Transferência de Fundos a partir do Fundo Petrolífero,** pois como sabe a avaliação do Governo ao Orçamento de 2008 determinou que é necessário um montante de financiamento superior aos Rendimentos Sustentáveis Estimados para responder a questões actuais e emergentes. Deste modo, de acordo com o Artigo 9.º da Lei do Fundo Petrolífero, a presente carta vem justificar a necessidade destes fundos para os interesses a longo prazo de Timor-Leste e dos

seus cidadãos, bem como apresentar um relatório detalhado sobre o impacto da transferência mais volumosa no cálculo dos RSEs em anos futuros (Anexo A).

O Governo considera que manter a maior parte do fundo investido numa conta no estrangeiro, quando em Timor-Leste se enfrentam tantas adversidades e desafios do ponto de vista social, económico e de infra-estruturas, não é o melhor investimento a fazer. No entanto, o Governo reconhece que é necessário manter uma gestão responsável e prudente para garantir que as gerações futuras venham a beneficiar destes valiosos recursos petrolíferos.

Consideramos que é possível conciliar a necessidade de investir já na actual geração com a necessidade de manter a rentabilidade do Fundo para o futuro, através de uma nova estratégia de investimento e gestão que venha a maximizar o valor total das receitas provenientes do sector petrolífero e que inclui uma nova carteira de opções de gastos e poupanças. Os nossos objectivos principais mantêm-se:

- Poupar recursos suficientes e investi-los de forma sensata (e provavelmente de forma menos conservadora) para garantir que as necessidades recorrentes do País são colmatadas de forma definitiva.

- Gastar parte dos recursos, de forma disciplinada e responsável e de acordo com o interesse nacional, em investimentos nas áreas de infra-estruturas, saúde, desenvolvimento rural, educação e formação, que terão retorno económico nos próximos anos.

Os pré-requisitos para o desenvolvimento incluem a estabilidade social e o desenvolvimento de infra-estruturas essenciais. Nos anos imediatamente a seguir à Independência, Timor-Leste permaneceu aparentemente estável, sendo que durante esse período uma política conservadora sobre o Fundo Petrolífero fazia sentido. No entanto, a crise de 2006 veio demonstrar que o País é ainda muito frágil e enfrenta uma série de desafios de carácter social.

As razões que levaram à crise de 2006 são várias e complexas e têm uma dimensão política, institucional, histórica, social e económica. Aliás, este último sector ficou ainda mais fragilizado depois da crise, pois esta teve um grande impacto na economia nacional: o abastecimento de bens para o País abrandaram e os preços aumentaram, levando a uma retracção na ordem dos 5.8%, que levou cerca de dois anos a recuperar.

Apesar da recuperação ser significativa, Timor-Leste continua numa situação bastante frágil sobretudo se tivermos em conta que as causas da crise foram também sociais e institucionais, como claramente demonstrado nos incidentes ocorridos em Fevereiro deste ano. Assim, estes acontecimentos combinados com o aumento repentino dos preços dos alimentos e de outros bens colocam o Governo perante grandes desafios – talvez os mais significativos enfrentados desde a Independência – pois a adicionar aos problemas intrínsecos da Nação,

colocam-se agora uma nova ameaça, que apesar de ser externa e de dimensão mundial, poderá prejudicar gravemente o desenvolvimento nacional.

Por esta razão e porque este Governo se comprometeu a auscultar as necessidades do povo e a responder às suas necessidades mais prementes, é necessário uma abordagem mais flexível em termos de gestão dos recursos petrolíferos, de forma a preservar a estabilidade social, consolidar as nossas instituições e alcançar o desenvolvimento sustentável.

É fundamental reagir de forma imediata aos primeiros sintomas de crise para que não se verifique novamente o colapso da economia, como aconteceu em 2006. Não podemos permitir que haja um novo retrocesso de 5.8% e depois esperar novamente dois anos para recuperar. Precisamos de investir imediatamente em capital humano e de desenvolvimento, fortalecer as nossas instituições e construir as infra-estruturas básicas que conduzam a um crescimento económico.

Não podemos repetir os erros do passado, não podemos deixar de reagir imediatamente às várias necessidades sociais e económicas do nosso povo e para isso temos que investir os fundos provenientes dos recursos naturais, que são do povo, de forma justa e para o bem da Nação, para continuar o processo de construção que iniciámos com a Independência Nacional.

O Governo já delineou a sua orientação estratégica para o País, assente em torno da consolidação da segurança e estabilidade social e na construção de infra-estruturas económicas fundamentais para o desenvolvimento. A nossa estratégia inclui o seguinte:

- crescimento económico;
- reforma da administração do Estado;
- desenvolvimento da juventude e dos recursos humanos nacionais;
- provisão de solidariedade, saúde e protecção social;
- melhoria das infra-estruturas e das condições de vida;
- promoção da igualdade, tolerância, segurança interna e fortalecimento da democracia; e
- defesa nacional e política externa.

Os problemas com que Timor-Leste se depara não são simples – muitos sectores têm necessidades cruciais em termos de melhorias de infra-estruturas, de programas e de mais e melhor formação e desenvolvimento de qualificações. No entanto, conceber um programa, construir as infra-estruturas que este requer e formar pessoas para o ministrar, são matérias altamente complexas.

No caso da educação, por exemplo, existem aldeias sem escolas e aldeias que dispõem de escolas mas que não têm professores ou livros em número suficiente. O Governo tem vindo a trabalhar no sentido de construir e reparar escolas, providenciar livros e equipamentos, assegurar refeições escolares aos alunos, formar e providenciar professores – ao mesmo tempo que conclui o currículo nacional e o processo de acreditação que irão orientar todo o sector da educação. Todos estes elementos são importantes para que todas as crianças recebam uma educação de qualidade.

Os diferentes sectores do país, por estarem inter-relacionados, têm impacto uns nos outros. As estradas e pontes, por exemplo, afectam o sucesso de muitos outros programas. Mesmo quando existem escolas, livros e professores, as pessoas precisam de ter acesso a eles. Um bom hospital, dotado de médicos e enfermeiros, não servirá de nada a um paciente que não possa atravessar uma ponte inundada.

Problemas complexos exigem soluções complexas

O Governo compreende que alguns destes problemas complexos não podem ser abordados peça a peça – escola a escola, ponte a ponte. Em alguns casos, não há tempo suficiente. Se demorar cinco anos a construir as escolas, definir o currículo e formar os professores – muitas crianças ficarão prejudicadas. Também em alguns casos só pode haver uma solução satisfatória se todos os diferentes elementos forem abordados ao mesmo tempo.

Por exemplo, uma das principais prioridades deste Governo quando entrou em funções foi melhorar o clima de segurança e consolidar a estabilidade nacional. Esta questão tem vindo a ser um dos problemas mais significativos do país – com impacto nas vidas dos cidadãos de Timor-Leste e nas oportunidades de desenvolvimento. A situação de segurança, chegou a impedir alguns alunos de irem à escola e algumas pessoas de se deslocarem aos seus locais de trabalho. Algumas escolas e negócios fecharam, alguns transportes deixaram de funcionar, colheitas ficaram por plantar e um número significativo de pessoas não tiveram condições para reconstruir a suas casas ou infra-estruturas danificadas.

Em 2007 uma das principais preocupações e a maior prioridade para o povo de Timor-Leste foi a segurança. A falta de estabilidade estava a interferir com a qualidade de vida das pessoas e a atrasar o desenvolvimento do País. Não havia uma solução simples para estes problemas, porém o Governo empenhou-se em resolver as questões subjacentes – auscultar as preocupações e as necessidades dos peticionários, resolver as questões em torno dos deslocados internos, realizar consultas abrangentes e procurar criar um processo harmonioso que curasse as feridas do passado e permitisse às pessoas continuarem com as suas vidas. A situação hoje ainda não é a ideal, mas demonstra o que se pode conseguir com a abordagem que temos vindo a implementar.

Os peticionários estão envolvidos no diálogo com o Governo, para em conjunto, encontrar soluções para os seus problemas e para retomarem as suas vidas, sendo que a maior parte destes procura oportunidades de integração na vida civil. Esses cidadãos, acusados de se porem à margem do Estado, estão agora a trabalhar com os sectores da segurança e da justiça. Os elementos dissidentes e armados, que atentaram contra a

soberania do Estado, entregaram-se e aguardam os desenvolvimentos do processo de Justiça. Por outro lado, os campos de deslocados internos estão a ser encerrados e as pessoas estão a regressar às suas comunidades.

O encerramento dos campos de deslocados internos permite não só que as pessoas que viviam nos campos reconstruam as suas vidas, como melhora também as oportunidades para todas as pessoas. Por exemplo, o encerramento do campo de deslocados internos no Hospital Nacional não só pôs fim à situação de vida insegura e pouco saudável dos deslocados internos aí residentes, como também veio melhorar a qualidade e a disponibilidade de cuidados médicos a todos os cidadãos de Timor-Leste e permitiu a conclusão de obras essenciais para melhorar o Hospital Nacional e alargar os serviços que este presta à comunidade.

Este resultado, difícil de imaginar há apenas um ano atrás, tem consequências deveras abrangentes. Há uma confiança renovada nas Instituições do País. O sector privado está a recuperar, o programa de desenvolvimento do Governo está a ser implementado e existem sinais visíveis de investimento e desenvolvimento em Díli e nos distritos.

Melhores sistemas, melhores resultados

Estes sinais visíveis de desenvolvimento estão apenas a começar. Por detrás do movimento de bens e serviços, da reparação de estradas e pontes e da provisão de verbas e pagamentos, está a reforma bem-sucedida dos sistemas financeiros do Governo. A burocracia e a redundância estão a ser eliminadas, os controlos estão a ser descentralizados e as melhorias ao nível do planeamento e da concepção estão a acelerar a capacidade do Governo para executar os seus programas de modo a beneficiar os cidadãos de Timor-Leste. Em 26 de Junho, a execução orçamental em todos os ministérios, incluindo compromissos, estava nos 53 por cento. Já foram gastos mais de $90 milhões, quase $40 milhões foram adjudicados com actividades em curso e outros $55 milhões foram comprometidos para projectos específicos. Para além disto, só em 2008 o Governo despendeu com sucesso mais de $54 milhões em projectos de orçamentos anteriores até aqui comprometidos mas não concluídos. É esperado que a execução orçamental venha ainda a melhorar mais, na sequência do decreto-lei sobre aprovisionamento aprovado no mês de Junho. Assim, neste momento do ano financeiro, o Governo dá por si à frente do previsto e capaz de assumir mais responsabilidades.

Novas Pressões

Contudo, embora o Governo esteja a avançar no que diz respeito às prioridades nacionais, existem novas pressões económicas externas que se deparam ao País e que não podiam ser previstas aquando da preparação do Orçamento para 2008. Ainda que o preço elevado do petróleo esteja a aumentar a riqueza total de Timor-Leste, os preços mais elevados de outros produtos estão a fazer-se sentir sobre os pobres. Os maiores custos do combustível estão a afectar a indústria e os cidadãos.

Os preços mais elevados do arroz e as dificuldades na obtenção deste criaram condições de insegurança alimentar, sendo que Timor-Leste importa quase 60 por cento das suas necessidades totais em termos de arroz.

De igual modo, o desenvolvimento e a construção foram ameaçados pelas dificuldades na obtenção de materiais de construção tais como o cimento.

A segurança alimentar foi sempre uma prioridade do Governo. Agora existe uma maior urgência, os cidadãos de Timor-Leste não podem esperar por uma situação a longo prazo. O Governo precisa agir imediatamente para assegurar a provisão de alimentos básicos tais como o arroz, ao mesmo tempo que trabalha no sentido de melhorar a produção agrícola interna e de melhorar as oportunidades económicas para as muitas pessoas que vivem de actividades de subsistência.

Altura de transformar os planos em acção

Desde 1999 que os cidadãos de Timor-Leste têm vindo a aguardar pacientemente a chegada dos frutos da sua longa luta pela independência. Todavia, a construção e implementação dos mecanismos do Governo é um processo lento, sendo necessário a existência de um Plano Nacional de Desenvolvimento, Ministérios Governamentais que o implementem e mecanismos de administração claros e transparentes. Estes planos e processos demoraram muito tempo a serem concebidos e até agora a melhoria na qualidade de vida da população não foi significativa.

Na verdade, esta piorou para muitas pessoas, devido aos desafios trazidos pela lentidão do desenvolvimento e reparações de infra-estruturas, problemas contínuos com a fiabilidade do fornecimento de electricidade e serviços telefónicos, e a falta de emprego ou oportunidades. Agora o povo de Timor-Leste, que tem tão pouco, vê-se obrigado a lidar com mais danos causados pelas recentes questões de segurança, a perda de colheitas e infra-estruturas resultante de cheias, deslizamentos de terras, terramotos e pragas de gafanhotos, e as pressões globais do aumento de preços de alimentos e materiais de construção.

Contudo estes desafios coincidem com elevados preços do petróleo, que elevaram as projecções do Fundo Petrolífero a níveis nunca antes visto, possibilitando uma resposta mais abrangente aos problemas complexos que Timor-Leste enfrenta.

É bem sabido que o dinheiro por si só não pode resolver todos os problemas. O dinheiro tem de ter correspondência num plano estratégico e em processos operacionais apropriados. Esta é a situação em Timor-Leste. O Governo possui uma estratégia nacional, foram melhorados Órgãos de Governo, sistemas e processos, e o progresso está a ser atingido mais rapidamente que nunca. Timor-Leste chegou a uma fase em que um aumento no financiamento pode trazer desenvolvimento nacional. Para além disto, é necessário um aumento no financiamento para permitir o tipo de programas abrangentes, complexos e interligados que é vital para um desenvolvimento nacional real.

Problemas tais como a falta de um fornecimento de electricidade fiável ou de uma rede rodoviária adequada, atrasam o progresso em muitas áreas importantes para o desenvolvimento do país. Estes não são os tipos de problemas passíveis de serem resolvidos através de abordagens ponte a ponte, gerador a gerador. Estas questões nacionais requerem soluções nacionais.

Em resultado disto, no seguimento da implementação bem-sucedida das actuais políticas de Governo no Ano da Reforma Administrativa (2008), o Governo propõe a rectificação do orçamento existente de modo a permitir soluções holísticas para alguns dos problemas complexos que estão a atrasar o desenvolvimento de Timor-Leste. Isto irá obrigar a que os níveis de despesa em 2008 excedam os Rendimentos Sustentáveis Estimados indicados no Anexo A.

Aceite Vossa Excelência a minha mais elevada consideração e estima.

Díli, 4 de Julho de 2008

Kay Rala Xanana Gusmão

Primeiro-Ministro da República Democrática de Timor-Leste

Anexo 10 – Guia de Utilizador

O principal objectivo do Orçamento Rectificativo para 2008 é em primeiro lugar para informar o Parlamento Nacional e as partes interessadas em relação ao Orçamento rectificado pelo Governo por 2008. O documento representa uma revisão da posição fiscal a médio prazo e a estratégia fiscal do Governo.

Os leitores devem também consultar o Programa do IV Governo Constitucional (Setembro de 2007(para mais detalhes sobre as visões, metas, estratégias e políticas sectoriais de médio a longo prazo. Os leitores também podem consultar o Orçamento Geral do Estado para o período de Transição de Julho a Dezembro 2007 assim como o Orçamento Geral do Estado 2006-07 para que estes sirvam de referência em termos de estrutura e dotações.

Estilos e Convenções Usados

Poderão ser usadas as seguintes notas:

-	(nada)
$'000s	(milhares de dólares)
$m	(milhões de dólares)

Todos os valores monetários estão em dólares norte-americanos

Para 2006-07 e OGE transição e o Orçamento de 2008 são usados preços actuais, enquanto que para os anos seguintes são utilizados preços constantes de 2008. Um ponto decimal é representado por um ponto e o valor dos milhares é representado por uma vírgula.O ano orçamental vai ser de 01 de Janeiro até 31 de Dezembro de 2008. Os valores ilustrados nos mapas podem estar arredondados. Caso existam discrepâncias entre os totais e a soma dos componentes estas devem-se a arredondamentos. Aplicam-se as convenções gerais de arredondamento.

Classificação do Sector Público em Timor-Leste

Para finalidades orçamentais, Timor-Leste adopta os princípios do FMI para a classificação das actividades do sector público, as Estatísticas Financeiras Governamentais (EFG) de Classificação das actividades do Governo. O sector público Timor-Leste é composto das seguintes categorias: Governo; Empresas Públicas não Financeiras d; e Empresas Públicas Financeiras. A cobertura do Orçamento Geral do Estado é das actividades financeiras baseado em Todo o Governo, que inclui o Estado e Empresas Públicas não Financeiras.

Inquéritos

Inquéritos devem dirigidos para:

Sr. António Freitas (Director, Direcção do Orçamento, Ministério das Finanças,)

República Democrática de Timor-Leste.

T: +670 333 9518 E: afreitas@mof.gov.tl